UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS

MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

LUIZ ALCÂNTARA COSTA ANDRADE

CORRUPÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA

FORTALEZA - CEARÁ

2018

LUIZ ALCÂNTARA COSTA ANDRADE

CORRUPÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de Concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota

FORTALEZA - CEARÁ

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Andrade, Luiz Alcântara Costa.
Corrupção e colaboração premiada [recurso eletrônico] / Luiz Alcântara Costa Andrade. - 2018.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 324 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas, Fortaleza, 2018.
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota.

1. Políticas públicas. Corrupção. 2. Crime organizado. 3. Colaboração Premiada. 4. Controle social. Transparência. 5. Participação popular. I. Título.

LUIZ ALCÂNTARA COSTA ANDRADE

CORRUPÇÃO E COLABORAÇÃO PREMIADA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovada em: 30/08/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Martônio Mont'Alverne Barreto Lima
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Prof. Dr. Marcelo Ribeiro Uchoa
Universidade de Fortaleza - UNIFOR

Aos meus pais, Francisco Costa Torres (*in memorian)* e Maria Neide de Andrade Costa, pelos ensinamentos para a vida, e aos meus filhos Rômulo, Ramon e Rayane, pelo estímulo em educá-los através do exemplo.

AGRADECIMENTOS

A minha esposa, pela paciência de ouvir e argumentar nos momentos de maior aflição, na busca do meu melhor.

Ao Prof. Dr. Francisco Horácio da Silva Frota pela dedicação e maestria na orientação.

Aos professores do Mestrado em Planejamento e Políticas Públicas da UECE, por terem colaborado de maneira decisiva para o aperfeiçoamento do conhecimento acadêmico, rompendo as barreiras e limitações do saber e do senso comum.

Aos amigos sinceros, especialmente aqueles que dedicam suas vidas à construção de um mundo civilizado, e que, de maneira direta ou não, me incentivaram a ingressar no Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas.

“Aquele que erra e se arrepende merece ter um tratamento penal mais favorável, enquanto o arrependimento deva ser considerado como um primeiro passo para a sua conformação aos valores que as leis consagram e tutelam, enquanto o arrependimento representa para a sociedade a esperança de que aquele seu membro não mais a afrontará pela via do crime, ou constitui, pelo menos, um voto de confiança na pessoa e no arrependimento como meio de recuperação: está desde então atingida uma das finalidades da pena criminal. Não assim quanto o “arrependimento” nada representa de vontade de conformação com a lei, mas traduz tão-só a exteriorização de pusilanimidade e de traição.

(Germano Marque da Silva - Bufos, infiltrados, provocadores e arrependidos)

RESUMO

O enfrentamento do fenômeno da corrupção é uma preocupação mundial, dado que se apresenta e se manifesta sem comprometimento ideológico ou da forma como se organizam os Estados. Das democracias mais sólidas aos Estados totalitários e/ou teocráticos, o fenômeno está presente. Como consequência, surgem indicativos de que seu enfrentamento deve, necessariamente, romper as barreiras físicas das nações, mormente em tempos de globalização, onde a circulação de capitais e serviços ocorre em velocidade e por meios tecnológicos antes impensáveis. Sem muito esforço, o crime organizado ou não, encontrou na administração pública e privada das nações, campo fértil, para, fazendo uso do sistema político corrupto e patrimonialista, “capturar” as instituições do Estado, comprometendo sobremaneira a democracia, a economia e as condições sociais da população. O fenômeno desafiou a utilização de mecanismos de investigação mais invasivos, a exemplo da colaboração premiada, todos potencialmente suficientes, de *per si*, para sucesso de investigações complexas a envolver a macrocriminalidade. Referidos mecanismos de investigação, pela natureza excepcional, devem ser utilizados com parcimônia e responsabilidade redobradas, sem qualquer viés autoritário e/ou ideológico que venha a comprometer garantias e direitos fundamentais da pessoa humana, investigada ou não. A Constituição Federal do Brasil traz no seu preâmbulo o desafio de se construir um Estado Democrático destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, posto que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana, figurando como um de seus objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária. É certo que a sociedade não pode tolerar ou conviver com a impunidade e a corrupção generalizadas, e, muitos menos, em nome de uma cruzada moralista ver relegado a plano secundário direitos fundamentais, individuais e coletivos, inseridos como cláusulas pétreas na Constituição da República, arduamente conquistados após anos de luta contra um regime de arbítrio.

Palavras - chave: Políticas públicas. Corrupção. Crime organizado. Colaboração Premiada. Controle social. Transparência. Participação popular.

ABSTRACT

Confronting the phenomenon of corruption is a worldwide concern, since it presents itself and manifests itself without any ideological commitment or the way in which states are organized. From the most solid democracies to totalitarian and / or theocratic states, the phenomenon is present. As a consequence, they appear indicative that their confrontation must necessarily break the physical barriers of nations, especially in times of globalization, where the circulation of capital and services occurs at a speed and by technological means previously unthinkable. Without much effort, organized or unorganized crime, it found in the public and private administration of the nations a fertile field to use the corrupt and patrimonialist political system to "capture" the institutions of the State, greatly compromising democracy, economy and social conditions of the population. The phenomenon challenged the use of more invasive investigative mechanisms, such as the award-winning collaboration, all potentially sufficient, per se, for the success of complex investigations involving macro-crime. Such mechanisms of investigation, by the exceptional nature, should be used with parsimony and redoubled responsibility, without any authoritarian and / or ideological bias that would compromise the fundamental rights and guarantees of the human being, investigated or not. In its preamble, the Federal Constitution of Brazil contains the challenge of constructing a democratic state designed to guarantee the exercise of social and individual rights, since it is based on the dignity of the human person, and one of its fundamental objectives is the construction of a free, fair and supportive society. It is true that society can not tolerate or coexist with widespread impunity and corruption, and much less, in the name of a moralist crusade, to see relegated to the secondary plane fundamental, individual and collective rights, inserted as stony clauses in the Constitution of the Republic, arduously won after years of struggle against a regime of arbitrariness.

Keywords: Public policies. Corruption. Organized crime. Award Winning Collaboration. Social control. Transparency. Popular participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais políticas afetadas com a corrupção no Brasil..... 27

Figura 2 - Situação das obras por estado da Federação..... 28

Figura 3 - Nível de percepção da corrupção no setor público em 176 países/territórios ao redor do mundo..... 35

Figura 4 - Comparativo Global x Américas..... 35

Figura 5 - Percepção do nível de corrupção no Brasil..... 36

Figura 6 - Resumos dos dados obtidos..... 37

Figura 7 - Resultados por região..... 38

Figura 8 - Média das Américas..... 38

Figura 9 - Ilustração da matéria da posição do Brasil no mundo..... 41

Figura 10 - As quinze principais doadoras e o financiamento dos partidos..... 42

Figura 11 - Cinco bancos e quatro partidos..... 42

Figura 12 - Órgãos de Controle Interno e Externo da Administração pública no Brasil..... 47

Figura 13 - Panorama do Estado do Ceará..... 51

Figura 14 - Índice de transparência..... 55

Figura 15 - Mapas comparativos dos dados coletados..... 56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Distribuição dos cargos públicos..... 25

Quadro 2 - Distribuição de frequência e porcentagem por gênero..... 26

Quadro 3 - Número e porcentagem de agentes condenados por ocorrência..... 26

Quadro 4 - Ações da ENCCLA em 2016 e 2017..... 29

Quadro 5 - Tipos de controle (interno e externo)..... 48

Quadro 6 - Cargos ocupados por conselheiros dos Tribunais de Contas……..... 50

Quadro 7 - Termos das Convenções de Palermo e de Mérida..... 67

Quadro 8 - Posição da PF X Posição do MPF..... 98

Quadro 9 - Quadro comparativo entre a Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas e a Lei de Organizações Criminosas..... 106

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará
CGU	Controladoria Geral da União
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
DF	Distrito Federal
DOE	Diário Oficial do Estado
EBT	Escala Brasil Transparente
ENCCLA	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
LAI	Lei de Acesso à Informação
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PF	Polícia Federal
PC	Polícia Civil
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará
TCM	Tribunal de Contas dos Município
TI	Transparência Internacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TEI	Técnica Especial de Investigação

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	14
2	**CORRUPÇÃO: FENÔMENO GLOBAL**	22
2.1	ASPECTOS GERAIS	22
2.2	ASPECTOS CONCEITUAIS	31
2.3	INDICADORES DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO – UMA APARÊNCIA	34
2.4	CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO	43
2.4.1	**Controle interno**	45
2.4.2	**Controle externo**	48
2.5	TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONTROLE SOCIAL	52
3	**COLABORAÇÃO PREMIADA**	57
3.1	ASPECTOS GERAIS	57
3.2	ASPECTOS ÉTICOS	66
3.3	CONCEITO	78
3.4	NATUREZA JURÍDICA	81
3.5	VIOLAÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS?	82
3.6	AUTORIDADES LEGITIMADAS PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA	89
3.7	O JUIZ HOMOLOGADOR	100
3.8	VALOR PROBATÓRIO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	107
3.9	QUESTÕES POLÊMICAS	113
3.9.1	**Pactuação *contra legem***	113
3.9.2	**O produto do crime – Lavagem reversa?**	117
4	**VOLUNTARIEDADE e ESPONTANEIDADE**	120
4.1	COLOCAÇÃO DO TEMA	120
4.2	A LIBERDADE COMO MOEDA DE BARGANHA	125

4.3 TORTURA/COAÇÃO: CONCEITO, SIGNIFICADO E ALCANCE..... 130
4.4 A BUSCA LEGISLATIVA PARA CONTENÇÃO DE ABUSOS – PROJETO DE LEI N° 4372/16..... 139
5 CONCLUSÃO..... 141
REFERÊNCIAS..... 147
APÊNDICES..... 156
APÊNDICE A - TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA DE JOSÉ SÉRGIO DE OLIVEIRA MACHADO..... 157
APÊNDICE B – ACORDO DE COLABORAÇÃO DE ALBERTO YOUSSEF..... 197
APÊNDICE C – MODELO DE DELAÇÃO PREMIADA PF..... 217
APÊNDICE D – PROJETO DE LEI Nº 4372/2016..... 256
APÊNDICE E – PROJETO DE LEI Nº 8613/2017..... 260
APÊNDICE F – TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA - LÚCIO BOLONHA FUNARO X MPF..... 262
APÊNDICE G – ORIENTAÇÃO CONJUNTA Nº 1/2018 ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA..... 274
APÊNDICE H – ORIENTAÇÃO DO MPF SOBRE MEDIDAS CAUTELARES - Nº 4/2014..... 289
APÊNDICE I – DECISÃO RICARDO LEWANDOWSKI..... 290
APÊNDICE J – PARECER MPF X PRISÃO X DELAÇÃO..... 318

1 INTRODUÇÃO

O fenômeno da corrupção não pode ser delimitado ou definido como inerente à forma de organização política do Estado, significando dizer que critérios ideológicos, religiosos ou de mercado são insuficientes para sua caracterização. Com efeito, o processo de globalização da economia, principalmente em decorrência dos avanços tecnológicos, leva à conclusão sobre a existência de um imenso mercado global, interligado e integrado, onde as transações comerciais e financeiras ocorrem em grande velocidade, propiciando, também, que os atos de corrupção, sejam na esfera pública ou privada, busquem aperfeiçoamento necessário para transpor as fronteiras imaginárias dos dias atuais.

Como fenômeno global que é, com reflexos nas políticas públicas e na economia mundial, tem-se como indispensável equacionar sua compreensão a partir dos efeitos deletérios causados, não apenas no setor público, como se imagina, mas, também, nas empresas e empreendimentos privados fortemente impactados, e, contraditoriamente, também responsáveis em grande escala pela corrupção na esfera pública e privada.

No espaço político se consolidou, após décadas de atos de corrupção, o que teoricamente se denomina "presidencialismo de coalizão"[1], significando o apoio parlamentar aos atos do executivo em troca de cargos e benesses em detrimento dos interesses primários da sociedade, decorrência da fragilidade de um sistema caracterizado pela instabilidade, de alto risco e cuja sustentação se baseia, quase exclusivamente, no desempenho corrente do governo.

Para além desta problemática temos o financiamento das campanhas eleitorais, que contribuiu, em muito, para deformidade do sistema político e elevar os indicadores de percepção da corrupção, especialmente nos momentos em que se permitia a doação empresarial para campanhas eleitorais, fato que envolveu o país em

[1] Termo cunhado por Sérgio **Abranches,** em seu artigo "Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro", (1988).

graves escândalos de corrupção, a exemplo daqueles revelados pela operação “lava jato”, mesmo que questionáveis os métodos e a seletividade da midiática investigação.

O enfrentamento da corrupção, a necessidade de reformas estruturais do Estado brasileiro e a importância do combate sistemático à impunidade e suas consequências, revelam, logo no primeiro momento, a contradição existencial entre o controle dos organismos estatais por gestores rotulados como corruptos e a efetivação de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas elementares da população, nivelando a política com o que há de pior no sistema representativo, quando não a torna refém do judiciário, em ativismo que beira às raias da militância partidária.

A título de exemplo[2] do comprometimento dos agentes públicos com atos de corrupção, temos como parâmetro a relação de gestores inidôneos para o exercício de cargo eletivo no Estado do Ceará, enviada à Justiça Eleitoral através dos órgãos de controle externo (TCU; TCE-CE e TCM-CE), totalizando 4.672 gestores teoricamente inelegíveis, isso com referência ao processo eleitoral de 2016.

No âmbito internacional e pela relevância do tema, surgem as convenções e tratados internacionais que também destacam o estímulo à transparência e à participação social como necessárias à prevenção e enfrentamento da corrupção. Os estados nacionais signatários, a exemplo do Brasil, buscam modernizar seu arcabouço normativo no enfrentamento da corrupção, como ocorreu na última década em nosso país.

A necessidade de sistematizar os meios que garantem o acesso à informação, de estimular a consulta dos setores interessados em relação ao desenho de políticas públicas, assim como de fortalecer e estimular a participação da sociedade civil e de organizações não-governamentais na gestão pública, são sinais alvissareiros de que corrupção se combate com mais democracia, transparência e controle social.

Temos escândalos sendo revelados de maneira a se afirmar a generalização do fenômeno da corrupção no país, nas três esferas de poder, seja em relação a projetos de alta complexidade, seja através de fraudes em simplórios cadastros para

[2] http://www.tre-ce.jus.br/imprensa/noticias-tre-ce/2016/Agosto/tre-recebe-listas-de-gestores-com-contas-rejeitadas-pelo-tcm-e-tce. Acesso em: 29 ago.2017.

fins de percepção de valores irrisórios dos programas sociais do Governo Federal, a exemplo do Bolsa Família.

Destarte, cumpre verificar, através do presente, trabalho se o aperfeiçoamento do processo de corrupção, o que ocorre de forma global, superou as formas de controle instituídas pelo Estado e pela sociedade, quebrando as barreiras que buscam resguardar e proteger a *res publica,* implicando no agir repressivo como única salvaguarda ao Estado Democrático de Direito. A questão é tormentosa e nos remete à pior das formas de controle – repressivo – fomentando a ideia de que vivemos em uma sociedade doente, sem qualquer referencial ético e/ou moral.

Diante da realidade preocupante, surgem as ideias “mágicas”, de cunho moralista e populista, como se o enfretamento de questão tão tormentosa encontrasse sua resolutividade no campo da moral individual, relegando a plano secundário o espaço público, o fortalecimento da cidadania e das instituições democráticas, com foco na transparência e no controle social.

Neste contexto, foi publicada no Brasil a Lei n° 12.850, de 02 de agosto de 2013, que define organização criminosa, dispõe sobre a investigação criminal e os meios de obtenção da prova, inserindo, no arcabouço normativo nacional, desta feita de maneira mais detalhada, a **colaboração premiada** como meio de obtenção de prova.

Portanto, para além da discussão ética sobre a utilização do referido instrumento, o que não torna o tema menos relevante, a pesquisa tem a pretensão de enfrentar o problema contemporâneo da utilização e/ou do abuso do instrumento da colaboração premiada como método de investigação, específico para enfrentamento da criminalidade organizada, que, como pressuposto de sua validade, traz ínsita a necessidade de que sejam formalizados observando-se a manifestação **voluntária** do investigado, réu ou condenado.

O cerne da questão é investigar se as pessoas sobre quem recai uma investigação e/ou condenação, estando presas por determinação judicial ou não, colaboram com a investigação e/ou processo criminal dentro dos indispensáveis critérios da voluntariedade e espontaneidade, considerando que a recente atuação do Ministério Público Federal importa reconhecer, pelo menos por parte dos doutrinadores, que investigados, ou pessoas meramente referidas em procedimentos investigatórios,

são presas ou conduzidas coercitivamente, para, após formalização de termo de colaboração premiada, serem postas em liberdade.

Estaríamos utilizando a prisão como forma de coação para confissão de crimes e celebração de acordos de colaboração premiada? A problemática é instigante.

A preocupação se acentua quando se indaga se tais critérios subjetivos – **voluntariedade e espontaneidade** - são aferíveis com o investigado preso, e se a prisão cautelar pode ser utilizada como instrumento de tortura psicológica, mesmo decorrente do poder de coerção legítimo de que é detentor o Estado, incluindo neste rol a possibilidade de decretação de prisões cautelares quando não estão presentes os fundamentos autorizadores da medida excepcional, a exemplo da garantia da ordem pública, aplicação da lei penal, etc.

O debate se torna apaixonante quando surgem "rumores" sobre a denominada **"cláusula da performance"**, onde, teoricamente, a partir do momento que o réu/investigado, ou não, colaborar com as investigações e/ou processo, viabilizando a recuperação de ativos de origem ilícita, ele, colaborador, recebe uma fração deste valor. O tema foi objeto de questionamento público quando da celebração do acordo de colaboração premiada entre o MPF[3] x Alberto Youssef, que, sob tal pretexto, receberia o correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) do valor consolidado de todos os bens e valores ilícitos recuperados, no Brasil ou no exterior.[4]

Se levarmos em consideração as vantagens advindas dos acordos celebrados por centenas de colaboradores/delatores, com possível quebra do princípio da isonomia, caberia indagar: estamos diante de uma nova forma de lavagem de ativos, inclusive com beneplácito das polícias judiciárias, Ministério Público e Poder Judiciário? Teríamos uma espécie de "lavagem reversa"?

O agir ético do Estado frente ao cidadão, destinatário único e razão primeira de sua existência, não pode ser maculado pela utilização de instrumentos medievais de investigação – tortura - mesmo que com nova roupagem, mas que, na essência, visa maximizar uma sociedade de "delatores", com sérios reflexos na formação das

---

[3] O fato foi negado pelo MPF, no entanto, consta no acordo cláusula de conteúdo duvidoso sobre tal aspecto.

[4] <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/01/delacao-preve-que-youssef-receba-r-1-mi-para-cada-r-50-mi-recuperados.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

gerações futuras. A prisão do réu retira a voluntariedade necessária para a colaboração premiada? Limites éticos estariam sendo rompidos com a combinação entre colaboração e prisão?

Vale salientar que a colaboração (Delação) premiada não é instrumento novo na legislação brasileira e já estava prevista nas Ordenações Filipinas, à época do Brasil colônia. Os meios empregados na sua utilização, ao que parece, é que relutam em não se aperfeiçoarem. Como naqueles tempos, atualmente também deixam sequelas, apesar dos argumentos contrários.[5]

Cumprindo o dever de problematizar o tema, temos que a voluntariedade a ser aferida no ato de homologação da colaboração premiada não é tarefa fácil, simplória, a envolver meros aspectos formais de legalidade.

Aqui reside uma enorme preocupação, merecendo indagar: não se deve perquirir nem mesmo se a manifestação volitiva do colaborador decorre de prisão cautelar? Se está de acordo com o cumprimento antecipado da pena e perdimento de bens? Sobre a forma de preservação de sua imagem, sua segurança e de seus familiares? Ou, a contrário senso, se a colaboração se mostra tão proveitosa ao colaborador que justifica a delação de inocentes?

É recorrente a preocupação dos doutrinadores, como já revelado, em afirmar a possibilidade de utilização da prisão cautelar como forma de coação para realização de acordos de colaboração premiada, situação que, se verdadeira, nos coloca diante da possibilidade de **tortura psicológica** para fins de obtenção de prova, o que, sem subterfúgio, esgarça não apenas princípios e garantias constitucionais, mas coloca o Estado brasileiro como violador sistemático de tratados e convenções internacionais de que é signatário.

Pois bem. É neste contexto que se discute a eticidade e legalidade da aplicação do instituto da colaboração premiada com réus e/ou investigados presos, seja cautelarmente ou não, mesmo que decorrente do poder legítimo de coerção do Estado.

O potencial interdisciplinar do presente estudo é inegável e se revela no seu próprio foco temático, desafiando o reconhecimento no campo acadêmico e na *praxis*

---

[5] <http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/07/luzes-da-delacao-premiada.html>. Acesso em: 5 set. 2017.

de que os interesses primários dos cidadãos a uma administração proba e honesta devem ser resguardados, sem que isso importe em violações sistemáticas de direitos humanos e garantias fundamentais inerentes ao Estado Democrático de Direito.

Ademais, pretende-se contribuir e discorrer sobre o reconhecimento da falência dos métodos de investigação tradicionais, evidenciado através do incentivo à traição (Delação), especialmente quando tal iniciativa decorre da ação do Estado e que será referência para futuras gerações. Não seria a lei o instrumento a indicar condutas moralmente relevantes e aceitas? É lícito ao Estado que tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (Art. 1°, inciso III, da CF/88) instituir como norma o agir antiético?

Portanto, se temos como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa e **solidária,** é possível que, se o agir estatal é incompatível com tais preceitos, os fins alcançados são reprováveis e inconstitucionais.

Analisando as categorias: democracia, controle social, corrupção, transparência, crime organizado, colaboração premiada, e os liames entre elas, torna-se inarredável e instigante responder aos seguintes questionamentos: O processo de corrupção está mais aperfeiçoado? De que forma a corrupção compromete as políticas públicas? O critério da voluntariedade e espontaneidade na colaboração premiada é aferível com o investigado preso? É válida a colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, decorrente de prisão cautelar? A liberdade e aplicação de pena antecipada podem ser objeto de barganha na colaboração premiada? A prisão cautelar pode se caracterizar como tortura psicológica para fins de colaboração premiada? É lícita a fixação de benefícios nos acordos de colaboração premiada fora do sistema normativo (legal)?

Como de praxe, a fundamentação teórica que serviu de suporte para estudo das categorias indicadas nesta dissertação e a apresentação dos resultados construídos na pesquisa, foi apresentada de conformidade com a estrutura dos capítulos da dissertação.

O capítulo um é a introdução, onde ocorre a apresentação geral da dissertação.

No capítulo dois, intitulado **“corrupção: fenômeno global”** apresentamos a revisão de literatura das temáticas indicadas no título e suas relações com as formas de controle na administração pública, seus reflexos nas políticas públicas, na democracia e no sistema político, em consonância com o primeiro objetivo específico da dissertação.

Para atender ao segundo objetivo específico da pesquisa, a **“Colaboração Premiada”** figura como tema para o terceiro capítulo. Será abordado o aspecto histórico e conceitual, utilização como meio de obtenção de prova em investigações criminais, aspectos éticos, compatibilidade com o Estado Democrático de Direito, direitos humanos e colaboração premiada, requisitos de validade, natureza jurídica, constitucionalidade, direito comparado, prisão cautelar e tortura, e sua utilidade como ferramenta de combate à corrupção sistêmica... Como suporte serão utilizados documentos oficiais e informações coletadas sítios eletrônicos especializados, além da literatura revisada.

Concluindo, temos o quarto capítulo, **“Colaboração Premiada: espontaneidade e voluntariedade”**, que objetiva responder ao terceiro objetivo específico do trabalho, apresentando os conceitos de voluntariedade e seus requisitos, compatibilidade da prisão cautelar com a colaboração premiada, a visão utilitarista do direito, a tortura psicológica como meio de confissão, a liberdade como instrumento de barganha, e, por fim, se a utilização do instituto viola princípios constitucionais.

A análise tomará como fonte empírica as ações desempenhadas pelos órgãos de controle externo e repressivo, a exemplo das polícias judiciárias e Ministério Público estadual e federal, isso no que se refere ao combate à corrupção, a efetividade das normas constitucionais e legislação alusiva ao enfrentamento de tal fenômeno, a estrutura existente para tal finalidade, os meios empregados e os resultados alcançados, com destaque para aferição se tal atuação foi capaz de inibir os atos de corrupção, se reforçaram as políticas públicas e a participação social neste setor.

Com efeito, temos que a atuação do Poder Judiciário, do Ministério Público e das polícias judiciárias, na condição de controle repressivo, deve ocorrer em respeito aos mais elementares direitos individuais, especialmente no que se refere ao Ministério Público, órgão constitucionalmente responsável pela proteção do patrimônio público e, primordialmente, pelo Estado Democrático de Direito.

Os significativos índices de resolutividade no enfrentamento recente da criminalidade organizada no âmbito da administração pública, a exemplo da celebração de acordos de colaboração premiada, tendo como premissa o ressarcimento dos valores desviados dos cofres públicos, como se observa na denominada operação lava jato, não podem nem devem ser incentivados quando se contrapõem, mesmo que minimamente, a valores humanos inalienáveis, insculpidos como cláusulas pétreas no corpo da Constituição Federal, a exemplo da presunção de inocência, da proibição da autoincriminação, de devido processo legal e da ampla defesa.

O desestímulo à impunidade através dos diversos sistemas de controle, padronização e especialização das ações da Polícia Judiciária, do Ministério Público e do Poder Judiciário podem significar em avanços, no sentido de eliminar ou amenizar os “filtros”, ideológicos ou não, no combate à corrupção.

Por fim, esta dissertação tendo como base a bibliografia consultada e os conhecimentos adquiridos ao longo da pesquisa, além do conhecimento empírico decorrente da atividade de Promotor de Justiça no âmbito do Estado do Ceará, acreditamos, proporcionará rico material para discorrer acerca da temática apresentada e que busca definir o fenômeno da corrupção e as estratégias e instrumentos capazes de minimizá-la, protegendo, como consequência, o próprio Estado Democrático de Direito, e, por fim, o respeito aos direitos humanos em relação à aplicação disseminada dos acordos de colaboração premiada.

2 CORRUPÇÃO: FENÔMENO GLOBAL

2.1 ASPECTOS GERAIS

O fenômeno da corrupção tem despertado interesse desde épocas remotas, caracterizando-se como inerente à própria organização do homem em sociedade.

No Brasil a literatura toma como referencial ou marco inaugural do processo de corrupção, a carta do descobrimento ao Rei D. Manoel, escrita por Pero Vaz de Caminha, onde se extrai, de acordo com Vilela (2017) o seguinte:

> E pois que, senhor, é certo que, assim, neste cargo que tenho, como em outra coisa qualquer que de vosso serviço for, vossa Alteza há de ser por mim bem-servida, a Vossa Alteza peço que, por mim fazer singular mercê, mande vir da ilha de São Tomé meu genro, Jorge de Osório – mercê que receberei muito obrigado. Beijo as mãos de Vossa Alteza. (VILELA, 2017,p.88)

Trata-se de registro clássico que, mesmo não revelando traços de corrupção nos moldes tradicionais (Propina), figura como registro do estado patrimonialista em formação, onde o nepotismo inaugura as relações pessoais.

Cumpre ressaltar, no ponto, os desafios metodológicos e conceituais no que diz respeito ao estudo do fenômeno da corrupção, sendo evidente a preocupação em superar leituras apressadas, lendo-se o passado com olhares do presente, em perfeito anacronismo.

Como bem acentuou Romeiro, (2017):

> é preciso superar os riscos como o de aplicar noções próprias da burocracia do Estado liberal a contextos caracterizados pela indistinção entre as esferas pública e privada, nos quais práticas hoje condenadas gozavam de legitimidade, sendo socialmente aceitas. Ou, ainda, o risco de confundir os padrões de recrutamento e atuação dos agentes de uma administração baseada na lógica do serviço régio com padrões de racionalização do funcionalismo moderno. (ROMEIRO, 2017)

É certo que povoa o imaginário popular que a corrupção está estritamente ligada ao setor público e seus servidores, no entanto, como adverte Avritzer (2008), “prestar atenção à dimensão pública da corrupção pode levar a obscurecer o fato de que ela afeta igualmente os domínios privados. O funcionário corrupto é apenas uma

parte de uma engrenagem que envolve atores privados, que representam interesses econômicos ou políticos que não são explicitados na esfera pública".

O entendimento reducionista significa ignorar as diversas facetas que englobam o fenômeno da corrupção, a exemplo dos componentes cultural, moral, econômico, etc., propiciando o enfadonho senso comum que associa a corrupção à própria identidade do brasileiro. Existe, portanto, enorme distância conceitual do que se considera *atos e/ou práticas de corrupção,* a depender de variados aspectos culturais, religiosos e temporais, posto que, com fundamento no pensar de Romeiro (2017),

> há, sem dúvida, uma distância entre o conceito atual de corrupção – e as práticas a ela associadas – e o conceito e as práticas que, entre os séculos XVI e XVIII, foram identificadas como responsáveis pela corrupção do corpo da República. (ROMEIRO, 2017)

Feitos os devidos esclarecimentos para se evitar o reducionismo conceitual, e guardadas as diferenciações culturais e de contextos históricos, temos que não foi diferente o comportamento em nossa sociedade no período colonial, imperial e republicano, daqueles encontrados em outras sociedades, mesmo que adjetivadas de colonizadoras. O diferencial é que, nos tempos atuais, como em outras nações civilizadas, a corrupção tomou proporções inimagináveis, decorrente da própria globalização da economia, surgindo, nesta fase, e principalmente por razões de ordem econômica, a preocupação na identificação, quantificação e repressão ao que se convencionou como *corrupção sistêmica.*

É neste contexto, que se reconhece na literatura, quase que de forma consensual, a globalização como fenômeno impulsionador da corrupção, atingido em maior ou menor escala todos os países, independente o regime político, forma de organização do Estado ou dos mecanismos de controle utilizados.

Marinela (2017), assim resume o quadro internacional ao comentar os termos da Lei n 12.846, de 1 de agosto de 2016 – Lei anticorrupção, *verbis:*

> Não há dúvidas que a corrupção é um problema que deve ser combatido por todas as nações, em especial aquelas de experiência democrática recente, que lutam por maior eficiência governamental, por maiores investimentos econômicos e por melhor distribuição de riqueza entre essa população. Importante reforçar mais uma vez que a corrupção não é problema exclusivo do Brasil, mas uma questão global. (MARINELA,2017)

Nesta perspectiva, o Estado brasileiro avançou no que se refere à atualização de seu arcabouço normativo, seja no sentido da prevenção, seja no âmbito da repressão, tentando manter incólume os limites e fronteiras entre o público e o privado. Na década de 90, com o recrudescimento da corrupção, se observa que a comunidade internacional passou a devotar maior atenção ao exame das consequências da corrupção, principalmente em relação aos impactos nas economias local e global, até o comprometimento de políticas públicas essenciais à sobrevivência de contingentes populacionais hipossuficientes.

Assim foi sancionada a Lei n° 8.429, de 02 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), que se constituindo em legislação genérica, buscou tipificar os atos rotulados como ímprobos no campo administrativo, buscando sancionar de maneira gravosa os agentes públicos violadores da probidade administrativa, regulamentando, assim, o art. 37 da Constituição federal.

De forma conceitual palavra ‘probidade’ provém do vocábulo latino **probitas**, significa retidão, honestidade, pudor, honradez. Seu antônimo, ‘improbidade’, significa a inobservância desses valores. Em latim, **improbitate** ou **improbitas** significa desonestidade, falsidade, imoralidade, deslealdade, corrupção.

Com efeito, e apenas como registro histórico, o ordenamento jurídico brasileiro preocupou-se em reprimir condutas ímprobas (Desonestas) desde o ano de 1941, por meio do DL nº 3.240/41, o qual sujeitava a sequestro os bens de pessoas indiciadas por crimes de que resultassem prejuízos para a Fazenda Pública.

A constituição de 1946 tratou de proteger a moralidade administrativa em seu art. 141, § 31, 2ª parte, que dispunha o seguinte:

> A lei disporá sobre o sequestro e o perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública, ou emprego em entidade autárquica. (BRASIL,1946)

Ainda que de forma tímida, alguns diplomas legais infraconstitucionais, trataram da matéria. A Lei Pitombo Godói Ilha (Lei nº 3.164/57), em seu art. 1º, especificou que:

> são sujeitos a sequestro e à sua perda em favor da Fazenda Pública os bens adquiridos pelo servidor público, por influência ou abuso de cargo ou função

> pública, ou emprego em entidade autárquica, sem prejuízo da responsabilidade criminal em que tenha aquele incorrido. (BRASIL,1957)

Em 1958, a Lei Bilac Pinto (Lei nº 3.502/58), em seu art. 1º, veio a tratar de forma similar a matéria, esclarecendo que:

> o servidor público, ou o dirigente, ou o empregado de autarquia que, por influência ou abuso de cargo ou função, se beneficiar de enriquecimento ilícito, ficará sujeito ao sequestro e perda dos respectivos bens ou valores. (BRASIL,1958)

Para fins de registro, temos a manifesta preocupação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ – no sentido de aferir obstáculos à plena efetividade do combate aos atos de improbidade, viabilizando a realização de pesquisa que teve como finalidade principal identificar os entraves à aplicação efetiva da Lei de Improbidade Administrativa, para que, com os dados empíricos colhidos, fosse possível realizar o diagnóstico e propor soluções.

O recorte inicial da pesquisa[6] revela, proporcionalmente, o alcance da Lei de Improbidade Administrativa, ou seja, Prefeitos e Ex-Prefeitos, dado preocupante no que se refere à aplicação da lei aos ocupantes de cargos eletivos mais elevados da república.

Quadro 1 - Distribuição dos cargos públicos

Cargo Público	Freq.	Porc.
Prefeito	2528	30,89%
Ex Prefeito	220	2,69%
Vice Prefeito	61	0,75%
Outros Servidores	2719	33,23%
Sem resposta	2655	32,45%
Total	8183	100,00%

Fonte: CNJ

A pesquisa apresenta, ainda, um recorte por gênero, ou seja, mais de 78% dos processos foram movidos contra pessoas do sexo masculino, sendo que 9% não indicaram a resposta.

Quadro 2 - Distribuição de frequência e porcentagem por gênero

Gênero	Freq.	Porc.
Feminino	1.008	12,32%
Masculino	6.428	78,55%
Sem resposta	747	9,13%
Total	**8.183**	**100,00%**

Fonte: CNJ

Nesta base de dados, entre todos os agentes condenados, 25% tiveram perda de função pública, mais de 60% tiveram suspensão de atividades, 64% tiveram proibição de contratar com o poder público. Por outro lado, 36% foram julgados na justiça comum.

Quadro 3 - Número e porcentagem de agentes condenados por ocorrência

Ocorrência	Freq.	Porc.
Perda da Função	2069	25,28%
Suspensão	4957	60,58%
Proibição	5208	63,64%
.	2949	36,04%
Inelegibilidade	135	1,65%
Total	**8183**	**100,00%**

Fonte: CNJ

Dado relevante da pesquisa, e que aponta para fragilidade do enfrentamento da corrupção com foco na produção legislativa de leis mais rígidas, a exemplo da ilusória utilização do direito penal máximo como solução para diminuição dos indicadores de violência física, fica estampado na disparidade entre as condenações decorrentes da prática de atos de improbidade administrativas e sua correlação com inelegibilidade, alcançando apenas 1,65% deste universo.

Por fim, a análise dos dados coletados pelo CNJ, revelam que 47,69% das ações de improbidade administrativas foram julgadas improcedentes, sem especificação das motivações.

O olhar sobre o comprometimento das políticas públicas decorrente da corrupção é apresentado pela Controladoria Geral da União - CGU, com base em

[6]<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/06/1ef013e1f4a64696eeb89f0fbf3c1597.pdf > - Acesso em: 08 jul. 2018.

dados coletados em auditorias e atuação repressiva, juntamente com as polícias judiciárias e Ministério Público, que sintetiza a situação de maneira preocupante, evidenciado que serviços essenciais disponibilizados aos cidadãos são diretamente afetados por atos de corrupção.

A figura reproduzida abaixo revela uma fração do problema, posto que, no que se refere a obras inacabadas, o prejuízo é significativo, vejamos:

Figura 1 – Principais políticas afetadas com a corrupção no Brasil

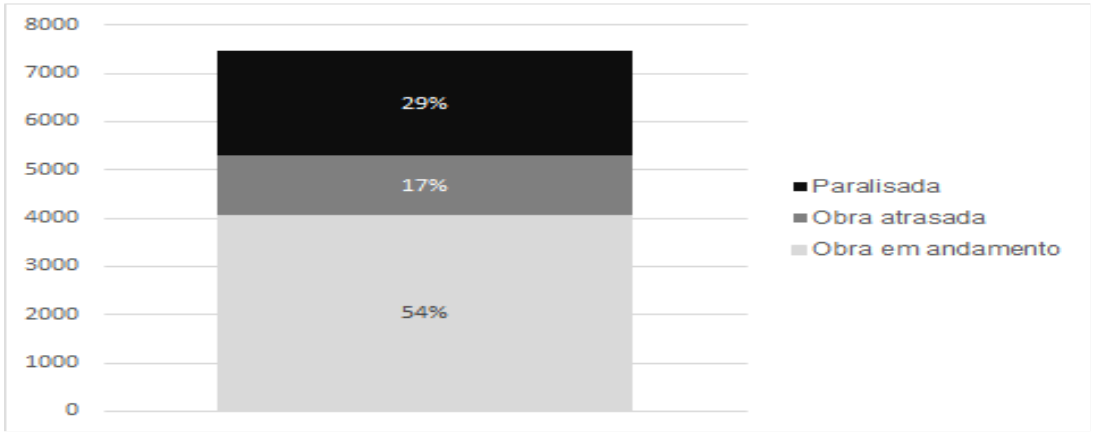


Fonte: CGU,2016

A outra face do problema, no que se refere às obras paralisadas/atrasadas, com foco para construção de creches e escolas, todas com recursos repassados pelo FNDE, a Transparência Brasil[7] realizou trabalho pioneiro, onde consta a análise de 12.935 obras pactuadas entre o FNDE e os municípios entre 2007 e 2017.

Desse total, 7.453 obras ainda não foram entregues, e 4.830 foram concluídas. O gráfico abaixo esclarece a situação dessas 7.453 obras, segundo classificação da Transparência Brasil. Como pode ser observado no gráfico, 46% das obras encontram-se atrasadas ou paralisadas.

Gráfico 1 – Situação das obras segundo a classificação da Transparência Brasil

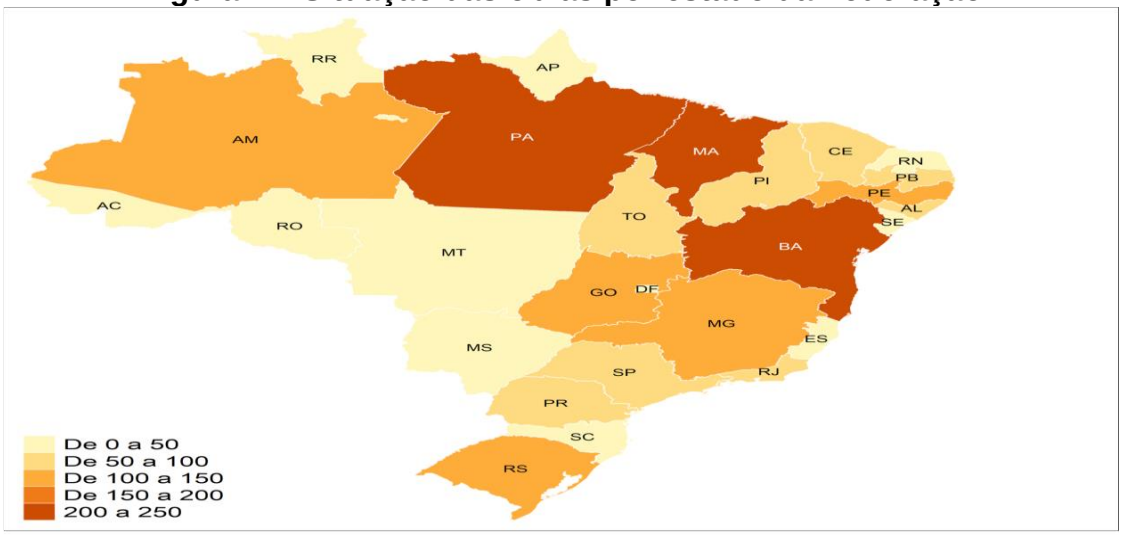


Fonte: SIMEC. Elaborado pela Transparência Brasil

Em termos de distribuição territorial do problema, que em última análise envolve atos de corrupção e graves prejuízos ao erário, registre-se que os pagamentos das obras paralisadas totalizam R$ 1,5 bilhão ao longo dos 10 anos do programa, valores atualizados para junho de 2017.

O mapa a seguir ilustra a situação por estado da Federação:

Figura 2 – Situação das obras por estado da Federação



Fonte: SIMEC. Elaborado pela Transparência Brasil

[7]< https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/RelatorioTadePe23082017.pdf>. Acesso em: 5 set. 2017.

O detalhe revela a fragilidade do controle interno nas administrações públicas, mesmo com os avanços e conquistas dos últimos anos, inclusive com a criação e estruturação da CGU, trazendo, como consequência, a imposição do controle repressivo, transformando o que seria uma atividade rotineira da administração num processo policial e midiático.

Assim, o engajamento do Brasil como signatário de diversos tratados e convenções internacionais, o legitimou no campo internacional na adoção de medidas que importam na cooperação internacional, a exemplo da Convenção Interamericana Contra a Corrupção, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção e a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais internacionais, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), além da reformulação completa de sua legislação interna, como será explicitado adiante.

Em termos de planejamento a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), criada em 2003, como entidade de articulação cuja finalidade é estabelecer uma política pública de combate ao crime de lavagem de dinheiro, passando, posteriormente a adotar a terminologia de Estratégia de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro, identifica algumas ações prioritárias, refletidas resumidamente no quadro abaixo reproduzido:

Quadro 4 – Ações da ENCCLA em 2016 e 2017

QUADRO 2

AÇÕES DA ENCCLA 2016

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Avaliar a transparência nos poderes Legislativo (3 esferas), Judiciário (esfera Federal e Estadual), Ministério Público (esfera Federal e Estadual) e Tribunais de Contas (esfera Federal, Estadual e Municipal).
2	Fomentar a participação social através de instrumentos de transparência ativa para monitoramento das formas de transferência de recursos federais.
3	Criar diretrizes para implantação e efetivo funcionamento dos sistemas estadual e municipal de controle interno.
4	Elaborar diagnóstico e proposição de aprimoramento do sistema brasileiro de proteção e incentivo ao denunciante e whistleblower.
5	Propor a criação de mecanismos que incentivem a adoção de programas de integridade em contratações públicas.

Fonte: http://enccla.camara.leg.br/acoes

QUADRO 3

AÇÕES DA ENCCLA 2017

AÇÃO	DESCRIÇÃO
1	Propor normatização para melhoria dos processos de governança e gestão a serem adotados em todos os Poderes e esferas da Federação, com foco no combate à fraude e à corrupção.
2	Estabelecer diretrizes para atuação coordenada da Advocacia Pública e das estatais com o Ministério Público, os órgãos de controle interno e externo e a Polícia, com vistas à prevenção e ao combate à corrupção.
3	Definir parâmetros e conceituação de conflito de interesses.
4	Consolidar propostas de prevenção à prática da corrupção fomentando a integridade social e a educação para a cidadania.
5	Ampliar o compartilhamento de dados para o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Fonte: http://enccla.camara.leg.br/acoes

Fonte: ENCCLA

Aspecto relevante a merecer registro é a criação no Brasil do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), unidade de inteligência financeira, composto pelo Presidente do COAF, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro da Fazenda, e por onze conselheiros designados em ato do Ministro da Fazenda, tendo como missão Produzir Inteligência Financeira e promover a proteção dos setores econômicos contra a lavagem de dinheiro e o financiamento ao terrorismo.

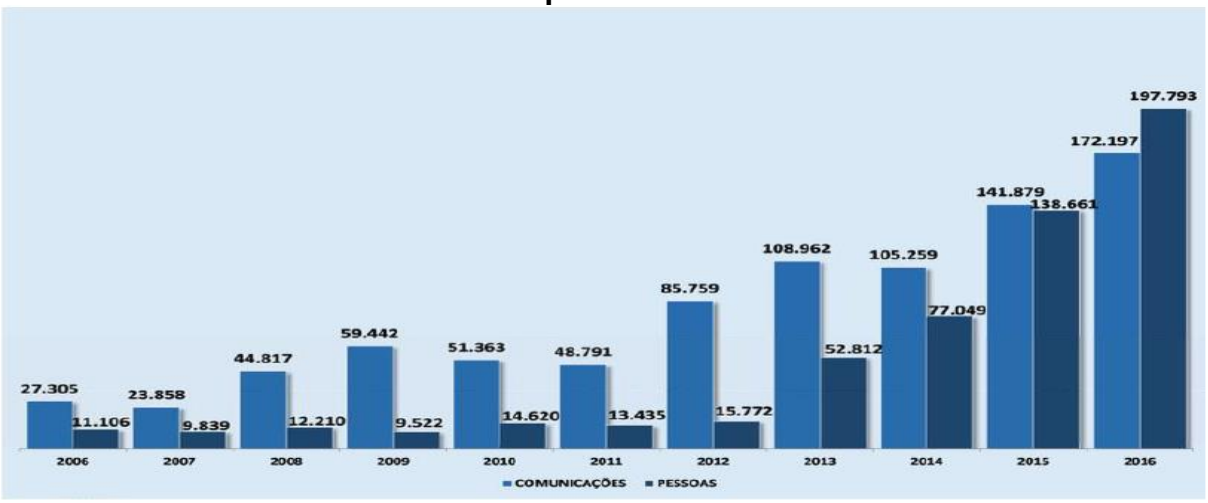
Dentre suas várias atribuições, o COAF monitora atividades financeiras atípicas, produzindo, com base nestes dados, o que se denomina Relatório de Inteligência Financeira (RIF), difundido a diversos órgãos encarregados de combate à lavagem de dinheiro, que, em última análise, desponta como ferramenta importantíssima no combate à corrupção.

Para melhor compreensão e importância deste órgão, temos que no ano de 2016, foram produzidos 5.661 RIFs, sendo 2.009 “de ofício” e 3.652 “de intercâmbio”.

Nesses relatórios foram relacionadas 172.197 comunicações de que trata a Lei nº 9.613/1998, envolvendo 197.793 pessoas físicas e jurídicas.[8]

O gráfico abaixo reproduzido revela a situação encontrada no ano de 2016, assim:

Gráfico 2 – Quantidade de comunicações e de pessoas relacionadas nos RIF’S por ano



Fonte: COAF

[8]< http://www.coaf.fazenda.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2017.

As iniciativas internas e externas revelam, sem subterfúgio, a necessidade de enfrentamento do problema da corrupção, com a utilização dos mecanismos e instrumentos disponíveis, sem que isso importe em redução do espaço das liberdades públicas, muito menos de relativização de direitos fundamentais.

Nenhum direito a menos parece ser um lema interessante nestes tempos de recrudescimento do direito punitivo, com relativização dos meios utilizados na persecução criminal, o que nos faz refletir sobre Maquiavel, em sua célebre obra O Príncipe.

Investigar sobre a corrupção, seu impacto nas economias e na vida dos cidadãos, além das ferramentas disponíveis para seu enfrentamento, obviamente em restrito respeito aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito, é a pretensão deste trabalho, no entanto, sem a veleidade de apresentar fórmulas prontas e acabadas.

Certamente, entre as citações dos autores especializados no estudo do fenômeno da corrupção, seus contornos e formas de combate, será revelada a visão do autor, por simplória que seja.

2.2 ASPECTOS CONCEITUAIS

Em face da multiplicidade de aspectos que integram atos de corrupção, sua definição não parece tarefa simplória, mormente se presentes as distintas abordagens do tema: jurídica, sociológica, economia e política e seus respectivos fundamentos éticos. Sob o prisma léxico temos que a corrupção significa “ato ou resultado de corromper”, “decomposição da matéria orgânica”, “putrefação”, “degradação de valores morais ou dos costumes”, etc.

Sob este prisma, Furtado (2015), evidencia a complexidade do fenômeno e suas disparidades conceituais, optando por sua descrição por meio de situações analíticas, nos seguintes termos:

> A impossibilidade de definição das formas instrumentais de que se revestem os atos corruptos, as dificuldades de delimitação do âmbito de atuação da corrupção, se seria exclusivamente pública ou se existiria a corrupção privada, a circunstância de que se trata de fenômeno que ultrapassa a dimensão jurídica

> para alcançar os âmbitos da sociologia, da política e das relações internacionais, dentre outros aspectos, impedem a elaboração de um conceito acabado de corrupção. (FURTADO, 2015, p.27)

Importante, neste contexto, a visão de Leonardo Boff, em artigo intitulado – corrupção: crime contra a sociedade[9] – assim resumida:

> Comecemos com a palavra *corrupção*. Ela tem origem na teologia. Antes de se falar em pecado original, expressão que não consta na Bíblia mas foi criada por Santo Agostinho no ano 416 numa troca de cartas com São Jerônimo, a tradição cristã dizia que o ser humano vive numa situação de *corrupção.* Santo Agostinho explica a etimologia: corrupção é ter um coração (cor), rompido (ruptus) e pervertido. Cita o Gênesis: "a tendência do coração é desviante desde a mais tenra idade" (8,21). O filósofo Kant fazia a mesma constatação ao dizer: "somos um lenho torto do qual não se podem tirar tábuas retas". Em outras palavras: há uma força em nós que nos incita ao desvio que é a corrupção. Ela não é fatal. Pode ser controlada e superada, senão segue sua tendência.

Na esfera estatal, portanto, no âmbito da administração pública, segundo Garcia (2014),

> a corrupção indica o uso ou a omissão, pelo agente público, do poder que a lei lhe outorga em busca da obtenção de uma vantagem indevida para si ou para terceiros, relegando a plano secundário os legítimos fins contemplados na norma... Assim pensamos por ser o termo corrupção, aos olhos do leigo e de não pouco operadores do Direito, o elemento aglutinador das condutas mais deletérias à função pública, isso sem olvidar a degradação de caráter que indica ao mais leve exame. (GARCIA, 2014, p.51)

A preocupação é não cair na tentação do reducionismo conceitual, ora afirmando que se trata de problemática de cunho moral individual, ora afirmando que se trata de questão cultural, ou seja, alijando do conceito de corrupção, ato complexo por excelência, elementos de ordem histórica, política, social, econômica, ética, dentre outros, dai a dificuldade de formulação conceitual precisa.

É fato, que no campo político o patrimonialismo se apresenta como fator primordial para definição do ato corrupto. Aqui reside a confusão ou a fusão entre o público e o privado como algo natural, decorrente da própria formação do Estado de conformidade com os interesses da classe dominante e/ou dirigente.

Importante definição encontramos na lição de Figueiredo (2014), afirmando:

---

[9]<http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunistas/corrupcao-crime-contra-a-sociedade/>.Acesso em: 01 set. 2017.

> Corrupção é a antítese da democracia, pois que, afinal, esta praga social nada mais é que a negação de ambas essas áureas regras civilizadoras — da antiga e da nova — daí a importância e a urgência de sua erradicação em nosso País, uma vez que uma democracia corrompida nada mais produz que um grotesco simulacro de Justiça. (FIGUEIREDO, 2014)

O Promotor de Justiça Flávio Pereira, de forma mais abrangente e analisando a questão sob o enfoque econômico, afirma:

> A corrupção constitui, em síntese, uma ameaça para a primazia do direito, da democracia e dos direitos humanos, vez que atropela os princípios de uma boa administração, da equidade e da justiça social, prejudicando a livre concorrência, obstaculizando o desenvolvimento econômico e colocando em perigo a estabilidade das instituições democráticas e os fundamentos morais da sociedade.[10]

A realidade brasileira revela os danos causados no ambiente democrático decorrente do fenômeno da corrupção, sem se descurar, por óbvio, acerca da utilização do argumento como justificativa para o rompimento ou esgarçamento da ordem democrática, como revela a história contemporânea.

Sem tergiversar, parece-nos que Guilherme Nucci (2015), reconhecendo *a priori* a dificuldade da formalização de um conceito preciso de corrupção, conseguiu sintetizar suas variáveis, afirmando:

> A corrupção caracteriza-se, nitidamente, pela negociata, pelo pacto escuso, pelo acordo ilícito, pela depravação moral de uma pessoa, gerando, muitas vezes, imensos estragos ao Estado. Mas a corrupção não se limita às fronteiras da Administração Pública, pois corre solta no ambiente privado, em particular, no cenário de empresas particulares. As maiores do mundo, que se autointitulam *honestas*, são surpreendidas, de tempos em tempos, imersas na podridão dos negócios mal vistos e ilegais. (NUCCI, 2015)

Presentes, pois, em tal conceito, as vertentes moral e cultura do fenômeno e suas consequências no ambiente público e privado. Resumindo, uma praga que se alastra nos tempos modernos.

Na verdade, as coisas não parecem tão simplórias, porquanto, na visão filosófica do tema surgem novos e emocionantes complicadores. Assim, com Barros Filho (2014), surgem novos horizontes conceituais, colocando a corrupção não como estado ou essência, mas sobretudo como processo, afirmando:

---

[10]< http://esdp.net.br/reconfiguracao-cooptada-do-estado-o-auge-da-corrupcao/>. Aceso em: 1 set. 2017.

> Nada pode ser corrupto, tampouco estar, porque a palavra corrupção não indica nem uma essência nem um estado. Indica um Processo. Uma transformação. Um deixar de ser. Sua própria negação. Algo que era, mas não é mais. A rigor, a corrupção não é nem aquilo que era nem aquilo em que se converteu. É a própria conversão. A mudança em si. Por tudo isso, nada pode ter a corrupção como essência, já que denuncia o seu fim. Desta forma, não há como ser corrupto. Por isso, o Brasil, sua sociedade, os políticos e fiscais, como também Joaquim, poderão, no máximo, estar em vias de corrupção. Assim como nós, autores deste livro, e você, caro leitor. (BARROS FILHO,2014)

Adiante conclui:

> A ideia de corrupção compreende um tipo particular de transformação. Na corrupção, há decomposição. Mudança que resulta em degradação. Processo no sentido da morte. Explicando melhor, em toda transformação corrompida, o que resulta melhor está mais próximo da morte, do fim, da decomposição radical, do que aquilo que iniciou o processo... A corrupção, portanto, é uma forma de vida que se sabota, que busca seu aniquilamento. O fim da sua própria condição. Existe, portanto, em toda relação de corrupção uma *performance* social suicida. (BARROS FILHO,2014)

2.3 INDICADORES DE PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO – UMA APARÊNCIA

Cumpre esclarecer sobre ponto relevante e que desafia os países signatários ou não de tais compromissos internacionais, qual seja, o estabelecimento de critérios objetivos para medir, com certa margem de segurança, os níveis de corrupção de um determinando país ou região, fato que implica na utilização de critérios pouco confiáveis e com variáveis que independe do esforço individual de cada nação.

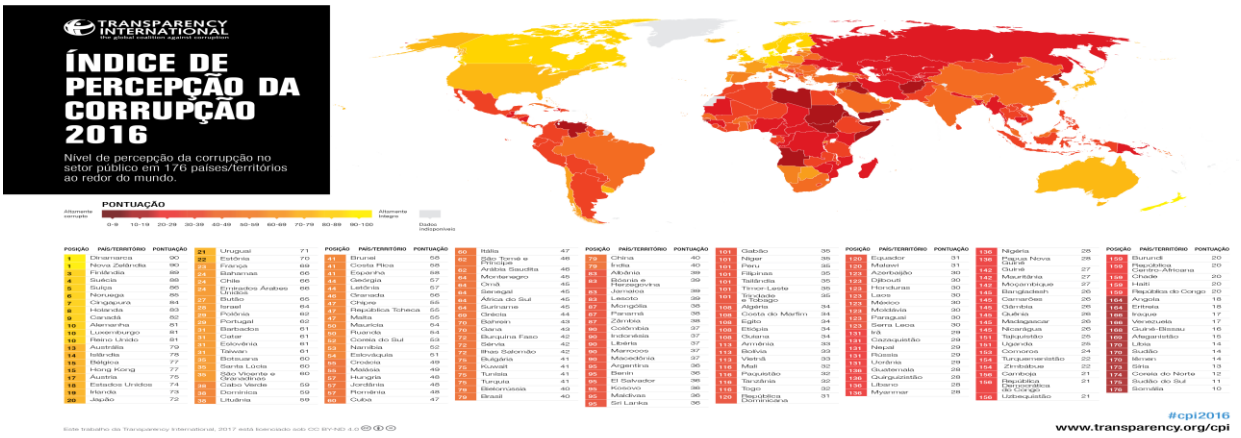
No Brasil, como no resto do mundo, a corrupção está presente e vai continuar, sendo relevante afirmar que o fato que diferencia os diversos países, segundo as metodologias atuais, é o de **percepção da corrupção**, utilizando-se, para tanto, parâmetros internacionais, a exemplo daqueles elaborados pela Transparência Internacional (TI), que pontua e classifica os países com base na percepção da corrupção do setor público, mesmo se reconhecendo que não existe uma forma consistente de avaliar a corrupção em níveis absolutos, com base em dados empíricos concretos.

Assim, no relatório do índice de Percepção da Corrupção 2016, sessenta e nove por cento dos 176 países pesquisados, alcançaram menos de 50 pontos em uma escala de 0 (percebido como altamente corrupto) a 100 (percebido como altamente

íntegro), revelando a dimensão do fenômeno da corrupção no setor público em escala global. Detalhe a merecer destaque no último relatório é a correspondência encontrada entre a corrupção sistêmica e desigualdade social.

Em termos gráficos temos a seguinte situação:

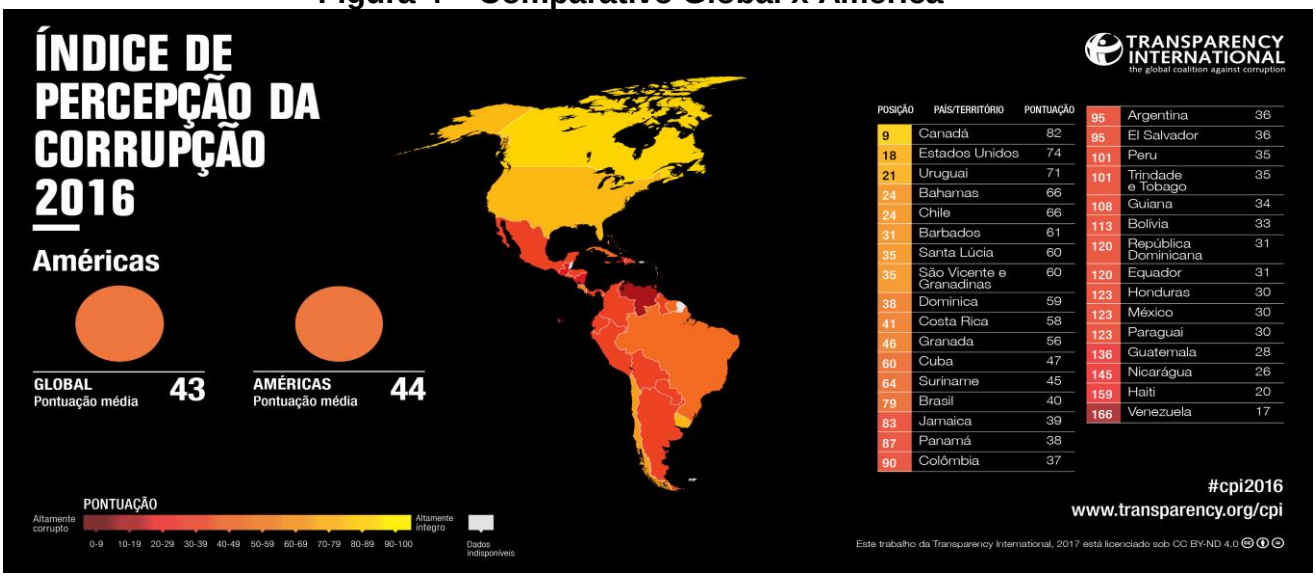
Figura 3 – Nível de percepção da corrupção no setor público em 176 países/territórios ao redor do mundo



Fonte: Transparência Internacional

Para melhor compreensão da posição do Brasil no cenário mundial, reproduzimos o comparativo Global x Américas, nos seguintes termos:

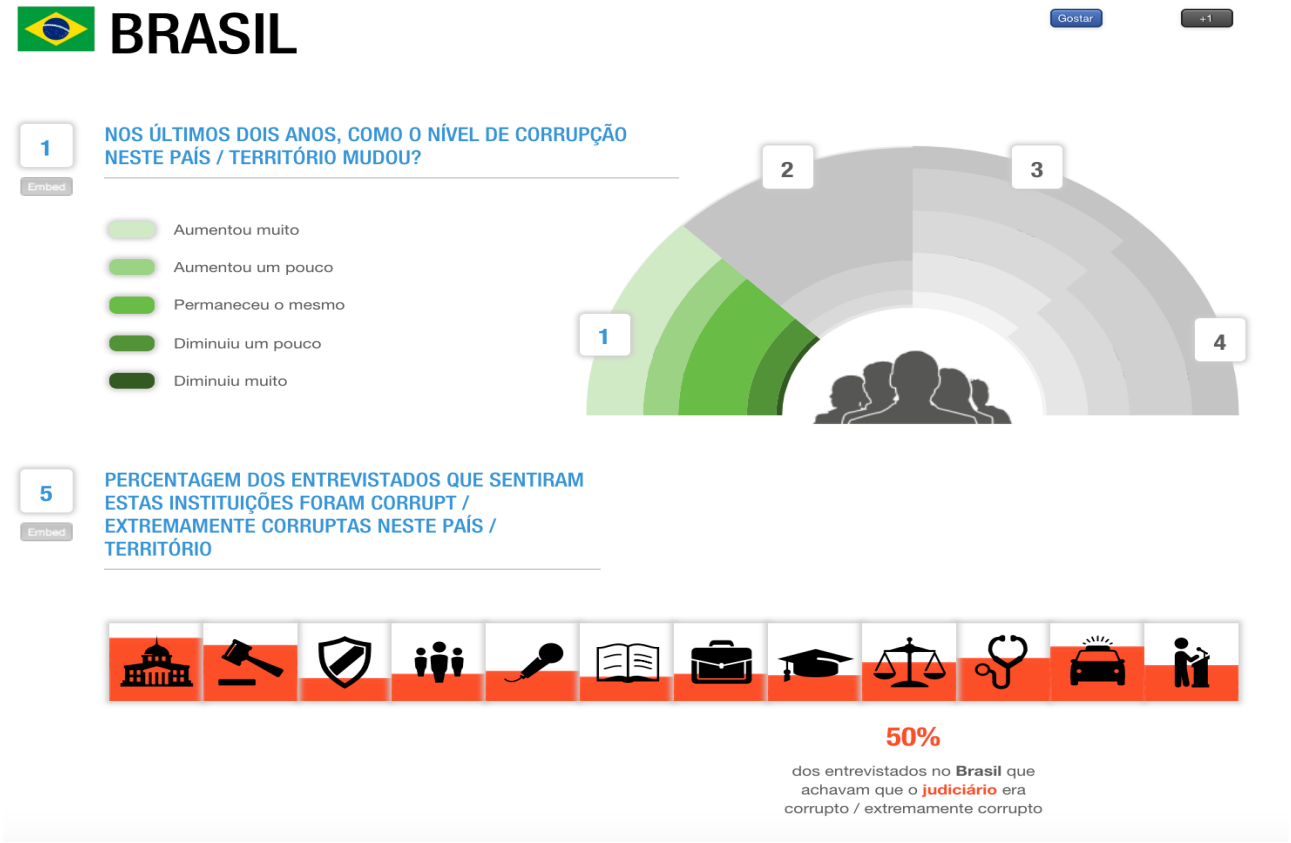
Figura 4 – Comparativo Global x América



Fonte: Transparência Internacional

Nesta mesma linha temos os indicadores do Brasil, que permite uma análise do fenômeno e seu impacto sobre as pessoas, utilizando como referência uma pesquisa envolvendo mais 114 mil entrevistados em 107 países, realizada em 2013, com o seguinte recorte.

Figura 5 – Percepção do nível de corrupção no Brasil



Fonte: Transparência Internacional

O destaque selecionado no resumo indica, de acordo com os achados da pesquisa, que 50% dos entrevistados achavam o Poder Judiciário corrupto/extremamente corrupto, 81% dos partidos políticos eram corruptos, 72% do parlamento era corrupto e 70% achavam que a polícia era corrupta/extremamente corrupta.

A preocupação inicial no que se refere às inconsistências dos indicadores de corrupção, inclusive aqueles utilizados para formatação e definição de políticas públicas, revela-se pertinente e verdadeira, quando, no confronto de dados e

informações publicadas pela Transparência Internacional[11], indicadores de 2017, percebe-se que o Brasil, apesar de enfrentar de maneira consistentes atos de corrupção, principalmente aqueles de grande repercussão e envolvendo empresas privadas e o setor financeiro do país, aparece na posição 96 dente 180 países pesquisados, ou seja, os esforços com ampla divulgação midiática repercutem de maneira negativa, interpretando-se ao aumento da percepção da corrupção com aumento da corrupção em si, o que não se mostra verdadeiro.

O resumo dos dados pode ser assim reproduzido:

Figura 6 – Resumos dos dados obtidos



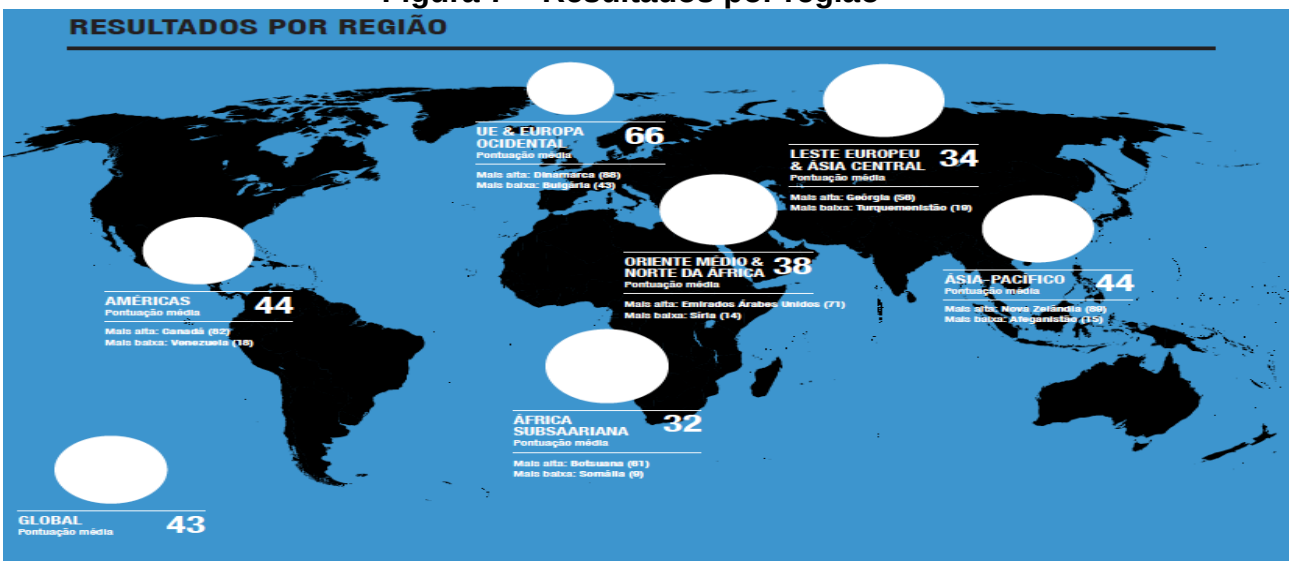
Fonte: Transparência Internacional

O resultado a nível regional indica que o quadro permanece estável, com média global de 43 pontos, o que não revela alteração significativa em realação aos dados encontrados no ano de 2016.

[11]<Disponível em: https://www.transparency.org/gcb2013/country?country=bl>. Acesso em: 21 ago.2018.

A compilação dos dados podem ser assim sintetizados:

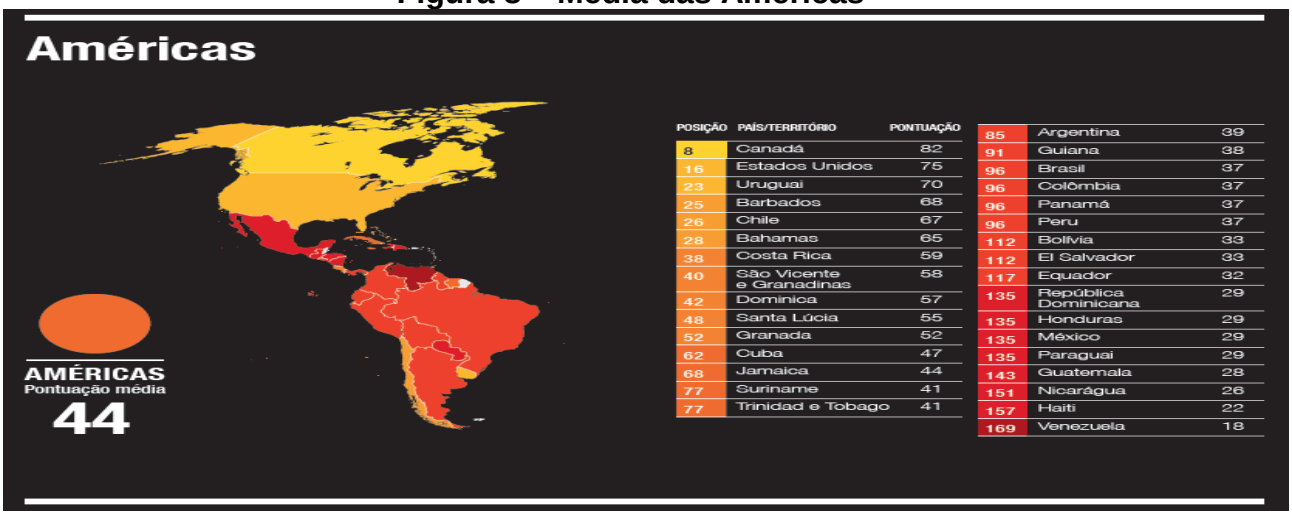
Figura 7 – Resultados por região



Fonte: Transparência Internacional

A média das Américas, aí englobando os dados referentes ao Brasil, é a de número 44 no ranking global (que é de 43 pontos), destacando-se que a piora do Brasil na pontuação individual geral, saindo da 79 colocação em 2016 para 96 em 2017, pouco ou quase nada importou nos achados em relação às Américas com pontuação média de 44 pontos, como se observa da reprodução a seguir:

Figura 8 – Média das Américas



POSIÇÃO	PAÍS/TERRITÓRIO	PONTUAÇÃO
8	Canadá	82
16	Estados Unidos	75
23	Uruguai	70
25	Barbados	68
26	Chile	67
28	Bahamas	65
38	Costa Rica	59
40	São Vicente e Granadinas	58
42	Dominica	57
48	Santa Lúcia	55
52	Granada	52
62	Cuba	47
68	Jamaica	44
77	Suriname	41
77	Trinidad e Tobago	41
85	Argentina	39
91	Guiana	38
96	Brasil	37
96	Colômbia	37
96	Panamá	37
96	Peru	37
112	Bolívia	33
112	El Salvador	33
117	Equador	32
135	República Dominicana	29
135	Honduras	29
135	México	29
135	Paraguai	29
143	Guatemala	28
151	Nicarágua	26
157	Haiti	22
169	Venezuela	18

Fonte: Transparência Internacional

O estudo intitulado *Bribe Payers Index*[12] (Índice de Pagadores de Suborno, em tradução livre), também desenvolvido pela Transparência Internacional, foi elaborado a partir de entrevistas com 2.742 empresários de 26 países e analisou a propensão ao pagamento de suborno de empresas dos 22 maiores países exportadores.

Portanto, no que se refere à percepção do cidadão sobre o fenômeno da corrupção, os países, a exemplo do Brasil, enfrentam sérios dilemas, ou seja, melhorando seu arcabouço normativo interno, assumindo compromissos internacionais e combatendo com determinação a corrupção, por óbvio, aumenta a percepção da população sobre atos de corrupção, e, consequentemente, piora seus indicadores internos e externos.

Exemplo significativo dessa afirmação é o caso brasileiro, onde, após 4 (quatro) anos da "operação lava jato" e seus desdobramentos por vários Estados, com seus erros e acertos, propalando-se repatriação de milhões de reais e a prisão de centenas de pessoas, os indicadores da Transparência Internacional apontam para o aumento da percepção da corrupção, o que se revela trágico ante a fragilidade do método, esclarecendo-se: tornar a corrupção perceptível, por qualquer meio, não significa o aumento dela (corrupção).

Afirma-se, portanto, que, no senso comum, o combate à corrupção gera a sensação de aumento do fenômeno, com graves consequências econômicas e políticas, ocasionando a desestabilização democrática como consequência. Uma verdadeira armadilha/cilada a que estão submetidos os países que adotam políticas públicas de enfrentamento dos atos de corrupção.

Neste particular, vale a lição de Garcia (2014) nos seguintes termos:

> Essa observação se faz necessária na medida em que a maior participação popular, inclusive com um sensível aumento de acesso aos meios de comunicação, pode conduzir à equivocada conclusão de que, não obstante os ventos democráticos que atualmente arejam o País, a corrupção tem aumentado. A corrupção, em verdade, sempre existiu. Em regimes autoritários, no entanto, poucos se atreviam a retirar o véu que a encobria, mostrando-lhe a face. Os motivos, aliás, são de todos conhecidos. Assim, é preciso não confundir inexistência de corrupção com desconhecimento da corrupção. (GARCIA, 2014, p.57)

[12]<http://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/12/081209_transparencia_cq.shtml>. Acesso em: 03 set. 2017.

Em conclusão a tais questões, esclarece o autor:

> Enquanto o “índice de percepção da corrupção” reflete a percepção da corrupção pelos empresários e outros analistas, o “barômetro global da corrupção” mede seu impacto sobre as pessoas por ela afetadas. Tal medição, longe de ser realizada com a elaboração de um índice unitário, é integrada por múltiplos referenciais de análise, permitindo a visualização do impacto causado pela corrupção sob diferentes ângulos. (GARCIA, 2014, p.57)

No que pese o esforço em aferir ou dimensionar os níveis de corrupção de qualquer país, tais indicadores ainda se revestem de fragilidade, quando não são utilizados como argumento tosco para substituição dos golpes militares armados, com uso da força física, por modelos mais sofisticados de intervenção e desestabilização de países democráticos, a exemplo do golpe parlamentar de 2016, que tinha como pano de fundo exatamente o argumento da corrupção.

Com os olhos voltados para corrupção no setor público estatal, passa ao largo da população, a corrupção desenfreada nas atividades privadas, nomeadamente empresarial, que custa ao Estado o volume de 500 bilhões de reais por ano, usando as palavras de Carlos Drummond[13]:

> A sonegação de impostos, por exemplo, **tem sete vezes o tamanho da corrupção, mas recebe atenção mínima da sociedade e do noticiário.**
> Deixa-se de recolher 500 bilhões de reais por ano aos cofres públicos no País, calcula o presidente do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional, Heráclio Camargo. O custo anual médio da corrupção no Brasil, em valores de 2013, corresponde a 67 bilhões anuais, informa José Ricardo Roriz Coelho, diretor-titular do Departamento de Competitividade e Tecnologia Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com base em cálculos recentes. (Grifo nosso)

Em termos ilustrativos a matéria nos remete a uma séria reflexão, posto que, no País que é vice em sonegação, só a corrupção interessa. Vejamos:

[13] Disponível em:<https://www.cartacapital.com.br/economia/sonegacao-de-impostos-e-sete-vezes-maior-que-a-corrupcao-9109.html>. Acesso em: 22 ago.2018.

Figura 9 – Ilustração da matéria da posição do Brasil no mundo



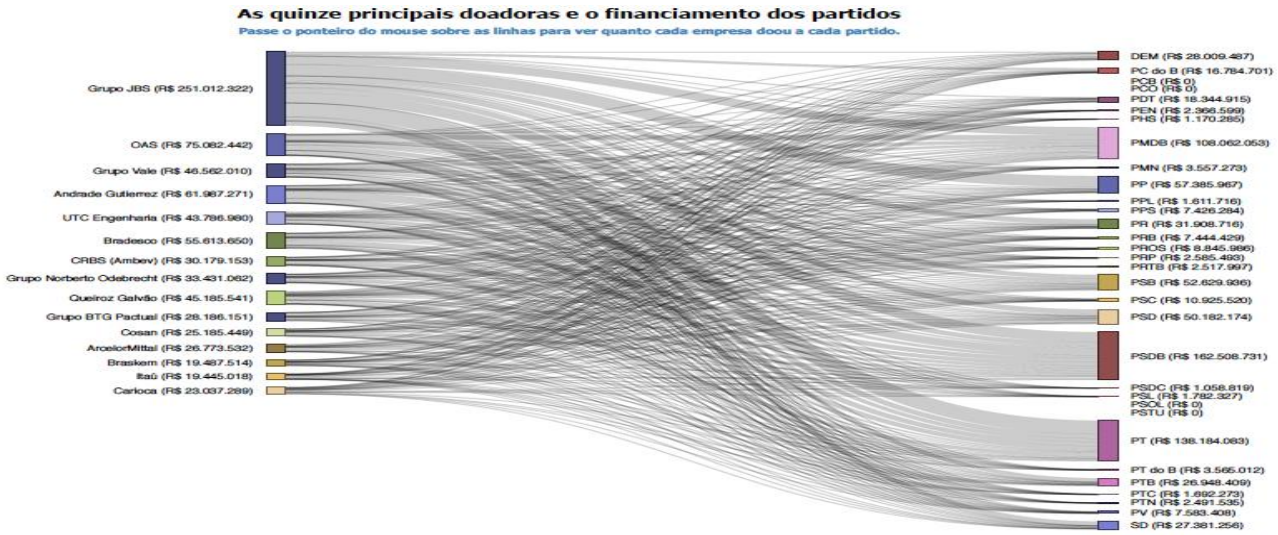
Fonte: Carta Capital

Em análise à concentração de renda no Brasil, fruto também do modelo mais severo de corrupção – a sonegação fiscal - Segundo Sérgio Wulff Gobetti, Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Rodrigo Octávio Orair, Pesquisador do Ipea e do International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG*),*

> essa distorção deve-se, principalmente, a uma peculiaridade da legislação brasileira: a isenção de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus sócios e acionistas. Dos 71 mil brasileiros super-ricos, cerca de 50 mil receberam dividendos em 2013 e não pagaram qualquer imposto por eles. Além disso, beneficiaram-se de uma baixa tributação sobre ganhos financeiros, que no Brasil varia entre 15 por cento e 20 por cento, enquanto os salários estão sujeitos a um imposto progressivo, cuja alíquota máxima de 27,5 por cento atinge níveis muito moderados de renda (acima de R$ 4,7 mil de renda mensal ou EU 1,3 mil em 2015).

Mesmo que não seja o foco principal da presente dissertação, até porque as doações eleitorais por pessoas jurídicas foram proibidas por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF -, entendo relevante registrar o formato anterior, no que se refere às doações eleitorais a partidos políticos e candidatos, elaborado pela ONG Às Claras[14], que, sem qualquer sobra de dúvida, alimentou durantes anos o sistema político nacional, importando na captura do Estado por grandes grupos econômicos e financeiros, assim retratado:

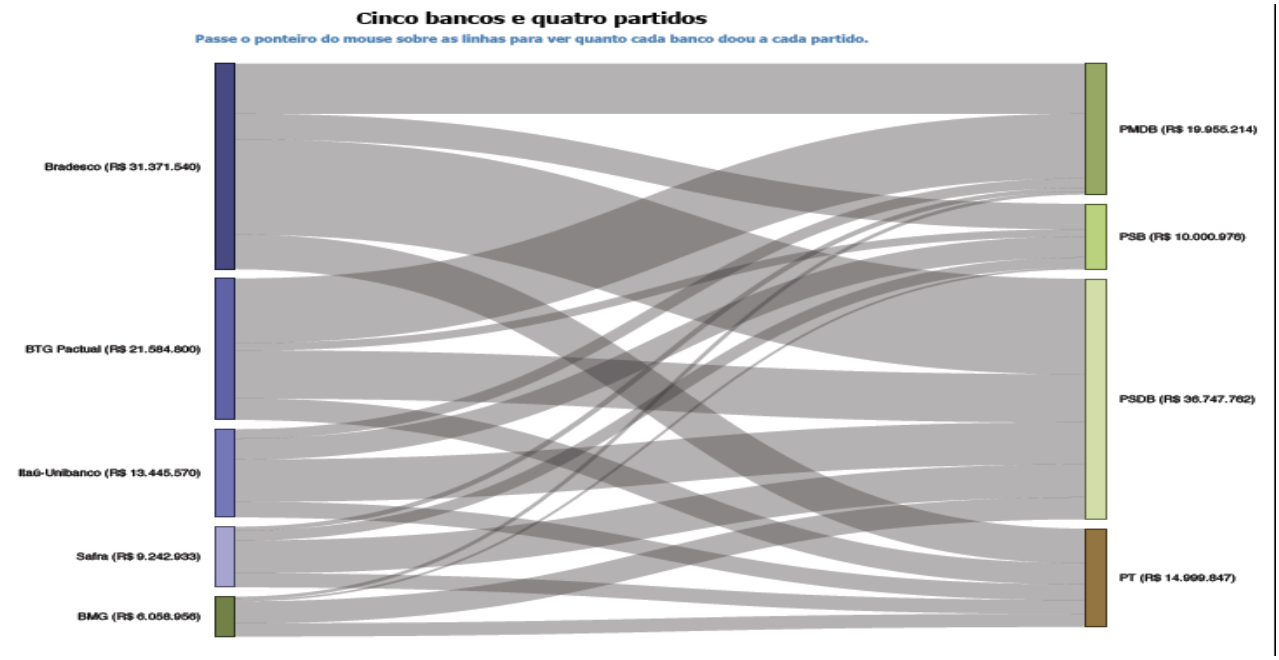
Figura 10 – As quinze principais doadoras e o financiamento dos partidos



Fonte: ONG Às Claras

Quando nos deparamos com a realidade das doações eleitorais envolvendo grandes bancos, constata-se que a realidade não guarda grandes diferenças dos grupos empresariais, nos exatos termos:

Figura 11 – Cinco bancos e quatro partidos



Fonte: ONG Às Claras

[14] Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/arvores/arvores.php>. Acesso em: 22 ago.2018.

Não é exagero, portanto, se afirmar que o Estado foi literalmente capturado por grandes empresários e banqueiros, que, mesmo diante da violenta concentração renda, sempre exibem em seus balanços lucros inadmissíveis, somando, a esse quadro dantesco, a sonegação fiscal que ultrapassa em sete vezes o valor da corrupção.

Afinal, qual corrupção se pretende enfrentar?

2.4 CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INSTRUMENTO DE ENFRENTAMENTO DA CORRUPÇÃO

Inicialmente se faz necessária uma breve contextualização do problema a ser definido – o que queremos controlar? - e aplicado como regra no Brasil. Temos aqui um país com dimensões continentais, diversidades regionais e culturais inimagináveis.

Dados recentes do IBGE[15] indicam que a projeção da população brasileira para 2017 é de 207 milhões de habitantes, ficando o Estado do Ceará na margem dos 9 milhões de habitantes, o que, aliado a uma área territorial de 8,5 milhões de quilômetros quadrados, a existência de 26 Estados, o Distrito Federal e 5.570 municípios, todos com competência legislativa estabelecidas constitucionalmente, além daquelas previstas nas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, representa uma fotografia do desafio de construir sistemas de controles eficazes no enfrentamento da corrupção.

A necessidade de fortalecimento dos sistemas de controle se coloca como um desafio diário, compatível com os avanços tecnológicos que, há um só tempo, são utilizados pelos órgãos de controle, mas, também, pelas organizações criminosas atuantes no setor público, esfera de conforto graças ao elevado grau de impunidade, derivado de causas diversas e complexas, que não comporta análise nesta oportunidade. Aqui, temos da inação ao ativismo do Poder Judiciário, perpassando pela deformidade ou distorção na composição dos Tribunais de Contas.

A comunidade internacional enxerga no controle das atividades administrativas, instrumento eficiente e eficaz de combate à corrupção, prevendo, na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o mais abrangente tratado

internacional sobre o assunto, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº. 348, de 18 de maio de 2005, e promulgada pelo Decreto Presidencial nº. 5.687, de 31 de janeiro de 2006, a necessidade de adoção pelos Estados Partes, manterem órgãos independentes no controle da administração pública.

Consta do Art. 6° da referida Convenção:

> Órgão ou órgãos de prevenção à corrupção.
>
> 1. Cada Estado Parte, de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, garantirá a existência de um ou mais órgãos, segundo procede, encarregados de prevenir a corrupção com medidas tais como:
> a) A aplicação das políticas as quais se faz alusão no Artigo 5 da presente convenção e, quando proceder, a supervisão e coordenação da prática dessas políticas;
> b) O aumento e a difusão dos conhecimentos em matéria de prevenção da corrupção.
> 2. Cada Estado Parte outorgará ao órgão ou aos órgãos mencionados no parágrafo 1 do presente Artigo a independência necessária, de conformidade com os princípios fundamentais de seu ordenamento jurídico, para que possam desempenhar suas funções de maneira eficaz e sem nenhuma influência indevida. Devem proporcionar-lhes os recursos materiais e o pessoal especializado que sejam necessários, assim como a capacitação que tal pessoal possa requerer para o desempenho de suas funções.
> 3. Cada Estado Parte comunicará ao Secretário Geral das Nações Unidas o nome e a direção da(s) autoridade(s) que possa(m) ajudar a outros Estados Partes a formular e aplicar medidas concretas de prevenção da corrupção.

É certo, que o Brasil como signatário deste importante instrumento, tem a responsabilidade de fazer cumprir suas cláusulas, por óbvio, aperfeiçoando seus mecanismos de controle interno e externo, principalmente.

Diante dos vários sistemas de controle e pluralidade conceitual, dependendo do enfoque doutrinário, nos deteremos, nesta oportunidade, adotando a terminologia que se apresenta como consensual, e que deriva, em parte, do próprio modelo definido na Constituição Federal, ou seja: controle interno, controle externo, controle social, controle repressivo e controle judicial, sem desconhecer a existência do controle político ou parlamentar, controle financeiro, etc.

A atividade de controle administrativo, segundo Di Pietro (2003), pode ser assim definida:

---

[15]<http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 02 set. 2017.

> Pode-se definir o controle da Administração Pública como o poder de fiscalização e correção que sobre ela exercem os órgãos dos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, com o objetivo de garantir a conformidade de sua atuação com os princípios que lhe são imposto pelo ordenamento jurídico. (DI PETRO, 2003, p. 599)

De maneira mais abrangente temos o controle social, composto, principalmente, por conselhos e organizações da sociedade civil, decorrência do princípio constitucional da transparência como dever da administração pública honesta.

2.4.1 Controle interno

Também conhecido como autocontrole, o controle interno é exercido pela própria administração pública sobre todos os atos administrativos e de acordo com os instrumentos normativos e técnicos previamente estabelecidos, inerente a cada poder ou unidade da administração.

Aqui cabe o registro sobre ponto relevante a evidenciar as dificuldades de ordem operacional, esbarrando qualquer iniciativa de caráter mais geral no princípio da autonomia dos municípios, também de índole constitucional (art. 18 da CF e art. 25 da CE), portanto, instituindo os sistemas de controle interno como melhor lhe aprouver, detalhe que inviabiliza qualquer uniformidade de procedimentos neste campo sensível da administração pública, potencializando a fiscalização da fração em detrimento do todo.

No âmbito do controle interno destacamos o posicionamento sumulado pelo STF – Súmula 473 – ressaltando a prevalência do interesse público, dotando a administração pública do poder de sindicar o ato administrativo, mesmo que legítimo, possibilitando sua revogação ou modificação, em virtude de violar princípios e/ou regras preestabelecidas, nos seguintes termos:

> A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.[16]

[16]<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=jurisprudenciaSumula&pagina=sumula_401_500>. Acesso em: 02 set. 2017.

Em decorrência do entendimento do STF, a administração pode anular, revogar ou alterar os seus próprios atos, e punir os seus agentes que comprovadamente tenham envolvimento com ilícitos administrativos, aplicando as penalidades estatutárias, por óbvio, assegurando a todos eles a amplitude da defesa e do contraditório. A Administração só anula o ato ilegal, e revoga ou altera o ato legal, mas que seja ineficiente, inoportuno ou inconveniente, se ainda passível de supressão ou modificação.

Para fins da realização do controle interno a administração pública conta com importantes instrumentos, a exemplo das Controladorias-Gerais instituídas no âmbito das três esferas de poder, que, sem embargos, atuam de maneira preventiva, possibilitando, muitas das vezes, a correção ou nulidade de atos administrativos, atentas aos princípios constitucionais e aos critérios de conveniência e oportunidade.

França (2016) resume de maneira didática a importância do controle interno para fins de combate a atos de corrupção, *verbis:*

> Tal sistema de controle representa, em cada unidade administrativa, a verdadeira concatenação de esforços dos entes federativos da República para atingir os ditames constitucionais de legalidade, legitimidade, economicidade e de bem servir o administrado, sob o prisma do controle horizontal da sua atividade. (FRANÇA,2016, p.105)

Assim, no que se refere ao controle interno a previsão constitucional é clara e alcança as três esferas de poder, senão vejamos:

> **Art. 74.** Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:
> **I** - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
> **II** - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
> **III** - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
> **IV** - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
> **§ 1º** Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

Importante salientar sobre o comprometimento dos responsáveis pelo controle interno da administração pública, decorrendo do próprio texto constitucional

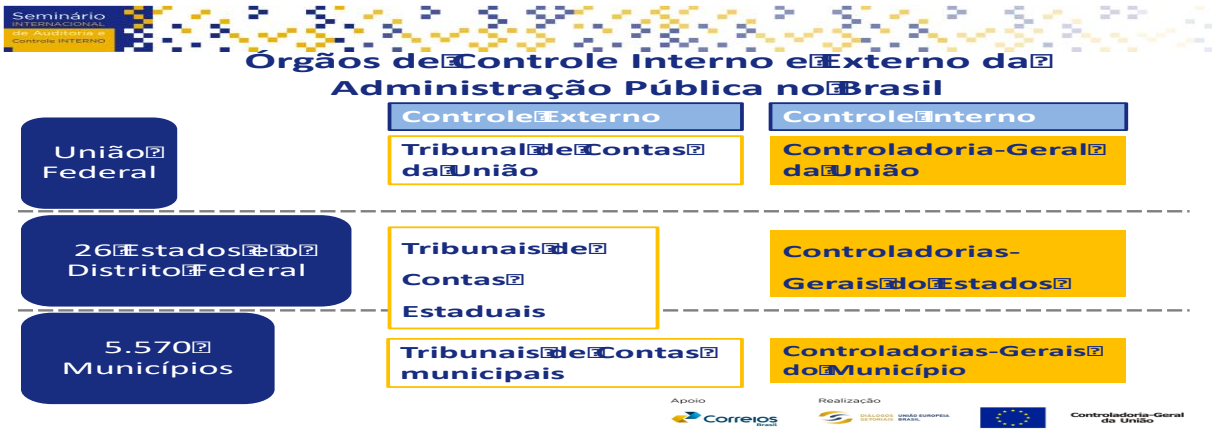
sua responsabilidade pessoal e solidária, quando, conhecendo irregularidades ou ilegalidades, se omitam no dever de dar ciência ao órgão de controle externo, que, por simetria, alcança também os demais tribunais de contas estaduais e municipais, onde houver.

A autoridade do controlador, principalmente nos pequenos municípios, figura, talvez, como única possibilidade de superação de ilegalidades, daí a importância de sua institucionalização como órgão dotado de independência, condição necessária para identificação de atos ilegais e/ou imorais, possibilitando corrigi-los longe da atuação dos órgãos de controle repressivo, nem sempre eficientes e muitas vezes utilizados para fins diversos e seletivos.

Neste diapasão, o controle interno não atua como “agente da oposição”, como afirma o senso comum, sendo, na verdade, instrumento que protege o administrador e a administração pública, por consequência a sociedade, relegando a plano secundário o agir *a posteriori,* sempre pernicioso e antieconômico.

Sendo decorrência expressa do comando constitucional, temos que, em termos esquemáticos, o controle interno pode ser assim representado:

Figura 12 – Órgãos de Controle Interno e Externo da Administração pública no Brasil



Fonte: Controladoria-Geral da União

A situação dos municípios brasileiros, especialmente no Estado do Ceará, é deveras preocupante, resistindo sistematicamente na implementação deste eficiente instrumento de controle, a ponto do extinto Tribunal de Contas dos Municípios (TCM),

elaborar um “Manual da Instrução Normativa n° 01/2017: sistema de controle interno municipal”, com orientações gerais para *criar, implantar, manter e coordenar o Sistema de controle Interno nos Poderes executivo e Legislativo Municipais*[17]*,* mesmo que decorridas quase três décadas da promulgação da Constituição Federal.[18]

Destarte, no que se refere aos municípios brasileiros, é possível resumir o controle interno e externo, e seu fundamento constitucional, da seguinte forma:

Quadro 5 – Tipos de controle, execução e amparo legal

TIPOS DE CONTROLE	EXECUÇÃO	AMPARO LEGAL
EXTERNO	CÂMARA MUNICIPAL com o auxilio do TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	Artigo 71 da CF Artigo 78 da CE
INTERNO	PODER EXECUTIVO em suas diversas áreas de atuação (Adm. Direta e Indireta) e PODER LEGISLATIVO.	Artigo 74 da CF Artigo 80 da CE Artigos 75 a 80 da LEI n. 4320/64

Fonte: TCM-CE

A opção da administração pública – discricionariedade – pelo modelo e oportunidade de acionar os controles colocados a sua disposição, pode significar, em última análise, apenas a constatação dos prejuízos e materializar atos de corrupção, transformando o que seria rotina administrativa em espetáculo midiático. É que, na forma preconizada no art. 77 da Lei n° 4.320/64, a atividade de controle pode ser efetivada em vários momentos, ou seja, o controle prévio, controle concomitante e controle subsequente ou *a posteriori,* significando dizer que a escolha por um destes modelos pode, em tese, significar a proteção integral (controle prévio), ou a materialização dos prejuízos como anotado acima, com forte estímulo a prática de atos de corrupção.

2.4.2 Controle externo

Previsto no corpo da Constituição Federal, o controle externo é exercido pelo congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas, nos seguintes termos:

[17]<http://www.tcm.ce.gov.br/tcm-site/wp-content/uploads/2017/06/MANUAL-DA-INSTRUÇÃO-normativa-n°-01-2017-sistema-de-controle-interno-municipal.pdf>. Acesso em: 5 set. 2017.

[18] O TCM-CE foi recentemente extinto através de Emenda à constituição do Estado do Ceará, sendo suas atribuições e competências incorporadas ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, iniciativa questionada através da ADI no STF julgada improcedente.

> Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:
> I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar de seu recebimento;
> II - julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

A principal crítica que paira sobre a atuação dos Tribunais de Contas, no que se refere ao exercício de suas competências como órgão responsável pelo Controle Externo das administrações públicas, diz respeito à sua composição e método de escolha de seus integrantes, o que, de certo, fragiliza sua independência e o mantém como mero órgão de constatação dos atos de corrupção, ou seja, executa o pior dos controles, o controle *a posteriori.*

O tema não traz qualquer novidade e revela o que vários estudiosos já alertaram, ou seja, o desvio constitucional na nomeação de Ministros/Conselheiros, existindo várias propostas de iniciativa parlamentar para, minimamente, afastar os interesses de controle do órgão ficalizador pelas demais esferas de poder, nomeadamente o Poder Executivo.

Nesta linha de argumentação a Transparência Brasil[19] realizou trabalho inédito buscando identificar a composição de cada tribunal, seus custos e, acima de tudo, o viés político na nomeação das referidas autoridades. O estudo, assim apresentado, talvez explique a fragilidade do controle externo no país, que, decorrência disso, leva a administração pública ao confronto quase que diário, com as formas repressivas de controles, ora por ação das polícias judiciárias, ora por ação do Ministério Público, inclusive nos menores e mais pobres municípios brasileiros.

A primeira constatação vem logo na parte introdutória da pesquisa, que revela:

> Principais órgãos auxiliares do Poder Legislativo na fiscalização dos recursos públicos, os Tribunais de Contas brasileiros são ocupados majoritariamente por ex-políticos de carreira. Muitos fazem parte de clãs políticos locais e vários são homens públicos de reputação nada ilibada. Essas são as conclusões levantamento realizado pela Transparência Brasil sobre a vida pregressa de todos os 233 conselheiros em exercício nas 34 cortes.

[19]Disponível em: <https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/TBrasil%20-%20Tribunais%20de%20Contas%202016.pdf>.Acesso em: 22 ago.2018.

O critério político usado como parâmetro para nomeação dos Ministros/Conselheiros dos Tribunais de Contas tem causados sérios entraves ao pleno exercício do controle externo das contas públicas, sendo que, segundo a Transparência Brasil, oito em cada dez conselheiros haviam ocupado, antes de sua nomeação, cargos eletivos (como prefeito, vice-prefeito, deputado estadual, deputado federal e senador) ou de nomeação com destaque político, como dirigentes de empresa pública ou autarquia, secretário estadual ou municipal.

Quase metade já foi deputado estadual (107), o que resta sintetizado no quadro a seguir:

Quadro 6 - Cargos ocupados por conselheiros

CARGO	NÚMERO DE CONSELHEIROS
Deputado Estadual	107
Secretário Estadual	62
Vereador	48
Dirigente de empresa pública, autarquia.	37
Secretário Municipal	29
Prefeito	22
Procurador-Geral	17
Deputado Federal	16
Vice-prefeito	9
Senador	3
Ministro	2
Governador	1

Fonte: Transparência Brasil

Segundo a mesma instituição, a forte politização dos Tribunais de Contas é facilitada por dois fatores. Primeiro, pela maneira leniente como a Constituição de 1988 trata as pré-qualificações desses agentes (arts. 71-75). As exigências se restringem a aspectos formais (ter entre 35 e 70 anos de idade e dez anos de experiência profissional correlata) e a critérios vagos de difícil verificação, como “idoneidade moral”, “reputação ilibada” e “notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

A par dessa problemática, o Tribunal de Contas da União[20] – TCU - disponibiliza diversas ferramentas de consulta pública, a exemplo de licitantes inidôneos, pessoa físicas inabilitadas para exercer função pública e aqueles que tiveram suas contas, enquanto gestores, julgadas irregulares, o que, na prática, viabiliza o controle por diversas esferas da administração pública, além de incentivas o controle social.

No que se refere às auditorias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU usamos como parâmetro a auditoria realizada em Órgãos e Entidades Federais e Estaduais, com atuação no Estado do Ceará, com o objetivo de apresentar um panorama do Estado, contemplando uma visão ampla e abrangente de sua situação geográfica e econômico-social.

A figura abaixo é reveladora:

Figura 13 – Panorama do Estado do Ceará



Fonte: Jornal Diário do Nordeste

É certo afirmar sobre a falência dos órgãos de controle externo no que diz respeito ao enfrentamento da corrupção, e isso se mostra evidente, especialmente quando as únicas ferramentas colocadas à disposição das autoridades, são, sem

[20]Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/svlhighlight?key=41434f5244414f2d434f4d504c45544f2d31363439363234&sort=relevancia&ordem=desc&bases=acordaocompleto;&highlight=&posicaoDocumento=0&numDocumento=1&totalDocumentos=1> . Acesso em: 22 ago.2018.

dúvidas, aquelas derivadas do exercício da força do Estado, de caráter meramente repressivo e punitivo (controle repressivo), sem nenhuma ou pouca possibilidade de modificação de condutas e valores, nomeadamente quando tais ações, de corriqueiras que deveriam ser, tomam proporções midiáticas, com forte impacto na economia e nas instituições democráticas do país.

O que deveria ser rotina no serviço público, passa a ser ato de heroísmo, e seus protagonistas elevados à condição de Deuses.

2.5 TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – CONTROLE SOCIAL

Decorrente de preceito constitucional, a transparência e a participação popular (controle social), são consideradas como indispensáveis para definição e acompanhamento das políticas públicas, marco importante, também, no que se refere ao enfrentamento da corrupção, posto que viabiliza o controle *prévio* sobre os recursos públicos, de longe a mais importante e eficiente forma de controle. Na mesma linha as convenções internacionais estimulam a transparência e a participação como necessárias à prevenção e combate aos atos de corrupção.

Como afirmado acima, o princípio da transparência deriva do próprio texto constitucional, assim reproduzido:

> Art. 5o (...) LX - LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;
>
> Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)

A publicidade inerente aos atos de gestão da Administração Pública, e condição de validade dos mesmos, (Art. 37 da CF), assegura o acesso universalizado em linguagem adequada aos mais diversos públicos, sendo veículo republicano condutor para proporcionar a participação e o efetivo controle social, minimizando, ao lado de outras ferramentas, os danos causados pela corrupção.

Com a finalidade de aperfeiçoar o princípio da publicidade, foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de

2000, instituindo os portais de transparência, que passaram a ser um instrumento obrigatório para o pleno conhecimento e acompanhamento pela sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, enfim, da arrecadação e destinação dos recursos públicos, figurando como mais um instrumento de facilitação do controle social.

O desenho da política de transparência passa a ser, então, definida de maneira estratégica, inclusive com sanções a serem aplicadas aos gestores e órgãos públicos, se, quando de sua aferição nos marcos temporais estabelecidos, importarem em eficácia limitada, ou seja, não viabilizarem o amplo acesso a todos os cidadãos, em linguagem clara, acessível e tempestiva, das informações de interesse de toda a sociedade.

O avanço normativo importa em reconhecer a transparência e participação como instrumentos sistemáticos de aprimoramento e fortalecimento da cidadania, e como forma de controle social sobre a Administração Pública. Por consequência, busca minimizar e até mesmo prevenir, de forma solidária e através do controle social efetivo e direto, diversos atos e modalidades de corrupção.

Registro que, do ponto de vista empírico, decorrência de duas décadas de atuação no Ministério Público do Estado do Ceará, nos diversos órgãos de controle repressivo dos atos de corrupção, a maioria das denúncias levadas a efeito pelos mais variados segmentos sociais, estão fundadas em indícios e/ou provas coletadas nos portais de transparência, organizados nas mais diversas esferas da administração pública.

Em análise ao impacto das convenções internacionais anticorrupção no Brasil, Mônica Nicida Garcia (*apud* CHAVES, 2008), alerta para as ações preventivas e para o acesso a informações, assim:

> Interessante notar a grande ênfase que foi dada, naquelas recomendações, às medidas de caráter eminentemente preventivo. De fato, além de incentivar o Brasil a continuar a fortalecer os órgãos de controle superior, as recomendações fazem referencias á **necessidade de se sistematizar as disposições que garantem o acesso á informação pública, de estimular a consulta dos setores interessados em relação ao desenho de políticas públicas, fortalecer e estimular a participação da sociedade civil e de organizações não-governamentais na gestão pública**, especialmente nos esforços para prevenir a corrupção **ampliando a divulgação de informações**

> **oficiais através de diversos meios eletrônicos**. (GARCIA *apud* CHAVES, 2008, p. 82)

Na perspectiva de universalizar a transparência e o controle social, a Controladoria Geral da União[21] CGU (2018), adotou ação preventiva de apoio às prefeituras de todo o país, disponibilizando a todos a coletânea "Município Transparente". A série disponibiliza, em meio digital, publicações voltadas ao aprimoramento da gestão de recursos federais. A iniciativa destina-se a ampliar a transparência e a prevenção à corrupção nos municípios brasileiros.

Mesmo que se reconheça a existência de normas anteriores tratando do assunto, foi com as promulgações da Lei Complementar nº 131/2009, denominada Lei da Transparência ou Lei Capiberibe; e da Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação LAI, que os institutos regulamentados passaram a ter maior visibilidade na sociedade.

É através da Lei de Responsabilidade Fiscal[22] que se institui a responsabilidade na gestão fiscal, que pressupõe a ação planejada e transparente.

Em seu art. 48, resta assentado:

> Art. 1º O art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:
>
> Art. 48. .....
>
> Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:
>
> I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
>
> II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;
>
> III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Estando dotado o Estado brasileiro de arcabouço normativo que assegura a

---

[21]Disponível em: <http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/transparencia-publica/colecao-municipio-transparente>. Aceso em: 15 ago.2018.

[22] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp131.htm#art2>. Acesso em: 18 ago.2018.

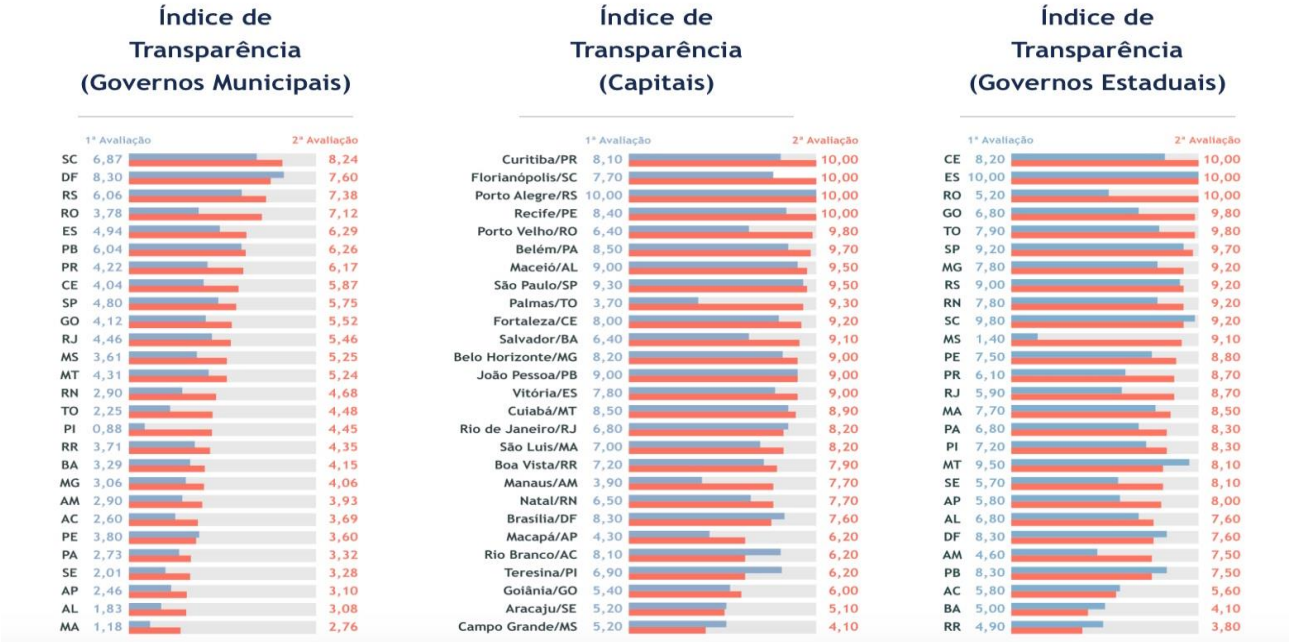
transparência na aplicação dos recursos públicos, certo é afirmar que tais instrumentos, para além de mera formalização ou observância de tratados internacionais, se afirmam como indispensáveis para exercício da cidadania e enfrentamento da corrupção.

Buscando aferir o nível de comprometimento dos entres federados com a transparência, o Ranking Nacional da Transparência[23] revela que o nível de transparência de estados e municípios brasileiros aumentou cerca de 33%, em seis meses, a partir da atuação coordenada do Ministério Público Federal em todo o país.

Foram avaliados portais de 5.567 municípios, 26 estados e o Distrito Federal. O Índice Nacional de Transparência subiu de 3,92, em 2015, para 5,21, em 2016. Estados e municípios que ainda descumprem as leis de transparência serão acionados judicialmente.

A figura a seguir sintetiza as informações acima, da seguinte forma:

Figura 14 – índice de transparência



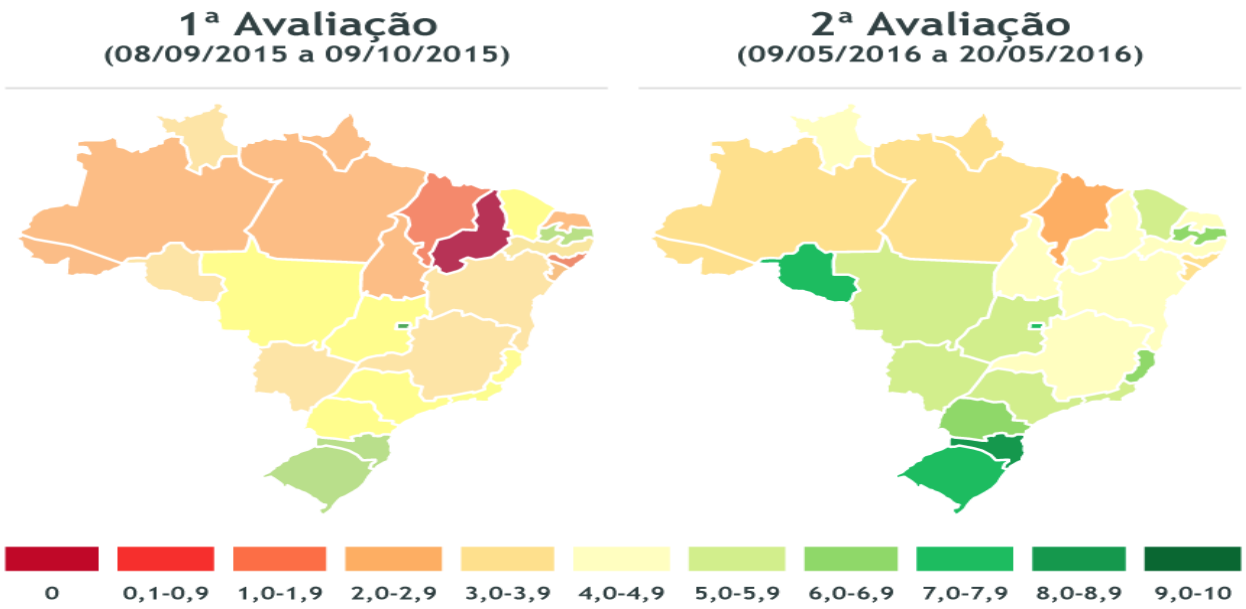
Fonte: Ranking Nacional da Transparência

A visualização nos mapas comparativos dos dados coletados, envolvendo os anos de 2015 e 2016, revelam um avanço significativo no que se refere à transparência nos atos da administração pública, fruto, segundo relato do Ministério Público Federal,

[23]Disponível em: <http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking>. Acesso em: 18 ago.2018.

das diversas ações de improbidade administrativa ajuizadas para fins de implementação da política pública de transparência.

Figura 15 – Mapas comparativos dos dados coletados



Fonte: Ranking Nacional da Transparência

Destaque para os municípios de Aratuba, Caririaçu e São João do Jaguaribe, no âmbito do Estado do Ceará, além do próprio Estado, que despontam ocupando a primeira posição no Ranking Nacional da Transparência.

Por fim, após análise dos principais meios colocados à disposição dos órgãos estatais e da sociedade, com forma de minimizar e/ou evitar atos de corrupção, merece esclarecer que, na possibilidade de falha/omissão dos órgãos de controle já mencionados, a Lei nº 12.850/13 dispõe de meios gravosos e invasivos de investigação, o que se denomina Técnicas Especiais de Investigação – TEI -, dentre elas, a colaboração premiada, objeto de análise detida no capitulo seguinte.

3 COLABORAÇÃO PREMIADA

3.1 ASPECTOS GERAIS

Nenhuma novidade no direito criminal acerca da discussão sobre a aplicação do instituto da colaboração (Deleção) premiada no Brasil, não fosse por seus diversos aspectos contraditórios, iniciando-se pela terminologia a ser adotada, verdadeiro artifício de semântica para dissimular seu conteúdo e propósito.

Atualmente, decorrência de inovação legal, prima-se pala utilização do termo colaboração premiada como gênero, enquanto a delação premiada seria espécie, ou seja, o colaborador seria alguém distinto do delator; semanticamente, "o delator, no fundo, à luz da Constituição, é um colaborador da Justiça".[24] Nada mais esdruxulo do ponto de vista acadêmico, posto que, no âmbito de uma organização criminosa somente os que a integram, portanto, conhecedores dos ilícitos praticados, de que tenham participado ou não, podem se beneficiar das "regalias" instituídas pela lei n° 12.850/13, de conformidade com a eficácia da colaboração.

O registro cabal dos desencontros quando se trata da abordagem de tema tão sensível, já revela a preocupação dos estudiosos com a aplicação disseminada do instituto no direito brasileiro, no dizer de Vladimir Aras:[25]

> Diverge a doutrina quanto ao *nomen iuris* do instituto que a Lei 9.807/99 apelidou de "réu colaborador" e a **Lei 12.850/2013** denominou de colaboração premiada. A maior parte dos autores utiliza(va) a expressão "delação premiada", alguns com um ranço preconceituoso, para marcar o colaborador da Justiça com o ferro de "traidor". Outros tantos preferem a denominação "colaboração criminal premiada", que foi acolhida pela Lei do Crime Organizado de 2013. Chamada de "recrutamento operacional" pelos órgãos de inteligência, há ainda os que se valem da palavra "arrependido" para denominar esta TEI.

Inicialmente buscou a Lei nº 12.850/13, tipificar e definir o que seria organização criminosa para fins penais, sendo que, segundo Silva (2014), as principais características do crime organizado (embora sejam variáveis no tempo e no espaço)

---

[24]STF, 1.ª Turma, HC 90.688/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 12/02/2008. Acesso em: 10 set. 2017.

[25] **<**https://vladimiraras.blog/2015/01/07/a-tecnica-de-colaboracao-premiada/#sdfootnote1sym>. Acesso em: 10 set. 2017

são: a) acumulação de poder econômico; b) alto poder de corrupção; c) necessidade de “legalizar” o lucro obtido ilicitamente; d) alto poder de intimidação, pela prevalência da lei do silêncio (omertà das organizações mafiosas), com emprego de meios cruéis; e) conexões locais e internacionais e divisão de territórios para atuação; f) estrutura piramidal das organizações criminosas e sua relação com a comunidade; g) cultura de supressão das provas.

Inovou a lei no que se refere aos meios de obtenção de prova, disciplinando de maneira mais detalhada a colaboração premiada, também identificada como delação premiada, como registrado acima.

A Lei – decorrente do projeto de lei nº 150/06 do Senado Federal, apresentado pela senadora Serys Slhessarenko, que, na Câmara transformou-se no projeto de lei 6578/09 - veio disciplinar a colaboração premiada, sobretudo trazendo balizas mais seguras para a aplicação do instituto.

Assim, foram previstas regras sobre a legitimidade para propor a colaboração, disciplinou-se a atuação dos envolvidos, os requisitos para a concessão do benefício, as garantias das partes, os direitos do colaborador e, sobretudo, o procedimento a ser aplicado. Resta claro, que o legislador buscou o equilíbrio entre os interesses o investigado/imputado/condenado e os interesses da sociedade na persecução penal. Em poucas palavras, o equilíbrio entre eficiência e garantismo.

Somente se pode falar em um processo penal eficiente quando, a par de assegurar uma eficiente persecução penal, sejam também estabelecidas de forma clara as normas garantidoras do devido processo penal..

O que se revela essencial diante do panorama dos dias atuais, decorrência da midiática “operação lava jato”, é demonstrar que o instituto da delação premiada vigorou entre nós por mais de 200 (duzentos) anos, compreendendo todo o período colonial brasileiro, e, em várias oportunidades, marcou inegavelmente a história do Brasil, quando, diante do crescente movimento de libertação nacional do jugo português, o instituto da delação premiada foi utilizado para sufocar os ideários republicanos, a exemplo da inconfidência mineira, movimento ocorrido em 1789, na então capitania de Minas Gerais.

Naquele contexto estava Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes), um dos líderes da Inconfidência Mineira, que após ser delatado por Joaquim Silvério dos Reis,[26] que teve suas dívidas perdoadas pela Coroa, foi *"enforcado, decapitado e esquartejado. Para que os súditos da Coroa nunca se esquecessem da lição, a cabeça de Tiradentes foi encravada numa estaca e exposta em praça pública em Vila Rica, e seus membros, espalhados pela estrada que levava ao Rio de Janeiro",* usando as expressões de Lucas Figueiredo[27]*.*

A imposição de pena, fosse decorrência de delação ou não, importava em espetáculo dantesco, revelador do poder simbólico para além do suplício aplicado ao condenado, como revelado acima.

Foucault (2014) registrou com precisão o suplício como espetáculo e poder simbólico, ao descrever o martírio de Robert-François Damiens, condenado a 02 de março de 1757,

> a pedir perdão publicamente diante da porta principal da igreja de Paris (aonde devia ser) levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; (em seguida), na dita carroça, na Praça de Greve, e sobre um patíbulo que aí será erguido, atenazado nos mamilos, braços e coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretido conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzidos a cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento.(FOUCAULT,2014, p.9*)*

Os delatados de hoje diferem daqueles de outrora apenas na forma de introduzir e conduzir o espetáculo. Se os despojos do corpo nu foram espalhados como manifestação explicita de poder, agora os "despojos" alimentam um processo penal midiático, onde o ônus da prova não se inverte apenas para o investigado, mas, antes, para toda a sociedade. Nesta ambiência, temos uma equação simples para assegurar sobrevida a um método de investigação que deveria ser excepcionalidade no sistema penal brasileiro: delatado = condenado.

---

[26] Identificado como Patrono dos Delatores, recebeu pagamento em ouro, o perdão das dívidas fiscais, a nomeação para o cargo de Tesoureiro das Províncias de Minas gerais, Goias e Rio de Janeiro, uma mansão para moradia, uma pensão vitalícia, título de fidalgo da Casa Real, fardão e hábito da Ordem de Cristo, etc... https://jornalggn.com.br/noticia/joaquim-silverio-dos-reis-o-patrono-dos-delatores-por-motta-araujo. Acesso em: 10 set. 2017.

[27]<http://historiadomundo.uol.com.br/idade-contemporanea/tiradentes.htm>. Acesso em: 10 set. 2017.

Pois bem. Foi exatamente através das Ordenações Filipinas, promulgadas em 1603 pelo Rei de Portugal Felipe I, em vigor no Brasil de 1603 até 1830, época da criação do Código Penal do império, que a delação premiada, mais sofisticada e atraente como a vemos hoje, foi inserida no livro V, que versava sobre matéria penal, com o seguinte teor:

> TITULO VI
> Do crime de Lesa Majestade.[28]
> Lesa Magestade quer dizer traição commettida contra a pessoa do Rey, ou seu Real Stado, que he tão grave e abominável crime, e que os antigos Sabedores tanto estranharão, que o comparavão à lepra; porque assi como esta enfermidade enche todo o corpo, sem nunca mais se poder curar, e empece ainda aos descendentes de quem a tem, e aos que com elle conversão, polo que he apartado da communicação da gente: assi o erro da traição condena o que commette e empece e infama os que de sua linha descendem, postoque não tenhão culpa.
> (...)
> 12. E quanto ao que fizer conselho e confederação contra o Rey, se logo sem algum spaço, e antes que per outrem seja descoberto, elle o descobrir, merece perdão.
> E ainda por isso lhe deve ser feita mercê, segundo o caso merecer, se elle não foi o principal tratador desse conselho e confederação.
> E não descobrindo logo, se o descobrir depois per spaço de tempo, antes que o Rey seja disso sabedor, nem feita obra por isso, ainda deve ser perdoado, sem haver outra mercê.
> E em todo o caso que descobrir o tal conselho, sendo já per outrem descoberto, ou posto em ordem para se descobrir, será havido por commettedor do crime de Lesa Magestade, sem ser relevado da pena, que por isso merecer, pois o revelou em tempo, que o Rey já sabia, ou stava de maneira para o não poder deixar de saber.

O prêmio era tentador. A exclusão do processo, impossibilidade de aplicação de pena e uma mercê (pagamento) régio. Naqueles tempos era tudo que o Coronel Joaquim Silvério dos Reis, como traidor de um ideal de nação, esperava.

Na sequência, e curiosamente, na fase embrionária do **Regime Militar** no Brasil, o marechal **Castelo Branco**, então presidente da República, contribuiu para o reforço da imagem de Tiradentes, sancionando a **Lei Nº 4.897**, de 09 de dezembro de 1965, que instituía o dia 21 de abril como feriado nacional e Tiradentes como, oficialmente, **Patrono da Nação Brasileira**. Tiradentes entra para história como herói nacional; Joaquim Silvério dos Reis, exemplo pejorativo de todos que traem,

[28]< http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5p1153.htm>. Acesso em: 07 nov. 2017.

independente de que tenham ou não cometido crimes. Este é um traço cultural do povo brasileiro: a repulsa à traição, mesmo nas relações privadas.

A preocupação do colonizador não estava presente apenas no que se refere aos crimes de lesa majestade; os súditos, em geral, estavam sujeitos a uma norma bem mais abrangente, tipificada no Título CXVI, das Ordenações Filipinas, com a seguinte redação:

> TITULO CXVI
>
> **Como se perdoará aos malfeitores, que derem outros à prisão.**
>
> E qualquer pessoa, que der à prisão cada hum dos culpados, e participantes em fazer moeda falsa, ou em cercear, ou per qualquer artificio mingoar, ou corromper a verdadeira, ou em falsear nosso sinal, ou sello, ou da Rainha, ou do Principe meu filho, ou em falsear sinal de algum Vêdor de nossa fazenda, ou Dezembargador, ou de outro nosso official Môr, ou de outros officiaes de nossa caza, em cousas, que toquem a seus officios, ou em matar, ou ferir com bêstas, ou espingarda, matar com peçonha, ou em a dar, ainda que morte della se não siga, em matar atraiçoadamente, quebrantar prisões e cadêas, de fora per força, fazer furto de qualquer sorte e maneira que seja, pôr fogo acinte para queimar fazenda, ou pessôa, forçar mulher, fazer feitiços, testemunhar falso, em soltar presos por sua vontade, sendo Carcereiro, em entrar em Mosteiro de Freiras com propósito deshonesto, em fazer falsidade em seu officio, sendo Tabellião, ou Scrivão; tanto que assi dêr à prisão os ditos malfeitores, ou cada hum delles, e lhes provar, ou forem provados cada hum dos dictos delitos, se esse, que o assi deu à prisão, participante em cada hum dos ditos malefícios, em que he culpado aquelle, que he preso, havemos por bem que, sendo igual na culpa, seja perdoado livremente, postoque não tenha perdão da parte.
>
> E se não fôr participante no mesmo maleficio, queremos que haja perdão para si (tendo perdão das partes) de qualquer maleficio, que tenha, postoque grave seja, e isto não sendo maior daquele, em que he culpado o que assi deu à prisão.
>
> E se não tiver perdão das partes, havemos por bem de lhe perdoar livremente o degredo, que tiver para Africa, até quatro anos, ou qualquer culpa, ou maleficio, que tiver commettido, porque mereça degredo até os ditos quatro anos.
>
> Porém, isto se entenderá, que o que dêr à prisão o malfeitor, não haja perdão de mais pena, nem degredo, que de outro tanto, quanto o malfeitor merecer.
>
> E além do sobredito perdão, que assi outorgamos, nos praz, que sendo o malfeitor, que assi foi dado à prisão, salteador de caminhos, que aquelle, que o descobrir, e dêr à prisão, e lho provar, haja de Nós trinta cruzados de mercê.

Estava formado, naquele contexto histórico, o manancial normativo inquisitório, onde não existiam direitos e garantias expressos em normas constitucionais, e, a confissão, como nunca, foi considerada a “rainha” das aprovas.

Esquecido e/ou ignorado como método de investigação, apesar de sua previsão em diversas leis ainda vigor, a exemplo do Código Penal (arts. 15, 16, 65, III, 159, § 4º); Crimes contra o Sistema Financeiro – Lei 7.492/86 (art. 25, § 2º); Crimes contra a Ordem Tributária – Lei 8.137/90 (art. 16, parágrafo único); Lei dos Crimes Hediondos – Lei 8.072/90 (art. 8º, parágrafo único), Convenção de Palermo – Decreto 5.015/2004 (art. 26); Lei de Lavagem de Dinheiro – Lei 9.613/98 (art. 1º, § 5º); Lei de Proteção às Testemunhas – Lei 9.807/99 (arts. 13 a 15); Lei de Drogas – Lei 11.343/2006 (art. 41); Lei Antitruste – Lei 12.529/2011 (art. 87, parágrafo único), o instituto da delação premiada, como por encanto, ressurge, nos últimos anos dominando o cenário jurídico e midiático nacional, agora, como dito acima, com nova denominação – colaboração premiada – contudo, contaminado pelos mesmos excessos e ilegalidades outrora verificados, fenômeno que acompanha o instituto em todas as sociedades em que foi introduzido e regulamentado, mesmo naquelas em que existe o predomínio da *comum law,* a exemplo dos Estados Unidos (EUA).

Entre nós, mesmo com a apologia desmensurada do instituto da colaboração premiada, comumente relacionada com o "sucesso" atribuído à operação *Mani pulite* (mãos limpas) na Itália, os estudiosos não se cansam de registrar os absurdos e violações a direitos individuais, sendo exemplo para história a condenação de inocentes tendo como base apenas revelações de supostos arrependidos, como é o caso ***Enzo Tortora,* na Itália: *um clamoroso erro judiciário***.

A referência diz respeito a Enzo Claudio Marcello Tortora**,** registrado no artigo de Carlo Verdelli[29], que analisa os aspectos dessa condenação sem provas no decorrer da "Operação Mãos Limpas" italiana, com o seguinte recorte:

> O que quer que seja depois, nada ou Deus, é muito provável que Enzo Tortora não descanse em paz. A história que quebrou em dois, mesmo que longe, não deixa nem mesmo a nossa consciência em paz.
> E não só pela enormidade do abuso de um homem (que era famoso, conta muito, mas importa muito pouco), preso e condenado sem provas como traficante de drogas e parceiro de Cutolo. A coisa que torna impossível apresentar "o maior exemplo de açougue judicial em nosso país" (Giorgio Bocca) é o fato de que ninguém pagou pelo que aconteceu.

[29]<http://napoli.repubblica.it/cronaca/2013/05/01/news/enzo_tortora_trent_anni_dopo_la_colpa_di_essere_innocente-57835143/>. Acesso em: 05 ago.2018

> De fato, os juízes envolvidos fizeram uma boa carreira e o arrependimento, o falso arrependimento, garantiram uma velhice pacífica, e um deles, o primeiro unore, até o prêmio da liberdade.

Numa abordagem mais aprofundada, estudiosos italianos advertem:[30]

> Mas especialistas italianos no combate e prevenção à corrupção alertam para o legado negativo da Mãos Limpas. Alberto Vannucci e Federico Varese dizem que a Itália não ficou menos corrupta depois da operação e lançam um alerta para o Brasil: a Lava Jato não vai curar o país.

O que parecia mera profecia veio a se concretizar no Brasil. É que, recentemente, já como decorrência das colaborações homologadas na operação “Lava Jato”, vários investigados/delatados foram absolvidos por insuficiência de provas e/ou ausência de dados que corroborem as versões apresentadas pelos colaboradores (Delatores) ao Ministério Público, o que revela a necessidade de aperfeiçoamento do instituto, que, nesta quadra, se apresenta mais como elemento desagregador das instituições democráticas do país, com espetacularização das investigações, do que como relevante instrumento de obtenção de provas, a exemplo de tantos outros previstos e regrados em leis esparsas (busca e Apreensão, interceptação telefônica, quebra de sigilos bancário e fiscal, escuta ambiental, etc..).

Exemplo da preocupação é o emblemático processo a envolver a Senadora Gleisi Helena Hoffmann, (Ação Penal 1.003 - DF) julgado recentemente pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF), que lançou luzes sobre o perigo das colaborações premiadas desregradas, baseadas em verdadeiros “contratos de adesão” minutados pelo Ministério Público Federal, utilizados como causa primeira das investigações, e até mesmo, como fundamento único de denúncias criminais.

No caso acima referido, o Ministro Dias Toffoli, esclareceu:

> Observa-se que toda a argumentação desenvolvida pelo Ministro Relator tem como fio condutor os depoimentos dos colaboradores, à luz dos quais é feita a análise das demais provas carreadas aos autos.
> Importa destacar, por isso mesmo, que os termos de colaboração, na hipótese dos autos, não encontram respaldo em elementos externos de corroboração, o que contraria entendimento que vem sendo adotado por este Supremo Tribunal: “8. A colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, tem aptidão para autorizar a deflagração da investigação preliminar, visando adquirir coisas

[30]< https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/10/analise-a-operacao-lava-jato-nao-e-a-cura-do-brasil.htm>. Acesso em: 15 dez.2017

> materiais, traços ou declarações dotadas de força probatória. Essa, em verdade, constitui sua verdadeira vocação probatória.
> 9. Todavia, os depoimentos do colaborador premiado, sem outras provas idôneas de corroboração, não se revestem de densidade suficiente para lastrear um juízo positivo de admissibilidade da acusação, o qual exige a presença do fumus commissi delicti.
> 10. O fumus commissi delicti, que se funda em um juízo de probabilidade de condenação, traduz-se, em nosso ordenamento, na prova da existência do crime e na presença de indícios suficientes de autoria.
> 11. Se "nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador" (art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850/13), é lícito concluir que essas declarações, por si sós, não autorizam a formulação de um juízo de probabilidade de condenação e, por via de consequência, não permitem um juízo positivo de admissibilidade da acusação.
> 12. Na espécie, não se vislumbra a presença de elementos externos de corroboração dos depoimentos de colaboradores premiados, mas simples registros genéricos de viagens e reuniões" (Inq 3.998/DF 2ªT, Rel. p/ Acórdão Min. Dias Toffoli, DJe de 9/3/18).
> No caso concreto, faz-se referência apenas à anotação "1,0 PB", contida em agenda pessoal de Paulo Roberto Costa, que não pode ser considerado elemento externo de corroboração.

Deixa claro o Ministro que os *depoimentos do réu colaborador, sem outras provas minimamente consistentes de corroboração, não podem conduzir à condenação, também não podem autorizar a instauração da ação penal, por padecerem, parafraseando Vittorio Grevi, da mesma presunção relativa de falta de fidedignidade.*

O mais hilário registro desse julgamento está na acusação da prática do delito de lavagem de dinheiro (Art. 1, *caput,* caput e § 4º, da Lei nº 9.613/98), quando, ao final, as partes denunciadas foram absolvidas por ausência de tipicidade de suas condutas, nos termos do Art. 386 do Código de Processo penal, *verbis:*

> Art. 386. O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça:
> **III** - **não constituir o fato infração penal;**

Cumpre indagar. Como se investigar, denunciar, processar e julgar uma pessoa por crime inexistente? A colaboração premiada serve a esse propósito?

Portanto, nenhuma novidade sobre a criação e aplicação da colaboração (delação) premiada no âmbito do direito punitivo nacional, a não ser o fato de que sua utilização nos dias atuais revela os mesmos vícios e críticas do passado, registrando que, na pós-modernidade, sua utilização disseminada e quase como meio único de

obtenção de prova, viola cláusulas pétreas da Constituição Federal, o que macula sobremaneira o devido processo penal material.

A semente plantada no Brasil através do ideário estadunidense resultou na internalização do instituto na estrutura normativa nacional, desta feita de maneira mais detalhada, o que se deu através da Lei n° 12.850/13, sem, contudo, ser capaz sequer de minimizar as anomalias já registradas aqui e alhures.

O aparente detalhamento da norma[31], reconhecendo o instituto como *meio de obtenção de prova,* não foi capaz de diminuir os espaços de tensão entre direitos e garantias fundamentais e o utilitarismo em matéria penal, resultando em graves distorções e inconstitucionalidades, somente agora, ao que parece, confrontada de maneira séria pela doutrina nacional e estrangeira, com lampejos de alerta provenientes dos Tribunais Superiores.

Nunca é demais realçar os exemplos internos e externos no que se refere à aplicação indiscriminada do instituto da delação (colaboração) premiada, que tem ocasionado, contraditoriamente: 1) o aumento da impunidade; 2) impacto negativo na economia nacional; 3) insegurança jurídica; 4) relativização de direitos e garantias fundamentais; 5) criminalização da política e esgarçamento do ambiente democrático; 6) estreitamento dos vínculos entre autoridades e criminosos, com desvio proposital do rumo das investigações; 7) estímulo ao agir antiético na sociedade; 8) ausência de colaboração efetiva e busca direta por benefícios, a qualquer custo, inclusive a de incriminar pessoas inocentes; 9) possibilidade de o instituto gerar a acomodação das autoridades incumbidas da apuração dos atos de corrupção, dentre outros malefícios.

Por outro lado, defensores do instituto costumam elencar vários fatores que entendem favoráveis à aplicação do instituto, a título de exemplo: 1) facilitar a identificação de coautores e partícipes de crimes; 2) identificar a estrutura hierárquica e divisão de tarefas no âmbito das organizações criminosas; 3) recuperação total ou parcial do produto das infrações penais; 4) localização de eventual vítima; 5) celeridade das investigações e punições, etc.

---

[31] A formalização do acordo de delação premiada teve como embrião a investigação levada a efeito pelo MPF, envolvendo o BANESTADO, onde juízes e tribunais admitiram a celebração de acordos escritos sem previsão legal.

A colaboração premiada, grosso modo, considerados seus pontos positivos e negativos, está a produzir o fenômeno, já identificado e amplamente denunciado, que pode ser sintetizado com o seguinte exemplo: “mesmo com tantas normas, as rotinas de luxo deixam, na população, uma incômoda sensação de impunidade. Professor de direito da Fundação Getúlio Vargas Rio, Thiago Bottino defende que os acordos só deveriam ser feitos quando o MP perceber que jamais seria capaz de, investigando por sua conta, descobrir o que o delator está revelando. “É preciso lembrar que são pessoas que praticaram crimes, logo mereceriam ser punidas, e só não serão se a colaboração for tão necessária a ponto de justificar a não punição. Isso precisa funcionar bem porque pode acontecer de ter mais gente delatando do que sendo punida”, pondera.[32]

Torna-se, assim, urgente a necessidade de aprimoramento do instituto da colaboração premiada, antes que o discurso despótico e moralista de salvação da pátria assuma de vez os abusos cometidos em nome do combate à impunidade, desqualificando o instituto e postergando o enfrentamento da corrupção dentro dos marcos, constitucionais e legais. Esclareça-se, por conseguinte, que a presente pesquisa não tem a pretensão de abordar os impactos da aplicação do instituto da colaboração premiada em toda a sua extensão, restringindo-se aos aspectos éticos e valorativos, e a potencial violação de direitos e garantias fundamentais.

3.2 ASPECTOS ÉTICOS

O agir ético do Estado frente ao cidadão, destinatário único e razão primeira de sua existência, não pode ser maculado pela utilização de instrumentos medievais de investigação – tortura - mesmo que com nova roupagem, mas que, na essência, visa maximizar uma sociedade de “delatores”, com sérios reflexos na formação das gerações futuras.

Questionamentos do tipo (a prisão do réu retira a voluntariedade necessária para a colaboração premiada? Limites éticos estariam sendo rompidos com a

[32]< http://www.otempo.com.br/capa/pol%C3%ADtica/delatores-levam-vida-de-luxo-1.1332507>. Acesso em: 20 nov.2017.

combinação entre colaboração e prisão? A liberdade pode ser objeto de barganha?) cobra enfrentamento imediato, sob pena de construirmos um Estado policialesco em nome do combate à corrupção, onde barreiras e limites éticos cedem com frequência ao pragmatismo jurídico.

O entendimento recente manifestado pelos Tribunais Superiores (STF e STJ) e suas contradições em matéria de colaboração premiada, são indicativos da importância do tema e da necessidade de se investigar sobre sua utilização como método inaugural nas investigações criminais, sem qualquer parâmetro ou critério objetivo de controle, como ocorre nos pedidos de interceptações telefônicas e telemáticas, ensejando a seletividade de fatos e pessoas a serem investigados, o que confronta literalmente com a Constituição Federal.

Guarda enorme relevância no campo doutrinário a discussão sobre a eticidade do Estado ao assumir postura de incentivo ao investigado/réu/condenado, premiando-o com a delação de terceiros.

O Brasil, ao ratificar as Convenções de Palermo e de Mérida, internalizadas através dos Decretos n° 5.015/2004 e 5.687/2006, respectivamente, assumiu o compromisso de “encorajar” tais condutas (Delação), merecendo transcrição a literalidade de tais convenções ao abordar o assunto, nos seguintes termos:

Quadro 7 – Termos das Convenções de Palermo e de Mérida

CONVENÇÃO DE PALERMO (2000)	CONVENÇÃO DE MÉRIDA (2003)
Art. 26 da Convenção de Palermo: 1. Cada Estado Parte tomará as medidas adequadas para encorajar as pessoas que participem ou tenham participado em grupos criminosos organizados: a) A fornecerem informações úteis às autoridades competentes para efeitos de investigação e produção de provas, nomeadamente: 1 A identidade, natureza, composição, estrutura, localização ou atividades dos grupos criminosos organizados; 2 As conexões, inclusive conexões internacionais, com outros grupos criminosos organizados; 3 As infrações que os grupos criminosos organizados praticaram ou poderão vir a praticar;	Art. 37 da Convenção de Mérida: 1. Cada Estado Parte adotará as medidas apropriadas para estabelecer as pessoas que participem ou que tenham participado na prática dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção que proporcionem às autoridades competentes informação útil com fins investigativos e probatórios e as que lhes prestem ajuda efetiva e concreta que possa contribuir a privar os criminosos do produto do delito, assim como recuperar esse produto. 1. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de prever, em casos apropriados, a mitigação de pena de toda pessoa acusada que preste cooperação substancial à investigação ou ao indiciamento dos delitos qualificados de acordo com a presente

b) A prestarem ajuda efetiva e concreta às autoridades competentes, suscetível de contribuir para privar os grupos criminosos organizados dos seus recursos ou do produto do crime. 2. Cada Estado Parte poderá considerar a possibilidade, nos casos pertinentes, de reduzir a pena de que é passível um arguido que coopere de forma substancial na investigação ou no julgamento dos autores de uma infração prevista na presente convenção. 3. Cada Estado Parte poderá considerar a possibilidade, em conformidade com os princípios fundamentais do seu ordenamento jurídico interno, de conceder imunidade a uma pessoa que coopere de forma substancial na investigação ou no julgamento dos autores de uma infração prevista na presente convenção.	Convenção. 2. Cada Estado Parte considerará a possibilidade de prever, em conformidade com os princípios fundamentais de sua legislação interna, a concessão de imunidade judicial a toda pessoa que preste cooperação substancial à investigação ou ao indiciamento dos delitos qualificados de acordo com a presente Convenção. (...).

Fonte: Elaborado pelo autor

Os instrumentos legais acima reproduzidos sintetizam, sem sombra de dúvidas, uma política de ordem global para incentivo à delação premiada, apesar da resistência de inúmeros países em relação ao instituto, quiçá, pela carga valorativa negativa que o acompanha.

Como se sabe, a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, denominada Convenção de Palermo, é o principal instrumento normativo global de combate ao crime organizado, sendo aprovado na Assembleia Geral da ONU no dia 15 de novembro de 2000.

Por seu turno, a Convenção de Mérida, refere-se, igualmente, a ato normativo global Contra a Corrupção, no entanto, aprovado na Convenção das Nações Unidas na Assembleia Geral da ONU de 31 de outubro de 2003.

O incentivo ao agir antiético tem logrado espaços significativos no Brasil, como em outros países, desta feita tendo como viés a crise econômica, colhendo-se como exemplo a Lei n° 13.254, sancionada em 13 de janeiro de 2016, que institui o *Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT),* cuja pretensão é incentivar a repatriação de valores obtidos de forma lícita, mantidos em paraísos fiscais e nunca declarados, principalmente por pessoas que ocupam cargos e posições de destaque no cenário nacional e internacional.

A lei determina que os ativos no exterior sejam regularizados após o pagamento de Imposto de Renda de 15% sobre o saldo apurado, além de multa de igual percentual. Com isso, o custo nominal para a regularização corresponde a 30% do montante mantido de forma irregular no exterior. A partir daí, serão anistiados de crimes como evasão de divisas e sonegação fiscal.[33]

A referência visa apenas ilustrar a inversão de valores, alargando o fosso entre representantes e representados, minando de maneira indelével a credibilidade nas instituições. Quem praticou evasão de divisas e sonegou ao fisco, agora, sem qualquer incômodo ou submissão a processo judicial e/ou administrativo, pode aderir ao RERCT e, para desespero dos que contribuem dentro da normalidade, desfrutarem das riquezas amealhadas pelas práticas criminosas.

A crise econômica é, contraditoriamente, o pano de fundo para se justificar o combate à corrupção, mas, também, a convivência e tolerância com a mesma, ou até mesmo legitimá-la através de legislação de caráter antiético, como registrado nesta oportunidade.

Vinicius Gomes de Vasconcelos (2017) adverte para o que denomina “triunfo da barganha”, afirmando:

> com pesar, estando o caminho traçado para o triunfo da barganha sobre o processo penal, é necessário estruturar barreiras democráticas e filtros, visando à limitação de tais tendências. Partindo-se da premissa de que os mecanismos negociais acarretam inevitáveis violações a premissas fundamentais do processo penal, deve-se tomar postura crítica na análise cautelosa de seus contornos. Por outro lado, deve-se rechaçar a inserção de mecanismos negociais amplos (como proposto no PLS 156/09). Por outro, em relação à colaboração premiada, impõe-se a adoção de medidas para redução de danos”. (VASCONCELOS,2017,p.14)

A preocupação do autor tem relevância quando se confronta a proposta legislativa do “novo” Código Penal, que, sem mensurar as consequências da introdução da barganha e colaboração como regra no direito penal, pode estar reforçando e estimulando uma sociedade de delatores.

---

[33]< http://www.ebc.com.br/noticias/economia/2016/10/entenda-o-que-e-lei-de-repatriacao>. Acesso em: 20 nov.2017.

A proposta legislativa, após parecer e emendas apresentadas pelos parlamentares, encontra-se com a seguinte redação, naquilo que interessa ao presente estudo:

> TÍTULO VII
>
> DA BARGANHA E DA COLABORAÇÃO COM A JUSTIÇA
> Art. 103. O juiz, a requerimento das partes, reduzirá a pena de um a dois terços, aplicará somente pena restritiva de direitos ou concederá o perdão judicial ao acusado que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado:
> I – a total ou parcial identificação dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa;
> II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada;
> III – a recuperação total ou parcial do produto do crime;
> IV – a prevenção da prática das infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa;
> V – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa.
> Parágrafo único. O beneficio a ser concedido levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, circunstâncias, gravidade e repercussão social do fato criminoso.

No que se refere às formalidades para implantação do acordo, temos as seguintes regras:

> Art. 104. A aplicação do disposto no art. 103 dependerá acordo que será celebrado entre o órgão acusador e o indiciado ou acusado, com a participação obrigatória do seu advogado ou defensor, respeitadas as seguintes regras:
> I – o acordo entre as partes, desde que tenha efetivamente produzido um dos resultados mencionados no art. 103, vinculará o juiz ou tribunal da causa, que deverão conceder um dos benefícios nele previstos;
> II – a delação de coautor ou partícipe somente será admitida como prova da culpabilidade dos demais coautores ou partícipes quando acompanhada de outros elementos probatórios convincentes;
> III – ao colaborador da Justiça será aplicada a mesma proteção assegurada a vítimas e testemunhas;
> IV – oferecida a denúncia, os termos da delação serão dados a conhecimento exclusivamente dos advogados das partes envolvidas no acordo, que deverão preservar o segredo, sob as penas da lei.
> § 1º Na fase do inquérito policial, se houver relevante colaboração do investigado, antes da realização do acordo, ou mesmo na falta deste, o delegado de polícia poderá representar ao juiz pela concessão do benefício previsto no art. 103, ouvido o Ministério Público.
> § 2º O prazo para oferecimento da denúncia contra o colaborador poderá ser suspenso por até seis meses, até que sejam cumpridas as medidas de colaboração.
> § 3º A suspensão prevista no § 2o aplica-se também à ação penal e suspende o prazo de prescrição.

> § 4º Se a colaboração for posterior à sentença, a pena poderá ser reduzida até um terço.

Após o recebimento da denúncia, o projeto do novo Código Penal, de maneira alargada, estabelece a possibilidade negociação entre as partes para aplicação do *quantum* de pena, assim:

> Art. 105. Recebida definitivamente a denúncia ou a queixa, o acusado, assistido por advogado ou defensor público, de um lado, e o órgão do Ministério Público ou querelante responsável pela causa, de outro, no exercício da autonomia das suas vontades, poderão celebrar acordo para a aplicação imediata das penas, antes da audiência de instrução e julgamento.
> § 1º São requisitos do acordo:
> I – a confissão total ou parcial, em relação aos fatos imputados na peça acusatória;
> II – o requerimento de que a pena de prisão seja aplicada no mínimo previsto na cominação legal, independentemente da eventual incidência de circunstâncias agravantes ou causas de aumento da pena, e sem prejuízo do disposto no § 2o deste artigo;
> III – a expressa manifestação das partes no sentido de dispensar a produção das provas por elas indicadas.
> § 2º Aplicar-se-á, quando couber, a substituição da pena de prisão, nos termos do disposto no art. 61 deste Código.

Observa-se de uma primeira leitura, que a Lei nº 12.850/13, a prevalecer o entendimento acima revelado, restará esvaziada em vários de seus institutos, a exemplo da não necessidade de homologação do acordo por parte do juiz, no entanto, se efetivamente produzir um dos resultados mencionados no art. 103, vinculará o juiz ou tribunal da causa, que deverão conceder um dos benefícios nele previstos.

Temos aqui, salvo engano, a transposição do modelo de justiça criminal norte americano (Common Law), possibilitando a aplicação imediata das penas, desde que a manifestação ocorra antes da audiência de instrução e julgamento, onde o pactuado prevalecera sobre o legislado (*no exercício da autonomia das suas vontades).*

A medida, sem sombra de dúvidas, levará ao encarceramento em massa, estando os magistrados vinculados ao acordo, desde que produza um dos resultados previstos ao art. 103. É a vitória da barganha e do utilitarismo em matéria penal, reflexo da visão neoliberal do direito.

A tendência para um direito penal de resultado e/ou utilitarista não esbarra em propostas legislativas, nos termos da Constituição Federal. O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), através da Resolução nº 181, de 07 de agosto de 2017,

modificada pela Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018,[34] de duvidosa constitucionalidade, também busca ampliar os “espaços de consenso”, mitigando o princípio da obrigatoriedade da ação penal, orientando seus membros nos diversos ramos do Ministério Público a agirem de conformidade com o previsto no art. 18 da referida resolução, nos exatos termos:

> Art. 18. Não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal quando, cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado tiver confessado formal e circunstanciadamente a sua prática, mediante as seguintes condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente:
>
> I – reparar o dano ou restituir a coisa à vítima, salvo impossibilidade de fazê-lo;
>
> II – renunciar voluntariamente a bens e direitos, indicados pelo Ministério Público como instrumentos, produto ou proveito do crime;
>
> III – prestar serviço à comunidade ou a entidades públicas por período correspondente à pena mínima cominada ao delito, diminuída de um a dois terços, em local a ser indicado pelo Ministério Público;
>
> IV – pagar prestação pecuniária, a ser estipulada nos termos do art. 45 do Código Penal, a entidade pública ou de interesse social a ser indicada pelo Ministério Público, devendo a prestação ser destinada preferencialmente àquelas entidades que tenham como função proteger bens jurídicos iguais ou semelhantes aos aparentemente lesados pelo delito;
>
> V – cumprir outra condição estipulada pelo Ministério Público, desde que proporcional e compatível com a infração penal aparentemente praticada.
>
> §1º Não se admitirá a proposta nos casos em que:
>
> I – for cabível a transação penal, nos termos da lei;
>
> II – o dano causado for superior a vinte salários mínimos ou a parâmetro econômico diverso definido pelo respectivo órgão de revisão, nos termos da regulamentação local;
>
> III – o investigado incorra em alguma das hipóteses previstas no art. 76, § 2o, da Lei no 9.099/95;
>
> IV – o aguardo para o cumprimento do acordo possa acarretar a prescrição da pretensão punitiva estatal;
>
> V – o delito for hediondo ou equiparado e nos casos de incidência da Lei no 11.340, de 07 de agosto de 2006;
>
> VI – a celebração do acordo não atender ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime.

[34] Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/>. Acesso em: 07 ago.2018

§ 2º A confissão detalhada dos fatos e as tratativas do acordo serão registrados pelos meios ou recursos de gravação audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações, e o investigado deve estar sempre acompanhado de seu defensor.

§ 3º O acordo será formalizado nos autos, com a qualificação completa do investigado e estipulará de modo claro as suas condições, eventuais valores a serem restituídos e as datas para cumprimento, e será firmado pelo membro do Ministério Público, pelo investigado e seu defensor.

§ 4º Realizado o acordo, a vítima será comunicada por qualquer meio idôneo, e os autos serão submetidos à apreciação judicial.

§ 5º Se o juiz considerar o acordo cabível e as condições adequadas e suficientes, devolverá os autos ao Ministério Público para sua implementação.

§ 6º Se o juiz considerar incabível o acordo, bem como inadequadas ou insuficientes as condições celebradas, fará remessa dos autos ao procurador-geral ou órgão superior interno responsável por sua apreciação, nos termos da legislação vigente, que poderá adotar as seguintes providências:

I – oferecer denúncia ou designar outro membro para oferecê-la;

II – complementar as investigações ou designar outro membro para complementá-la;

III – reformular a proposta de acordo de não persecução, para apreciação do investigado;
IV – manter o acordo de não persecução, que vinculará toda a Instituição.

§ 7º O acordo de não persecução poderá ser celebrado na mesma oportunidade da audiência de custódia.

§ 8º É dever do investigado comunicar ao Ministério Público eventual mudança de endereço, número de telefone ou e-mail, e comprovar mensalmente o cumprimento das condições, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo ele, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentar imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o não cumprimento do acordo.

§ 9º Descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo ou não observados os deveres do parágrafo anterior, no prazo e nas condições estabelecidas, o membro do Ministério Público deverá, se for o caso, imediatamente oferecer denúncia.

§ 10 O descumprimento do acordo de não persecução pelo investigado também poderá ser utilizado pelo membro do Ministério Público como justificativa para o eventual não oferecimento de suspensão condicional do processo.

§ 11 Cumprido integralmente o acordo, o Ministério Público promoverá o arquivamento da investigação, nos termos desta Resolução.

§ 12 As disposições deste Capítulo não se aplicam aos delitos cometidos por militares que afetem a hierarquia e a disciplina.

§ 13 Para aferição da pena mínima cominada ao delito, a que se refere o *caput*, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto.

Neste sentido, o Ministério Público, através de seu órgão de controle – CNMP – e bem distante do devido processo legislativo, por meio de Resolução, amplia de maneira inconstitucional, *prima facie,* o agir de seus membros, estimulando acordos de Não Persecução Penal, em clara violação do princípio da obrigatoriedade da ação penal, de índole constitucional, expurgando, de uma só vez, a autoridade policial na celebração do acordo e, por derradeiro, transforma as competências do juiz em mero ato burocrático, que, ao discordar dos termos do acordo, submeterá os autos ao Procurador-Geral de Justiça, com aplicação ao art. 28 do Código de Processo Penal.

Não por coincidência, a barganha e/ou a aplicação antecipada de pena, bem como, o acordo de Não Persecução Penal, pressupõe, como medida de política criminal, a confissão dos fatos imputados na denúncia, mesmo que de forma parcial, além da delação total ou parcial dos demais coautores ou partícipes da ação criminosa.

O que hoje por meio da Lei nº 12.850/13 é considerada Técnica Especial de Investigação e meio de obtenção de prova no ambiente de organização criminosa, passa a ser a regra, mesmo no cotidiano do Poder Judiciário e do Ministério Público, alcançando, inclusive, a criminalidade de "bagatela", longe dos controles e da transparência necessários e indispensáveis.

A açodada iniciativa do CNMP já é objeto de duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI), perante o STF, sendo um dos argumentos eleitos exatamente a previsão constante do Art. 129, I, da Constituição Federal, que, no dizer Henrique da Rosa Ziesemer e Jader da Silva Júnior[35], é claramente violado:

> Fere a resolução 181/2017 (e 183) o Art. 129, I da Constituição Federal, que assegura ao MP a titularidade da ação penal pública, na forma da lei. Da lei, ou da resolução? Ademais, é a lei formalmente aprovada a expressão democrática que menciona em quais casos o MP vai processar, ou não, como a 9.099/95 e 12.850/2013. A resolução, que sequer tem poderes para tanto, atropela esse comando constitucional. **Se nem mesmo uma medida provisória pode dispor sobre matéria processual e penal; uma resolução administrativa também não pode fazê-lo.**
> (...)
>
> Portanto, além de outros graves problemas de constitucionalidade, a introdução de tais espaços de não-obrigatoriedade a um patamar não previsto em lei, por

[35]<https://jus.com.br/artigos/64178/as-persistentes-inconstitucionalidades-da-resolucao-181-e-183-do-cnmp>. Acesso em: 08 ago.2018

> meio de resolução, inova a ordem processual penal, acarretando não só evidente violação à legalidade estrita, mas incorrendo em flagrante inconstitucionalidade, sobretudo por afronta ao art. 22, I, da CF.

Nas palavras de Zaffaroni (1996),

> o Estado está se valendo da cooperação de um delinquente, comprada a preço de sua impunidade para “fazer justiça”, o que o Direito Penal Liberal repugna desde os tempos de Beccaria’. (ZAFFARONI,1996,p.45)

Sem qualquer filtro ético o quadro normativo nacional declina para regramento definitivo da “barganha” como parâmetro de Justiça, motivando, no dizer de Vinicius Vasconcelos (2017): *crítica comumente apontada à delação premiada diz respeito ao problema ético que envolve a possibilidade de o Estado adotar postura de incentivo a atitudes tidas como imorais ao oferecer benefícios pela traição de um acusado diante dos demais. Na esteira de Coutinho e Carvalho, afirma-se que há um complexo rompimento com a promessa de atuação eticamente legítima das manifestações do poder estatal, visto que ocorre uma cristalina violação do mínimo ético fundamental à ação pública do Estado.*

Aprofundando sua análise sobre a eticidade e a banalização dos mecanismos negociais em matéria penal, com o que concordamos na plenitude, arremata Vasconcelos (2017):

> diante do exposto, a postura a ser tomada é de redução de danos, tentando ressaltar e limitar a tendência de desaparecimento do processo e da defesa diante da generalização dos mecanismos negociais. Assim, a partir dos diplomas normativos, dos ditames jurisprudenciais e dos exemplos de acordos realizados na prática recente, estruturar-se-á regime de colaboração premiada no processo penal brasileiro que busque ao máximo (se isso for possível) racionalizar sua aplicabilidade com critérios limitativos bem delimitados, fomentando a possibilidade de defesa dos corréus delatados e a necessidade de provas independentes de corroboração. (VASCONCELOS, 2017)

À guisa de conclusão parcial acrescento: e impedindo a utilização da liberdade de pessoas investigadas, seus familiares e/ou subordinados como “moeda” de barganha quando da formalização dos acordos de colaboração premiada, o que apenas potencializa o agir antiético dos agentes do Estado. A colaboração premiada, mesmo diante do claro reconhecimento de que o Estado falhou no seu dever de

investigar, não pode servir de atalho para condenações em massa, no mesmo nível e com a mesma régua do criminoso confesso.

Mesmo neste ponto o instituto da colaboração premiada não guarda consenso, existindo pensamentos destoante e vozes importantes ao afirmar que a aplicação do instituto não revela qualquer malferimento a princípios de ordem ética, a exemplo de Vladimir Aras (2015), renomado Procurador da República, que esclarece:

> Só conseguimos por causa da tão criticada delação premiada, que prefiro chamar de colaboração premiada. Quando se fala de delator, já existe uma ideologia embutida no discurso, que é rotular o indivíduo como traidor. A traição veio antes. A traição não ocorre quando ele diz: 'Acabou nossa sociedade criminosa e agora eu vou colaborar com os caras'. A traição foi quando o criminoso violou o vínculo jurídico de lealdade que ele deve ter com o Estado ou o vínculo ético que ele deve ter com a sociedade como cidadão. Viver em sociedade implica um compromisso ético de solidariedade de respeitar as regras do jogo. A traição é quando o criminoso se volta para seu interesse específico egoístico e começa a matar, roubar, corromper ou ser corrompido, estuprar, fazer o que você tem vontade de fazer, independentemente do interesse alheio. Repare que o nome da colaboração premiada em italiano é "pentito", que significa arrependido. O conteúdo ético da delação não é a traição, é o do arrependimento, exatamente o contrário do discurso de advogados brasileiros famosos mais tradicionais e que não acompanharam a evolução da normatividade internacional.(ARAS,2015)

Na mesma linha e de forma a reforçar o argumento da eticidade no uso de delatores no processo criminal, temos a visão de Sanctis (2015), com o seguinte teor:

> O prêmio punitivo que se concede ao suspeito/acusado visa a uma eficaz busca da verdade. A delação premiada, existente no Brasil desde as Ordenações Filipinas, é ética, útil e estratégica. Ética porque atende às finalidades político-criminais e à proteção do bem jurídico. Quando se ataca esse instituto, alegando-o não ético, na verdade está se invocando a “ética” do criminoso, que não aceita ser apontado por um compasso. Útil pelo fato de permitir a descoberta precoce de crimes e seus autores ou participes, facilitando o trabalho de todos. Por fim, estratégica para as partes, inclusive à defesa, já que o cliente se vê beneficiado com uma pena relativizada sem o custo do processo. O advogado que estimula o cliente à delação presta serviço útil e valioso para a Justiça, porquanto a ele está vedado expor fatos, falseando deliberadamente a verdade ou estribando-se na má-fé, conforme estabelece o Código de Ética da OAB. Este é o sentido real de se compreender a função advocatícios como essencial à justiça. (SANCTIS,2015)

Sarmento (2017), todavia, considera *que não existe qualquer imoralidade intrínseca nos benefícios penais dessa natureza, desde que os “prêmios” se revelem hábeis à prevenção ou repressão de outros delitos que lesariam ainda mais*

intensamente a bens jurídicos constitucionalmente valiosos; e – ainda mais importante – que sua concessão não cause lesão desproporcional a direitos fundamentais dos próprios colaboradores ou de terceiros delatados.

Santos (2017), em sua obra Colaboração (Delação) Premiada, alimenta a discórdia de maneira instigante, afirmando:

> A incompatibilidade da colaboração premiada com as exigências de um devido processo legal substancial, enquanto sinônimo de processo justo, também conduziria à inconstitucionalidade, afinal **é o Estado valendo-se de um ardil para demonstrar o acerto da sua pretensão condenatória.** Sequer se poderia adjetivar este subterfúgio de aético. Seria antiético mesmo. Algo do gênero: *delate seus comparsas que será recompensado,* valorizando a máxima segundo a qual os *fins justificam os meios.* Aliás, **o atuar do delator revela-se o mais repugnante de todos, pois, além de ter atentado contra a ordem jurídica, por conseguinte, contra a sociedade, considerado o crime perpetrado, volta-se contra os próprios comparsas, protagonizando dupla traição: primeiramente, trai o pacto social que, enquanto cidadão, também assinou; em seguida, trai os corréus, violando o pacto criminoso que firmaram.** E é justamente este o "premiado" com a menor punição. (SANTOS, 2017, p.72)

A opção do legislador parece não compatibilizar e/ou harmonizar valores morais e éticos quando se trata de criar dispositivos de natureza penal, principalmente em tempos de pós-modernidade. O que dirá, então, o corpo social diante do fato de que o Estado é impotente para punir um assassino de aluguel porque decorridos 20 (vinte) anos do cometimento dos crimes? Essa opção legislativa, como afirma Santos, *é uma escolha que muitos considerarão imoral, especialmente sob o olhar das famílias e amigos das vítimas.*

E é exatamente por se despir de conteúdo ético que o Estado não pode se valer do instituto da colaboração premiada como ferramenta primeira e/ou única na investigação criminal, muito menos suportar o ônus de condenações ou mesmo o recebimento de denúncias fundadas em afirmações de delatores, transformando a exceção em regra e suprimindo a garantia processual do devido processo legal.

Pelo que se vê, nada nos falta em termos de parâmetros alienígenas, agora existindo no arcabouço legal do país mais um instituto originário da *Common Law, o whistleblower,* complementando o "cardápio" de medidas antiéticas adotadas pelo Estado brasileiro como forma de reprimir efeitos e não a causa do problema identificado como corrupção sistêmica.

Sem tradução literal em português[36], um *whistleblower* é um empregado ou funcionário público que denuncia atos ilícitos praticados pelo empregador ou entidade pública. O *whistleblower* é protegido por lei contra retaliações por parte do empregador ou superior hierárquico denunciado. (CASTRO,2013).

3.3 CONCEITO

A análise do conceito de colaboração premiada, nos exatos termos da lei n° 12.850/13, pode levar à falsa impressão de que o instituto não abarca, há um só tempo, aspectos jurídicos, sociológicos, éticos e filosóficos, que, devidamente avaliados e confrontados com princípios constitucionais inseridos nas constituições dos Estados Democráticos de Direito, leva à inegável certeza de que se trata de um incentivo à traição.

Sob o enfoque jurídico, especialmente com ênfase punitivista, a conceituação não requer qualquer esforço valorativo, restando satisfatório a simples reprodução do que consta da norma, ou seja, **a colaboração premiada é um meio de obtenção de prova**, inserido em tópico específico sobre as Técnicas Especiais de Investigação (TEI).

Antes mesmo da entrada em vigor da lei n° 12.850/13, portanto, sob o manto de legislações esparsas, o Superior Tribunal de Justiça – STJ – em decisão que teve como relator o Ministro OG Fernandes, este assim assentou:

> AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. VIOLAÇÃO DO ART. 41 DA NOVA LEI DE DROGAS. DELAÇÃO PREMIADA. REQUISITOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA No 7 DO STJ.
>
> Com é sabido, **o instituto da delação premiada consiste em ato do acusado que, admitindo a participação no delito, fornece às autoridades elementos capazes de facilitar a resolução do crime.** (Ag Rg no AGRAVO DE INSTRUMENTO No 1.285.269 – MG, Relator o Ministro OG FERNANDES, Dje de 29/11/2010).

É certo que nem mesmo juridicamente, nos dias atuais, tal conceito contempla as diversas facetas da colaboração premiada, convivendo o instituto com a

[36]<https://www.conjur.com.br/2018-mar-22/whistleblower-ganha-recompensa-us-33-milhoes-eua>.

possibilidade de sua implementação na fase investigatória, processual e mesmo após a condenação criminal, não sendo relevante, pela dicção legal, que o colaborador necessariamente tenha que delatar outros integrantes da organização criminosa, ou seja, “toda delação premiada é uma forma de colaboração premiada, mas nem sempre a colaboração premiada será feita por meio de uma delação premiada.”[37]

O esclarecimento de pontos essenciais veio da decisão paradigmática do Supremo Tribunal Federal (STF), por ocasião do julgamento do HC nº 127.483, de relatoria do Min. Dias Toffoli, que delimitou o campo conceitual em relação ao instituto da colaboração premiada, assim afirmando:[38]

> A colaboração premiada é um negócio jurídico processual personalíssimo, uma vez que, além de ser qualificada expressamente pela lei como ‘meio de obtenção de prova’, seu objeto é a cooperação do imputado para a investigação e para o processo criminal, atividade de natureza processual, ainda que se agregue a esse negócio jurídico o efeito substancial (de direito material) concernente à sanção premial a ser atribuída a essa colaboração. Dito de outro modo, embora a colaboração premiada tenha repercussão no direito penal material (ao estabelecer as sanções premiais a que fará jus o imputado colaborador, se resultar exitosa sua cooperação), ela se destina precipuamente a produzir efeitos no âmbito do processo penal (...).

Para fins de registro temos a definição de Camile[39] que, há um só tempo, refuta a burla no uso de nomenclatura diversa de instituto já bastante difundido em normas esparsas do direito brasileiro e alienígena, anotando:

> Sobre a alternância da nomenclatura de Delação Premiada para Colaboração Premiada, é perceptível que o abandono do termo “delação” nada mais representa do que verdadeira burla de etiquetas no qual objetiva-se dar uma visão mais positiva e menos pejorativa do instituto (como se isso fosse possível), a fim de que o agente passe a ser visto como um colaborador da justiça e não um traidor.

Na visão de Sobrinho (2009), colaboração premiada é o meio de prova pelo qual o investigado ou acusado, ao prestar suas declarações, coopera com a atividade

---

Acesso em: 18 ago.2018.

[37]<http://sqinodireito.com/comentarios-a-lei-12-850-2015-lei-do-crime-organizado/>.Acesso em: 29 nov.2017.

[38]<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4747946>. Acesso em: 30 nov.2017.

[39]<http://www.wunderlich.com.br/images/publicacoes/artigos/Processo-Penal-e-Garantias-Consideracoes-sobre-a-Colabracao-Pre.pdf>. Acesso em: 07 ago.2018.

investigativa, confessando crimes e indicando a atuação de terceiros envolvidos com a prática delitiva, de sorte a alterar o resultado das investigações em troca de benefícios processuais. (SOBRINHO,2009,p.47)

Afirma, na mesma linha, Márcio Barra Lima (2010),

> que a colaboração premiada pode ser definida como toda e qualquer espécie de colaboração com o Estado, no exercício da atividade de persecução penal, prestada por autor, coautor ou partícipe de um ou mais ilícitos penais, relativamente ao(s) próprio(s) crime(s) de que tenha tomado parte ou pertinente a outro(s) realizado(s) por terceiros, não necessariamente cometidos em concurso de pessoas, objetivando, em troca, benefícios penais estabelecidos em lei.(LIMA,2010)

Mendonça (2010), buscando definir o instintuto, adverte:

> Em outra vertente a colaboração premiada pode ser definida como a eficaz atividade do investigado, imputado ou condenado de contribuição com a persecução penal, seja na prevenção, ou na repressão de infrações penais graves, em troca de benefícios penais, segundo acordo formalizado por escrito entre as partes e homologado pelo juízo. (MENDONÇA, 2013)

Desta forma, do ponto de vista da Lei nº 12.850/03, a conceituação proposta por Vladimir Aras, guarda estreita conformidade com a legislação de regência, porquanto, prevê as variantes possíveis, reconhecendo a diversidade das expressões “delação premiada” e “colaboração premiada”, na forma assim resumida:

> Apresenta a colaboração premiada como gênero, da qual derivam 4 (quatro) subespécies, quais sejam:
> a) delação premiada (também denominada de chamamento de corréu): além de confessar seu envolvimento na prática delituosa, o colaborador expõe as outras pessoas implicadas na infração penal, razão pela qual é denominado de agente revelador;
> b) colaboração para libertação: o colaborador indica o lugar onde está mantida a vítima sequestrada, facilitando sua libertação;
> c) colaboração para localização e recuperação de ativos: o colaborador fornece dados para a localização do produto ou proveito do delito e de bens eventualmente submetidos a esquemas de lavagem de capitai;
> d) colaboração preventiva: o colaborador presta informações relevantes aos órgãos estatais responsáveis pela persecução penal de modo a evitar um crime, ou impedir a continuidade ou permanência de uma conduta ilícita. (ARAS, 2011, p.428)

O professor Martônio Mont'Álverne[40], em clara e didática abordagem do tema, esclarece que:

> O instituto da delação premiada está inserido no âmbito do chamado direito penal premial, devendo ser entendido como um mal menor imposto ao indivíduo que, depois do cometimento de uma conduta punível pelo direito penal, realiza conduta colaborativa destinada a diminuir ou elidir a pena prevista para o ilícito originariamente cometido.

Adiante, complementa:

> Não obstante, podemos afirmar que se a lei é positiva em alguns pontos (por exemplo, na tipificação adequada de organização criminosa), traz disposições passíveis de críticas, como a colaboração premiada e a infiltração de agentes, demandando uma cuidadosa interpretação por parte dos operadores do direito, já que, em um Estado Democrático de Direito há interesses mais relevantes do que a simples apuração de uma infração penal, por mais grave que ela possa parecer (...) Em todo caso, como herdeiros da tradição iluminista que é o direito internacional da atualidade, não lhe poderá ser menos relevante o respeito à ampla defesa, à integridade física e psíquica dos acusados, tampouco a observação até mesmo a pouca – ou nenhuma – dignidade que lhes resta. Não observar tal pressuposto, equivale a dar significativos passos atrás na busca pela paz entre homens e nações.

À guisa de conclusão em matéria conceitual diz o Ministro Marco Aurélio:

> Em síntese, o que é a delação premiada? É simples depoimento, prestado à autoridade, que será considerado, inclusive sob o ângulo das consequências, na hora devida, pelo órgão julgador, para fins de reconhecimento de benefícios, descritos na Lei. Transparece como confissão qualificada pelas informações que podem levar a resultados, também previstos na Lei – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; a revelação da estrutura e da divisão de tarefas do grupo; a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades; a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito dos delitos cometidos; e a localização de eventual vítima com a integridade física preservada.

3.4 NATUREZA JURÍDICA

A problemática em se delimitar a natureza jurídica da colaboração premiada tem especial relevância para completo entendimento do instituto, uma vez que, identificada sua natureza, possível compreender as repercussões no âmbito do direito material e processual, bem como, sua classificação frente aos demais institutos existentes no cenário jurídico nacional, assim como, sua compatibilidade com a

[40]Disponível em:<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/9680>.Acesso em:18 ago.2018.

Constituição Federal, especialmente quando confrontado com o sistema de direitos e garantias fundamentais.

O que seria, na essência, o instituto da colaboração premiada? Prova? Meio de obtenção de prova? Técnica especial de investigação?

Verdadeiro **"negócio jurídico personalíssimo"**, na linha da decisão do Supremo Tribunal Federal, *verbis:*

> Por se tratar de **negócio jurídico personalíssimo**, o acordo de colaboração premiada não pode ser impugnado por coautores ou partícipes do colaborador na organização criminosa e nas infrações penais por ela praticadas, ainda que venham a ser expressamente nominados no respectivo instrumento no "relato da colaboração e seus possíveis resultados" (art. 6º, I, da Lei 12.850/2013). De todo modo, nos procedimentos em que figurarem como imputados, os coautores ou partícipes delatados – no exercício do contraditório – poderão confrontar, em juízo, as declarações do colaborador e as provas por ele indicadas, bem como impugnar, a qualquer tempo, as medidas restritivas de direitos fundamentais eventualmente adotadas em seu desfavor. [**HC 127.483**, rel. min. **Dias Toffoli**, j. 27-8-2015, P, *DJE* de 4-2-2016.]

Seja meio de defesa, instrumento de obtenção de prova, prova em si mesma ou Técnica Especial de Investigação, como queiram, o que é certo é que a colaboração (delação) premiada, pelas suas características, impõe descrédito à dignidade da Justiça, quando o Estado, através de seus agentes, desce da pilastra construída e moldada com princípios da boa fé e da confiança, para, em situação de fragilidade (não consegue dar resposta ao crime organizado através dos diversos instrumentos postos à sua disposição), submeter-se ao constrangimento de pactuar com criminosos, concedendo-lhes prêmios aviltantes e desproporcionais.

3.5 VIOLAÇÃO A DIREITOS FUNDAMENTAIS?

Cabe esclarecer, *a priori,* que o instituto da colaboração premiada encontra assento, também, em diversos tratados e acordos internacionais em que o Brasil é signatário, especificamente aqueles em que os estados membros se comprometem a combater o crime organizado transnacional, lavagem de dinheiro e o tráfico de pessoas.

Sobre tal aspecto, Martônio Mont'Alverne[41] afirma:

[41]<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/9680>. Aceso em: 18 ago.2018.

> São três protocolos com áreas específicas abordadas pelo crime organizado: o Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças; o Protocolo Relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por Via Terrestre, Marítima e Aérea; e o Protocolo contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas peças e componentes e munições.

Os tratados internacionais de que o Brasil é signatário, internalizados na forma do procedimento bifásico, na visão majoritária do Supremo Tribunal Federal, recebem tratamento especial, no que se refere à hierarquia, passando a integrar o ordenamento jurídico como norma jurídica de natureza supra legal, *ou seja, estão hierarquicamente acima das leis infraconstitucionais, porém abaixo da Constituição.*

Para além desse entendimento, surge interpretação mais abrangentes com a qual concordamos, decorrente da amplitude reconhecida expressamente na Constituição Federal, de maneira a reconhecer que os tratados internacionais de direitos humanos devem ser internalizados ao nível de norma Constitucional, nos termos de que trata o § 2º, art. 5º, da CF*,* que estabelece:

> Art. 5º - (...)
> § 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, **ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.** (Grifo nosso)

Em análise ao dispositivo Constitucional, Mazzuoli (2017) afirma:

> Com base nesse dispositivo, que segue a tendência do constitucionalismo contemporâneo, entende-se que os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil têm índole e nível constitucionais, além de aplicação imediata, não podendo ser revogados por lei ordinária posterior.
> (...)
> Destaque-se que em sede doutrinária também não faltaram vozes que, dando um passo mais além, defenderam cientificamente o nível *supraconstitucional* dos tratados de proteção aos direitos humanos, levando-se em conta toda a principiologia internacional marcada pela força expansiva dos direitos humanos e pela sua caracterização como norma de *jus cogens* internacional. (MAZZUOLI, 2017)

Didaticamente o professor Mont'Álverne[42] resgata a fonte histórica dos tratados internacionais, afirmando:

[42]<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/view/9680>. Aceso em: 18 ago.2018.

> os antecedentes de tais premissas já se encontram na propositura kantiana da Paz Perpétua de 1795/96. Nesta obra menos idealista, Kant discorre sobre a construção de um "direito cosmopolita" entre as nações e os povos (ou na sua linguagem, o Weltbürgerrecht). O aspecto menos idealista da obra de um filósofo idealista deixa-se comprovar pelo fato de que o projeto de paz eterna proposto por Kant possui por base o direito: numa perspectiva nacional e internacional. O fundamento da paz a ser atingida entre os homens não cairia do céu; resultaria da ação concreta entre homens e nações.

Neste contexto, causa enorme perplexidade a análise do tema da colaboração premiada sob o ângulo dos princípios e normas constitucionais, mesmo diante do reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal – STF -, de sua compatibilidade com o sistema constitucional brasileiro, antes mesmo da vigência da Lei nº 12.850/03, uma vez que, se superados os entraves de ordem ética, as inconstitucionalidades permeiam livremente e em qualquer fase da investigação e/ou do processo penal, especialmente pelo teor das cláusulas contratuais pactuadas, conforme melhor se especifica adiante.

A título de registro, temos os seguintes julgados do Supremo Tribunal Federal: *Aliás, ninguém tem hoje, nem aqui nem alhures, duvida sobre a legitimidade constitucional do instituto da delação premiada (...). E, entre nós, esta Corte não lhe tem negado validez como expediente útil de investigação.* (Min. Cezar Peluso, Extradição 1085, Tribunal Pleno, j. em 16.12.2009).

Na mesma linha, o Ministro Carlos Ayres Britto afirmou:

> Como a segurança pública não é só dever do Estado, mas é direito e responsabilidade de todos, situo, nesse contexto, como constitucional a lei que trata da delação premiada. O delator, no fundo, à luz da Constituição, é um colaborador da Justiça (Min. Carlos Ayres de Britto, STF, 1.ª Turma, HC 90.688/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 12/02/2008).

Na linha desse entendimento e em oportunidade diversa, o Ministro Ricardo Lewandowski afirmou que *a colaboração premiada é um instrumento útil, eficaz, internacionalmente reconhecido, utilizado em países civilizados (...), conhecido esse instituto internacionalmente no direito comparado. (Min. Ricardo Lewandowski, STF, 1.ª Turma, HC 90.688/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 12/02/2008).*

Não se pode esquecer que as cláusulas estipuladas nos acordos de colaboração premiada, trazendo como exemplo, aquelas derivadas da operação lava jato, são constantemente glosadas, seja por ilegalidades gritantes, seja por

malferimento a princípios constitucionais, e as que permanecem, por certo, ainda serão questionadas por violarem expressamente princípios e normas da Constituição Federal, especialmente a lealdade processual, dignidade da justiça e proibição do uso, para qualquer fim, de provas obtidas por meios ilícitos.

Essa preocupação é mais acentuada quando se observa que, o modelo escolhido pelo legislador brasileiro, decorreu de experiência empírica aplicada pelo Ministério Público Federal quando da investigação do “Caso Banestado”, no Estado do Paraná. Adotou-se, naquela oportunidade, em face da ausência de previsão legal, o modelo da formalização de um contrato/acordo, onde restavam previstos determinados direitos e deveres dos colaboradores com o Ministério Público Federal.

Posteriormente, com a publicação da Lei nº 12.850/03, foi consolidado o modelo de formalização de um acordo a ser submetido à homologação judicial. Entendemos que esta fórmula de submeter os acordos de colaboração premiada à aferição judicial, viabiliza um filtro inaugural, porém, ainda precário, que possibilita escoimar cláusulas e condições absurdamente inconstitucionais, sem a ilusão de que esta análise perfunctória possa assegurar a legalidade dos acordos e sua compatibilidade com o sistema constitucional brasileiro.

Somente com a criação de um sistema de garantias específico a disciplinar o procedimento da delação premiada, quiçá através de um juízo de instrução e garantista por excelência, com reformulação da legislação naquilo em que confronta com a Constituição Federal, sem se descurar da necessidade de se afastar por completo cláusulas ilegais e inconstitucionais constantes dos acordos até aqui realizados, se poderia refletir seriamente sobre a utilização do instituto, sempre com o olhar de que se trata de medida a ser aplicada em situação excepcional.

Sanctis (2015), juiz federal a época das investigações envolvendo o Banestado, registrou em sua obra os possíveis entraves decorrentes da formalização dos acordos de delação premida em detrimento do reconhecimento, pelo magistrado, da efetividade da colaboração/delação, assim:

> A legislação sobre lavagem de dinheiro, mesmo com as alterações recentes (Lei n. 9.613, de 03.03.1998, c.c a Lei n. 12.683, de 09.07.2012), não previu um procedimento específico.
> Este autor sempre adotou um procedimento distinto do de outras Varas Federais especializadas, como a Justiça Federal de Curitiba/PR, que costumava firmar um verdadeiro contrato com o increpado, prevendo até

> mesmo renúncia a recursos em um documento assinado inclusive pelo juízo responsável pelo feito, além das polícias e dos ministérios públicos (Estadual e Federal) e, é claro, pelo próprio investigado ou acusado. (SANCTIS,2015)

A opção do legislador pela adoção do modelo de formalização dos acordos de colaboração premiada serve, a um só tempo, a dois propósitos distintos: 1) assegura maior transparência e controle das cláusulas abusivas, ilegais e inconstitucionais; 2) empodera, desproporcionalmente, as autoridades legitimadas a celebrarem os acordos, quebrando a "paridade de armas" no processo penal, com clara violação ao princípio da lealdade processual.

Ao estabelecer um procedimento claro, o legislador diminui a insegurança no tocante à colaboração, disciplina os direitos e garantias dos envolvidos, inclusive daqueles atingidos pela própria colaboração, e, assim, melhor assegura a observância dos direitos fundamentais em jogo, dentro da ideia de conexão entre direitos fundamentais, organização e procedimento.

No dizer de Vladimir Aras (2015),

> chegado a um acordo, as partes devem formalizá-lo por escrito, nos termos do art. 4º, § 7º, e no art. 6º. Adotou-se a prática, desenvolvida inicialmente na Força Tarefa do caso Banestado e inspirada no direito norte-americano, de se realizar um verdadeiro "contrato", com cláusulas contratuais entre as partes. (ARAS, 2015, p.432)

Há basicamente quatro vantagens do acordo escrito: (i) traz maior segurança para os envolvidos; (ii) estabelece com maior clareza os limites do acordo; (iii) permite o consentimento informado do imputado, assegurando a voluntariedade; (iv) dá maior transparência e permite o controle não apenas pelos acusados atingidos, mas do magistrado, dos órgãos superiores e pela própria população em geral. Assim, o acordo escrito traz maior eficiência para a investigação, ao tempo que melhor assegura os interesses do colaborador e dos imputados.

Desta forma, tomando como parâmetro empírico os diversos acordos de colaboração premiada, celebrados na operação lava jato, temos que em diversas oportunidades, e por decisão da Suprema Corte, várias cláusulas foram glosadas, além da devolução de outros tantos acordos para fins de "ajuste", antes mesmo da homologação, o que, repito, não assegura a higidez reclamada na aplicação do instituto

e sua conformidade com os princípios constitucionais. Em várias oportunidades se observa a violação de direitos e garantias fundamentais do cidadão, o que poderá, num futuro próximo, macular de vez com o verniz da inconstitucionalidade centenas de acordos já firmados e homologados por despacho monocrático de juízes e/ou Ministros do Supremo Tribunal Federal, com evidentes prejuízos à coletividade, ao instituto em si e, especialmente, àquelas pessoas que foram “alvos” de investigações e/ou processos judiciais.

Assim, independente da forma adotada para fins de celebração dos acordos de colaboração premiada, não se pode perder de vista os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme preconiza o Art. 3 da CF, *verbis:*

> Art. 3º. Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
> I - construir uma sociedade livre, justa e **solidária**;(...)

Aqui reside, também, o dever de lealdade processual, indicando a todos os sujeitos da relação processual, que devam atuar no feito de maneira proba, cuja ação e fins devem ser pautados na boa-fé.

A celebração de acordos com cláusulas que violam a reserva de jurisdição, por exemplo, como a aplicação de penas, estipulação de regime de cumprimento de pena, progressão de regime, e até mesmo a fixação de prazos prescricionais não previstos em lei, solapa garantias constitucionais em põe em cheque a aplicação do instituto, que, se afastado das inconstitucionalidades e abusos, pode se revestir em importante instrumento de enfrentamento do crime organizado, em especial a corrupção.

Apenas para ilustrar a preocupação de pensadores e juristas em torno do tema, veja-se a lição dos professores da Universidade de Coimbra, Canotilho e Brandão[43], ao analisar um pedido de cooperação judiciária internacional feito pelo Brasil à Procuradoria-Geral da República em Portugal, no âmbito da operação lava jato, assim se reportando:

---

[43]<http://www.conjur.com.br/2017-mai-24/delacoes-lava-jato-sao-ostensivamente-ilegais-canotilho>. Acesso em: 09 ago.2018.

> “ (...) Os acordos de delação premiada firmados pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa e pelo doleiro Alberto Youssef na operação “lava jato” são ostensivamente ilegais e inconstitucionais. Por isso não devem ser aceitos por Portugal, sob pena de se “atentar contra a ordem pública” do Estado lusitano... Ao prestar o auxílio que lhe é requerido pelo Estado brasileiro, o Estado português estaria a perpetuar e a compactuar com práticas processuais que, segundo a Constituição portuguesa, são absolutamente inadmissíveis por atentarem contra a integridade moral de pessoas submetidas ao processo penal’

Na mesma alinha argumentativa, e em análise à aplicação do instituto em Portugal, adverte Silva (1994):

> O instituto ora analisado premia e promove a denúncia de outros agentes como requisito para uma atenuação ou isenção da responsabilidade penal, quebrando valores essenciais numa sociedade democrática como a solidariedade entre membros, amizade ou confiança, promovendo assim o egoísmo, a traição e levando a comportamentos opostos aos consignados na Constituição da República Portuguesa quando fomenta a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno.(SILVA, 1994,p.34)

É possível afirmar, concluindo, que a aplicação distorcida do instituto da Colaboração (Delação) Premiada viola, sem tergiversação, a dignidade da justiça, e assim, o princípio da lealdade, quando interpretada como um *negócio com a justiça,* na medida em que uma colaboração processual, com o verniz que lhe queira emprestar (arrependimento, barganha, meio de defesa, etc.), conduz necessariamente a um tratamento penal menos severo, portanto, não isonômico.

O conceito de Justiça, realizada nos parâmetros de colaboração com criminosos, potencializa este comportamento eticamente reprovável, de “negociata” no âmbito da responsabilização penal, resta evidentemente maculado, mostrando-se corrompível e manipulável e fazendo crer que, embora atualmente o Estado esteja dotado de meios preventivos e repressivos mais avançados e sofisticados, a investigação criminal terá sempre que fazer uso de mecanismos que a sociedade democrática reprova.

Nesta linha, Costa (1984), com foco no direito Português, entende que:

> a adopção de disposições que premeiem a delação só encontram justificação no contexto de uma guerra total a um crime, que por natureza, coloca grandes dificuldades ao nível de prova, constituindo este o único fundamento político-criminal do recurso aos chamados “arrependidos”. (COSTA,1984,p.54)

Não é demasiado afirmar que depoimentos/confissões obtidos mediante Colaboração (Delação) Premiada, tem uma enorme deficiência probatória, propiciando risco grave de manipulação, por exemplo, pelo próprio organismo de criminalidade organizada que pode visar através de depoimentos direcionados e seletivos, alcançar pretensões várias, inclusive de ordem política e ideológica, constituindo-se como um risco para o Estado Democrático de Direito, dai decorrer que sua utilização deve ser severamente regrada, ponderada e excepcional.

Vivenciamos a mesma realidade na *terra brasilis*, salvo engano.

3.6 AUTORIDADES LEGITIMADAS PARA CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

Controvérsia tormentosa diz respeito à aplicação do Instituto da colaboração premiada, que se manifesta no momento de se definir, de acordo com o texto legal, quais as autoridades legitimadas a firmarem acordos com os investigados/processados e/ou condenados, considerando as atribuições de cada uma das autoridades ali relacionadas como legitimadas para a celebração do acordo.

A Lei nº12.850/13, em seu artigo 4º, § 2º, trata especificamente que:

> Compete autoridade policial no âmbito do inquérito policial e ao Ministério Público no âmbito do processo criminal a celebração do acordo de colaboração premiada, devendo submetê-lo a homologação judicial. (BRASIL, 2013)

Neste contexto, o Ministério Público insurgiu-se, alegando, através da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), nº 5508, que os acordos de colaboração premiada celebrados com autoridade policial violam princípios da Constituição Federal, principalmente aqueles que tratam da *exclusividade da ação penal por parte do Ministério Público*. Alega o Ministério Público Federal, que tal situação violaria o princípio da separação dos poderes e permitiria o avanço da polícia judiciária em área de atuação específica e constitucionalmente prevista para atuação do Ministério Público brasileiro.

Os argumentos do Ministério Público Federal podem ser sintetizados, de acordo com a narrativa constante da ADI nº 5508, da seguinte forma:

> Os trechos impugnados da lei, ao atribuírem a delegados de polícia iniciativa de acordos de colaboração premiada, contrariam o devido processo legal (Constituição da República, art. 5º, LIV),[44] o princípio da moralidade (art. 37, caput),[45] o princípio acusatório, a titularidade da ação penal pública conferida ao Ministério Público pela Constituição (art. 129, I),[46] a exclusividade do exercício de funções do Ministério Público por membros legalmente investidos na carreira (art. 129, § 2º, primeira parte)[47] e a função constitucional da polícia, como órgão de segurança pública (art. 144, especialmente os §§ 1º e 4º).[48]

Adiante:

> Esses dispositivos devem ser considerados inconstitucionais, por violarem o devido processo legal, tanto no aspecto instrumental quanto no substantivo (CR, art. 5º, LIV) e o sistema acusatório, assim como por negarem a titularidade exclusiva da ação penal conferida ao Ministério Público e por atribuírem função do MP a pessoas estranhas à carreira (CR, art. 129, I e § 2º).

Nesta linha argumentativa o Ministério Público Federal adverte sobre a possibilidade de esgarçamento de normas constitucionais, especialmente sobre a exclusividade da ação penal, merecendo destaque a seguinte transcrição:

> O art. 4º, §§ 2º e 6º, da Lei 12.850/2013, ao atribuir a delegados de polícia legitimidade para negociar termos do acordo de colaboração premiada com o acusado e seu defensor e para propor diretamente a juiz concessão de perdão judicial a investigado ou réu colaborador, excede a função institucional da

---

[44] "Art. 5o. [...] LIV – ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal

[45] "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência".

[46]"Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:
I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; [...]".

[47] "§ 2o As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional no 45, de 2004)".

[48]"§ 1o A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional no 19, de 1998)
I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional no 19, de 1998)
IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
[...]
§ 4o Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. [...]".

> polícia de investigação criminal (amiúde denominada impropriamente de “polícia judiciária”). Esta, como órgão de segurança pública (art. 144, especialmente §§ 1o e 4o), deve atuar para o processo penal, não no processo penal. Esses dispositivos legais subtraem a titularidade da persecução penal ao Ministério Público, pois conferem a organismo estranho às partes processuais prerrogativa de negociar cláusulas de acordo de colaboração, cujo escopo inclui não propositura de ação penal, diferimento da propositura de ação penal, proposta de perdão judicial e modulação de penas, em flexão evidente do *jus persequendi in judicio*, que a Constituição comete privativamente ao Ministério Público, quando pública a ação penal. Com isso, ferem igualmente a exclusividade de exercício de função do MP a pessoas estranhas à carreira (CR, art. 129, I e § 2o).
>
> O perdão judicial, por exemplo, como assinala VLADIMIR ARAS, constitui “causa extintiva da punibilidade que só pode ser reconhecida pelo juiz após a propositura da ação penal, na fase da absolvição sumária ou por ocasião da sentença de mérito, o que naturalmente faz ver a estranheza de admitir-se a intervenção de uma não-parte no processo penal, em potencial dissonância com o autor da ação penal (dominus litis)”. A hipótese de delegado de polícia celebrar acordo de colaboração que inclua cláusula de não oferecimento de denúncia revela usurpação frontal da atribuição privativa do Ministério Público de promover – e, pois, de não promover – a ação penal pública, com o que fere o art. 129, I e § 2o.

Em análise à controvérsia, Eduardo Araújo da Silva (2013) adverte para a incongruência que o modelo legal poderia gerar no que se refere a acordo celebrado por delegado contrariamente à posição do Ministério Público:

> Aliás, se persistir a sistemática legal, corre-se o risco de eventualmente o Ministério Público manifestar-se contrário ao acordo promovido pelo delegado de polícia e o juiz, por sua vez, homologá-lo, vinculando sua decisão final. Teríamos, então, por vias transversas, a hipótese de o delegado de polícia vincular a disponibilidade quanto à aplicação da sanção penal ou ao exercício do jus puniendi estatal, via perdão judicial, à revelia do órgão titular da ação penal, o que implicaria em manifesto cerceamento das funções acusatórias em juízo. Em caso semelhante, quando da discussão sobre a possibilidade de acordo entre o acusado e o juiz para fins de suspensão condicional do procedimento ex-officio (art. 89 da Lei no 9.099/95), a jurisprudência dos Tribunais Superiores pacificou-se no sentido da impossibilidade de outro órgão dispor da ação penal pública. (SILVA, 2013, p.69-71)

Portanto, o legislador ordinário não pode dispor da ação penal pública para atribuir a quem não seja seu titular exclusivo a possibilidade de mitigar-lhe a obrigatoriedade, sob pena de violação ao princípio acusatório e às funções do Ministério Público (art. 129, I e § 2º, primeira parte, da Constituição), ao devido processo legal e à própria natureza das coisas. **Somente pode transacionar sobre algum direito quem detenha autorização normativa para dele dispor.**

Sobre a polêmica, Luiz Flávio Gomes e Marcelo Rodrigues da Silva[49], resgataram a impressão do legislador ordinário quando da tramitação do Projeto de Lei que deu origem à Lei nº 12.850/13, esclarecendo, o seguinte:

> A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, no dia 30 de outubro de 2012, quando da análise do projeto que culminou na lei em comento (Lei 12.850/13), em Relatório do Deputado Federal VIEIRA CUNHA, relatou a substituição da expressão "concordância" por "manifestação do Ministério Público" no § 2º do art. 4º da Lei 12.850/13, que trata do perdão judicial ao colaborador, sob o fundamento de que "o papel de concordar ou não cabe ao Magistrado. A argumentação utilizada pela Comissão é falha, pois deve sim haver concordância pelo membro do Ministério Público com os termos do acordo celebrado entre autoridade policial e colaborador, e não um mero parecer sem caráter vinculativo do Parquet. Aliás, o Ministério Público é o titular da ação penal, e por tal motivo sua manifestação pela concordância ou não do acordo vincula o juiz. **De todo modo, resta evidente que o legislador pretendeu tornar não vinculante a "manifestação" do Ministério Público sobre o acordo, o que seria incompatível com a ordem constitucional.**

Embora a lei tenha feito menção à possibilidade de o Delegado de Polícia realizar a colaboração, esta somente deve ser admitida com a participação ativa do membro do Ministério Público. A vinculação do MP pelo acordo do Delegado seria, por vias transversas, a autoridade policial vincular o exercício das funções acusatórias em juízo. Assim, não nos parece possível a homologação de acordo que não tenha a efetiva participação do membro do MP ou, ao menos, a sua concordância. Nada impede que o MP ratifique o acordo feito, devendo ter cautela apenas em verificar a voluntariedade do agente.

Porém, caso o Delegado realize acordo e o membro do MP manifeste-se em contrário, somente caberá ao juiz, caso concorde com a autoridade policial, aplicar o art. 28 do CPP, não devendo homologá-lo nesse particular.

Na conclusão dos argumentos expostos na ADI, o Ministério Público Federal afirma:

> Basta lembrar, aliás, que o acordo de colaboração premiada pode ocorrer após a sentença (art. 4º, § 5º, da lei). Por acaso se admitiria que, concluída a prestação jurisdicional de primeiro grau, delegado de polícia interviesse no processo para peticionar a juiz ou tribunal, em favor de acordo firmado pela polícia, contra a posição processual do Ministério Público? Aceitar-se-ia

[49] GOMES & SILVA, Organizações criminosas e técnicas especiais de investigação, ob. cit. na nota 7, p. 300-301. (Sem destaque no original).

> delegado recorrer de decisão judicial que negasse sua proposta? A resposta negativa parece impor-se sem dificuldade a ambas as indagações, ante a falta de sentido desse cenário e o tumulto processual que causaria.
> **Em outras palavras, a previsão legal de acordo por iniciativa policial sem participação ou anuência do Ministério Público implica permissão de que órgão público (a polícia) faça oferta que não poderá honrar, por não ter a titularidade do direito. Tal situação deixa desprotegido o indivíduo interessado no negócio jurídico – pois a colaboração premiada também funciona como tática defensiva dos interesses do réu ou investigado – e contraria a moralidade e o princípio da proteção constitucional da confiança, pois não é aceitável que o estado participe de negociações que não possa adimplir ou que gerem oposição do próprio estado** (por meio do Judiciário e do Ministério Público).

Márcio Anselmo, delegado da Polícia Federal, em artigo abordando o tema colaboração premiada e polícia judiciária resume seu posicionamento nos seguintes termos:

> Em todos os outros dispositivos legais que trata do Instituto, a menção aos termos "autoridade policial" (Leis 7492/86 e 8113/90), "Autoridades" (Lei 9613/98), colaboração com a investigação policial e o processo criminal (leis 9807/99 e 11.343/2006). Assim, a posição que considera o Ministério Público como única autoridade com legitimidade a propor a colaboração premiada não encontra amparo na legislação.

Mais adiante conclui:

> Observa-se, portanto, que não há qualquer impeditivo para que os acordos de colaboração premiada possam ser propostos no âmbito do inquérito policial, pela autoridade legalmente incumbida de presidi-lo. Ademais, a fase de investigação é a mais propícia para a efetivação da medida, sobretudo em razão da proximidade decorrente da contemporaneidade dos fatos investigados. Negar ao delegado de polícia a legitimidade em celebrar tais acordos é, para além de legal, negar qualquer racionalidade lógica ao sistema de investigação criminal."

Como se pode constatar, a polêmica instalada a partir da discussão sobre a constitucionalidade da legitimidade da autoridade policial em celebrar acordos de colaboração premiada, está bem distante de qualquer discussão meramente corporativa.

O ponto crucial a ser discutido é exatamente aquele levantado pelo Ministério Público Federal, ou seja, a polícia federal ou a polícia judiciária não detém atribuição para dispor da ação penal, privativa nos termos do art. 129 da Constituição Federal como sendo do Ministério Público, também, não podem ofertar aquilo de que não

dispõem, em clara afronta ao princípio da moralidade e da confiança de índole constitucional.

Aqui encontramos, de maneira clara, o ponto central da discórdia, qual seja: qual dos “legitimados” está apto a ofertar mais e entregar menos? O Ministério Público ou a polícia judiciária? Negociar com o mais sanguinário dos criminosos e por mais hediondo que seja o crime, ofertando aquilo que não está na sua esfera de atribuição é a mais evidente manifestação de ilegalidade.

Fazem isso os membros do Ministério Público, negociando com delatores aquilo de que não podem dispor, a exemplo da pena, sua individualização e quantidade, forma e regime de cumprimento (reserva de jurisdição), prescrição, perdão judicial, destinação de bens e valores, etc., tudo isso sem a intervenção do juiz natural do processo, muitas vezes com a interveniência apenas do “juiz homologador” que, nem sempre, como se vê na prática, será o responsável pelo julgamento do mérito da causa.

Na outra vertente do problema o argumento do Ministério Público, a nosso ver contraditório na essência, de que autoridade policial não pode negociar o não oferecimento da denúncia, exatamente por não dispor de tal atributo. Um verdadeiro nó górdio.

A matéria foi posta em discussão no plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), com relatoria do Ministro Marco Aurélio, e teve a importância de revelar as contradições inerentes ao tema, tudo agora aparentemente superado com o julgamento de mérito da demanda, com as seguintes anotações, por nós, consideradas relevantes.

Atuando na defesa de suas prerrogativas, por óbvio, o Departamento de Polícia Federal, instada a se manifestar na aludida ação, trouxe ao debate importantes aspectos ainda não enfrentados em torno do instituto da colaboração premiada, merecendo transcrição o seguinte:

> Para correto entendimento do posicionamento da PF quanto ao instrumento previsto na legislação, necessário que se compreenda a origem da atividade de obtenção de prova oriunda do ser humano.
> Independentemente do fato de a pessoa fornecedora de dados ao Estado atuar informalmente (disque-denúncia, p.ex) ou vir a ser trazida aos autos de uma investigação ou ação penal como testemunha, investigada ou ré, a gênese dessa contribuição é a mesma: prova originada do ser humano.

> Desse modo... possuem os mesmos critérios de aferição, as mesmas vulnerabilidades e fragilidades e demandam atenção especial do Estado para que o direito de terceiros não seja prejudicado por um tratamento inadequado do material obtido ou por avaliação equivocada da competência e da motivação da pessoa que fornece o dado.

De maneira a aclarar o ponto de discordância, afirma:

> A discrepância de entendimento entre a polícia e o MP, quanto à colaboração premiada, está no fato de que o MP atua importando modelos que (ainda) não estariam amparados em nossoordenamento jurídico (como exemplo: americano, de plena negociação do órgão acusador com o investigado e sua defesa; ou o italiano, em que o MP é uma magistratura), estabelecendo antecipadamente penas, condições de cumprimento, multas, em contrapartida à delação de fatos, pessoas e circunstâncias, entendendo que o Poder Judiciário não poderia sequer interfeir profundamente neste tipo de contrato, sob pena de ter minadas suas possibilidades de negociação da colaboração com qualquer investigado.
>
> (…)
>
> Na aplicação desse modelo, uma única instituição (o MP) deteria todos os papéis do sistema de persecução criminal, atuando como investigador (obtenção de material destinado a provar determinado fato), como acusador (titular da ação penal) e julgador (estabelecendo penas e multas vinculantes do juízo), desequilibrando a balança da paridade de armas.

Com ênfase na preocupação e reconhecimento da aplicação excepcional do instituto da colaboração premiada, o que deve ser regra, sempre, temos a seguinte transcrição, à luz do entendimento da Polícia Federal:

> Um exemplo desse entendimento: um preso preventivo, ao assinar um “contrato de colaboração”(leia-se: transação penal) com o MP, contemplando determinados benefícios antecipados, sairia automaticamente do estabelecimento prisional para o regime domiciliar, sem a respectiva sentença condenatória. Caso se comprove, ao final de um prazo médio de tramitação do processo de três anos, que ele mentiu em sua colaboração e o juízo aplique uma elevada pena de 18 anos de reclusão, o investigado já teria cumprido, em casa, um sexto da pena que deveria ter se iniciado em regime fechado. Ou seja, sua condenação em regime fechado já começaria com prazo de obtenção da progressão de regime para semi-aberto.
> (...)
> Nesse contexto, salvo melhor leitura, constat-se que o MP vem aplicando interpretações modificadoras do texto legal, importando teses jurídicas baseadas em Direito Comparado, com objetivo de obter jurisprudência junto aos Tribunais Superiores, modificando o caráter instrumental de obtenção de prova inerente ao instituto da colaboração premiada previsto na Lei n 12850/2013, transmutando-o em um instituto de transação penal, nos moldes dos textos apresentados nos PL N 4850/2016 E N 8045/2010 (ACORDO PENAL).

Em sua argumentação lançada na ADI, a Polícia Federal resgata o histórico de tramitação do Projeto de Lei nº 150/2006, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT), que resultou na publicação da Lei nº 12850/13, nos exatos termos:

> No que se refere à colaboração premiada, o projeto manteve-se fiel `ideia de que a extinção da punibilidade ou a redução de pena devem partir do Poder Judiciário. A nosso sentir, afigura-se inconstitucional a proposta de atribuir tal competência ao órgão acusador. Isso implicaria verdadeiro esvaziamento de poder, função e atividade do órgão judicial, com flagrante desrespeito à garantia de que "a lei não excluirá da apreciação do Poder judiciário lesão ou ameaça de direito" (art. 5, XXXV, da CF) e, no âmbito processual, afronta à cláusula do devido processo legal (Art. 5º, LIV, da CF).
>
> Há, de fato, uma questão essencial: o Minsitério Público pretende ora atuar como Estado-Investigador, ora como órgão de controle externo da atividade policial e ora como magistratura, modulando penas e prevendo benefícios não contemplados em lei, cabendo ao verdadeiro Estado-Juiz apenas a tarefa de chancelar as negociações por ele entabuladas.

O Ministro Marco Aurélio, relator da ADI acima referida, destacou em seu voto, de maneira precisa, o seguinte:

> Sendo a polícia a única instituição que tem como função principal o dever de investigar, surge paradoxal promover restrição das atribuições previstas em lei. Retirar a possibilidade de utilizar, de forma oportuna e célere, o meio de obtenção de prova denominado colaboração premiada é, na verdade, enfraquecer o sistema de persecução criminal, inobservando-se o princípio da vedação de proteção insuficiente.
> (...)
>
> O momento no qual realizada é relevante para que seja estabelecida, nos ditames da lei e da Constituição, a autoridade com atribuições para firmar o acordo: durante as investigações compete à autoridade policial, em atividade concorrente e com supervisão do membro do Ministério Público; instaurada a ação penal, tem-se a exclusividade do Órgão acusador.
> (...)
> O argumento segundo o qual é privativa do Ministério Público a legitimidade para oferecer e negociar acordos de colaboração premiada, considerada a titularidade exclusiva da ação penal pública, não encontra amparo constitucional.
> Não me canso de repetir que se paga um preço por se viver num Estado Democrático de Direito e esse preço é módico: o respeito irrestrito à ordem jurídica em vigor, especialmente à constitucional. **Em Direito, o meio justifica o fim, mas não este àquele, pouco importando a boa intenção envolvida**. (Grifo nosso)

Na mesma oportunidade o ministro Gilmar Mendes, destacou:

> O problema apresenta-se quando se ingressa no campo da negociação do prêmio ao colaborador.

> A lei prever como possíveis sanções premiais o perdão judicial ou a não propositura da ação penal – art. 4o, *caput* e §§ 2o e 4o – e o abrandamento da sanção penal – redução ou substituição da pena privativa de liberdade, abrandamento de regime prisional, art. 4o, *caput* e § 5o.
>
> A negociação de tais efeitos pelo delegado de polícia representaria disposição sobre a ação penal pública e, portanto, ingresso na função institucional privativa do Ministério Público de promover a ação penal pública (art. 129, I, da CF).
>
> Ocorre que a lei prevê que a sanção premial é dosada e aplicada pelo juiz. Assim, o *caput* do art. 4º afirma que o "juiz poderá" conceder o "perdão judicial" ou a redução ou substituição da pena privativa de liberdade. O benefício será dosado levando em conta "a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração " (§ 1o).
>
> Em última análise, a interpretação estrita da lei é no sentido de que os benefícios são aqueles previstos na legislação, os quais serão dosados pelo juiz em fase de julgamento.

Dando seguimento ao seu raciocínio, o ministro Gilmar Mendes traz a lume o ponto crucial dos termos de acordo de colaboração (delação) premiada recentemente firmados pelo Ministério Público Federal, que, ao meu sentir, poderá, em curto espaço de tempo, nulificar todos os acordos, ou, no mínimo, as cláusulas que exorbitam as atribuições do Ministério Púbico, como anotado acima.

Sobre tal aspecto do instituto, o Ministro Gilmar Mendes, afirma:

> Celebrado o acordo pelo delegado, não poderá ele especificar a sanção premial aplicável. Na melhor das hipóteses, o delegado poderia acordar que representará pela adoção de uma determinada sanção premial, sem com isso vincular o Ministério Público ou o Juízo. O delegado não é titular da ação penal, não pode sobre ela dispor.
>
> **Aliás, pela redação da lei, nem mesmo o Ministério Público pode chegar a tanto, muito embora essa praxe venha sendo adotada no âmbito do Ministério Público Federal. Abro um parênteses para registrar que o Pleno do STF, na Pet 7.074, rel. Min. Edson Fachin, julgada em 29.6.2017, não afirmou que o MP pode acordar sobre a sanção premial.** A conclusão da Corte foi que uma vez homologado o acordo, tem ele efeito vinculante. **Não se chegou ao ponto de assertar a legalidade de cláusulas não previstas em lei.** Apenas deu-se eficácia preclusiva a sua homologação. Em outras palavras, não se disse que o juiz deve homologar acordo que dosa a sanção premial ou prever benefício não previsto em lei; mas que, uma vez homologado, a sanção premial deve ser observada.
>
> **(**...)
>
> **Venho defendendo que, com a legislação atual, o Ministério Público não pode negociar a sanção a ser aplicada.** Ainda assim, não há dúvidas de que o poder de negociação do Promotor é maior do que aquele do delegado. O Promotor pode comprometer-se a requerer a aplicação de determinada sanção e a recorrer caso não suficientemente aplicada. O delegado, na pior das

> hipóteses, poderá lançar manifestação não vinculante, expressando sua opinião quanto à futura sanção premial. (...)
> Por outro lado, a lei é clara ao afirmar que é o juiz que aplica e dosa a sanção premial (art. 4o), levando "em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração" (§ 1o). (Grifo nosso)

O Ministro Celso de Mello, na sequência do julgamento, registrou: *"Cabe ao magistrado, se e quando houver conflito entre as posições do Ministério Público e da autoridade policial, esse ponto deverá ser objeto de apreciação jurisdicional. Cabe ao Poder Judiciário homologar o acordo. E, ao homologar, compete ao Poder Judiciário verificar se as cláusulas compactuadas são proporcionais"*

Um paralelo entre o que defende as duas instituições (MP X PF) sobre a melhor forma de se viabilizar o acordo de colaboração premiada, pode ser sintetizado na cláusula que prevê os "benefícios" a serem entregues ao colaborador, desde que eficaz a colaboração, nos seguintes termos:

Quadro 8 – Posição da PF X Posição do MPF

POSIÇÃO DA PF	POSIÇÃO DO MPF
O COLABORADOR está ciente que, a depender da efetividade e eficácia da colaboração, dos resultados atingidos e em caso de condenação, a critério do respectivo juízo competente, poderá se beneficiar, alternativamente, com o perdão judicial, com a redução de até 2/3 da pena privativa de liberdade ou com a substituição de apena privativa de liberdade por restritivas de direito.	Considerados os antecedentes e a personalidade do COLABORADOR, a gravidade e a repercussão social dos fatos por ele praticados, a utilidade potencial da colaboração por ele prestada e, em especial, o caráter acessório das condutas em que ele incorreu, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para o recebimento dos benefícios, e desde que efetivamente obtidos ao menos um dos resultados previstos nos incisos I, II, III e IV, do art. 4°, da Lei 12.850/2013, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL propõe ao COLABORADOR e compromete-se, em qualquer feito já instaurado ou que venha a ser instaurado cujo objeto coincida com os fatos revelados por meio da colaboração ora pactuada, ou das colaborações pactuadas entre o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e José Sergio de Oliveira Machado, Daniel Firmeza Machado ou Expedito Machado da Ponte Neto, na forma da cláusula 4ª, a não oferecer denúncia nem de nenhum modo, ainda que por aditamento ou rerratificação, propor ação penal em seu desfavor por fatos contidos no escopo deste acordo ou dos acordos supracitados, ficando sua punibilidade por quaisquer crimes que estejam descritos em quaisquer anexos do presente acordo ou de tais acordos supracitados e lhe possam ser imputados suspensa pela duração deste acordo e extinta com a respectiva expiração.

Fonte: Elaborado pelo autor

Observa-se, sem muito esforço, as relevantes diferenças no atuar das instituições legitimadas a celebrar acordos e colaboração premiada, o que autoriza afirmar que: a) a atuação da Polícia Federal guarda maior proximidade entre a promessa de benefícios e as previsões contidas na Lei nº 13.850/13, aparentemente não invadindo a esfera de competência do Poder Judiciário ou violando o princípio da reserva de jurisdição, tendo em vista que a mensuração (quantum) do benefício será definida pelo Juízo competente, na sentença condenatória, de acordo com a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão do fato criminoso e a efetividade da colaboração; b) a atuação do Ministério Público Federal se afasta dos termos da lei, entregando o prêmio a priori e com base em cláusulas *contra legis*, o que poderá ensejar nulidades futuras com comprometimento das colaborações premiadas e do próprio instituto em si.

A polêmica entre Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF) parece não ter terminado, apesar da decisão do STF, no dizer de Vladimir Aras[50]:

> Para o procurador regional da República e diretor de Assuntos Legislativo da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Vladimir Aras, a decisão não é contra o Ministério Público, mas contra o interesse público, pois o potencial colaborador poderá ter maior poder de barganha.
> "Essa barganha vai repercutir em proveito de quem oferece a informação, que vai virar prova. Só que agora o colaborador poderá oferecer menos documentos e obter o melhor preço para a prestação que ele dará ao Estado, que no caso é a informação", avalia o procurador.[51]

O argumento não parece válido na prática, posto que, ao colaborador/delator, celebrar acordo com o Ministério Público continua sendo mais atrativo, pois cabe à instituição, por expressa disposição constitucional, privativamente, propor a ação penal, autorizado, agora, excepcionalmente, dela dispor.

Proporcionando maior insegurança, vem o entendimento do Procurador da República, Rodrigo De Grandis[52], assim:

---

[50]<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-06/delegados-e-procuradores-divergem-sobre-decisao-do-stf-sobre-delacao>. Acesso em: 14 ago.2018.
[51]<http://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-06/delegados-e-procuradores-divergem-sobre-decisao-do-stf-sobre-delacao>. Acesso em: 10 ago.2018.

> É extremamente temerário um advogado assinar o acordo exclusivamente com a polícia. Certamente, se eu fosse advogado, não assinaria. Em quais circunstâncias ficariam o seu cliente durante essa situação de indefinição?

À guisa de conclusão, neste ponto, temos que, há um só tempo, o Ministério Público e a autoridade policial estão propensos a violarem cláusulas pétreas da Constituição Federal, invadindo esferas de competências e atribuições de outras autoridades e poderes, o que, ao final, podem proporcionar nulidades generalizadas dos acordos de colaboração premiadas celebradas no Brasil, com graves e sérios prejuízos para a sociedade e para democracia, como já vivenciamos.

O conflito entre corporações, no dizer do Ministro Marco Aurélio, remonta a períodos anteriores, conforme revela a orientação n 04/2014, da 7ª Câmara de Revisão do MPF[53], nos seguintes termos:

> ORIENTA os membros do Ministério Público Federal a, respeitada a independência funcional, pugnarem pelo não conhecimento de pedido de medida cautelar formulado por autoridade policial diretamente ao juízo, sem prejuízo de pleitearem a medida cautelar, em petição própria, quando a entenderem pertinente.

3.7 O JUIZ HOMOLOGADOR

Trata-se de aspecto crucial na aplicação do instituto da colaboração (delação) premiada, tendo em vista que, por expressa disposição legal, ao juiz é vedada a participação na fase de negociação do acordo, supostamente em resguardo a sua atuação imparcial do processo penal.

Porquanto, atuando na homologação do acordo de colaboração premiada e na prolação da sentença de mérito no processo penal, tem o Juiz a oportunidade de aferir a sua regularidade, legalidade e voluntariedade, bem como, sindicar o teor de suas cláusulas, e, ao final do processo, aferir a efetividade da colaboração premiada, determinando o *quantum* de prêmio a ser entregue ao colaborador. Indaga-se: estaria o Juiz vinculado aos termos do acordo anteriormente homologado? A não entrega do

---

[52]<https://www.conjur.com.br/2018-jun-27/advogado-nao-negociar-delacao-policia-procurador>. Acesso em: 15 ago.2018.

[53]<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr7/sobre/Relatoriodegesto20142016Final.pdf>. Acesso em: 12 ago.2018.

prêmio na dimensão pactuada viola direito subjetivo do colaborador? Os princípios da proteção constitucional à confiança legítima e de proibição de comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*), aplica-se ao instituto da colaboração premiada?

A tormentosa questão surge diante da nova realidade de que os acordos de colaboração premiada, nos termos da lei nº 12.850/13, devem ser formalizados e **homologados** por autoridade competente, nos termos de que trata o Art. 4º, § 7º, da Lei nº 12.850, de 02 de agosto de 2013.

Sobre o ponto, e em análise ao alcance do acordo de colaboração premiada, devidamente homologado, decidiu o TRF da 4ª Região:

> "PENAL E PROCESSO PENAL. CORREIÇÃO PARCIAL. DELAÇÃO PREMIADA. TERMO DE ACORDO. HOMOLOGAÇÃO. EFEITOS. Sendo casuística e com efeitos limitados ao processo, a homologação judicial de termos de colaboração por delação premiada somente pode dar-se perante o magistrado da causa, juiz natural para o feito, pelo que o acordo homologado no TRF 4ª Região não pode ser compreendido como a envolver outras várias ações penais, descabendo sua pretendida extensão automática". (Correição nº 2007.04.00.039556-6/RS, Relator Desembargador Federal Néfi Cordeiro, 7ª Turma, unânime, julgado em 22/01/2008, publicado no DE em 20/02/2008).

Portanto, vê-se, que mesmo para fins de homologação, o instituto da colaboração premiada é controverso e envolve discussões doutrinárias sem qualquer possibilidade de consenso, a exemplo da vinculação do juiz homologador aos termos do acordo, e pior, das demais autoridades que não participaram do ato processual, do Poder Judiciário ou não, em atenção ao princípio da lealdade e da boa fé a envolver a relações estatais.

A título de exemplo, e para fins de demonstrar que o ato envolve complexidade, temos a ressalva prevista no Art. 4º, § 7º, da Lei nº 12.850/13 (... podendo para este fim, sigilosamente, ouvir o colaborador, na presença de seu defensor), desafiando o seguinte questionamento: poderá o MP e/ou autoridade policial, participar da referida audiência que visa aferir a voluntariedade na colaboração? Sendo mais direto: o torturador/coator/instigador poderá participar do ato que visa apurar se sua conduta influiu na manifestação volitiva do colaborador?

Nessa linha, Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto (2013), entendem:

> Daí porque, na audiência que se refere o dispositivo, não haver previsão quanto à presença do proponente do acordo (Ministério Público ou delegado de polícia), mas somente do colaborador e seu defensor (...).
> A presença daqueles que propuseram tais acordos decerto que traria constrangimentos ao colaborador que, talvez por isso, pudesse se sentir inibido em apontar os reais motivos de que levaram a prestar o auxílio. (CUNHA&PINTO, 2013,p.63)

Em princípio, versando sobre instituto que não guarda conformidade com o agir ético do Estado, sendo, por natureza, potencialmente propenso a violar direitos e garantias fundamentais, entendemos que a presença do MP e/ou do delegado de polícia, é justificadamente dispensável, não devendo participar do ato que visa, no final das contas, aferir traços de sua conduta nas tratativas para celebração do acordo. É mais uma ferramenta a lançar luzes no obscurantismo que envolve a celebração dos acordos de colaboração premiada, para o bem do Estado Democrático de Direito.

Diante de uma gama de informações que invadem, necessariamente, a esfera de direito de terceiros, o magistrado tem as seguintes opções: a) homologar o acordo; b) não homologar o acordo; c) realizar sua adequação.

Caso típico de não homologação, por óbvio, decorre do expresso comando legal, nos termos do art. 4º, § 8º, quando a proposta “não atender aos requisitos legais” (por exemplo, se o colaborador não estava acompanhado do advogado ou se não compreendeu bem os termos do acordo).

Na terceira hipótese, poderá o magistrado adequar a proposta ao caso concreto, surgindo assim, infinitos questionamentos, a exemplo de: Qual o limite deste poder de adequação do magistrado? Poderá sindicar o mérito do acordo, vinculando-se ao julgamento final da ação penal? Tal adequação importa em antecipação do juízo de recebimento da denúncia a ser proposta pelo Ministério Público?

A adequação, ao meu sentir, só pode exigir ou se realizar de maneira a assegurar a estrita conformidade das cláusulas com os termos da lei de regência, não permitindo que conste da proposta aquilo que não se pode entregar a *priori,* a título de exemplo, a quantificação da pena, regime de cumprimento diferenciado, extinção de punibilidade, e, por mais absurdo que seja, as cláusulas de compromisso de não pleitear medidas cautelares restritivas de liberdade, verdadeiro absurdo, materializando-se em manifestação expressa de que as colaborações premiadas, assim homologadas, são nulas de pleno direito.

A celeuma parece não ter fim, propiciando, como consequência, a apresentação por parte do Deputado Federal Expedito Netto, de um Projeto de Lei (PL 8613/2017)[54] que visa o **"impedimento do juiz que homologar a colaboração premiada para processar e julgar a ação penal respectiva".** (Grifo nosso)

Na justifica para apresentação do projeto, resta evidente a preocupação do parlamentar federal com a imparcialidade do julgador e a possibilidade de sua "contaminação", face o contato anterior com o material probatório, o que, a toda prova, viola a presunção de inocência do acusado/colaborador. Para fins ilustrativos, transcrevo:

> Adotando uma postura de equilíbrio entre essas posições extremadas, cremos que não se pode negar a eficácia e eficiência das colaborações premiadas, como tem demonstrado nossa história recente. Mas para evitar que haja certa contaminação por animosidades pessoais, ou antes, para afastar de todo jeito desse meio de produção de prova qualquer resquício de possibilidade de se considerar o juiz comprometido ideológica ou politicamente com a punição do réu, se propõe o presente projeto, **a fim de que o juiz que homologa a colaboração nunca seja o mesmo juiz que julga a ação penal e impõe a pena.** (Grifo nosso)

Não foi esse o entendimento do STF, ao reconhecer que o magistrado que participa do procedimento para celebração do acordo de colaboração premiada não está impedido para futura ação penal, pois referidas causas impeditivas estão expressas no art. 252 do Código de Processo Penal.

Em análise ao tema Sarmento sentenciou:

> O último raciocínio foi, inclusive, adotado pelo STF no julgamento do HC n. 127.483/PR, que figura como *leading case* a respeito da homologação de acordos de delação premiada. Confira-se, a propósito, fragmento da ementa do julgado, de relatoria do Min. Dias Toffoli:
>
> "2. Nos termos do art. 21, I e II, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, o relator tem poderes instrutórios para ordenar, monocraticamente, a realização de quaisquer meios de obtenção de prova (v.g., busca e apreensão, interceptação telefônica, afastamento de sigilo bancário e fiscal). 3. Considerando-se que o acordo de colaboração premiada constitui meio de obtenção de prova (art. 3º da Lei nº 12.850/13), é indubitável que o relator tem poderes para, monocraticamente, homologá-lo (art. 4º, § 7º, da Lei nº 12.850/13)."

[54]<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1599161&filename=PL+8613/2017>.Acesso em: 14 ago.2018.

É certo que estamos diante de situação complexa, a importar não o singelo despacho monocrático de homologação do acordo, mas antes de mais nada, a vinculação do juízo, individual ou colegiado, com os termos do acordo. O problema se agrava quando tal raciocínio é aplicado para julgamentos colegiados (Tribunais Superiores) e demais autoridades que não participaram do acordo, judiciais ou não.

Abordando o problema sob outro enfoque, Heloisa Estelitta (2009) constata que, à margem de qualquer dúvida,

> tal proceder implica duplo julgamento antecipado do mérito da ação penal: a) o juízo de condenação; b) o juízo acerca da presença dos requisitos legais para a aplicação da causa de diminuição da pena, restando evidente, ademais, que a homologação do acordo pelo magistrado implica em dupla violação aos cânones mais básicos do due process of law: de um lado retira-lhe a imparcialidade objetiva e, de outro, impede o desenvolvimento contraditório do processo. (ESTELLITA,2009,p.2-3)

Aury Lopes Jr. (2017), ao dissertar sobre os juízos de paranoia, citando Cordero, adverte que:

> se opera um primado (prevalência) das hipóteses sobre os fatos, porque o juiz que vai atrás da prova primeiro decide (definição da hipótese) e depois vai atrás dos fatos (prova) que justificam a decisão (que na verdade já foi tomada). O juiz, nesse cenário, passa a fazer quadros mentais paranoicos. (LOPES JUNIOR,2017,p.170)

Neste contexto é forçoso concluir nos termos do pensamento de Daniel Del Cid (2016), nos exatos termos

> Homologado o acordo, **o magistrado estará comprometido com os termos do acordo e com a tese acusatória**, ficando absolutamente contaminado com seu teor, prejudicando o desenvolvimento do processo, impedindo que se entregue uma sentença comprometida com a promessa constitucional de seu justo e devido processo legal.
> Em outras palavras, a homologação do acordo de delação premiada estimula e obriga o juiz a já intervir, em fase preliminar, valorando todos os elementos de prova, exibindo sinais fortes, objetivos e contundentes de sua parcialidade, forçando um nítido interesse subjetivo na condução do processo, impedindo a apreciação do contraditório pela defesa em que o juiz ficará refém de seu subconsciente. (Grifo nosso)

Vasconcelos, (2017), com clareza solar, sustenta *que o imputado tem direito subjetivo ao acordo (se atendidos seus pressupostos e requisitos) e à concessão dos benefícios (se efetiva a posterior colaboração).* (VASCONCELOS,2017,p.115)

O tema foi objeto de análise, quando do julgamento considerado paradigmático no STF (HC 127.483), rel. Min. Dias Toffoli, com o seguinte recorte:

> Caso a colaboração seja efetiva e produza os resultados almejados, há que se reconhecer o direito subjetivo do colaborador à aplicação das sanções premiais estabelecidas no acordo, inclusive de natureza patrimonial.

A progressiva discussão do tema a envolver o instituto da colaboração premiada, face sua proliferação no cenário jurídico nacional, por certo levará a novas discussões, oportunidade em que os magistrados poderão alargar o entendimento, o que guarda maior consonância com os objetivos da lei nº 12.850/13, principalmente rompendo as amarras embutidas no § 2º da referida lei, (Considerando a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público, a qualquer tempo, e o delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, com a manifestação do Ministério Público, poderão requerer ou representar ao juiz pela concessão de perdão judicial ao colaborador, ainda que esse benefício não tenha sido previsto na proposta inicial, aplicando-se, no que couber, o art. 28 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941), ou seja, que o alargamento dos benefícios ao colaborador possa ser realizado *de officio* pelo magistrado, à luz do disposto no art. 13*,* da Lei nº 9.807, de 13 de junho de 1999, que estabelece normas para organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas.

Estamos diante de um conflito aparente de normas, no que se refere à necessidade de celebração de um acordo formal, ou não, e devidamente homologado, para recebimento do prêmio?

Numa primeira abordagem, entende-se que a Lei nº 12.850/13 é específica, portanto, versando a investigação sobre organização criminosa, a celebração do acordo deve seguir a sistemática da referida norma; no entanto, a Lei nº 9.807/99 (Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas) é norma geral, mais benéfica ao acusado/investigado/condenado, devendo, à luz dos princípios Constitucionais, ser

aplicada em todos os casos, inclusive versando a demanda sobre organização criminosa.

A propósito, veja-se o quadro comparativo:

Quadro 9 – Quadro comparativo entre a Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas e a Lei de Organizações Criminosas

Lei de Proteção a Vítimas e Testemunhas (art. 13 da Lei no 9.807/1999)	**Lei de Organizações Criminosas (art. 4o da Lei no 12.850/2013)**
Art. 13. Poderá o juiz, de ofício ou a requerimento das partes, conceder o perdão judicial e a consequente extinção da punibilidade ao acusado que, sendo primário, tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e o processo criminal, desde que dessa colaboração tenha resultado: I – a identificação dos demais co-autores ou partícipes da ação criminosa; II – a localização da vítima com a sua integridade física preservada; III – a recuperação total ou parcial do produto do crime. **Parágrafo único.** A concessão do perdão judicial levará em conta a personalidade do beneficiado e a natureza, circunstâncias, gravida- de e repercussão social do fato criminoso.	**Art. 4o O juiz poderá, a requerimento das partes,** conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos seguintes resultados: I – a identificação dos demais coautores e partícipes da organização criminosa e das infrações penais por eles praticadas; II – a revelação da estrutura hierárquica e da divisão de tarefas da organização criminosa; III – a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades da organização criminosa; IV – a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa; V – a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada.

Fonte: Elaborado pelo autor

Aqui reside a polêmica. No primeiro caso o Juiz age de *offício,* sem qualquer preocupação com a manifestação das partes, atento apenas ao conteúdo das manifestações do investigado/réu, enquanto que, na Lei nº 12.850/13, resta evidente que, ao homologar o acordo celebrado entre o investigado/réu/condenado, o Ministério Público e/ou autoridade policial, o julgador resta comprometido com as cláusulas pactuadas, podendo valorá-las apenas quando da sentença de mérito, oportunidade em que, a depender da prática adotada pelo Ministério Público Federal, o investigado/réu/condenado já tenha cumprido a pena que lhe foi aplicada em flagrante violação à regra do juiz natural, do devido processo legal substancial, do contraditório, da ampla defesa e da presunção de inocência.

Não se trata do início do cumprimento da pena em após o julgamento do recurso em segunda instância, o que já seria uma flagrante inconstitucionalidade, mas do início do cumprimento da pena logo após a celebração do acordo e antes mesmo de sua homologação, o que se revela um absurdo.

A supressão na lei de uma única palavra (*de ofício*) dotou o Ministério Público e a Policia Judiciária, de enormes poderes, a ponto de, caso deseje (e isso é possível, pois são humanos), manipular de todas as maneiras o conteúdo e cláusulas da colaboração premiada, ficando o juiz como mero espectador se o colaborador será eficaz naquilo que afirmou, *a priori,* sem qualquer possibilidade de sindicar o que deixou de afirmar, ou, sendo objetivo, naquilo que deliberadamente deixou de revelar.

A ausência de elementos de corroboração de sua versão será importante para absolvição de terceiros injustamente acusados, e nada mais. No que silenciou, a quem interessa?

3.8 VALOR PROBATÓRIO DA COLABORAÇÃO PREMIADA

Partindo-se da premissa de que a colaboração premiada é meio de obtenção de prova, nos termos da legislação de regência, indaga-se: qual seu valor probatório? É possível a aplicação do método de corroboração cruzada? A denúncia poderá ser recebida com base apenas em declarações do réu colaborador? O que se entende por regra de corroboração, afinal?

Badaro (2018)[55], enfrentando o tormentoso tema de valoração processual dos acordos de colaboração premiada, assim se reporta:

> A lei não define a natureza do meio de prova do qual advirão os elementos de corroboração do conteúdo da delação. Em princípio, portanto, a corroboração pode se dar por intermédio de qualquer meio de prova ou meio de obtenção de prova: documentos, depoimentos, perícias, interceptações telefônicas...
>
> Mas, uma questão interessante é se serão suficientes para justificar uma condenação duas ou mais delações com conteúdos concordes. É o que se denomina mutual corroboration ou corroboração cruzada. Ou seja, o conteúdo da delação do corréu A, imputando um fato criminoso ao corréu B, ser

[55]<http://badaroadvogados.com.br/o-valor-probatorio-da-delacao-premiada-sobre-o-16-do-art-4-da-lei-n-12850131111.html>. Acesso em: 05 ago.2018.

> corroborado por outra delação, do corréu C, que igualmente atribua o mesmo fato criminoso a B.

As articulações e possibilidades de manipulação dos acordos de colaboração premiada, que na essência envolve pluralidade de investigados/réus, principalmente se aplicada no âmbito da lei de combate a organizações criminosas, transforma a preocupação em um grave problema de ordem processual, de sorte a aproximar o magistrado da inexorável possibilidade de erro, com risco de condenar delatados inocentes, embora contra eles existam delações cruzadas.

Diante da relevância do tema, Badaró nos apresenta a seguinte reflexão:

> Assim sendo, não deve ser admitido que o elemento extrínseco de corroboração de uma outra delação premiada seja caracterizado pelo conteúdo de outra delação premiada. Sendo uma hipótese de grande chance de erro judiciário, a gestão do risco deve ser orientada em prol da liberdade. **Neste, como em outros casos, deve se optar por absolver um delatado culpado, se contra ele só existia uma delação cruzada, a correr o risco de condenar um delatado inocente, embora contra ele existissem delações cruzadas.** (Grifo nosso)

E conclui: a delação ‘nua’, isto é, sem um elemento de confirmação é, por si, inidônea para justificar uma condenação.

Vasconcelos, (2017) delimita o tema de maneira didática:

> A colaboração premiada, como mecanismo voltado à facilitação da persecução penal por meio da concessão de benefícios ao imputado, é objeto de inúmeras críticas doutrinárias. Em atenção a suas fragilidades, um dos principais dispositivos direcionados à tentativa de sua limitação é a imposição da *regra de corroboração.* Reconhecendo-se a reduzida confiabilidade nas declarações do delator, determina-se que a *condenação não pode se embasar exclusivamente em suas versões incriminatórias.*

Não é outra a preocupação, senão o reconhecimento de que as acusações feitas a terceiros e a própria confissão do delator, decorrente de sua colaboração em troca de benesses, devem ser tomadas como extrema cautela, partindo-se da premissa de que são mentirosas e fruto de ardil, tendo relevância jurídica apenas e tão somente se corroboradas por outros elementos de prova.

Consequência disso, é que a regra da corroboração, por elementos externos à colaboração premiada, reveste-se de singular e essencial importância, resultando a

sua não ocorrência, ou seja, não existindo provas independentes, confiáveis e submetidas ao contraditório, na imperiosa necessidade de se reconhecer a inocência dos delatados, e, ainda, sequer serem recebidas denúncias criminais com base exclusivamente em depoimentos de colaboradores.

O tema da valoração dos depoimentos dos delatores, mesmo que de forma cruzada, foi enfrentado em duas oportunidades distintas na Segunda Turma do STF. A primeira quando do julgamento de mérito da Ação Penal 1.003/DF, onde figurava como acusada a Senadora Gleisi Helena Hoffmann, merecendo destaque as seguintes afirmativas constantes do voto do Min. Dias Toffoli:

> Observa-se que toda a argumentação desenvolvida pelo Ministro Relator tem como fio condutor os depoimentos dos colaboradores, à luz dos quais é feita a análise das demais provas carreadas aos autos.
> Importa destacar, por isso mesmo, que **os termos de colaboração, na hipótese dos autos, não encontram respaldo em elementos externos de corroboração,** o que contraria entendimento que vem sendo adotado por este Supremo Tribunal:
>
> "8. A colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, tem aptidão para autorizar a deflagração da investigação preliminar, visando adquirir coisas materiais, traços ou declarações dotadas de força probatória. Essa, em verdade, constitui sua verdadeira vocação probatória. 9. Todavia, **os depoimentos do colaborador premiado, sem outras provas idôneas de corroboração, não se revestem de densidade suficiente para lastrear um juízo positivo de admissibilidade da acusação, o qual exige a presença do *fumus commissi delicti*. 10. O *fumus commissi delicti,* que se funda em um juízo de probabilidade de condenação, traduz-se, em nosso ordenamento, na prova da existência do crime e na presença de indícios suficientes de autoria.** 11. Se "nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador" (art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850/13), é lícito concluir que essas declarações, por si sós, não autorizam a formulação de um juízo de probabilidade de condenação e, por via de consequência, não permitem um juízo positivo de admissibilidade da acusação. 12. **Na espécie, não se vislumbra a presença de elementos externos de corroboração dos depoimentos de colaboradores premiados, mas simples registros genéricos de viagens e reuniões**" (Inq 3.998/DF 2ªT, Rel. p/ Acórdão Min. Dias Toffoli, DJe de 9/3/18).
>
> No caso concreto, faz-se referência apenas à anotação "1,0 PB", contida em agenda pessoal de Paulo Roberto Costa, que não pode ser considerado elemento externo de corroboração.

De maneira mais incisiva, afirmou o Ministro:

> A jurisprudência desta Corte, como acima mencionado, é categórica em excluir do conceito de elemento externo de corroboração documentos elaborados unilateralmente pelo próprio colaborador.
> Nesse sentido:
> "Não obstante, em sua contabilidade paralela, os colaboradores premiados tenham feito anotações pessoais que supostamente traduziriam pagamentos indevidos aos parlamentares federais, **uma anotação unilateralmente feita em manuscrito particular não tem o condão de corroborar, por si só, o depoimento do colaborador, ainda que para fins de recebimento da denúncia. 10. Se o depoimento do colaborador necessita ser corroborado por fontes diversas de prova, evidente que uma anotação particular dele próprio emanada não pode servir, por si só, de instrumento de validação"** (Inq. 3.994/DF, 2ªT, Rel. p/ Acórdão, Min. Dias Toffoli, DJe de 6/4/18).

Em oportunidade anterior, o Supremo Tribunal Federal - STF – decidiu com o voto vencedor também do Min. Dias Toffoli, (Inquérito 3.994/DF), nos exatos termos:

> A meu sentir, se os depoimentos do réu colaborador, **sem outras provas minimamente consistentes de corroboração**, não podem conduzir à condenação, **também não podem autorizar a instauração da ação penal**, por padecerem, parafraseando **Vittorio Grevi**, da mesma presunção relativa de falta de fidedignidade.
>
> A colaboração premiada, por expressa determinação legal (art. 3o, I da Lei no 12.850/13), é um **meio de obtenção de prova**, assim como o são a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas ou o afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal (incisos IV a VI do referido dispositivo legal).
>
> (...)
>
> Nesse contexto, a colaboração premiada, como meio de obtenção de prova, tem **aptidão para autorizar a deflagração da investigação preliminar**, visando "adquirir coisas materiais, traços ou declarações dotadas de força probatória".
>
> Essa, em verdade, constitui a sua verdadeira vocação probatória.
>
> Todavia, os depoimentos do colaborador premiado, **sem outras provas idoneas de corroboração**, não se revestem de densidade suficiente para lastrear um juízo positivo de admissibilidade da acusação, o qual exige a presença do ***fumus commissi delicti***.
>
> (...)
>
> Como já ressaltado anteriormente, se o depoimento do colaborador necessita ser corroborado por **fontes diversas de prova**, evidente que uma anotação particular dele próprio emanada não pode servir, por si só, de instrumento de validação.

Os julgamentos acima, parcialmente reproduzidos, representam uma evolução no entendimento do Supremo Tribunal Federal – STF – isso em relação ao valor probatório da colaboração premiada, merecendo destaque, naquilo que importa,

ao recorte abaixo reproduzido, extraído do acórdão prolatado no Inquérito 3.984/DF, com relatoria do Min. Edson Fachin, que reflete entendimento anterior do STF, nos exatos termos:

> EMB.DECL. NO INQUÉRITO 3.984 DISTRITO FEDERAL
> RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
> EMBTE.(S) : ANÍBAL FERREIRA GOMES
> ADV.(A/S) : GUSTAVO ADOLPHO DANTAS SOUTO
> EMBDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
> PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
> (...)
> 5. À luz de precedentes do Supremo Tribunal Federal, o conteúdo dos depoimentos colhidos em colaboração premiada não constitui prova por si só eficaz para juízo de condenação.
> Inteligência do art. 4º, § 16, da Lei 12.850/2013. Serve, todavia, como indício suficiente de autoria para fins de recebimento da denúncia (INQ 3.983, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, DJe de 12.5.2016). Presente, no caso, substrato probatório mínimo de materialidade e autoria.
> 6. Denúncia recebida. Desprovimento de um dos agravos regimentais, com prejudicialidade dos demais.

Doutrinariamente, o tema referente à valoração que se empresta aos depoimentos de colaboradores (delatores), extrapola os saberes nacionais, significando trazer a lume a posição de Chiavario (2012):

> Com base na tipologia adotada pelo Código de Processo Penal italiano, distingue meios de prova (**mezzi di prova**) dos meios de pesquisa de prova (**mezzi di ricerca della prova**): os primeiros definem-se, oficialmente, como os meios por si sós idoneos para oferecer ao juiz resultantes probatórias diretamente utilizáveis em suas decisões; os segundos, ao revés, não constituem, **per se**, fonte de convencimento judicial, destinando-se à "aquisição de entes (coisas materiais, traços [no sentido de vestígios ou indícios] ou declarações) dotados de capacidade probatória", os quais, por intermédio daqueles, podem ser inseridos no processo. (CHIAVARIO, 2012, p.353)

Jardim (2000), sobre o lastro probatório mínimo para recepcionar a ação penal, esclarece que a justa causa constitui:

> (...) um lastro mínimo de prova que deve fornecer arrimo à acusação, tendo em vista que a simples instauração do processo penal já atinge o chamado *status dignitatis* do imputado. Tal arrimo de prova nos é fornecido pelo inquérito policial ou pelas peças de informação, que devem acompanhar a acusação penal (arts. 12, 39, § 5o, e 46, § 1o, do Cód. Proc. Penal). (JARDIM, 2000, p.93)
>
> Desta forma, torna-se necessário ao regular exercício da ação penal a demonstração, *prima facie*, de que a acusação não é temerária ou leviana, por isso que lastreada em um mínimo de prova. Este suporte probatório mínimo se relaciona com os indícios da autoria, existência material de uma conduta típica e alguma prova de sua antijuridicidade e culpabilidade. Somente diante de todo

> este conjunto probatório é que, a nosso ver, se coloca o princípio da obrigatoriedade da ação penal" (JARDIM, 2000, p.93)

No mesmo sentido, aduz Badaró (2012) que:

> Enquanto os **meios de prova** são aptos a servir, **diretamente**, ao convencimento do juiz sobre a veracidade ou não de uma afirmação fática (p. ex., o depoimento de uma testemunha, ou o teor de uma escritura pública), os meios de obtenção de provas (p. ex.: uma busca e apreensão) são instrumento para a colheita de elementos ou fontes de provas, estes sim, aptos a convencer o julgador (p. ex.: um extrato bancário [documento] encontrado em uma busca e apreensão domiciliar). Ou seja, enquanto o meio de prova se presta ao convencimento direto do julgador, **os meios de obtenção de provas** somente **indiretamente**, e dependendo do resultado de sua realização, poderão servir à reconstrução da história dos fatos. (BADARÓ, 2012, p.270)

Vasconcelos (2017), após detalhar de forma brilhante os desencontros na aplicação do instituto da colaboração premiada, esclarece:

> Por certo, além disso, a própria sistemática de pressões e coações, inerente à justiça criminal negocial, é um motivo inafastável para fragilização da força probatória da colaboração premiada, visto que se aumenta exponencialmente a ocorrência das falsas incriminações e confissões, potencializando as chances de condenações de inocentes. (VASCONCELOS, 2017)

Ouso ir um pouco mais adiante, afirmando que a regara de ouro a ser pensada e formulada diante dos desencontros e ilegalidades na aplicação do instituto da colaboração premiada, é aquela decorrente do fato de que, apenas as provas submetidas ao contraditório (exame cruzado) podem ser valoradas no momento da sentença de mérito, daí porque não se produz prova na fase inicial da persecução penal.

Por óbvio, respeitando-se, a título de exceção, as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas, à luz do disposto no art. 155 do Código de Processo penal, a versão do colaborador se reveste de um nada, juridicamente falando, e pode-se considerar abusiva, até mesmo, sua utilização para fins de decretação de medidas cautelares de natureza penal, posto que não se presta suficiente, sequer, para evidenciar o *fumus commissi delicti.*

3.9 QUESTÕES POLÊMICAS

3.9.1 Pactuação *contra legem*

Uma das tantas críticas ferrenhas feitas pela doutrina no que se refere à colaboração premiada, diz respeito, na prática, à celebração de acordos com cláusulas que extrapolam os limites legais, e, para uns, reveste-se de deslealdade processual, tendo em vista que o prêmio, ao final, não poderá ser entregue, sob pena de priorizar o pactuado em detrimento do legislado.

Em outra linha temos que cada cláusula assim construída, tem, objetivamente, a capacidade de macular o todo da colaboração premiada, a depender do alcance, momento, forma e conteúdo das mesmas, a exemplo daquelas suscetíveis de contrariar cláusulas pétreas da Constituição Federal.

Neste particular é importante ter como baliza os princípios da confiança legítima e de proibição de comportamento contraditório *(venire contra factum proprium*), que assumem especial destaque no debate sobre os acordos de colaboração premiada.

Cláusulas assim pactuadas podem e devem ser glosadas na oportunidade de homologação do acordo de colaboração, sob pena de induzir o colaborador a erro, o que configuraria dupla traição.

Nas palavras de Canotilho (1998):

> (…) a proteção da confiança se prende mais com as componentes subjectivas da segurança, designadamente a calculabilidade e previsibilidade dos indivíduos em relação aos efeitos jurídicos dos actos do poder público. A segurança e a proteção da confiança exigem, no fundo: (1) fiabilidade, clareza, racionalidade e transparência dos actos do poder; (2) de forma que em relação a eles o cidadão veja garantida a segurança nas suas disposições pessoais e nos efeitos jurídicos dos próprios actos.
> O princípio da proteção à confiança visa a preservar expectativas legítimas dos particulares que, agindo de boa-fé, tenham se fiado na manutenção dos atos e das orientações estatais. Como bem resumiu Gustavo Binenbojm, “tendo agido subjetivamente de boa-fé (boa-fé subjetiva) confiando numa situação digna de confiança gerada pelo Poder Público (standard de comportamento leal e médio que se aproxima da boa-fé objetiva) e tendo orientado a sua conduta em conformidade com essas premissas, não é justo (…) que essa confiança legítima do particular seja frustrada por uma mudança de posição do Estado.(CANOTILHO,1998,p.250)

A Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública, informa no seu art. 54, *verbis:*

> Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé. (BRASIL, 1999)

Renomados atores alertam para novas definições, no que se refere à anulação, revogação e convalidação dos atos administrativos, especialmente aqueles rotulados como inexistentes, com a seguinte afirmação:

> Quando o ato é inexistente, a violação ao ordenamento jurídico é tão repulsiva que ela impossibilita o pretenso ato de ingressar no ordenamento jurídico. Oferecendo o exemplo de um ato estatal que determine a tortura, CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO define o ato inexistente como aquele que viola um direito fundamental da pessoa humana e cujo vício é tão grave que ele sempre poderá ser impedido de produzir efeitos. (ARAÚJO, 2016, p.144-145)

Na lição de Sarmento (2017), para que se caracterize afronta ao princípio da proteção da confiança legítima, é necessária a presença simultânea de quatro elementos: (i) que haja uma base objetiva para a confiança; (ii) que a confiança exista subjetivamente para o particular; (iii) que este pratique atos com base nessa confiança; e (iv) que a confiança seja posteriormente frustrada por ato contraditório do Estado.

Não há dúvida de que os princípios de proteção à confiança e de vedação ao comportamento contraditório incidem sobre o instituto da colaboração premiada. Ao celebrar o acordo – que o STF definiu como verdadeiro negócio jurídico processual (HC 127.483, Rel. Min. Dias Toffoli) –, o agente colaborador sempre parte da premissa de que o Estado honrará os compromissos assumidos, desde que ele também honre os seus.

As coisas, a bem da verdade, são muito distintas quando comparadas com a realidade. Afora diversas decisões glosando cláusulas claramente inconstitucionais, a exemplo daquelas que impediam o manejo de recursos, temos a preocupação com outras tantas, a merecer destaque o despacho do Min. Ricardo lewandowski[56] (Pet. 7.265/DF), com o seguinte teor:

---

[56]<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/PET7265.pdf>. Acesso em: 22 ago.2018.

> Inicialmente, observo que não é lícito às partes contratantes fixar, em substituição ao Poder Judiciário, e de forma antecipada, a pena privativa de liberdade e o perdão de crimes ao colaborador. No caso, o Ministério Público ofereceu ao colaborador os seguintes prêmios legais:
>
> "[...] o perdão judicial de todos os crimes, à exceção daqueles praticados por ocasião da campanha eleitoral para o Governo do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014, consubstanciados nos tipos penais descritos no art. 350 do Código Eleitoral, no art. 1o, § 2º, inciso I, § 2º, inciso I da Lei 9.613/98 e art. 22, parágrafo único da Lei nº 7.492/86, pelos quais a pena acordada é a condenação à pena unificada de 4 anos de reclusão, nos processos penais que vierem a ser instaurados [...]"
>
> **No entanto, como é de conhecimento geral, o Poder Judiciário detém, por força de disposição constitucional, o monopólio da jurisdição, sendo certo que somente por meio de sentença penal condenatória, proferida por magistrado competente, afigura-se possível fixar ou perdoar penas privativas de liberdade relativamente a qualquer jurisdicionado.** (Grifo nosso)

Adiante, o Ministro Lewandowski toca na pedra angular de inúmeros acordos celebrados no âmbito da operação laja jato, qual seja, a fixação de regime de cumprimento de pena diferenciado, significando dizer, inovando em matéria de competência exclusiva do parlamento, não se podendo imaginar que tal ato decorreu de ignorância jurídica, mas, claramente, de estratégia ilícita com fins a viabilizar a celebração de acordos de colaboração premiada.

Diz sua Excelência:

> O mesmo se diga em relação ao regime de cumprimento da pena, o qual deve ser estabelecido pelo magistrado competente, nos termos do disposto no art. 33 e seguintes do Código Penal, como também no art. 387 do Código de Processo Penal, os quais configuram normas de caráter cogente, que não admitem estipulação em contrário por obra da vontade das partes do acordo de colaboração.
>
> Aliás, convém ressaltar que sequer há processo judicial em andamento, não sendo possível tratar-se, desde logo, dessa matéria, de resto disciplinada no acordo de colaboração de maneira incompatível com o que dispõe a legislação aplicável. Sim, porque o regime acordado pelas partes é o fechado (cláusula 5°, item 1), mitigado, conforme pretendem estas, pelo recolhimento domiciliar noturno (cláusula 5a, item 2, **a**), acrescido da prestação de serviços à comunidade (cláusula 5a, item 2, **b**).
>
> (...)
>
> Simetricamente ao que ocorre com a fixação da pena e o seu regime de cumprimento, penso que também não cabe às partes contratantes estabelecer novas hipóteses de suspensão do processo criminal ou fixar prazos e marcos legais de fluência da prescrição diversos daqueles estabelecidos pelo legislador, sob pena de o negociado passar a valer mais do que o legislado na esfera penal.

> Igualmente não opera nenhum efeito perante o Poder Judiciário a renúncia geral e irrestrita à garantia contra a autoincriminação e ao direito ao silêncio. O mesmo se diga quanto à desistência antecipada de apresentação de recursos, uma vez que tais renúncias, à toda evidência, vulneram direitos e garantias fundamentais do colaborador.
>
> (...)
> Por essa razão e arrimado no referido precedente, assento que permitir ao colaborador que entregue documentos reveladores de dados sigilosos referentes a terceiros, configura, em tese, burla à necessidade de ordem judicial para tanto, razão pela qual também esse tópico do acordo não pode ser ratificado, porquanto tal desiderato é inalcançável mediante simples acordo entre as partes.

Indaga-se: o que se diz aos colaboradores que assinaram dezenas de acordos com o mesmo conteúdo, agora refutado, partindo da premissa de que o Estado honrará os compromissos assumidos?

Estamos diante de situação inusitada, onde, mesmo reconhecendo a compatibilidade da colaboração premiada com o sistema constitucional brasileiro, o STF, a cada cláusula acordada, esmera-se em fazer valer princípios constitucionais básicos, com elas confrontantes, a revelar que o instituto, mesmo para além da discussão sobre sua eticidade, é potencialmente violador de direitos e garantias fundamentais.

O mesmo se diga quanto a cláusulas inseridas no Termo de Acordo de Colaboração Premiada[57], feito entre o MPF e Paulo Roberto Costa, onde se pode afirmar que o mesmo viola a Constituição e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), por impor ao acusado colaborador Paulo Roberto Costa e a sua defesa, a prática de vários atos que importam em renúncia de direitos fundamentais constantes de cláusulas pétreas da Constituição (irrenunciáveis), tais como: desistir de habeas corpus impetrados; desistir de defesas processuais, inclusive discussões sobre competência e nulidades; suspensão da Súmula Vinculante 14 do STF; renúncia ao direito ao silêncio; renúncia a garantia contra a autoincriminação; renúncia ao direito de recorrer das sentenças penais condenatórias, exemplificando.

Para se ter uma ideia da gravidade da situação posta, e ainda sem o necessário controle, historicamente, apenas a ditadura militar inaugurada em 1964,

---

[57]<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/01/163_PET1-sergio-cunha-mendes.pdf>. Acesso em: 22 ago.2018.

ousou, obviamente decorrente do brutal estado de exceção, suprimir a garantia constitucional do *habeas corpus,* e o fez através do ato institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, na forma do Arts. 10 e 11, *verbis:*

> Art. 10 - Fica suspensa a garantia de habeas corpus, nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.
> Art. 11 - Excluem-se de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos.

Concluindo, se partirmos da premissa do Min. Ricardo Lewandowski, os acordos celebrados no decorrer da operação lava jato são nulos de pleno direito, uma vez que, a um só tempo, violam a Lei Maior e a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de que o Brasil é signatário, e que, os termos de colaboração (depoimentos) prestados como derivação desses, constituem prova ilícita que não pode ser utilizada em juízo, nos termos do art. 5º, LVI (CF) e art. 157 e seu § 1º, do CPP.

A situação é de domínio público e pode ser resumida nos seguintes termos, segundo Sérgio Rodas[58]:

> O ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki e o juiz federal Sergio Moro já homologaram os documentos. Mas, se os compromissos forem contestados judicialmente, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (PR, SC e RS), o Superior Tribunal de Justiça ou o próprio STF podem anular partes ou a íntegra deles. Neste caso, as provas e condenações decorrentes dos depoimentos podem ser derrubadas, colocando todo o caso em risco.

3.9.2 O produto do crime – Lavagem reversa?

O debate se torna acalorado quando surgem “rumores” sobre a denominada “cláusula da performance”, onde, teoricamente, a partir do momento que o réu/investigado, ou não, colaborar com a Justiça, viabilizando a recuperação de ativos de origem ilícita, ele, colaborador, recebe uma fração deste valor.

---

[58]<https://www.conjur.com.br/2015-out-15/acordos-delacao-lava-jato-violam-constituicao-leis penais#author>. Acesso em: 22 ago.2018.

O tema foi objeto de questionamento público quando da celebração do acordo de colaboração premiada entre o MPF[59] x Alberto Youssef, que, sob tal pretexto, receberia o correspondente a 1/50 (um cinquenta avos) do valor consolidado de todos os bens e valores ilícitos recuperados, no Brasil ou no exterior.[60]

Se levarmos em consideração as vantagens advindas dos acordos celebrados por centenas de colaboradores/delatores, com possível quebra do princípio da isonomia, caberia indagar: estamos diante de uma nova forma de lavagem de ativos, decorrente do processo de corrupção, inclusive com beneplácito das polícias judiciárias, Ministério Público e Poder Judiciário?

Portanto, flagrado em suas atividades criminosas, o futuro colaborador, conhecedor das benesses que o aguardam, com potencial para ser beneficiado com a não denúncia ou perdão judicial, poderá encetar acordo com cláusula de reversão, ou seja, receberá parcela dos valores recuperados no Brasil e no exterior, caracterizando-se como lavagem reversa, prática já incentivada pelo Estado através da repatriação de ativos mantidos no exterior de maneira ilícita, e bem próxima do que já se internalizou no espaço normativo nacional, o *whistleblower*[61] do direito norte americano.

O formato das cláusulas a que nos referimos, constantes do acordo de colaboração premiada celebrado com o doleiro Alberto Youssef, é assim composto:

> b) findo o período a que se refere a alínea anterior será efetuada avaliação judicial do bem imóvel mencionado, bem como se procederá ao cálculo de todos os bens e valores de origem ilícita que puderem ser recuperados única e exclusivamente em decorrência das informações prestadas pelo COLABORADOR no âmbito do presente acordo, e desde que tais informações já não estejam em poder dos órgãos de persecução penal;
> c) do valor do bem, será deduzido 1/50 (um cinquenta avos) do valor consolidado de todos os bens e valores ilícitos recuperados no Brasil ou no exterior, nos termos da alínea "b";
> d) se o montante consolidado de 1/50 (um cinquenta avos) dos valores recuperados a que se refere a alínea anterior for igual ou superior ao valor do imóvel, será

[59]O fato foi negado pelo MPF, no entanto, consta no acordo cláusula de conteúdo duvidoso sobre tal aspecto.

[60]< http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/01/delacao-preve-que-youssef-receba-r-1-mi-para-cada-r-50-mi-recuperados.html>. Acesso em: 4 set. 2017.

[61]Sem tradução literal em português, um *whistleblower* é um empregado ou funcionário público que denuncia atos ilícitos praticados pelo empregador ou entidade pública. O *whistleblower* é protegido por lei contra retaliações por parte do empregador ou superior hierárquico denunciado, segundo o *Dicionário de Direito, Economia e Contabilidade* de Marcílio Moreira de Castro.

> dispensada a multa compensatória a que se refere o parágrafo 4º desta cláusula e o COLABORADOR poderá destinar o imóvel referido no § 4º às suas filhas;
> e) se o montante consolidado de 1/50 (um cinquenta avos) dos valores recuperados referido nas alíneas anteriores for inferior ao valor do imóvel, este será alienado judicialmente, sendo que o valor obtido será deduzido da multa compensatória em favor do COLABORADOR o montante proporcional à recuperação já referido.

Se tal comportamento está a se repetir no cenário nacional, estamos diante da possibilidade do que denomino *lavagem reversa,* onde o delinquente, diante do Estado acusador, pactua a melhor maneira de *branqueamento* do patrimônio ilicitamente amealhado durante anos da prática de crimes.

A colaboração premida, nivelando os agentes do Estado aos criminosos, no momento da barganha/prêmio, os fragiliza para que sejam cooptados pelas organizações criminosas, sendo absurdo que o fato que se enxerga como mera possibilidade do humano, possa ser registrado em cláusulas de acordo de colaboração premiada, pior, devidamente homologada por integrante do Poder Judiciário.

4 VOLUNTARIEDADE E ESPONTANEIDADE

4.1 COLOCAÇÃO DO TEMA

No contexto de crise econômica e manifestações populares, foi publicada no Brasil a Lei n° 12.850, de 02 de agosto de 2013, que define organização criminosa, dispõe sobre a investigação criminal e os meios de obtenção da prova, inserindo, no arcabouço normativo nacional, desta feita de maneira mais detalhada, as Técnicas Especiais de Investigação - TEI – dentre elas, a **colaboração premiada** como meio de obtenção de prova.

Detalhando sobre uma dessas Técnicas Especiais de Investigação, - a Colaboração Premiada -, Mendonça (2013) afirma:

> Dentre os meios de obtenção de prova disciplinados pela lei 12.850 está a colaboração premiada – chamada, por alguns, sem razão, de delação premiada. A nova Lei [...], em boa hora, veio disciplinar a colaboração premiada, sobretudo trazendo balizas mais seguras para a aplicação do instituto. Assim, foram previstas regras sobre a legitimidade para propor a colaboração, disciplinou-se a atuação dos envolvidos, os requisitos para a concessão do benefício, as garantias das partes, os direitos do colaborador e, sobretudo o procedimento a ser aplicado. Resta claro que o legislador buscou o equilíbrio entre os interesses do investigado/imputado/condenado e os interesses da sociedade na persecução penal. Em poucas palavras, o equilíbrio entre eficiência e garantismo. [...] (MENDONÇA,2013, p.23)

Portanto, para além da discussão ética sobre a utilização do referido instrumento, o que não torna o tema menos relevante, a pesquisa tem a pretensão de enfrentar, agora, o problema contemporâneo da utilização e/ou do abuso do instrumento da colaboração premiada como método de investigação, específico para enfrentamento da criminalidade organizada, inclusive envolvendo o fenômeno da corrupção.

O Ministério Público Federal, atuando como protagonista na denominada operação lava jato[62], se utiliza largamente dos acordos de **colaboração premiada**, que, como pressuposto de sua validade, traz ínsita a necessidade de que sejam

[62]<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/parana/resultado>. Acesso em: 20 ago.2018

formalizados observando-se a manifestação **voluntária** do investigado, réu e/ou condenado.

O cerne da questão é investigar se a pessoa sobre quem se recai uma investigação e/ou condenação, estando presa por determinação judicial ou não, colabora com a investigação e/ou processo criminal dentro dos indispensáveis critérios da voluntariedade e espontaneidade, considerado que as recentes manifestações do Ministério Público Federal importa reconhecer, pelo menos por parte dos doutrinadores, que investigados, ou pessoas meramente referidas em procedimentos investigatórios, são efetivamente presas ou conduzidas coercitivamente, para, após formalização de termo de colaboração premiada, serem postas em liberdade.

Neste cenário, a manifestação do Procurador da República, Manoel Pastana, formalizada nos autos do HC nº 5029050-46.2014.404.0000, pode lançar luzes sobre o problema, reproduzido nos exatos termos:

> 1. O país foi acometido por sucessão de atentados à administração e às finanças públicas, de modo que se mostra absolutamente necessário preservar a ordem pública, sendo que as medidas cautelares alternativas são imprestáveis ao propósito.
>
> **2. Além de se prestar a preservar as provas, o elemento autorizativo da prisão preventiva, consistente na conveniência da instrução criminal, diante da série de atentados contra o país, tem importante função de convencer os infratores a colaborar com o desvendamento dos ilícitos penais, o que poderá acontecer neste caso, a exemplo de outros tantos.**
> 3. Parecer pela denegação da ordem, porquanto o decreto de segregação encontra agasalho em dois elementos autorizativos do artigo 312, do CPP, quais sejam, a garantia da ordem e a conveniência da instrução criminal. (Grifo nosso)

Estaria o Ministério Público utilizando a prisão[63] como forma de coação para confissão de crimes e celebração de acordos de colaboração premiada? A problemática é instigante.

A reação ao comportamento acima descrito, alheio ao que previsto na Constituição Federal, especialmente quando a iniciativa parte de membro do Ministério Público, incumbido da *defesa da ordem jurídica*, (Art.127 da CF), não tardou, e,

[63] Nesta data – 20.8.2018 – consta do sítio do Ministério Público Federal que a operação Lava Jato, conseguiu, na primeira instância, 115 prisões preventivas, 121 prisões temporárias, além de 962 mandados de busca e apreensão e 227 mandados de condução coercitiva.

imediatamente, Lenio Streck[64], discordou veementemente, com o seguinte destaque: *o procurador acrescentou nova hipótese ao artigo 312 do CPP e acabou com a presunção de inocência. A polícia e o MP não conseguem provas sem delação? Querem inverter o ônus da prova? Caímos na república da responsabilidade objetiva-penal? Bronson era ficção, mas o procurador Pastana é realidade. Eis a questão que assusta.*

Bitencourt[65], em análise ao tema colaboração premiada (e seus abusos), enquanto aplicada aos colaboradores presos, esclarece:

> Trata-se, a rigor, de uma refinada tortura psicológica, pois os investigados, presos preventivamente na carceragem da policial federal, já sem forças e sem esperanças, e vendo resultados favoráveis de outros delatores, acabam "decidindo" também delatar alguém para minimizar sua condenação certa. Não se sabe, até agora, se sobrará alguém sem a pecha de delator na referida operação.

Geraldo Prado (2014)[66], catedrático de Direito Processual Penal da UFRJ, manifesta sua preocupação com o tema, afirmando*:*

> No lugar de defender a ordem constitucional, que presume inocente o acusado e o protege contra iniciativas que visam constranger a produzir confissões — que podem não corresponder à verdade, como está provado na boa literatura — o MPF prega o emprego da prisão provisória como método destinado a burlar a garantia que tem o dever de resguardar. Iniciativas do gênero desacreditam o processo penal e, ao contrário do que postula o MPF, podem levar ao comprometimento da própria investigação. (PRADO, 2014)

O tema é envolvente e protagoniza intenso debate do meio jurídico e acadêmico, de forma que mereceu reparos por parte do Supremo Tribunal Federal, especialmente pelos Ministros integrantes da Segunda Turma, que, mesmo tardiamente, entenderam por obstaculizar alguns procedimentos ortodoxos e ilegais, a exemplo da disseminação das prisões preventivas e mandados de condução coercitiva de pessoas investigadas/denunciadas ou apenas referidas nos depoimentos de colaboradores.

---

[64]<http://www.aureoadvocacia.com.br/noticias/delacao-forcada-professores-criticam-parecer-sobre-prisoes-preventivas-na-lava-jato>. Acesso em: 20 ago.2018.
[65]<http://www.pontonacurva.com.br/opiniao/abusos-da-lava-jato-ao-impor-delacao-premiada-a-encarcerados/2181>. Acesso em: 18 ago.2018.

Diante da realidade fática veio a manifestação do Ministro Teori Zavascki, concedendo a tutela de urgência (liminar) em sede de *Habeas Corpus* (HC Nº 138.207/PR)[67], quando se verificou, que por suposto descumprimento de cláusulas pactuadas quando da formalização do acordo de colaboração premiada, o magistrado de primeiro grau restabeleceu os termos da prisão preventiva do paciente.

Na oportunidade o Ministro Teori Zavascki fundamentou sua decisão, alegando:

> "(...) Não há, contudo, do ponto de vista jurídico, relação direta entre acordo de colaboração premiada e prisão preventiva.
> A Lei 12.850/2013, por sua vez, não apresenta a revogação da prisão preventiva como benefício previsto pela realização de acordo de colaboração premiada. Com efeito, o art. 4º desse diploma legal permite ao juiz conceder "o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo penal", atendidos os requisitos estabelecidos nos incisos desse dispositivo legal. Tampouco há, na Lei 12.850/2013, previsão de que, em decorrência do descumprimento do acordo, seja restabelecida prisão preventiva anteriormente revogada. Daí por que, ainda que o Ministério Público se comprometa, na proposta de acordo, a pedir a revogação de prisão preventiva em vigor, o juiz, ao homologá-lo, não se compromete com seu conteúdo, mas se restringe a verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade.
> Não há, assim, como dito, relação direta, do ponto de vista jurídico, entre acordo de colaboração premiada e prisão preventiva. Nessa linha, tampouco o seu posterior descumprimento é, em si mesmo, motivo para a decretação de nova custódia cautelar dessa espécie, ou faz ressurgir a motivação primitiva, que determinara a primeira prisão.

Mais adiante, concluiu:

> É dizer: se o juiz de primeiro grau revogou a prisão preventiva quando noticiado o acordo de colaboração premiada, é porque entendeu que os fundamentos do decreto de prisão original não mais subsistiam. Não podiam, portanto, servir de razão para a prisão cautelar. Os fatos que agora justificam os alegados riscos à aplicação da lei penal já eram do conhecimento do magistrado quando apresentado à sua homologação o acordo de colaboração premiada, no âmbito do qual o paciente confessou que teria saído do país para se evadir da aplicação da lei penal. Se esse fato não impediu a revogação da prisão preventiva à época, não pode, agora, ser invocado como fundamento novo para a decretação de outra ordem de custódia cautelar."

---

[66]<https://www.conjur.com.br/2014-nov-28/professores-criticam-parecer-prisao-preventiva-lava-jato>. Acesso em: 18 ago.2018.

[67]<http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?numero=138207&classe=HC&origem=AP&recurso=0&tipoJulgamento=M>. Acesso em: 20 ago.2018.

Na oportunidade do julgamento o Ministro Gilmar Mendes, registrou:

> Gostaria de fazer apenas uma observação, quanto a essa tese do acoplamento estrutural. Essa tese do acoplamento estrutural, se pudesse ser acolhida, daria ao Ministério Público um poder que sobrelevaria o próprio Judiciário, porque ele daria ensejo a legitimar a acusação que se vem fazendo no sentido de que as pessoas ficam presas enquanto não delatarem - o que significa que se usa a prisão preventiva para esse fim -, o que seria uma conspurcação da prisão preventiva.
> Certamente nós teremos a oportunidade de discutir isso em outro momento, mas é importante, que o próprio Relator já deixou claro, o repúdio veemente do Colegiado a esse acoplamento estrutural. Parece que a doutrina do Ministério Público terá que sofrer, doutora Cláudia, revisão.

Quando a persecução criminal se apresenta de maneira midiática e seletiva, as normas de procedimento assumem especial relevância, no dizer de Santos[68]:

> Lembre-se, também, que a prisão processual é exceção e, como tal, necessita fundar-se em hipóteses legais restritas, fartamente comprovadas no mundo fático. Dessa forma, decretação de prisão para obtenção de delação se constitui em ato execrável que macula o devido processo legal, num Estado Democrático de Direito. A custódia provisória não pode ser utilizada como ameaça, sendo ela própria, a delação, verdadeira revelação da incompetência do Estado na apuração de delitos, criando verdadeiro clima de terror o que é intolerável num Estado Democrático de Direito cuja missão é proteger os direitos fundamentais. Mas isso é coisa do passado. (SANTOS,2016)

Neste particular temos o precedente do STF no sentido de que:

> quanto ao plano subsequente da validade, o acordo de colaboração somente será válido se: i) a declaração de vontade do colaborador for a) resultante de um processo volitivo; b) querida com plena consciência da realidade; c) escolhida com liberdade e d) deliberada sem má-fé; e ii) o seu objeto for lícito, possível e determinado ou determinável.[69]

E mais:

> portanto, não há nenhum óbice a que o acordo seja firmado com imputado que esteja custodiado, provisória ou definitivamente, desde que presente a voluntariedade dessa colaboração. **Entendimento em sentido contrário importaria em negar injustamente ao imputado preso a possibilidade de firmar acordo de colaboração e de obter sanções premiais por seu cumprimento, em manifesta vulneração ao princípio da isonomia...**" (Grifo nosso)

---

[68]<http://mpd.org.br/31102016-mp-no-debate/>. Acesso em: 20 ago.2018

[69]<https://leompf.jusbrasil.com.br/artigos/425465412/a-validade-da-colaboracao-premiada-na-hipotese-de-investigado-ou-reu-preso-envolvido-em-organizacao-criminosa>. Acesso em: 4 set. 2017.

Entretanto, as coisas não são tão simples que possam ser reduzidas a um único precedente desta ordem no STF. A polêmica resiste. O Ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, afirmou que a colaboração premiada do réu preso seria um "*ato de covardia*".

Segundo o Ministro:

> Acima de tudo, a delação tem que ser um ato espontâneo. Não cabe prender uma pessoa para fragilizá-la para obter a delação. A colaboração, na busca da verdade real, deve ser espontânea, uma colaboração daquele que cometeu um crime e se arrependeu dele.[70]

4.2 A LIBERDADE COMO MOEDA DE BARGANHA

A preocupação se acentua quando se indaga se tais critérios subjetivos – voluntariedade e espontaneidade - são aferíveis com o investigado preso, e se a prisão cautelar pode ser utilizada como instrumento de tortura psicológica, mesmo decorrente do poder de coerção legítimo de que é detentor o Estado, incluindo neste rol a possibilidade de decretação de prisões cautelares quando não estão presentes os fundamentos autorizadores da medida excepcional, a exemplo da gravidade do crime, clamor público, garantia da ordem pública, etc.

Aqui reside uma enorme preocupação, merecendo indagar: não se deve perquirir nem mesmo se a "manifestação volitiva" do colaborador decorre de prisão cautelar? Está ele de acordo com o cumprimento antecipado da pena e perdimento de seus bens? Sobre a forma de preservação de sua imagem, sua segurança e de seus familiares? Ou, a contrário senso, se a colaboração se mostra tão proveitosa ao colaborador que justifica a delação de inocentes?

É recorrente a preocupação dos doutrinadores, como já revelado, em afirmar a possibilidade de utilização da prisão cautelar como forma de coação para realização de acordos de colaboração premiada, situação que, se verdadeira, nos coloca diante da possibilidade de tortura psicológica para fins de obtenção de prova, o que, sem subterfúgio, esgarça não apenas princípios e garantias constitucionais, mas coloca o Estado brasileiro como violador sistemático de tratados e convenções internacionais de que é signatário.

---

[70]< http://www.ibraspp.com.br/revista/index.php/RBDPP/article/view/40>. Acesso em: 4 set. 2017.

O que dizer, então, acerca desta situação quando o próprio STF reconhece em precedente histórico – ADPF-347 – a configuração do **"estado de coisas inconstitucional"** relativamente ao sistema penitenciário brasileiro.

Anote-se, por oportuno, que a decisão plenária do STF, revelou:

> **Que no sistema prisional brasileiro ocorreria violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica**. As penas privativas de liberdade aplicadas nos presídios converter-se-iam em **penas cruéis e desumanas**. Nesse contexto, diversos dispositivos constitucionais (artigos 1º, III, 5º, III, XLVII, e, XLVIII, XLIX, LXXIV, e 6º), normas internacionais reconhecedoras dos direitos dos presos (o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos e Penas Cruéis, Desumanos e Degradantes e a Convenção Americana de Direitos Humanos) e normas infraconstitucionais como a LEP e a LC 79/1994, que criara o Funpen, teriam sido transgredidas.[71] (Grifo nosso)

A análise da Pastoral Carcerária[72] nos presídios do Rio de Janeiro esclarece que a tortura é uma constante naquele ambiente, registrando:

> "ainda que as referidas técnicas de terror estatal, tão difundidas no imaginário popular, continuem plenamente em uso no Brasil, no sistema carcerário a tortura também se opera por meio da ausência de serviços básicos, da hiperlotação das celas, da alimentação deficiente, da insalubridade do ambiente prisional, pelos "bondes loucos", regimes de isolamento, surtos viróticos e bacteriológicos, ameaças e violências cotidianas, pelos procedimentos disciplinares humilhantes, revistas vexatórias, partos com algemas e tantas outras situações".

Pois bem. É neste contexto que se discute a eticidade e legalidade da aplicação do instituto da colaboração premiada com réus/condenados e/ou investigados presos, seja cautelarmente ou não, mesmo que decorrente do poder legítimo de coerção de que é detentor o Estado.

Mesmo diante da necessidade inadiável de enfrentamento da corrupção, fenômeno mundial, repetimos, devemos indagar se tal enfrentamento deve ser realizado ou incentivado pelo Estado em detrimento de princípios humanitários, a exemplo da presunção de inocência, do devido processo legal e do direito ao silêncio,

---

[71]< http://www.stf.jus.br/arquivo/informativo/documento/informativo798.htm>. Acesso em: 4 set. 2017.
[72]<http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIR-Nina%20Barrouin.pdf>. Acesso em: 22 ago.2018.

etc., com ênfase para utilização do instrumento da colaboração premiada, que deverá ser institucionalizada sem a mácula da coação e da banalização, sob qualquer pretexto.

Portanto, se temos como objetivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa e **solidária,** é possível que, se o agir estatal é incompatível com tais preceitos, os fins alcançados são reprováveis e inconstitucionais.

Manifestações preocupantes, diga-se de passagem, levadas a efeito pelo Ministério Público Federal, em diversos acordos de colaboração premiada, colocam a liberdade dos investigados/colaboradores como “moeda de barganha”, ou, quando não, utilizam a “ameaça de prisão” do investigado e seus familiares, com a finalidade de celebração de acordos de colaboração premiada.

Exemplo dessa inconstitucional iniciativa, ao meu sentir, inclusive com potencial para fulminar todo o arcabouço de provas delas derivadas *(Art. 5°, inciso LVI, da CF - São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos),* e por consequência, a totalidade da operação lava jato, vez que baseada em depoimentos de colaboradores, encontra-se, a título de exemplo, no termo de colaboração premiada celebrado entre o Ministério Público Federal e José Sérgio de Oliveira Machado (Sérgio Machado), da seguinte forma:

> Parágrafo 1º. DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E DE SEU REGIME DE CUMPRIMENTO
>
> a) A condenação à pena máxima de 20 (vinte) anos de reclusão, com a suspensão dos demais feitos e procedimentos criminais na fase em que se encontrem quando atingido esse limite, desde que não haja recurso pendente, com o objetivo de redução da pena, somadas para esse fim as penas já aplicadas e as que vierem a ser aplicadas nos processos cobertos pelo *caput* desta cláusula 5ª;
>
> b) independentemente do preenchimento dos critérios dispostos nos artigos 33 a 48 do Código Penal, o cumprimento da pena privativa de liberdade da seguinte forma:
>
> b. I) 2 (dois) anos e 3 (três) meses de reclusão em regime fechado diferenciado, com monitoramento eletrônico individual, disciplinado no Anexo I;
>
> b.II) 9 (nove) meses de reclusão em regime semi-aberto diferenciado, com monitoramento eletrônico individual, disciplinado no Anexo II;
>
> b) Completados 3 (três) meses de cumprimento de regime semi-aberto diferenciado, designar-se-á, no máximo em 10 (dez) dias, reunião de avaliação da efetividade da colaboração que tiver sido prestada, podendo o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ouvido o COLABORADOR e sua defesa, representar pela isenção de cumprimento do tempo remanescente, desde que o COLABORADOR tenha (i) prestado depoimentos claros, coerentes e verdadeiros em todas as ocasiões em que for a tanto chamado

> e (ii) logrado inovar o acervo de aportes de corroboração que fornece com a assinatura do presente termo.
> c) (...)
> d) Completados os períodos aqui estabelecidos, integralmente ou na forma da alínea "c" deste parágrafo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL considerará exaurido o cumprimento da pena, ressalvado o disposto na Cláusula 6ª.
> (...)
> **f) com a celebração do acordo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a não postular medida cautelar preventiva ou restritiva de liberdade em desfavor do COLABORADOR em qualquer feito ou procedimento abrangido por este acordo, na forma da Cláusula 5ª, salvo se houver justa causa para sua rescisão.** (Grifo nosso)

No que se refere ao tratamento dispensado aos familiares do delator, temos a inusitada cláusula:

> Parágrafo 4°, DO TRATAMENTO JURÍDICO DOS FAMILIARES
>
> b) O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a não oferecer denúncia nem de nenhum modo, ainda que por aditamento ou rerratificação, propor ação penal por fatos contidos no escopo deste acordo em desfavor de qualquer familiar do COLABORADOR QUE, apresentado por ele ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, subscreva o Anexo V e apresente anexos assinados em até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva celebração.

Como se vê não se trata de posição isolada onde o Ministério Público Federal, mediante singelo parecer, sem poder vinculativo, opinava pela utilização da prisão preventiva como instrumento para obter confissões e incriminações de terceiros por meio da colaboração premiada. Trata-se, sem subterfúgio, a nosso ver, de estratégia disseminada para fins de compelir terceiros à colaboração, quebrando uma das pilastras mestras do instituto, qual seja, a voluntariedade.

Não faltam vozes no campo doutrinário e acadêmico a se rebelar contra esse estado de coisas, alguns, inclusive, afirmando que se trata, à luz do que decidido pelo Supremo Tribunal Federal – STF -, de verdadeira tortura psicológica, merecendo destacar o entendimento de Cândido Furtado[73], que assim assevera:

> A delação no direito penal moderno é pessoal e espontânea; mas não está livre de pressão psicológica; posto que o réu se encontra pressionado pelos termos da investigação, da prisão preventiva, da imputação generalizada ou exacerbada, e de condenação antecipada, em base à severidade das penas cominadas aos crimes que lhe são anunciados.

[73]<https://jus.com.br/artigos/34485/delacao-premiada-e-os-direitos-humanos>. Acesso em: 20 ago.2018.

> (...)
>
> Hoje, não mais se admite a “tortura física” para fins de confissão ou delação, sendo crime de lesa humanidade e contra o sistema acusatório democrático em base aos Direitos Humanos. Mas vigora de maneira velada a “tortura psíquica”, na forma de “delação premiada”.

Apenas para fins de argumentação, tomando como base as manifestações acima transcritas, é possível que a posição do Ministério Público Federal afronte e viole, também, *Regras Mínimas Padrão das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas Não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio)*, que prevê:

> 6. A prisão preventiva como medida de último recurso
> 6.1 A prisão preventiva deve ser uma medida de último recurso nos procedimentos penais, com a devida consideração ao inquérito referente à infração presumida e à proteção da sociedade e da vítima.
> 6.2 As medidas substitutivas da prisão pré-julgamento devem ser utilizadas o mais cedo possível. A prisão pré-julgamento não deve durar mais do que o tempo necessário para atingir os objetivos enunciados na regra 6.1 e deve ser administrada com humanidade e respeito à dignidade da pessoa.
> 6.3 O infrator deve ter o direito de recorrer, em caso de prisão pré-julgamento, a uma autoridade judiciária ou qualquer outra autoridade independente.

À luz das regras de Tóquio, o Ministro Ricardo Lewandowski[74], quando na direção do Conselho Nacional de justiça - CNJ, assim se reportou:

> Inspeções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) denunciaram, porém, que o ambiente prisional, no Brasil, ainda está marcado por outra modalidade de castigo, consistente na forma como é executado. Estruturas arquitetônicas em ruínas, celas superlotadas, úmidas e escuras e a falta de higiene qualificam, negativamente, um sistema de punições sem nenhum comprometimento com um prognóstico de não-reincidência. A superlotação desses espaços adiciona, inclusive, um componente agravante a todo esse contexto.
>
> Enfim, o instituto da prisão, no Brasil, assim como em todo o continente sul-americano, é um assunto que reivindica uma indispensável revisitação, notadamente porque a seletividade como opera o sistema penal, majoritariamente alcançando as populações menos favorecidas, econômica e socialmente, denota o quanto tentamos encobrir, através de respostas penais, situações que demandam outra modalidade de intervenção e interferência.

Na mesma linha de raciocínio temos a lição de Aury Lopes Jr, explicando *que o acordo de delação é firmado sob coação e fere a autonomia da vontade, além de violar garantias fundamentais como o direito ao silêncio. Nos acordos criminais, como*

[74]Disponível em: http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/09/6ab7922434499259ffca0729122b2d38.pdf. Acesso em: 21 ago.2018.

os de aplicação consensual da pena e de delação premiada, o acusado é sempre coagido pelo Ministério Público para aceitar a proposta oferecida pelo órgão, pois está sob a pena de receber uma punição maior caso recuse a oferta e decida se submeter a julgamento. Com isso, o compromisso fica viciado, já que não se dá por livre escolha. Outro vício deste tipo de transação diz respeito ao seu objeto, a liberdade do acusado, um direito indisponível, portanto, inegociável". (LOPES JR., 2015)

Ademais, a banalização do instrumento de colaboração premiada, nada mais é do que o reconhecimento da falência dos métodos de investigação tradicionais, evidenciado através do incentivo à traição (Delação), especialmente quando tal iniciativa decorre de ação do Estado e que será referência para futuras gerações. Não seria a lei o instrumento a indicar condutas moralmente relevantes e aceitas? É lícito ao Estado que tem como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana (Art. 1°, inciso III, da CF/88) instituir como norma o agir antiético?

Inez Ferreira Leite (2010), abordando o tema à luz do direito Português, afirma:

> Assim, no sistema português, o recurso a meios mais "expeditos" de obtenção de confissões – tais como, a promessa de isenção ou atenuação da responsabilidade criminal, a promessa de privilégios injustificados no cumprimento da pena, a ameaça de condições especialmente desfavoráveis no cumprimento da pena ou a referência a factos objectivamente falsos que possam condicionar a vontade do arguido de prestar declarações – é proibido e importa a nulidade absoluta das provas assim obtidas, ou seja, a total impossibilidade de utilização das mesmas, salvo quando esta obtenção constitua, em si, a prática de crime, caso em que poderão ser usadas contra os gentes do mesmo (cfr. artigo 126.º nº 1 e 4 do Código)

4.3 TORTURA/COAÇÃO: CONCEITO, SIGNIFICADO E ALCANCE

No Brasil, a prática de tortura é considera como crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, na forma preconizada no art. 5º, inciso XLIII, na forma assim reproduzida:

> Art. 5º - (...)
> XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

O constituinte originário, quiçá em face dos horrores da ditadura militar implantada no país com o golpe de 1964, onde milhares de pessoas foram submetidas aos mais horripilantes métodos de tortura física e psicológica, sempre com o fim de obter confissões e delações, elencou ao nível Constitucional o crime de tortura, seja para considerá-los inafiançáveis ou suscetíveis de graça ou anistia, seja para definir que *por eles respondem seus executores e os que, podendo evita-los, se omitem.*

No cenário internacional, vários tratados disciplinam e indicam aos estados a necessidade de enfrentamento do crime de tortura, a exemplo da Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, que foi internalizada no Brasil e promulgada através do Dec. nº 40, de 15 de fevereiro de 1991, afirmando em seu art. 1º:

> Art. 1º. Para os fins da presente Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de uma terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas, ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Não se considerará como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

O depoimento de frei Tito de Alencar Lima[75], em um passado recente, revela:

> no quarto dia, sabendo que voltaria a ser torturado, tentei me suicidar cortando a veia do braço esquerdo, na altura da dobra, para pôr fim às torturas e denunciar assim que o Brasil não é mais somente um país do samba, do futebol e de Pelé mas é também um grande campeão de tortura. (FREI TITO,1971)

A possibilidade de se classificar os encarcerados no Brasil como pessoas humanas sistematicamente submetidas a processo de tortura, deriva do entendimento do Supremo Tribunal Federal, acima reproduzido, não deixando margem quando se confronta a decisão com o que a literatura conceitua como tortura psicológica, a saber:

Pode-se afirmar, tomando as lições de Vanrell (2016) *que*

[75] Depoimento de frei Tito de Alencar Lima, em janeiro de 1971, no filme: *A Reporta on Torture.*

> com meio de investigação criminal, quer para obter informações, quer para conseguir uma confissão incriminadora em relação à prática de um crime, existe há mais de 7.000 anos, desde os registros sumérios e babilônios. Uma vez que a confissão se, no Direito Penal, como a "rainha das provas", a necessidade de obtê-la era essencial para conseguir, no final do procedimento, a condenação do acusado. (VANRELL,2016, p.54)

Em sua obra, Vanrell (2016)[76] elenca várias possibilidades caracterizadoras de tortura psicológica, interessando à presente pesquisa, as seguintes: "a) receber insultos; b) **convidar para "colaborar" sob ameaças ou ofertas de liberdade, dinheiro, trabalho, etc. c)** fotografar, filmar ou gravar atitudes do detento; etc". (Grifo nosso).

É certo afirmar que não dispomos de dados empíricos a comprovar a correlação entre prisão, tortura e delação, o que não afasta o dever acadêmico, diante dos relatos constantes das decisões da mais alta Corte Constitucional do país, reconhecendo no sistema carcerário brasileiro um *estado de coisas inconstitucional*, (ADPF-347), afirmar que a prisão é absolutamente incompatível com o critério da voluntariedade para fins de colaboração premida, ou, em outras palavras, a liberdade ou a ameaça de sua supressão e/ou de familiares, como direito indisponível do ser humano, não pode ser objeto de barganha, sob pena de nulidade, dela, colaboração, e das provas dela derivadas.

De outra parte, a lei nº 9.455, de 07 de abril de 1997, tipifica os crimes de tortura, assim:

> Art. 1º Constitui crime de tortura:
> I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental:
> a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa;
> b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa;
> c) em razão de discriminação racial ou religiosa;
> II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
> Pena - reclusão, de dois a oito anos.
> § 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

[76]O. cit. p. 296.

> § 2º Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

Em termos teóricos, indaga-se: a prisão de qualquer pessoa, para fins de celebração de colaboração premiada, caracteriza tortura psíquica?

Nos exatos termos da decisão adotada pelo Supremo Tribunal Federal – STF -, na ADPF-347 – a reconhecer o **"estado de coisas inconstitucional"** relativamente ao sistema penitenciário brasileiro (**Que no sistema prisional brasileiro ocorreria violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica**), outra não poderia ser a resposta, senão a afirmação de que estamos diante de crime de tortura psicológica permanente em relação aos serem humanos ali encarcerados.

E mais, o relatório do Conselho Nacional de Justiça – CNJ[77] apontou que:

> (...) a população carcerária do país é de 563.526 presos, mas nossas prisões só têm vagas para 357.219 detentos. Há, portanto, um déficit de mais de 206 mil vagas, sem falar nos 373.991 mandados de prisão incumpridos, e nas 147.937 pessoas em prisão domiciliar, em razão da falta de vagas no regime aberto. Desconsideradas as pessoas em prisão domiciliar, o Brasil é hoje o quarto país com a maior população carcerária do planeta, atrás apenas dos Estados Unidos, da China e da Rússia.
>
> Deste total de internos, cerca de 41% são presos provisórios. Um recente estudo realizado pelo IPEA em parceria com o Ministério da Justiça revelou que em aproximadamente 37,2% dos casos de prisão provisória, não há condenação à pena privativa de liberdade ao final do processo, o que indica que há abusos generalizados na decretação destas prisões, e injustificável timidez no emprego de medidas cautelares alternativas. A extrapolação desta estatística sugere que temos cerca de 90.000 presos provisórios cuja prisão não se justifica, pois serão ao final, absolvidos ou condenados a penas alternativas.[78]

Em face dessa realidade, fazer inserir em termos de acordo de colaboração premiada cláusulas que tratam de direitos indisponíveis – a liberdade – com expressa ameaça de sua supressão e/ou de familiares do investigado/réu/condenado, importa no cometimento de infração penal, tendo como consequência a nulidade das provas assim conseguidas.

---

[77]<http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf>. Acesso em: 21 ago.2018.

O mais absurdo de tudo isso, é que, termos de colaboração premiada, formalizadas nesses exatos termos, foram e são homologadas sistematicamente por Ministros do Supremo Tribunal Federal, sem se desconhecer dos tímidos avanços no sentido de delimitar o alcance do instituto a e validação das provas dele decorrentes, como já registrado acima.

A situação é censurada pela comunidade jurídica nacional e internacional, que apontam o modelo de colaboração premiada com colaborares presos, como potencialmente violadores da dignidade da pessoa humana.

No plano nacional temos a afirmação de Diogo Malan, que menciona expressamente o uso da prisão temporária como estratégia de coação física e psicológica, *podendo se prestar ao fim da extorsão de confissão ou delação premiada do investigado, sob a ameaça – explícita ou velada – de a autoridade policial requerer a sobredita prorrogação de prazo".*[79]

As colocações na defesa da possibilidade de celebração de acordos de colaboração premiada com investigados/réus/condenados presos, recebem aporte significativo na visão de Vladimir Aras[80], ao afirmar:

> No caso lava jato, até maio de 2015, foram formalizados 18 acordos de colaboração premiada, três deles no STF, um na Vara Federal do Rio de Janeiro e os demais na 13ª Vara Federal de Curitiba. Em apenas 4 dessas avenças os colaboradores estavam presos quando aceitaram negociar suas delações. Os demais estavam soltos e assim permaneceram. Entre os quatro que estavam cumprindo prisão preventiva durante a negociação, dois continuam presos preventivamente e os outros dois estão em prisão domiciliar.

Os cuidados para não se proclamar o fim das colaborações premiadas, baseado em argumentos sem comprovação fática – liame entre prisão e colaboração premiada – levou o Supremo Tribunal Federal - STF – ao enfrentamento do tema, surgindo, no paradigmático julgamento da relatoria do Ministro Dias Toffoli (HC 127.438/PR), o seguinte entendimento:

---

[78]<https://www.jota.info/stf/do-supremo/constituicao-e-sociedade-masmorras-medievais-e-o-supremo-06012015>. Acesso em: 21 ago.2018.
[79]<http://oaji.net/articles/2017/3904-1489331542.pdf>. Acesso em: 21 ago.2018.
[80]<http://oaji.net/articles/2017/3904-1489331542.pdf>. Acesso em: 21 ago.2018.

> Destaco que requisito de validade do acordo é a liberdade psíquica do agente, e não a sua liberdade de locomoção. A declaração de vontade do agente deve ser produto de uma escolha com liberdade (= liberdade psíquica), e não necessariamente em liberdade, no sentido de liberdade física. Portanto, não há nenhum óbice a que o acordo seja firmado com imputado que esteja custodiado, provisória ou definitivamente, desde que presente a voluntariedade dessa colaboração. Entendimento em sentido contrário importaria em negar injustamente ao imputado preso a possibilidade de firmar acordo de colaboração e de obter sanções premiais por seu cumprimento, em manifesta vulneração ao princípio da isonomia.

Adiante:

> Ora, não há correlação lógica entre supressão da liberdade física do agente (critério de discrímen) e a vedação ao acordo de colaboração (discriminação decidida em função daquele critério), uma vez que o fator determinante para a colaboração premiada é a liberdade psíquica do imputado, vale dizer, a ausência de coação, esteja ele ou não solto.

Em oportunidade anterior, o Ministro Teori Zavascki, no HC nº 127.186/PR, registrou em exemplar decisão, o seguinte:

> (...) seria extrema arbitrariedade – que certamente passou longe da cogitação do juiz de primeiro grau e dos Tribunais que examinaram o presente caso, o TRF da 4ª Região e o Superior Tribunal de Justiça – manter a prisão preventiva como mecanismo para extrair do preso uma colaboração premiada, que, segundo a Lei, deve ser voluntária (Lei 12.850/13, art. 4º, caput e § 6º). **Subterfúgio dessa natureza, além de atentatório aos mais fundamentais direitos consagrados na Constituição, constituiria medida medievalesca que cobriria de vergonha qualquer sociedade civilizada.** (Grifo nosso)

Certamente que, nesse debate, as únicas coisas que não guardam correlação são as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF - na ADPF-347 – afirmando ***que no sistema prisional brasileiro ocorreria violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica***, e aquela proferida no HC 127.438/PR, onde se reconhece que ***não há correlação lógica entre supressão da liberdade física do agente (critério de discrímen) e a vedação ao acordo de colaboração***, ***uma vez que o fator determinante para colaboração premiada é a liberdade psíquica, vale dizer, ausência de coação, esteja ele ou não solto.***

Sem exageros, a prática cotidiana autoriza dizer que, esteja ou não solto o colaborador, prevalece a certeza, decorrente das cláusulas entabuladas entre este e as autoridades legitimadas para o acordo (MP X PF), que a liberdade como direito

indisponível é moeda de barganha, com expressa pactuação, onde consta de maneira clara o compromisso do Ministério Público, seja para garantir manifestação positiva no sentido de sua revogação (preventiva/temporária), seja para assegurar e garantir que o Ministério Público não pleiteará sua decretação em juízo.

Presente tais premissas, a reconhecer que o sistema carcerário brasileiro viola de maneira generalizada os direitos fundamentais dos presos, no tocante, inclusive, à integridade psíquica, correto afirmar que as colaborações premiadas decorrentes da não formalização de medidas cautelares pessoais e/ou sua revogação, atenta contra a manifestação de vontade do colaborador, a ser exercida livre de qualquer coação, de forma a se aventar para nulidade da colaboração e das provas dela derivadas.

Por óbvio, não se pretende que o investigado/acusado/condenado preso, não possa celebrar o pacto de colaboração com agentes do Estado, na verdade, o que se está afirmando é o potencial de causar dano que a prisão e/ou a ameaça dessa, inclusive contra familiares do futuro colaborador, causa na sua liberdade psíquica, de forma a macular qualquer arranjo para valoração das provas dai decorrentes.

A liberdade individual, como bem jurídico indisponível do ser humano, não pode ser objeto de barganha. Presentes os motivos para decretação de medicas cautelares penais pessoais, como medida excepcional que é, poderá ser decretada, mediante sentença fundamentada, no entanto, em nenhuma hipótese, a liberdade poderá ser objeto de barganha.

A realidade processual do país, nos tempos de lava jato, parece não se preocupar com direito e garantias fundamentais, aproximando-se de perigoso estado de exceção, posto que:

> Já estava tudo certo: o empresário Apolo Santana Vieira seria preso preventivamente na 38ª fase da operação “lava jato”, deflagrada na manhã desta quinta-feira (23/2). O juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba Sergio Moro já tinha até expedido os mandados de prisão. Mas ele voltou atrás seis dias depois ao saber que Vieira está negociando acordo de delação premiada com o Ministério Público Federal — órgão que pediu a prisão.[81]

[81]<https://www.conjur.com.br/2017-fev-23/moro-ordena-prisao-recua-saber-acusado-negocia-delacao>. Acesso em: 21 ago.2018.

Para ilustrar, consta do pedido de busca e apreensão criminal nº 5004568-78.2017.4.04.7000/PR, o Juiz Sérgio Moro apontou o seguinte, em relação ao investigado Apolo Santana Vieira:

> Relativamente a Apolo Santana Vieira, a situação não é muito diferente.
> Há, em cognição sumária, prova documental de seu envolvimento em um dos fatos delitivos, com recebimento, ocultação e dissimulação de cerca de USD 510.000,00 em propinas acertadas nos contratos de fornecimento de navios-sondas à Petrobrás. Por outro lado, assim como Jorge Antônio da Silva Luz e Bruno Gonçalves Luz, há indícios de que se dedica profissionalmente à lavagem de dinheiro e intermediação de propinas a agentes públicos, respondendo a diversos outros crimes similares perante a 4a Vara Federal Criminal de Recife.
> **Os elementos probatórios, em cognição sumária, são no sentido de que os três são profissionais da lavagem de dinheiro e da intermediação de vantagem indevida a agentes públicos.** (Grifo nosso)

Seis dias após a primeira decisão, surgindo a notícia de que o investigado Apolo Santana Vieira iniciava as tratativas com vista a formalização de acordo de colaboração premiada com o Ministério Público Federal, veio a inusitada decisão:

> Em vista da informação prestada pelo MPF de que estaria em tratativas para um acordo de colaboração com Apolo Santana Vieira revogo a decisão do evento 4 no que se refere à prisão preventiva dele e à busca e apreensão em seu endereço. Recolham-se os mandados.

O quadro fático não autoriza qualquer outra conclusão, a não ser, a comprovação de que algumas decisões judiciais são manipuladas de maneira a, por vias transversas e mediante coação, induzir as pessoas investigadas a celebrarem acordos de colaboração premiada, com manifesta violação a princípios constitucionais, nomeadamente da dignidade da pessoa humana.

É que, sem qualquer esforço interpretativo, se pode afirmar que a ação do magistrado, em face da ausência de fatos a justificar a revogação da custódia preventiva de ***profissionais da lavagem de dinheiro e da intermediação de vantagem indevida a agentes públicos,*** decorreu do simples fato de que o investigado resolveu "voluntariamente" colaborar, recebendo porquanto, o restabelecimento de sua liberdade, em outros termos, seu status jurídico foi alterado não na conformidade das leis do país e como situação de excepcionalidade, mas, antes

de tudo, para forçá-lo a colaborar. Lamentavelmente, não enxergo outra solução, senão a nulidade das provas decorrentes de tal acordo.

No direito alienígena tal situação é plenamente imaginada e discutida, nomeadamente no direito Português, onde, em decorrência da operação lava jato, pretendia-se implantar o modelo brasileiro naquele país, restando assim o registro captado de brilhante artigo de Adriano Squilacce e Nair Maurício Cordas:

> No entanto, a liberdade e a voluntariedade na prestação de declarações do arguido a que a lei se reporta não são apenas formais. Trata-se antes de uma liberdade substancial ou material.
>
> Quando se concede a alguém a possibilidade de «escolher» entre incriminar outrem e se livrar de um «problema próprio» ou rejeitar faze-lo, mas continuar com este «problema próprio» (que implicará custos com a defesa, sujeição à pressão de enfrentar um processo criminal e até poder ser condenado a uma pena de prisão), será que está em causa uma escolha verdadeiramente livre ou, ao invés, uma «escolha» condicionada?
>
> (..)
>
> Um dos critérios orientadores da definição concreta de coação é o da «adequação da ameaça a constranger o ameaçado a comportar-se de acordo com a exigência do ameaçante. Isto é, deverá considerar-se mal importante aquele mal que é capaz de fazer "dobrar" a vontade do ameaçado. Há, portanto, que relacionar a importância ou a gravidade do mal ameaçado com a exigência típica da adequação (imputação objectiva) deste a constranger o ameaçado» (Figueiredo dias, in Comentário Conimbricense do Código Penal - parte especial, Tomo 1, Coimbra, 1999, página 358, e Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 7 de Março de 2012, processo n.o 110/09.9TATCS. C1, disponível em www.dgsi.pt).
>
> Com efeito, como ensina Germano Marques da Silva, «*as injunções e regras de conduta oponíveis ao arguido na suspensão provisória do processo são, de certo modo, medidas alternativas da pena e visam realizar os mesmos fins, embora por outros meios menos gravosos para o arguido. Não é isso, porém, que sucede nos casos em que a suspensão é, antes de tudo, um prémio pela delação*» («Bufos, infiltrados, provocadores e arrependidos», *in Direito e Justiça*, Revista da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, Volume VII, Tomo 2, 1994, página 33)
>
> (...)
>
> É que, como foi salientado no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 5 de Fevereiro de 2014: «Aquilo que pode minar a força probatória das declarações do co-arguido é uma suspeição, baseada no interesse pessoal que o declarante pode ter no resultado da sua própria declaração**: o arguido incrimina o outro para se defender ("não fui eu, foi ele") ou para dividir a sua responsabilidade ("não fui apenas eu, fomos os dois")**».

No cenário desolador das colaborações premiadas, surgem os “heróis”, os “salvadores da pátria”, os “guardiões da moralidade” que, no dizer de Marie-Laure Susini (2010), podem receber o seguinte tratamento:

> Os realmente perigosos são os incorruptíveis. Os íntegros inquisidores e os rigorosos purificadores; os líderes virtuosos de loucuras coletivas; os pregadores da saúde e os gestores de campanhas de saneamento físico e moral; os que prometem banir o mal e, sobretudo, **os assassinos por *dever***. (Grifo nosso)

Concluindo, adotamos o ponto de vista de Pedro Serrano[82] que, em recente entrevista, sintetizou:

> As criticas feitas pelos advogados criminalistas parecem procedentes. De um lado, prender preventivamente é um tipo de prisão que deveria ser utilizada apenas em situações extremas para evitar fuga eminente ou prejuízos reais à apuração e apenas nos estritos limites temporais necessários para tanto. Utilizá-la para obter delações é absolutamente ilegal e inconstitucional, inclusive, a meu ver, eivando de nulidade a delação e suas consequências. Uma espécie de confissão obtida sob tortura psicológica e mesmo física levando-se em conta as condições de nossos presídios e delegacias.

4.4 A BUSCA LEGISLATIVA PARA CONTENÇÃO DE ABUSOS – PROJETO DE LEI N° 4372/16

Diante dos denunciados abusos da operação lava jato,” vários projetos de lei foram apresentados no sentido de aperfeiçoamento da Lei nº 12.850/13, dentre tantos, o de autoria do Deputado Federal Wadih Damous, propondo a modificação do parágrafo 3º, do art. 3º, da Lei nº 12.850/13, passando a ter a seguinte redação:

> § 3o No caso do inciso I, somente será considerada para fins de homologação judicial a colaboração premiada se o acusado ou indiciado estiver respondendo em liberdade ao processo ou investigação instaurados em seu desfavor.”

Adiante:

> “Art. 4º .....
> .....

[82]<https://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/pedro-serrano-sobre-lava-jato-delacao-premiada-e-confissao-sob-tortura-psicologica/>. Acesso em: 21 ago.2018.

> § 17. Nenhuma denúncia poderá ter como fundamento apenas as declarações de agente colaborador.

Merece registro, o fato de que o projeto foi rejeitado, no entanto, com decisão recente e acima reproduzida na parte que interessa ao presente trabalho, o Supremo Tribunal Federal, através de sua Segunda Turma, entendeu que depoimentos de colaboradores, sem prova independente para corroboração, não se prestam ao recebimento de denúncia, o que se revela um avanço em decorrência do potencial devastador que as delações estão a provocar no sistema de justiça nacional, violando de maneira sistemática, cláusulas pétreas da Constituição Federal.

Sem tergiversar, é urgente a necessidade de aperfeiçoamento dos instrumentos de justiça consensual no Brasil, de maneira a limitar a introdução de instrumento dos sistemas da *Common Law,* sem qualquer análise dos impactos perniciosos que provocarão, inclusive, dentre tantos, o encarceramento em massa.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa realizada não tratou, por óbvio, de esgotar o tema corrupção e colaboração premiada. O objeto do estudo é fazer uma análise critica dos fenômenos e suas gritantes incoerências, seja no aspecto da corrupção, visualizada apenas de maneira deformada, onde é “medida” ou identificada aquela praticada e/ou gestada no interior dos Poderes e órgãos públicos, deixando ao largo a corrupção inerente ao sistema capitalista, na sua vertente selvagem, onde os contornos da mais-valia ganha ares de insuportabilidade. Já não se trata de lucros imorais, diante do quadro de agravamento e supressão dos direitos sociais das populações mais fragilizadas, mas, acima de tudo, de verdadeira extorsão da força de trabalho economicamente ativa.

No capítulo em que a matéria foi abordada, revelou-se que até mesmo os métodos para aferição dos indicadores de corrupção têm seu viés ideológico, condicionando os países que enfrentam o grave problema da corrupção a vivenciar uma situação de absoluta incerteza, e mais do que isso, concretamente contraditória, ou seja, quanto mais se enfrenta o fenômeno da corrupção, mais aumenta a percepção da população, levando, como consequência, a piora nos indicados de corrupção.

Versando sobre os métodos de controle inerentes ao agir cotidiano das administrações públicas, em seus diversos órgãos e nas três esferas de poder, a pesquisa revela que o controle interno associado ao controle social, é, de longe, a forma mais eficiente de combater a corrupção, posto que, sua atuação se dá *a priori,* antecipando-se à concretização do agir corrupto e protegendo o patrimônio público de maneira eficiente. Investir e expandir de maneira eficaz o controle interno e social, representa, a um só tempo, dotar as administrações públicas de ferramentas eficientes no controle dos atos administrativos, e, na outra ponta, envolvendo a comunidade, diretamente e através dos conselhos de fiscalização, além das organizações da sociedade civil, o que fortalece o Estado democrático de Direito.

O controle externo e/ou repressivo, nomeadamente na quadra em que vivemos, mostra-se ineficiente e facilmente manipulável, causando irreparáveis danos à ordem política e econômica dos país, além de estimular, com seus métodos midiáticos e pouco transparentes, à falsa ideia de o fenômeno da corrupção aumentou ou que

sequer existia nos tempos de ditadura militar, o que revela e prova a manipulação das informações.

A transparência na gestão dos recursos públicos, em tempo real, viabiliza o controle social, mesmo que sua implantação tenha decorrido do ajuizamento de dezenas de ações de improbidade administrativas, como anotado no capítulo específico.

Os dados revelados pela Transparência Internacional indicam que no Brasil, apesar do esforço que presenciamos nos últimos anos, com a ressalva dos exageros e crimes praticados, inclusive empurrado o país para o fosso do *estado de exceção*, com grave esvaziamento do conteúdo das normas Constitucionais e seus princípios mais caros, a exemplo da presunção de inocência, e da utilização de mecanismos reconhecidamente antiéticos, como a colaboração premiada, teve seus indicadores agravados, passando a ser reconhecido na comunidade internacional como relapso no quesito de combate à corrupção, com graves repercussões de ordem econômica.

Adiante, analisando as Técnicas Especiais de investigação – TEI - , introduzidas com o advento da Lei nº 12.850/13, que na origem buscava definir e tipificar organização criminosa, a pesquisa revelou que a utilização da colaboração premiada como instrumento potencialmente destrutivo dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, nomeadamente quando sua utilização se dá com a finalidade de criminalização do espaço político, necessita de urgente intervenção: a) condicionando sua utilização de maneira excepcional; b) reconhecendo sua imprestabilidade para fins de condenação de qualquer pessoa, e não apenas isso, mas, também para fins de recebimento de denuncia crime e como fundamento para deferimento de medidas cautelas penais pessoais; c) que a regra de corroboração deve ocorrer com provas diversas daquelas produzidas unilateralmente pelo colaborador, captadas por outros meios de obtenção de provas disponíveis, sob pena de ser ineficaz para os fins que se destina; d) a liberdade dos investigados/réus/condenados e/ou a ameaça de suprimi-la, bem como a de familiares deste, não pode ser utilizada como moeda de barganha, sob nenhum pretexto, e sua ocorrência, caso constatada, importando em abuso de autoridade e nulidade das provas daí decorrentes; e) os prêmios a serem entregues ao colaborador se restringe aos que previsto em lei, sendo

sua ampliação (o pactuado prevalecendo sobre o legislado) considerado com opção violadora da boa fé, viciando o pacto na origem, por malferimento ao condicionante da voluntariedade.

A Lei nº 12.850/13, ao que nos parece e decorrência dos achados na pesquisa, necessita de urgente reforma legislativa, especialmente no que se refere à necessidade de formalização e homologação do acordo pelo juiz da causa, construindo uma alternativa em que o juiz homologar não seja aquele que analisa o mérito da demanda, uma vez que já comprometido com seu resultado *a priori.*

As decisões proferidas, nomeadamente pelo Supremo Tribunal Federal, tem apontado para necessidade de se conter o impulso e credibilidade inicial da colaboração premiada, ante a proliferação abusiva de sua utilização (somente na operação lava jato foram celebrados 175 acordos[83]), com destaque para decisões que repudiaram a possibilidade do uso das medidas cautelares pessoais de natureza penal para fins de "forçar" a celebração de acordos de colaboração premiada, a impossibilidade do Ministério Público firmar cláusulas violadoras de direitos e garantias individuais (amplo acesso à justiça), delimitar penas e regime de cumprimento de penas fora das hipóteses legais, a exemplo da progressão de regime *per saltum*, e estipulação de regime de cumprimento de pena fechado diferenciado, as cláusulas de performance, dentre tantas outras que, num curto espaço de tempo, se glosadas, serão possíveis de o manejo do instituto como medida excepcional e cercada de cuidados adicionais.

A potencialidade dos acordos de colaboração premiada violarem direitos e garantias individuais não é mais um possibilidade na realidade brasileira, reveste-se de certeza, como revelado na presente pesquisa, inclusive com potencial para desestruturar o arcabouço jurídico nacional, como já o faz, expondo a fragilidade e/ou incapacidade do Estado em cumprir com sua missão de proteger a sociedade da criminalidade organizada, submetendo-o, agora na condição de aliado, à situação de que um criminoso colabore, forneça os elementos de prova ou os produza unilateralmente, inclusive promovendo interceptações ambientais e construindo

[83]<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/atuacao-na-1a-instancia/parana/resultado>. Acesso em: 22 ago.2018.

documentos incriminadores de terceiros, mesmo que a custo do sacrifício de direitos individuais e humanos, o que se revela um verdadeiro acinte.

A situação de se impor medidas cautelares de natureza penal (prisão preventiva, temporária e conduções coercitivas ilegais) trouxe, num primeiro momento, a sensação de que o Brasil havia encontrado a "varinha mágica" para se contrapor à corrupção, com exposição midiática e humilhante de pessoas presas, vazamentos seletivos de documentos e depoimentos, como se tal realidade não fosse objeto de crítica contundente nos países onde a colaboração foi amplamente utilizada, a exemplo da Itália.

A euforia começa a se debelar, ficando na memória coletiva o impacto que tais abusos causaram na democracia e na economia, enquanto os colaborados desfrutam de benesses incompreensíveis e que fazem tábua rasa do princípio da isonomia.

Não é demais esclarecer que *o problema das grandes delações que criam a ilusão de uma grande condenação, são as mesmas delações que podem dar lugar a grandes absolvições, quer por assentarem em verdadeiros negócios com delatores que praticaram crimes e cuja credibilidade está necessariamente abalada, quer por força de invalidadas na forma como a prova foi obtida,* o que está se desenhando no cenário atual.

Quando se afirma, que a voluntariedade a que a lei se refere para fins de celebração válida dos acordos de colaboração premiada, seja decorrente da liberdade psíquica e não física, a sustentar o direito do preso de celebrar acordos de delação premiada, como o fez o Supremo Tribunal Federal, pode conduzir à legitimidade da coação para fins de confissão incriminação de terceiros; na verdade, a decisão adotada na ADPF – representa uma gritante contradição, uma vez que, ao a reconhecer o **"estado de coisas inconstitucional"** relativamente ao sistema penitenciário brasileiro (**Que no sistema prisional brasileiro ocorreria violação generalizada de direitos fundamentais dos presos no tocante à dignidade, higidez física e integridade psíquica**), outra não poderia ser a resposta, senão a afirmação de que estamos diante de crime de tortura psicológica permanente em relação aos serem humanos ali encarcerados.

A pesquisa revelou, ainda, talvez decorrência da onda punitivista que assola o país, que o modelo de justiça consensual, tomado como parâmetro a realidade norte americana, tende a se expandir no direito nacional, tomando-se como baliza as propostas de reformulação do Código Penal e Código de Processo Penal em tramitação no Congresso Nacional, ambos prevendo a barganha como medida de justiça, de maneira generalizada, além dos acordos de colaboração, e, como se não fosse possível piorar, aquelas já em vigor através de resolução do Conselho Nacional do Ministério público – CNMP - denominado *proposta de não-persecução penal.*

No campo realista da coação, é bom que se diga, jamais se encontrará num processo a confissão explícita dos agentes do Estado de que as medidas de coação foram aplicadas com a finalidade de se obter confissão, alguns parâmetros objetivos e subjetivos devem ser levados em consideração, para fins de aferir a plena voluntariedade, a exemplo da súbita alteração da situação jurídica do colaborador – preso e solto porque delatou, sem que se tenha alterado qualquer dos fundamentos para decretação de sua custódia preventiva; constar dos acordos promessa de não se requerer medidas cautelares pessoais contra o colaborador e seus familiares, induzir o colaborador a produzir provas contra si e terceiros, o que é atributo do Estado acusador, dente outras ilegalidades de fácil percepção.

A falência do Estado para enfrentar e combater a criminalidade organizada serve de argumento para justificar a utilização de instrumentos invasivos e desleais como método de investigação, a exemplo da colaboração. O argumento revela-se falacioso quando se constata que o Estado não é capaz de enfrentar com seriedade, sequer, a criminalidade desorganizada, aquela pulverizada em todos os recantos do País, e que impossibilita a sociedade de transitar livremente pelas ruas das cidades.

O recurso utilizado como meio de propaganda, dividindo a sociedade entre bons e maus, pode ser utilizada para infinitas situações, inclusive como instrumento para desmantelamento de marcados, favorecendo outros maiores, privatizações a preço abaixo do de mercado, que, sem assombro, se insere no rol de corrupção a atingir toda a sociedade. O mesmo se diga com os cortes dos programas sociais, de renda mínima, dentre outros, a pretexto de se regular o orçamento público por conta da corrupção. A pesquisa revelou que os indicadores utilizados para tal finalidade não são

confiáveis, e, podem sim, serem utilizados com a clara finalidade de desestruturar democracias, com viés puramente ideológico.

Para implantação dessas medidas, o Estado Democrático de Direito cede aos trajes da exceção, os comandos constitucionais são esvaziados de valores, a constituição não passa de uma folha de papel, e as forças reais de poder (mercado), atuam de forma a fragilizar o Estado de Direito, suprimindo direitos e garantias fundamentais sem um só disparo, são os novos métodos dos estados de exceção.

É o que vivenciamos, sem subterfúgios.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio Weber. **Acesso a informação e eficiência do Estado**. Revista gov.sp (SP), nº 2. Disponível em <http://www.transparencia.org.br/>. Acesso em 26 de jun 2016.

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Delação premiada**. Disponível em: <http://www.juridicaonline.com.br/> Acesso em: 26 jun. 2016.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção.** Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed.São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Pilatos e Jesus.** Tradução Silvana de Gaspari, Patrícia Peterle. São Paulo: Boitempo; Florianópolis: EdUFSC, 2014.

AGUDO, Luís Carlos. **Estudo sobre a Lei nº 9.087/99. Proteção a vítimas e testemunhas.** São Paulo: [s.n],2015. Disponível em: <http://www.jus.com.br>. Acesso em: 26 jun. 2016.

ALMEIDA, Joaquim Canuto Mendes de. **A contrariedade da investigação criminal**. São Paulo: Livraria Acadêmica, 1937.

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ARAÚJO, Valter Shuenquener de. **O princípio da proteção da confiança:** uma nova forma de tutela do cidadão diante do Estado. Niterói, RJ: Impetus, 2016.

ARAS, Vladmir. **Lavagem de dinheiro:** prevenção e controle penal.Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

AVILA, Humberto. **Teoria dos princípios:** da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

AVRITZER, Leonardo. A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação: mapeando o debate. In: PIRES, R.R.C. **Efetividade das instituições participativas no Brasil:** estratégias de avaliação. Brasília:IPEA, 2011.

_____. **Dimensões políticas da justiça.** 2. ed.Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

AZEVEDO, David Teixeira de. A colaboração premiada num direito ético. **Boletim do IBCCrim,** ano 7, n.83, out.1999.

BADARÓ, Gustavo Henrique. **Processo Penal**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. **Crime organizado e proibição de insuficiência.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

_____. **Crimes federais.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de direito administrativo.** 24 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **O princípio da subsidiariedade:** conceito e evolução. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BARROS, Antônio Milton de. **A lei de proteção a vítimas e testemunhas e outros temas de direitos humanos.** Franca: Ribeirão Gráfica, 2003.

_____. **Da prova do processo penal.** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001**.**

BARROS FILHO, Clóvis de. **Corrupção:** parceria degenerativa**.** Campinas, SP: Papiros 7 Mares, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. **Dignidade da Pessoa Humana no Direito Constitucional Contemporâneo:** a construção de um conceito jurídico à luz da jurisprudência mundial. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Isto não é um diário.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **Cegueira moral:** a perda da sensibilidade na modernidade líquida**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Estado de crise.** Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **O retorno do pêndulo:** sobre a psicanálise e o futuro do mundo líquido**.** Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BITAR, Walter Barbosa. **Delação premiada:** direito estrangeiro, doutrina e jurisprudência. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BITENCOURT, César Roberto. **Falência da pena de prisão:** Causas e alternativas. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

_____. **Delação premiada é favor legal, mas antiético**. São Paulo:[s.n],2017. Disponível em:<http://www.conjur.com.br/2017-jun-10/cezar-bitencourt-delacao-premiada-favor-legal-antietico#top.)>. Acesso em: 22 set. 2017.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A era dos direitos.** 9. ed. Rio de Janeiro: Elservier, 2004.

BOTELHO, Ana Cristina Melo de Pontes. **Corrupção política:** uma patologia social. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado:** cursos no Collège de France (1989/92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: DF, Senado, 1988.

_____. Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 21 maio 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm>. Acesso em: 26 jun. 2016.

_____**.** Lei n 12.850, de 2 de agosto de 2013**.** Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,** Brasília, 3 ago.2013. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm>. Acesso em: 16 set. 2017.

BUENO, Eduardo. **Náufragos, traficantes e degradados**: as primeiras expedições ao Brasil. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação.** Rio de Janeiro: Forense, 2007.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A carta de descobrimento ao rei D. Manoel**. Tradução de Maria Ângela Vilela. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição.** 5 ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2002.

_____. **Colaboração premiada e auxílio judiciário em matéria penal:** a ordem pública como obstáculo à cooperação com a operação Lava Jato. Brasília:[s.n],2016. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/acordos-delacao-lava-jato-sao.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

_____. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição***.* Coimbra: Almedina, 1998.

CANTERJI, Rafael Braude. **Política Criminal e direito humanos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

CARVALHO FILHO**,** José dos Santos. **Improbidade Administrativa**: prescrição e outros prazos extintivos. São Paulo: Atlas, 2012.

CERVINI, Raul; OLIVEIRA, Willian Terra de; GOMES, Luiz Flávio. **Lei de lavagem de capitais:** comentários à Lei 9.613/98. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CHIAVARIO, Mario**. Diritto processuale penale – profilo istituzionale**. 5. ed. Torino: Utet Giuridica, 2012.

CHOMSKY, Noam. **Quem manda no mundo?** São Paulo: Planeta, 2017.

COELHO, Walter. **Prova indiciária em matéria criminal.** Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1996.

COMPARATO, Fabio Konder. A nova cidadania. **Lua Nova – Revista de cultura e política,** São Paulo, v.29, n. 28, p.23-26, jun.1993.

CORTELA, Mario Sérgio. **Basta de cidadania obscena**. Campinas, SP: Papiros 7 mares, 2017.

_____. **Ética e vergonha na cara.** Campinas, SP: Papiros 7 mares, 2014.

CORTINA, Adela. **Ética sem moral.** São Paulo: Martins Forense Fontes, 2010.

COSTA, Helena Regina Lobo da. **Corrupção na história do Brasil:** reflexões sobre suas origens no período colonial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

COSTA, Leonardo Dantas. **Delação premiada:** a atuação do Estado e a relevância da vontade do colaborador com a justiça. Curitiba: Juruá, 2017.

DAHAL, Robert A. **Sobre a Democracia**. Brasília: EdUnB, 2001.

DE SANCTIS, Fausto Martin. **Crime organizado e lavagem de dinheiro:** destinação de bens apreendidos, delação premiada e responsabilidade social. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Direitos Humanos no Brasil.** 20 ed. São Paulo: Ática, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DURKHEIM, Émile. **Lições de sociologia**. São Paulo: M. Fontes, 2002.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

ESTELLITA, Heloisa. A delação premiada para a identificação dos demais coautores ou partícipes: algumas reflexões à luz do devido processo legal. **Boletim IBCCrim,** v. 17, n.202, p.2-3, out.2009

FAZZIO JR, Waldo. **Corrupção no poder público:** peculato, concussão, corrupção passiva e prevaricação. São Paulo: Atlas, 2002.

FERRAJOLI, Luigi. **Direito e Razão:** teoria do Garantismo Penal. 4. ed. São Paulo: RT, 2014.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais do direito constitucional.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

FILGUEIRAS, Fernando. **Corrupção, democracia e legitimidade**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.

FONSECA, Cibele Benevides Guedes. **Colaboração premiada**. Belo Horizonte: Del Rey, 2017.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Trad.de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. **Conferências de Michel Foucault na PUC-Rio de Janeiro, de 21 a 25 de maio de 1973.** Rio de Janeiro: Nau Ed., 1999.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 5 ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. **A sociedade punitiva:** curso no Collège de France (1972-1973).Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Forense, 2015.

FRANÇA, Phillip Gil. **Controle da administração pública:** combate à corrupção, discricionariedade administrativa e regulação econômica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. **Políticas Públicas:** a responsabilidade do administrador e o ministério público. São Paulo:Max Limonad, 2000.

FURTADO, Lucas Rocha. **As raízes da corrupção no Brasil**: estudos de casos e lições para o futuro. Belo horizonte: Forum, 2015.

GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raul. **Crime organizado:** enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.

_____. **O jogo sujo da corrupção.** Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

GOMES, Romeu. Análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade: 14. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

GRECO FILHO, Vicente. **Comentários à lei de organizações criminosas:** Lei 12.850/13. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. **Dos crimes da lei de licitações – Lei n. 8.666, de 21-6-1993.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

HARBEMAS, Jürgen. **Direito e democracia:** entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **O ocidente dividido:** pequenos escritos políticos X**.** Tradução Bianca Tavolari. São Paulo: EdUnesp, 2016.

HAYASHI, Felipe Eduardo Hideo. **Corrupção:** controle transnacional, compliance e investigação criminal. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2015.

HOBBES, Thomas. **O Medo e a Esperança**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1993.

IHERING, Rudolf Von. **Aluta pelo direito.** Tradução João Vasconcelos. São Paulo: Martin Claret, 2009.

JARDIM, Afrânio Silva. **Direito Processual Penal**. 9.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

JUSTEN, Filho. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos.**11. ed. São Paulo: Dialética, 2005.

LEITE, Inez Ferreira. Arrependido: **A Colaboração do Co-Arguido na Investigação Criminal.** São Paulo:[s.n],2010. Disponível em: <**https://www.researchgate.net/publication/263276818_Arrependido_A_Colaboracao_do_Co-Arguido_na_Investigacao_Criminal**>. Acesso em: 21 ago.2018.

LIMA, Márcio Barra, A colaboração premiada como instrumento constitucionalmente legítimo de auxílio à atividade estatal de persecução criminal. In: CALABRICH, Bruno. FISCHER, Douglas. PELELLA, Eduardo. **Garantismo Penal Integral:** questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil. Salvador: Juspodivm, 2010.

LEITÃO, Christiane do Vale; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. Colaboração Premiada e o Estado Democrático de Direito:novos estudos jurídicos? **Revista novos estudos jurídicos,** v.21, n.3, p.780-803, dez.2016.

LOPES JUNIOR, Aury. **Fundamentos do processo penal:** introdução crítica. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MAIA, Leonardo Dantas. **Delação premiada:** a atuação do Estado e a relevância da voluntariedade do colaborador com a justiça. Curitiba: Juruá, 2017.

MARQUES, Murilo. **Os efeitos da anulação de uma delação premiada.** Disponível em:<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI265143,41046Os+efeitos+da+anulacao+de+uma+delacao+premiada>. Acesso em: 18 set 2017.

MARTINS, José Antônio. **Corrupção.** São Paulo: Globo, 2008.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Curso de Direitos Humanos.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. **Comentários à lei de combate ao crime organizado.** Sao Paulo: Atlas, 2014.

NETO, **Francisco Sannini. Delegado de polícia tem legitimidade para celebrar colaboração premiada.** Disponível em:<http://www.conjur.com.br/2016-mar-04/delegado-legitimidade-celebrar-colaboracao-premiada>. Acesso em: 22 set. 2017.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral.** Tradução de Mário Ferreira dos Santos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

_____. **Ecce homo:** como cheguei a ser o que sou. Tradução Lourival de Queiroz Henkel; introdução de Afonso Bertagnoli. Rio de Janeiro: Nova Fronteiras, 2017.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Organização criminosa:** comentários à Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. [S.l;s.n],2015.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Infrações e sanções administrativas.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

PAGLIARO, Antônio; COSTA JR, Paulo José da. **Dos crimes contra a administração pública.** 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

PAGOTTO, Leopoldo. **Temas de anticorrupção e compliance.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

PEREIRA, Frederico Valdez. **Delação premiada:** legitimidade e procedimento. 3.ed. Curitiba: Juruá, 2016.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional.** São Paulo: Saraiva, 2008.

RODRIGUES, Ricardo de Carvalho. **Humanização das ideias penais.** Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2015.

ROMEIRO, Adriana. **Corrupção e poder no Brasil:** uma história, séculos XVI a XVIII. Belo Horizonte : Autêntica, 2017.

SANCTIS, Fausto Martin de. **Delinquência econômica e financeira:** colarinho Branco, lavagem de dinheiro, mercado de capitais. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Crime organizado e lavagem de dinheiro:** destinação de bens apreendidos, delação premiada e responsabilidade social. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Marcos Paulo Dutra. **Colaboração (delação) Premiada.** 2. ed. Salvador: Jus PODIVM, 2017.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. **A democracia impedida:** o Brasil do século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 6. ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2006.

_____. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.** 10. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SARMENTO, Daniel. **Dignidade da pessoa humana:** conteúdo, trajetórias e metodologia. 2. ed. Belo horizonte, 2016.

SILVA, Eduardo Araújo da. Breves considerações sobre a colaboração processual na Lei nº 10.409/02. **Boletim IBCCRIM,** São Paulo, v.10, n. 121, p. 2-4, dez. 2002.

_____. **Crime organizado:** procedimento probatório. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Organizações criminosas:** aspectos penais e processuais da Lei 12.850/13. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Germano Marques da. Bufos, infiltrados, provocadores e arrependidos: os princípios democrático e da lealdade em processo penal. **Direito e Justiça,** Lisboa, v. 3, n.2, p.27-34, out.1994.

_____. Meios processuais expedidos no combate ao crime organizado: a democracia em perigo? **Direito e Justiça.** Lisboa, v.17, n.5, p.17-31, 2003.

_____. **O princípio acusatório e o devido processo legal.** Porto Alegre: Nuria Fabris, 2010.

SOBRINHO, Mário Sérgio. O crime organizado no Brasil. In: FERNANDES, Antônio Scarance; ALMEIDA, José Raul Gavião; MORAES, Maurício Zanoide de (coord.). **Crime organizado:** aspectos processuais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

SOUZA, Jesse. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: Le Ya, 2015.

SUSINI, Marie-Laure. **Elogio da Corrupção:** os incorruptíveis e seus corruptos. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2010.

STRECK, Lenio luiz. **O que é isso – as garantias processuais penais?** Porto Alegre: Livraria do advogado, 2012.

_____. **O que é isso – o senso incomum?** Porto alegre: Livraria do Advogado, 2017.

TEIXEIRA, Francisco Dias. O Ministério Público e o Poder. **Boletim Científico ESMPU,** Brasília, v.2, n.7, p.11-37, abr./jun. 2003.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **A democracia na América.** 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1977.

TOURINHO, Rita. **Discricionariedade administrativa, ação de improbidade e controle principiológico.** Curitiba: Juruá, 2004.

VANRELL, Jorge Paulete. **Torturas:** sua identificação e valoração médico-legal. São Paulo: Mizuno, 2016.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria da norma jurídica.** 7. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2016.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. **Barganha e justiça criminal negocial:** análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

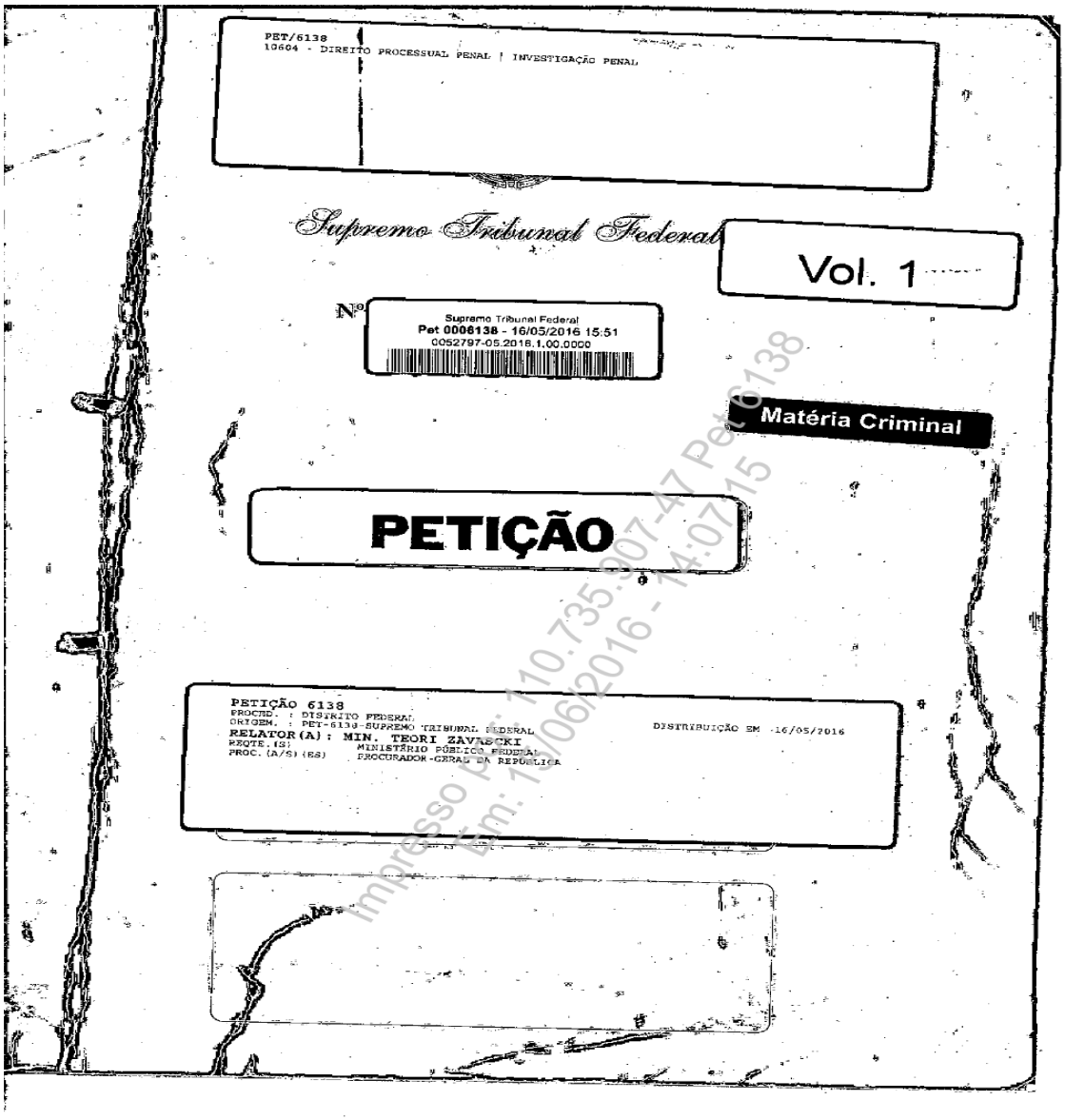
_____. **Colaboração Premiada no Processo Penal.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria.** Tradução André Teles. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ZAFARONI, Eugenio Raúl. **Crime organizado**: uma categoria frustrada. Discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, 1996.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de Acordo de Colaboração Premiada de José Sérgio de Oliveira Machado


PET/6138
10604 - DIREITO PROCESSUAL PENAL / INVESTIGAÇÃO PENAL

Supremo Tribunal Federal

Vol. 1

Nº

Supremo Tribunal Federal
Pet 0006138 - 16/05/2016 15:51
0052797-05.2016.1.00.0000

Matéria Criminal

PETIÇÃO

PETIÇÃO 6138
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
ORIGEM. : PET-6138-SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
RELATOR(A): MIN. TEORI ZAVASCKI
REQTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC. (A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
DISTRIBUIÇÃO EM 16/05/2016

Impresso por: 110.735.907-47 Pet 6138
Em: 14/06/2016 - 14:07:15

02.

Supremo Tribunal Federal
Pet 0006138 - 16/05/2016 15:51
0052797-05.2016.1.00.0000

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria-Geral da República

Nº /2015 – PGR/GTLJ

Distribuição por dependência à Reclamação 17.623/PR e Inquéritos 3989/DF e 4215/DF

Relator: Ministro **Teori Zavascki**

PROCEDIMENTO OCULTO E EM SEGREDO DE JUSTIÇA

Impresso por: 110.235.907-47 Pet 6138
Em: 15/06/2016 14:07:15

PROCESSO PENAL. PROCEDIMENTO SIGILO. REQUERIMENTO INCIDENTAL.
Submissão ao Supremo Tribunal Federal do acordo de colaboração firmado por um dos envolvidos. Análise e requerimento de homologação, nos termos do § 7º do art. 4º da Lei n. 12.850/2013.

O Procurador-Geral da República vem requerer a homologação de acordo de colaboração premiada nos seguintes termos:

I – Síntese dos fatos.

Segue, anexo, acordo de colaboração premiada entre o Procurador-Geral da República e José Sérgio de Oliveira Machado,

03

doravante denominado colaborador. O acordo foi celebrado em três vias, uma mantida em poder do Procurador-Geral da República, outra entregue ao colaborador e a terceira ora enviada ao Supremo Tribunal Federal, para produzir efeitos em processos e procedimentos, já instaurados e por instaurar, integrantes do complexo investigatório cognominado Operação Lava Jato.

Os anexos ao acordo retratam vertentes de colaboração em face de múltiplos titulares de prerrogativa de foro no Supremo Tribunal Federal, nomeadamente o Presidente da República em exercício, Michel Temer, os Senadores Renan Calheiros, Romero Jucá, Jader Barbalho, Edison Lobão e Aécio Neves, os Deputados Federais Heráclito Fortes, Jandira Feghali e Marco Maia, o Governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, bem como de outras pessoas a que não assiste essa prerrogativa, como o ex-Presidente da República José Sarney, o ex-Deputado Federal Edson Santos e o ex-Diretor de Abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa.

Impresso por: 110.735.907-41 Pet 6138
Em: 15/06/2016 - 14:01:15

Seguem, também anexos, treze termos de depoimento do colaborador JOSÉ SERGIO DE OLIVERA MACHADO, um termo de seu filho Daniel Firmeza Machado, um de seu filho Sergio Firmeza Machado e oito de seu filho Expedito Machado da Ponte Neto. A esses termos de depoimento se somam documentos e registros de áudio de conversas gravadas pelo colaborador com os Senadores Renan Calheiros e Romero Jucá e com o ex-Presidente da República José Sarney.

04

Os fatos desdobram-se em múltiplos contextos, vinculados sobretudo à empresa Transpetro S/A, subsidiária integral da Petrobras S/A presidida pelo colaborador de 2003 a 2014; alcançam também, diretamente, ao menos em um dos anexos, a própria Petrobras S/A. Esses contextos incluem a prática de crimes de organização criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva e lavagem de dinheiro, com envolvimento do Vice-Presidente da República, de Senadores e Deputados Federais, bem como de controladores e presidentes de empresas de construção civil e do próprio colaborador, nos seguintes âmbitos temáticos principais: obtenção por empregado público de alto escalão de vantagens indevidas junto a empresas que tinham contratos com empresa estatal federal e repasse de parte da propina para políticos em exercício de mandato eletivo; pormenorização da mecânica de repasse de vantagens indevidas na forma de doações oficiais; funcionamento e *modus operandi* da organização criminosa investigada na Operação Lava Jato e obstrução em curso da Operação Lava Jato.

Impresso por: 10735907417 Pet 6138
Em: 15/06/2016 14:07:13

De todos os contextos fáticos tangenciados pela colaboração premiada em exame, sobressai o tratado no termo de colaboração nº 10, relativo **à obstrução da Operação Lava Jato.** Esse termo, conjugado com as conversas gravadas mantidas com o colaborador nos dias 23 e 24 de fevereiro e 10 e 11 de março com os Senadores Renan Calheiros e Romero Jucá e com o ex-Presidente José Sarney, mostra com nitidez que está em execução um plano, com aspectos táticos e estratégicos, para, no plano judicial, articular atuação com viés político junto ao Supremo Tribunal Federal em as-

pecto específico da Operação Lava Jato e, no plano legislativo, retirar do sistema de justiça criminal os instrumentos que estão na base do êxito do complexo investigatório. Os efeitos desse estratagema estão programados para serem implementados com a assunção da Presidência da República pelo Vice-Presidente Michel Temer e deverão ser sentidos em breve, caso o Poder Judiciário não intervenha.

Impresso por: 110.135.901-47 Pet 6158
Em: 15/06/2016 - 14:07:15

II – Fundamentos.

II.I – Da Competência por Conexão

O eminente Ministro Teori Zavascki é o relator dos inquéritos que correm, no Supremo Tribunal Federal, integrando o complexo investigatório cognominado Operação Lava Jato.

É evidente, por pelo menos quatro fatores, a pertinência a esse complexo investigatório dos fatos abrangidos pela colaboração: (i) a Transpetro S/A é subsidiária integral da Petrobras S/A, e o esquema narrado pelo colaborador é virtualmente idêntico ao que já veio à tona na estatal controladora; o esquema da Transpetro S/A constitui, portanto, óbvio prolongamento do esquema da Petrobras S/A; (ii) ao menos um anexo ao acordo trata de solicitação ao colaborador de que intermediasse vantagem indevida para Paulo Roberto Costa, ex-diretor da Petrobras S/A e réu colaborador na Operação Lava Jato; (iii) o amplo estratagema de obstrução revelado pelo colaborador dirige-se à Operação Lava Jato e (iv) di-

06

versos personagens envolvidos integram a organização criminosa investigada no âmbito da Operação Lava Jato.

Aplica-se, portanto, de forma cristalina, ao quadro fático apresentado e à análise das condutas delitivas descritas, o disposto no art. 76, II e III, do Código de Processo Penal. É patente, ante o que precede, a prevenção do eminente Ministro Teori Zavascki para as investigações cuja instauração está sendo pleiteada, assim como para as medidas cautelares penais correspondentes.

Impresso por: 110.755.007-47 Pet 6138
Em: 13/06/2016 14:07:15

II.II – Da homologação do acordo de colaboração

O acordo de colaboração que é ora submetido ao Supremo Tribunal Federal foi redigido de modo a garantir, da forma mais segura possível, simultaneamente, o interesse público e os direitos do colaborador. Em prol da clareza e da segurança jurídica, o acordo foi feito na forma escrita, explicitando os direitos e os deveres de cada parte. Em todos os atos relativos ao acordo, nos termos da Lei, o colaborador esteve acompanhado de advogados de sua livre eleição.

As cláusulas do acordo submetido à homologação não constituem novidade no direito pátrio. Mais de vinte acordos semelhantes foram celebrados no caso Banestado[1] e mais de trinta na Operação Lava Jato.

1 BALTAZAR JUNIOR, José Paulo; MORO, Sérgio Fernando (org.). *Lavagem de dinheiro. Comentários à lei pelos juízes das varas especializadas em homenagem ao Ministro Gilson Dipp.* Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

07

Ao apreciar cláusula de sigilo em acordo detalhado de colaboração premiada idêntico ao ora submetido à homologação, celebrado naquela oportunidade pelo Ministério Público Federal com colaborador no Caso Bertholdo, ainda que adstrita ao aspecto específico que lhe foi submetido, a Primeira Turma do STF reconheceu a importância do instituto e sua constitucionalidade. Em seu voto, o Ministro Carlos Britto ressaltou, dentro do contexto do direito fundamental à segurança pública, *"como constitucional a lei que trata da delação premiada"*. Em seu entender, ainda, *"o delator, no fundo, a luz da Constituição, é um colaborador da Justiça"* (HC 90.688-5/PR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 12/02/2008, DJE publicado em 25/04/2008).

Impresso por: 110.735.907-17 Pet 6138
Em 15/06/2016 - 14:07:15

Destaca-se, por relevante, que o **presente acordo já foi devidamente adaptado em algumas cláusulas** (especialmente no que tange ao direito a recurso) em razão de glosas parciais no acordo que fora firmado com Paulo Roberto Costa e apresentado a Vossa Excelência anteriormente. Assim, **são garantidos ao réu colaborador todos os recursos possíveis, excepcionados aqueles que forem por ele interpostos *contra* os termos do pacto avençado.**

A homologação do acordo escrito, antes de ser prevista na Lei 12.850/2013, desenvolveu-se como prática judicial vinculada a um sistema de justiça consensual. Enquanto as cláusulas e o conteúdo do acordo são estabelecidos em ajuste de vontades entre as partes envolvidas, incumbe ao Poder Judiciário avaliar a *legalidade* dos ter-

mos do acordo. Essa práxis guarda paralelismo com os institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, regidas pelo princípio do devido processo legal consensual.

Conforme bem reconheceu essa Suprema Corte em numerosos precedentes que desaguaram na Súmula 696, o oferecimento desses benefícios consensuais se inserem no âmbito na análise inicial do Ministério Público. Esse mesmo entendimento também deve ser aplicável a casos de acordo de colaboração. Existindo voluntariedade das partes, o conteúdo das cláusulas pactuadas se insere no âmbito da discricionariedade das partes, resguardados os limites previstos em lei. Pelo acordo, na verdade, o réu não renuncia a direitos constitucionais, tal como o direito ao silêncio, mas, voluntariamente, movido pelo desejo de obter benefícios legais, deixa de exercer esses direitos.

Impresso por: 110.735.907-47 Pet 6168
Em: 15/06/2016-14:01:15

Estabelece a Lei 12.850/2013, em seu art. 4°, §8°, que o acordo não será homologado quando *"não atender aos requisitos legais"*. Compreendendo-se que não há possibilidade de sindicar o ***mérito*** do acordo (salvo, evidente, dos temas relacionados com a legalidade), acorre-se ao magistério de Andrey Borges de Mendonça:

> [...] Antonio Scarance Fernandes, após estudar profundamente as soluções por consenso no processo penal comparado, asseverou que a vinculação do juiz ao acordo das partes é uma tônica das novas legislações europeias. Argumenta-se, como no direito americano, que sem essa vinculação haveria perda de eficiência das soluções consensuais e ninguém se aventuraria a realizar acordos com o MP se o juiz pudesse alterá-los.
>
> Na mesma linha, Eduardo Araújo, ao tratar do acordo que previsse o

perdão, assevera que o magistrado deve ficar vinculado ao acordo. "Do contrário, a noção de processo cooperativo restaria esvaziada e haveria um clima e indesejável insegurança jurídica na aplicação do instituto, pois o Ministério Público não teria como cumprir a sua obrigação no acordo, ante a possibilidade de o juiz não conceder o perdão judicial na sentença". Para o autor, o imprescindível controle judicial ocorrerá quando da homologação do acordo e de seu cumprimento. Mas "uma vez homologado e cumprido o acordo sem revogação ou retratação, não há como o juiz retratar-se na sentença".

A nova Lei indica que o magistrado não pode simplesmente desconsiderar o acordo. Assevera, expressamente, que o juiz apreciará o termo e a sua eficácia. Assim, o que nos parece é que o magistrado deve analisar se o colaborador realmente cumpriu o acordo homologado e, assim, atingiu o resultado a que estaria proposto. A análise da sentença deve ser feita à luz da eficácia da colaboração para a persecução penal. Se o colaborador cumprir totalmente o acordo realizado, prestando colaboração efetiva, o magistrado, em princípio, deve aplicar o benefício que lhe foi proposto, sendo sensível ao acordo realizado e aos interesses em jogo.

(...)

Ressalte-se que essa interpretação não elimina os poderes do juiz, que continua a exercer diversas e relevantes funções. Scarance Fernandes lembra que o magistrado continuará a exercer tríplice função. Será o responsável por analisar a legalidade e voluntariedade do acordo – para identificar se o acusado estava suficientemente esclarecido e agiu de forma voluntária. Poderá, ainda, apreciar o mérito e absolver o acusado ou extinguir a punibilidade, sequer analisando o acordo. Por fim, continuará a ser o responsável por fazer a qualificação jurídica do fato, ao apreciar as circunstâncias apontadas pelas partes para a determinação da pena em concreto. Nesse sentido, a lei aponta que cabe ao magistrado verificar a eficácia do acordo, ou seja, se houve ou não a efetiva contribuição do colaborador para a persecução penal, nos termos. Poderá, portanto, de maneira fundamentada, entender que a contribuição do colaborador em nada contribuiu para a persecução penal ou, ainda, que o colaborador rescindiu o acordo. Porém, reconhecendo que o colaborador contribuiu para a persecução penal, deve assegurar-lhe o benefício proposto. Somente deve negar validade ao acordo se houver rescisão ou ineficácia do acordo.[2]

2 MENDONÇA, Andrey Borges de. A colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). *In:* Custos Legis, Revista Eletrônica do Ministério Público Federal (ISSN 2177-0921), v. 4, 2013, p. 24. Disponível em: <http://www.prrj.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/publica-

10,

No presente caso, **o Ministério Público Federal entende preenchidos *todos* os requisitos legais essenciais (formais e materiais) no acordo firmado,** razão pela qual, com fundamento no art. 4°, § 7°, da Lei n. 12.850, submete ao Supremo Tribunal Federal para a devida homologação, com efeitos *erga omnes*.

II.III – Da cisão parcial da investigação

É incontroversa a permanência dos delatados titulares de prerrogativa de foro sob a competência do Supremo Tribunal Federal, inclusive porque já estão sob investigação em inquéritos encartados na Operação Lava Jato.

Em relação aos envolvidos que não detém a prerrogativa de foro a regra geral impõe que haja cisão com o envio do material probatório para o primeiro grau de jurisdição, salvo se a separação dos envolvidos implique em relevante prejuízo à apuração dos fatos.

Não obstante isso, alguns fatos ilícitos narrados ainda carecem de complementação probatório e análise mais aprofundada para uma aferição mais precisa da necessidade e extensão de eventual cisão.

Impresso por: 130.736.901-47 Pet 6138
Em: 15/06/2016 14:07:15

coes/custos-legis/a-colaboracao-premiada-e-a-nova-lei-do-crime-organizado-lei-12.850-2013/view>. Acesso em: 19 set. 2014.

Por essa razão, o Ministério Público deixa para avaliar e requerer eventual cisão - com o consequente envio ao primeiro grau de parte do acervo probatório trazido na presente colaboração premiada - em momento subsequente à homologação do presente acordo.

Impresso por: 110.735.907-47 Pet 6138
Em: 15/06/2016 - 14:07:15

III - Dos requerimentos

Diante de tudo que foi exposto, o Procurador-Geral da República requer:

a) a autuação do presente requerimento, com os depoimentos e documentos que o instruem, como expediente **"oculto"** e **"em segredo de Justiça"**, com distribuído por conexão, mas sem apensamento;

b) o reconhecimento da conexão do presente acordo de colaboração premiada com o **autos da Reclamação 17.623/PR, Inquérito 3989/DF e Inquérito 4215/DF, nos termos do art. 69, caput, do RISTF e art. 76, I e III do CPP;**

c) a realização de audiência com o colaborador José Sérgio de Oliveira Machado, nos termos do art. 4°, § 7°, da Lei 12.850/2013, com a máxima urgência;

d) nos termos do disposto no art. 4°, § 7° da Lei n. 12.850/2013, **a homologação do acordo de colaboração firmado** com José Sérgio de Oliveira Machado;

12

e) por fim, após a homologação, seja autorizado ao colaborador o imediato início do cumprimento das penalidades impostas no acordo.

Brasília (DF) 12 de maio de 2016.

Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador-Geral da República

MM/SB

Impresso por: 110.735.907-47 Em: 15/06/2016 - 14:07:13

132

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

Impresso por: 110.735.901-47 em: 15/06/2016 - 14:07:15

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo qual neste instrumento atuam os membros do Ministério Público da União que subscrevem, no exercício das atribuições que lhes foram conferidas pela Portaria 132/2016 do Procurador-Geral da República, e **JOSÉ SERGIO DE OLIVEIRA MACHADO, qualificado em instrumento confidencial em anexo**, doravante designado por seu nome completo ou simplesmente COLABORADOR, devidamente assistido por seus advogados constituídos, que, ao final se subscrevem, firmam e formalizam acordo de colaboração premiada nos seguintes termos:

I – BASE JURÍDICA

Cláusula 1ª - O presente acordo funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 4º a 8º da Lei 12.850/2013, nos artigos 13 a 15 da Lei nº 9.807/99, no artigo 1º, §5º, da Lei 9.613/98, no artigo 26 da Convenção de Palermo e no artigo 37 da Convenção de Mérida.

Cláusula 2ª - O presente acordo atende ao interesse público, na medida em que confere efetividade à persecução criminal de outros réus e investigados e amplia e aprofunda investigações de crimes contra a Administração Pública, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra a Ordem Tributária e de lavagem de dinheiro, tanto no âmbito do complexo investigatório cognominado Operação Lava Jato quanto em outros feitos e procedimentos, bem como auxilia na apuração da repercussão desses ilícitos penais nas esferas civil, tributária e administrativa sancionadora.

II – OBJETO

Cláusula 3ª – O COLABORADOR compromete-se a colaborar na elucidação dos fatos em apuração no âmbito do complexo investigatório cognominado Operação Lava Jato, em especial nos

14

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

feitos e procedimentos criminais que já se encontram em tramitação no Supremo Tribunal Federal e na 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR, bem como em quaisquer outros feitos e procedimentos criminais, perante qualquer foro, cujo objeto possa ser, no todo ou em parte, elucidado por sua colaboração.

Cláusula 4ª - Estão abrangidos no presente acordo todos os crimes compreendidos no escopo e no entorno do complexo investigatório cognominado Operação Lava Jato que o COLABORADOR tenha praticado ou para os quais tenha concorrido até a data de sua assinatura, inclusive os que venham a ser apurados e processados em feitos e procedimentos desmembrados e remetidos a órgão judicial diverso do Supremo Tribunal Federal e da 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba, desde que efetivamente narrados no âmbito da colaboração ora entabulada, conforme anexos que compõem e integram o presente acordo, bem como outros declinados nos depoimentos a serem por ele prestados no prazo de 60 (sessenta) dias.

Parágrafo único. São objeto dos anexos que compõem e integram o presente acordo fatos ilícitos que consubstanciam, dentre outros, os seguintes tipos penais: organização criminosa, corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro, fraude a licitação, formação de cartel, falsidade ideológica, crime contra a ordem tributária e evasão de divisas.

Impresso por: 110.735.907-47 Pet 6138
Em 15/06/2016 11:01:15

III - PROPOSTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Cláusula 5ª - Considerados os antecedentes e a personalidade do COLABORADOR, a gravidade e a repercussão social dos fatos por ele praticados, e a utilidade potencial da colaboração por ele prestada, inclusive em face do tempo em que por ele oferecida, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para o recebimento dos benefícios, e desde que efetivamente

152

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

obtidos ao menos um dos resultados previstos nos incisos I, II, III e IV, do art. 4°, da Lei Federal n° 12.850/2013, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL propõe ao COLABORADOR, nos Inquéritos 3.989-STF e 4.215-STF, e, cumulativamente, em qualquer outro feito já instaurado ou que venha a ser instaurado cujo objeto coincida com os fatos revelados por meio da colaboração ora pactuada, na forma da cláusula 4ª, a seguinte premiação legal, desde logo aceita:

Parágrafo 1°. DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE E DE SEU REGIME DE CUMPRIMENTO

a) A condenação à pena máxima de 20 (vinte) anos de reclusão, com a suspensão dos demais feitos e procedimentos criminais na fase em que se encontrem quando atingido esse limite, desde que não haja recurso pendente com o objetivo de redução da pena, somadas para esse fim as penas já aplicadas e as que vierem a ser aplicadas nos processos cobertos pelo *caput* desta cláusula 5ª;

b) independentemente do preenchimento dos critérios dispostos nos artigos 33 a 48 do Código Penal, o cumprimento da pena privativa de liberdade da seguinte forma:

b.I) 2 (dois) anos e 3 (três) meses de reclusão em regime fechado diferenciado, com monitoramento eletrônico individual, disciplinado no Anexo I;

b.II) 9 (nove) meses de reclusão em regime semi-aberto diferenciado, com monitoramento eletrônico individual, disciplinado no Anexo II;

c) Completados 3(três) meses de cumprimento de regime semi-aberto diferenciado, designar-se-á, no máximo em 10 (dez) dias, reunião de avaliação da efetividade da colaboração que tiver sido prestada, podendo o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ouvido o COLABORADOR e sua defesa, representar pela isenção de cumprimento do tempo remanescente, desde que o COLABORADOR tenha (i) prestado depoimentos claros, coerentes e verdadeiros em todas as ocasiões em que for a tanto chamado e (ii) logrado inovar o acervo de aportes de corroboração que fornece com a assinatura do presente termo.

d) Completados os períodos aqui estabelecidos, integralmente ou na forma da alínea "c" deste parágrafo, o MINISTÉRIO PÚBLICO

Impresso por: 110.735.907-47 Em: 15/06/2016 14:07:15

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

FEDERAL considerará exaurido o cumprimento da pena, ressalvado o disposto na Cláusula 6ª.

e) É facultado ao COLABORADOR requerer ao órgão judicial que houver homologado este acordo, desde que o faça em até 30 (trinta) dias contados da homologação, autorização para cumprir antecipadamente a pena privativa de liberdade, desde logo isentando a União de toda e qualquer responsabilidade caso não venha, por qualquer fundamento, a sofrer condenação penal ou, sofrendo, caso as penas privativas de liberdade que lhe forem aplicadas sejam inferiores ao ora pactuado.

f) Com a celebração do acordo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a não postular medida cautelar privativa ou restritiva de liberdade em desfavor do COLABORADOR em qualquer feito ou procedimento abrangido por este acordo, na forma da cláusula 5ª, salvo se houver justa causa para sua rescisão.

Parágrafo 2°. DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS

a) Cumulativamente com a pena privativa de liberdade, nos nove meses em que a estiver cumprindo em regime semi-aberto diferenciado, o COLABORADOR cumprirá pena de prestação de serviços à comunidade, à razão de 8 (oito) horas semanais, na entidade designada pelo juízo federal competente do local de cumprimento da pena, podendo a distribuição das horas fazer-se, dentro de cada semana, por ajuste entre o COLABORADOR e a entidade, sem vinculação a dia semanal certo.

b) O COLABORADOR postulará ao juízo federal competente que o relatório de cumprimento da pena restritiva de direitos esteja à disposição do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL quando da reunião de avaliação de desempenho.

c) A formulação pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL da postulação prevista na alínea "c" do parágrafo 1ª desta Cláusula 5ª, alcança automaticamente, independentemente de expressa inclusão, a pena restritiva de direitos ora pactuada.

d) O exercício, pelo COLABORADOR, da faculdade prevista na alínea "e" do parágrafo 1ª desta Cláusula 5ª alcança automaticamente, independentemente de expressa inclusão, a pena restritiva de direitos ora pactuada.

17c

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Geb. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Parágrafo 3°. DA PENA DE MULTA

a) Nos feitos criminais em que venha a ser condenado, o COLABORADOR poderá ficar sujeito ao pagamento da pena de multa a que se refere o art. 58 do Código Penal, a qual será limitada ao mínimo legal;

b) O COLABORADOR compromete-se ao pagamento de multa compensatória à razão de 80% (oitenta por cento) à União e de 20% (vinte por cento) à PETROBRAS TRANSPORTE S.A. (TRANSPETRO), no valor de R$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), ao qual deverá proceder a partir da homologação do acordo, da seguinte forma:

b.I) R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão ser pagos em até 30 (trinta) dias contados da homologação;

b.II) R$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) deverão ser pagos em até 18 (dezoito) meses contados da homologação, segundo cronograma a ser apresentado pelo COLABORADOR no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do pagamento da primeira parcela, sem atualização se quitados nos primeiros 6 (seis) meses ou com atualização do saldo devedor, retroativamente à data da homologação, pelo IPCA até o décimo-segundo mês e pela SELIC, entre o décimo-segundo mês e o décimo-oitavo mês, pro rata tempore, caso tenha havido pagamento apenas parcial do saldo devedor.

c) Caso a PETROBRAS TRANSPORTE S.A. (TRANSPETRO) se recuse a receber o montante a ela dirigido, ele o reverterá em favor da União.

d) Incumbe ao COLABORADOR obter junto à PETROBRAS TRANSPORTE S.A. (TRANSPETRO) informação adequada sobre o procedimento para efetuar os pagamentos a ela destinados, comprovando-os ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, bem como os efetuados em favor da União, em até cinco dias de sua realização.

d) O COLABORADOR compromete-se a apresentar, com a assinatura deste acordo, relação de seus bens, inclusive os de que tenha efetivo controle mediante interposição de pessoas, que será incorporada ao Anexo IV. Se forem identificados outros bens de que o COLABORADOR tenha efetivo controle, ainda que em nome de interpostas pessoas, sem que ele os tenha relacionado no anexo IV, ou que sejam detidos ou estejam sob o controle de qualquer

Impresso por: 710.735.907-47 Petição 138 Em: 13/06/2016 - 14:00:15

181

VIA ORIGINAL
Márcio Schieffer Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

familiar que subscreva o anexo V, será decretada a respectiva perda em sentença, ou mediante ação declaratória inominada posterior à sentença, a ser proposta perante o órgão judicial competente para a matéria penal ora versada, com direito a contraditório e ampla defesa, sem prejuízo da rescisão do acordo, por fato imputável ao COLABORADOR.

e) O COLABORADOR e qualquer familiar que subscrever o anexo V indicará, em até cinco dias da celebração deste acordo, os bens, dentre os relacionados, que garantirão o pagamento da multa compensatória imposta ao COLABORADOR na alínea "b" do parágrafo 3°, não correndo o prazo para o ajuizamento do pedido de homologação enquanto não o fizerem.

f) Os bens que garantirem o pagamento da multa compensatória poderão ser alienados para fazer frente a ela, devendo a alienação ser comunicada e comprovada ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em até 5 (cinco) dias contados de sua ultimação, e o preço auferido destinar-se integralmente ao pagamento da multa compensatória, até o respectivo montante.

g) O COLABORADOR renuncia em favor das autoridades brasileiras de qualquer quantia no exterior que venha a ser localizada em seu nome e que não tenha sido incluída na relação de bens de que trata a alínea anterior.

Parágrafo 4°. DO TRATAMENTO JURÍDICO DOS FAMILIARES

a) O COLABORADOR compromete-se a obter de qualquer familiar nominado e qualificado no Anexo V, em favor do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, todos os aportes probatórios que estiverem na posse, sob detenção ou ao alcance deles, bem como a apresentá-los para depoimento a quaisquer autoridades brasileiras ou estrangeiras, observado o disposto na cláusula 21ª, sobre os fatos abrangidos por este acordo, aplicando-se à colaboração que vierem a prestar o regime e as disposições pactuados neste acordo, no que não forem modificados por esta cláusula.

b) O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a não oferecer denúncia nem de nenhum modo, ainda que por aditamento ou rerratificação, propor ação penal por fatos contidos no escopo deste acordo em desfavor de qualquer familiar do COLABORADOR que,

Impresso por: 110.265.907-47 Hora: 15/06/2016 11:07:45 Em: 15/06/2016 11:07:45

19 c

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

apresentado por ele ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, subscreva o Anexo V e apresente anexos assinados em até 5 (cinco) dias contados da data da respectiva celebração.

c) O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a (i) requerer ao Supremo Tribunal Federal, quando do pedido de homologação, que confira o mais alto grau de proteção ao nome de qualquer familiar subscritor do anexo V e que mantenha sob sigilo absoluto seus endereços e dados de qualificação; e (ii) adotar as medidas procedimentais possíveis à máxima proteção e sigilo do(s) nome(s), endereço(s) e qualificação(ões) de qualquer familiar subscritor do anexo V.

d) A punibilidade de qualquer familiar do COLABORADOR que subscrever o Anexo V por quaisquer crimes que estejam descritos em quaisquer anexos do presente acordo, incluindo quaisquer anexos acessórios, e lhe possam ser imputados ficará suspensa pela duração do acordo e extinta com a respectiva expiração.

e) Qualquer familiar do COLABORADOR que subscrever o Anexo V concorda em responder, solidariamente, pelo pagamento da multa compensatória imposta ao COLABORADOR na alínea "b" do parágrafo 3º e deve apresentar, em até 10 (dez) dias, a última declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física (IRPF) à Receita Federal, passando os bens nela relacionados, *ipso iure*, a garantir o pagamento da multa compensatória pelo COLABORADOR, salvo no que excederem o saldo do valor da multa compensatória. Fica expressamente excluída da referida obrigação solidária e de tal garantia qualquer outra pena que não seja a multa compensatória estabelecida na alínea "b" do parágrafo 3º.

f) Caso o familiar que subscrever o Anexo V tenha a propriedade ou o efetivo controle, ainda que por interposta pessoa, de bens no exterior não constantes de sua última declaração de ajuste anual do imposto de renda pessoa física (IRPF), deverá relacioná-los em instrumento próprio.

g) A rescisão do acordo por fato imputável ao COLABORADOR acarreta, independentemente de culpa dos familiares, a rescisão das estipulações a estes relativas, porque acessórias.

Impresso por: 110.735.507-47 Em: 15/06/2016 11:07:15 Pedido 6138

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

h) A rescisão de estipulação relativa a algum familiar do COLABORADOR por fato àquele imputável opera apenas em desfavor de quem deu causa à rescisão.

Cláusula 6ª - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requererá a suspensão de feitos e procedimentos instaurados ou por instaurar em desfavor do COLABORADOR por fatos abrangidos neste acordo, bem como do respectivo prazo prescricional, pelo prazo de 10 (dez) anos, uma vez atingido o limite da pena de 20 (vinte) anos de reclusão previsto na cláusula 5ª.

Parágrafo 1°. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos sem a prática de fato imputável ao COLABORADOR que justifique a rescisão deste acordo, voltarão a fluir os prazos prescricionais de todos os feitos e procedimentos suspensos até a extinção da punibilidade, sem a prática de ato processual durante o período em que estiver em curso a contagem do prazo prescricional.

Parágrafo 2°. O Ministério Público Federal poderá, a seu exclusivo critério, uma vez alcançados 15 (quinze) anos do trânsito em julgado da última condenação, reputar não haver interesse em promover novas ações penais em face do COLABORADOR pelos fatos abrangidos neste acordo.

Cláusula 7ª - Ocorrendo violação ou rescisão do acordo imputável ao COLABORADOR, voltarão a correr todos os feitos e procedimentos suspensos em razão do acordo.

Parágrafo único. A qualquer tempo, uma vez rescindido o acordo por fato imputável ao COLABORADOR, o regime da pena regredirá para o regime fixado originalmente em sentença ou decisão de unificação de penas, de acordo com os ditames do art. 33 do Código Penal.

Cláusula 8ª - A qualquer tempo, uma vez rescindido o acordo por fato imputável ao COLABORADOR, todos os benefícios mencionados nas cláusulas 5ª e 6°, assim como os demais previstos no acordo, ficam prejudicados, sem prejuízo da licitude e da admissibilidade das

Impresso por: 110.135.907-47 Em: 15/06/2016 - 14:07:15 Pag:6138

21

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

provas produzidas pelo COLABORADOR, nem da retenção, pela União, dos valores já adimplidos pela multa compensatória ora pactuada.

Cláusula 9ª - Caso o COLABORADOR, por si ou por seu procurador, solicite medidas para garantia da sua segurança ou da segurança da sua família, o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e o juízo ou o tribunal competente adotarão as providências necessárias, que poderão abarcar sua inclusão imediata no programa federal de proteção ao depoente especial, com as garantias previstas nos artigos 8 e 15 da Lei nº 9.807/99.

Parágrafo único. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL avaliará o cabimento e a oportunidade de postular perante o juízo ou tribunal competente, a partir do pedido de homologação deste acordo, as medidas cautelares penais porventura necessárias para resguardar a segurança do COLABORADOR, de seus familiares e procuradores no caso de fatos delituosos descritos nos anexos que estejam em preparação ou execução.

Cláusula 10ª - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, nas ações de improbidade administrativa que propuser em face do COLABORADOR ou suas empresas pelos fatos abrangidos neste acordo de atribuição da Força-Tarefa instituída para atuar na Operação Lava Jato, postulará que a sentença produza efeitos meramente declaratórios, salvo em caso de rescisão.

Parágrafo 1°. Nas ações de improbidade administrativa propostas por outros legitimados em face do COLABORADOR ou suas empresas por fatos abrangidos ou tangenciados neste acordo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ao intervir como fiscal da lei, requererá que a sentença produza efeitos meramente declaratórios, salvo em caso de rescisão, levando este acordo a conhecimento do juízo e do autor da ação.

Parágrafo 2°. Nos inquéritos civis públicos e nas ações de improbidade administrativa já iniciadas pelos MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face do COLABORADOR por fatos abrangidos ou

Impresso por: 110.735.907-17 em 14/06/2016 14:01:13 Ref. Pet 6138

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

tangenciados neste acordo, quando não subscrita a portaria ou a inicial pela força-tarefa instituída na Procuradoria da República no Estado do Paraná para atuar nos feitos e procedimentos encartados na Operação Lava Jato, o presente acordo será levado ao conhecimento do órgão com atribuição legal, para que a ele adira se entender cabível.

Parágrafo 3°. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a empreender gestões junto a qualquer empresa pública, sociedade de economia mista ou ente público legitimado para impor ou postular ressarcimento que tenha iniciado os procedimentos correlatos, se os fatos ensejadores da responsabilidade do COLABORADOR na instância administrativa estiverem abrangidos neste acordo, para que reconheça os valores estipulados neste acordo como satisfativos, no todo ou em parte, de sua pretensão, ou, quando menos, para que compense os valores pagos neste acordo do montante do débito que impute ao COLABORADOR e conceda ao COLABORADOR benefício de ordem em face de outros devedores solidários do mesmo débito.

Cláusula 11ª - As partes somente poderão recorrer da sentença no que toca à fixação da pena, ao regime de seu cumprimento, à pena de multa e à multa compensatória, limitadamente ao que extrapolar os parâmetros do presente acordo. O COLABORADOR também poderá impugnar, em instância originária ou recursal, imputações presentes ou futuras, deduzidas no âmbito dos feitos, ações penais, inquéritos ou procedimentos abrangidos no presente acordo, que excedam o escopo material da colaboração que ele esteja prestando ou venha a prestar e não sejam tangenciados pelos anexos ao presente instrumento, pelos depoimentos por ele prestados ou por documentos ou outros meios de prova abrangidos pela colaboração.

IV - CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Inserido por: 15/06/2016 14:30:15 Pet 6138

23

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Cláusula 12ª - Para que o presente acordo possa produzir os benefícios nele relacionados, especialmente os constantes na cláusula 5ª, a colaboração deve ser voluntária, ampla, efetiva, eficaz e conducente aos seguintes resultados:

a) a identificação dos autores, coautores e partícipes das associações e organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento, notadamente aquelas sob investigação em decorrência da Operação Lava Jato, bem como a identificação e a comprovação das infrações penais por eles praticadas que sejam ou que venham a ser de seu conhecimento, inclusive agentes políticos que tenham praticado ilícitos ou deles participado;

a) a revelação da estrutura hierárquica e a divisão de tarefas das organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento;

a) a recuperação total ou parcial do produto e/ou proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa de que tenha ou venha a ter conhecimento, tanto no Brasil quanto no exterior;

b) a identificação de pessoas físicas e jurídicas utilizadas pelas organizações criminosas supramencionadas para a prática de ilícitos;

c) o fornecimento de documentos e outras provas materiais, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos a este acordo;

Impresso por: 119.735.907-47 Em: 15/06/2016 14:07:53 Pet 6133

Cláusula 13ª - Para tanto, o COLABORADOR obriga-se, sem malícia ou reservas mentais, a:

a) esclarecer cada um dos esquemas criminosos apontados nos diversos anexos deste acordo, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis;

a) falar a verdade incondicionalmente, em todas as investigações, inclusive nos inquéritos policiais e civis, ações civis, processos e procedimentos administrativos da Administração Pública Federal e processos administrativos tributários, além de

24

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

ações penais em que doravante venha a ser chamado a depor na condição de testemunha ou interrogado, nos limites deste acordo;

a) cooperar sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal a qualquer das sedes do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL ou da RECEITA FEDERAL DO BRASIL, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial;

b) entregar todos os documentos, papéis, escritos, fotografias, gravações de sinais de áudio e vídeo, banco de dados, arquivos eletrônicos, etc., de que disponha, quer estejam em seu poder, quer sob a guarda de terceiros, e que possam contribuir, a juízo do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, para a elucidação dos crimes que são objeto da presente colaboração;

c) declinar o nome e todas as informações de contato de quaisquer pessoas de seu relacionamento que tenham a guarda de elementos de informação ou prova que se mostrem, a critério do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, relevantes ou úteis, bem como empreender seus melhores esforços para entrar em contato com cada uma dessas pessoas e obter delas o acesso necessário, comprometendo-se o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, se oportuno e cabível, a abrir tratativas e, conforme o caso, apresentar proposta para a celebração de acordo de colaboração premiada com quaisquer dessas pessoas cuja conduta presente ou pretérita a propósito da guarda do elemento de informação ou prova tido por relevante ou útil possa constituir infração penal;

d) não impugnar, por qualquer meio, o presente acordo de colaboração, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial e resultante de descumprimento do acordo ou da lei pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ou pelo Poder Judiciário;

e) colaborar amplamente com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e com outras autoridades administrativas e judiciárias, inclusive estrangeiras, desde que indicadas pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no que diga respeito aos fatos do presente acordo, observado em relação às autoridades estrangeiras o disposto na cláusula 21;

Impresso por: 710.735.907-47 em: 15/08/2016 - 14:07:15

25c

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

f) afastar-se de suas atividades criminosas, especificamente não vindo mais a contribuir, de qualquer forma, com as atividades das organizações criminosas ora investigadas;

g) comunicar imediatamente o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL caso seja contatado por qualquer coautor ou partícipe dos esquemas criminosos abrangidos pelo presente acordo ou por qualquer integrante das associações ou organizações criminosas acima referidas;

h) entregar, em tempo hábil, extratos ou relatórios de contas controladas por ele, no Brasil ou no exterior, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo, ainda que para tanto necessite da colaboração de terceiros, às suas expensas, observado o disposto na alínea "e"; e

i) informar senhas, *logins*, contas e outros dados necessários para acessar contas de correio eletrônico utilizadas pelo COLABORADOR que tenham sido já identificadas pelo DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL e pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, inclusive fornecendo, quando requerido, autorização para autoridades nacionais ou estrangeiras acessarem essas contas.

Impresso por: 110.735.907-47 Em: 15/06/2016 - 11:07:15 Pág: 1138

Cláusula 14ª - O COLABORADOR autorizará o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ou outros entes administrativos ou órgãos judiciais nacionais ou estrangeiros indicados pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL a terem acesso a todos os dados de sua movimentação financeira no exterior, o que inclui, exemplificativamente, todos os documentos cadastrais, extratos, cartões de assinaturas, dados relativos a cartões de crédito, aplicações e identificação de depositantes e beneficiários de transações financeiras, mesmo que as contas não estejam em seu nome e sim no de pessoas físicas ou jurídicas interpostas ou de estruturas patrimoniais personalizadas, tais como empresas *offshore*, *trusts*, fundações, pessoais, procuradores, comissários ou agentes, ainda que informalmente constituídos, ou ainda familiares, desde que pertinentes ao escopo ou ao entorno do presente acordo.

Parágrafo único - O COLABORADOR assinará termo específico para os fins do *caput*, bem como desde logo renuncia, para a mesma

26L

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

finalidade, ao sigilo deste acordo, limitada a exibição às instituições financeiras relevantes, desde que se comprometam a não dar a conhecimento de terceiros a existência nem a substância deste acordo.

Cláusula 15ª - A enumeração de casos específicos nos quais se reclama a colaboração não tem caráter exaustivo, tendo o COLABORADOR o dever genérico de cooperar com o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e com outras autoridades públicas por este apontadas, para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados com o objeto deste acordo.

Cláusula 16ª - Cada anexo deste acordo, assinado pelas partes, é parte integrante deste instrumento e diz respeito a um fato típico ou a um grupo de fatos típicos em relação ao qual o COLABORADOR prestará depoimento, bem como fornecerá provas em seu poder e indicará diligências que possam ser empregadas para a sua apuração.

Cláusula 17ª - O sigilo estrito deste acordo e dos seus anexos e declarações será mantido até o oferecimento de denúncia, podendo haver publicidade restrita, para a efetividade das investigações e a execução de eventuais medidas cautelares, sempre a juízo do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e do Poder Judiciário, nos termos do enunciado sumular vinculante de nº 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Cláusula 18ª - Os depoimentos colhidos serão registrados em duas vias, das quais não terá cópia o COLABORADOR ou a sua defesa técnica, resguardado o direito de receber, a cada depoimento, atestado de que prestou declarações em determinado dia e horário no interesse de determinada investigação. Após a homologação, o COLABORADOR ou a sua defesa técnica terão acesso à integralidade dos depoimentos por ele prestados, devendo guardar o sigilo sob o material, conforme previsto nas cláusulas de sigilo estabelecidas no presente acordo.

Impresso por: 110.735.907-47 Em: 13/06/2016 14:01:13 6138

27.

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Cláusula 19ª - A defesa desistirá de todos os habeas corpus impetrados e de todos os recursos e impugnações autônomas ajuizados em favor do COLABORADOR no prazo de 48 horas após a assinatura deste acordo, desistindo também do exercício de defesas processuais, inclusive de discussões sobre competência e nulidades.

V – VALIDADE DA PROVA

Cláusula 20ª - A prova obtida mediante o presente acordo, após a devida homologação, será utilizada validamente para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos administrativos criminais, ações penais, ações cíveis, ações de improbidade administrativa e inquéritos civis, podendo ser emprestada também ao Ministério Público dos Estados, à Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Banco Central do Brasil e a outros entes administrativos, para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis e administrativas de índole disciplinar ou sancionatória, mesmo que rescindido este acordo, salvo se essa rescisão se der por descumprimento de exclusiva responsabilidade do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Cláusula 21ª - O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e, no âmbito de suas atribuições, qualquer outro ente administrativo que venha a ter acesso às provas resultantes deste acordo somente prestará cooperação jurídica internacional de qualquer natureza que envolva acesso a qualquer informação ou elemento de prova resultante da colaboração ora pactuada, bem como ao próprio COLABORADOR se a autoridade estrangeira celebrar com o COLABORADOR acordo ou lhe fizer proposta formal de acordo cujo efeito exoneratório seja, no mínimo, equivalente ao do presente acordo.

Parágrafo único. Não obstante o disposto no caput, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL e, no âmbito de suas atribuições, qualquer outro ente administrativo que venha a ter acesso às provas resultantes deste acordo, somente prestará cooperação jurídica internacional se a autoridade estrangeira indicar, fundamentadamente, que seu

Impresso por: 410.435.907-47 Pet 6139
Em: 13/06/2016 14:01:15

281

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

ordenamento jurídico também lhe confere competência sobre os fatos objeto desse acordo.

VI- RENÚNCIA À GARANTIA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO E AO DIREITO AO SILÊNCIO:

Cláusula 22ª - Ao assinar o acordo de colaboração premiada, o COLABORADOR, na presença de seus advogados, ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, a eles renuncia, nos termos do art. 4°, §14°, da Lei n° 12.850/2013, em especial no que tange aos depoimentos que vier a prestar no âmbito da presente colaboração, estando sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade sobre o que vier a lhe ser perguntado.

VII - IMPRESCINDIBILIDADE DA DEFESA TÉCNICA:

Cláusula 23ª - Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pelo COLABORADOR, assistido por seus defensores: Antônio Sérgio A. de Moraes Pitombo, OAB/SP 124.516; Flávia Mortari Lotfi, OAB/SP 246.694, Maria Clara Mendes de Almeida de Souza Martins, OAB/RJ 166.873 e Fernanda Lara Tórtima, OAB/RJ 119.972.

Parágrafo único. Nos termos do art. 4°, § 15°, da Lei 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, o COLABORADOR deverá estar assistido por um dos seus defensores.

VIII - CLÁUSULA DE SIGILO:

Cláusula 24ª - Nos termos dos artigos 5° e 7°, §3°, da Lei n° 12.850/2013, as partes comprometem-se a preservar o sigilo sobre o presente acordo e seus anexos, bem como sobre os depoimentos e as provas obtidos em sua execução, inclusive os áudios fornecidos, o

Impresso por: 110.755.907-47 Pet 6138
em: 15/06/2016 14:01:15

29

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

qual será levantado por ocasião do recebimento ou, a critério do tribunal originariamente competente, para os fins do art. 4°, § 1°, da Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, do oferecimento de denúncia que tenha respaldo no acordo, exclusivamente em relação aos fatos nela contemplados.

Parágrafo 1°. O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL poderá requerer em juízo o levantamento imediato do sigilo sobre o acordo e/ou sobre anexo específico para reforçar, se assim recomendarem as circunstâncias, a segurança do COLABORADOR ou a de seus familiares, abrangidos ou não pelo Parágrafo 4ª da Cláusula 5ª deste acordo, devendo cientificar o COLABORADOR, na pessoa de seus defensores constituídos, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas do ajuizamento do pedido, ou por qualquer fundamento, com a anuência escrita do COLABORADOR e de seus defensores, observado o disposto na Cláusula 17ª acima, em especial quanto à execução de medidas cautelares.

Parágrafo 2°. Na hipótese do Parágrafo 1° da Cláusula 10ª, caso o acordo ainda esteja em sigilo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requererá ao juízo competente a decretação do segredo de justiça, salvo se o COLABORADOR manifestar preferência escrita pela preservação do sigilo deste acordo, não incumbindo ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL cientificá-lo previamente de sua intervenção.

Cláusula 25ª - Após o recebimento ou, a critério do tribunal originariamente competente, para os fins do art. 4°, § 1°, da Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, do oferecimento da denúncia, os acusados incriminados em razão da cooperação do COLABORADOR poderão ter vista deste termo, bem como dos respectivos anexos e depoimentos que tenham embasado a investigação que ensejou a denúncia, mediante autorização judicial, sem prejuízo dos direitos assegurados ao COLABORADOR previstos neste acordo e no art. 5° da Lei n° 12.850/2013.

Parágrafo 1°. Tal vista será concedida apenas e tão-somente às partes e seus procuradores devidamente constituídos.

Impresso por: 110.150.907-47 Em: 15/06/2016 - 15:01:45 Ext 6158

30

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

Parágrafo 2°: Demais anexos, não relacionados com a denúncia, serão mantidos em sigilo enquanto for necessário para a preservação da efetividade das investigações, nos termos do enunciado sumular vinculante de n° 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Parágrafo 3°: O sigilo ora pactuado estende-se ao registro de áudio e vídeo dos depoimentos prestados no bojo do presente acordo, inclusive na fase judicial.

Cláusula 26ª - As partes signatárias comprometem-se a preservar o sigilo do presente acordo e de seus anexos perante qualquer autoridade distinta do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, do PODER JUDICIÁRIO e do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL enquanto o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL entender que a publicidade possa prejudicar a efetividade das investigações.

Cláusula 27ª - Dentre os defensores do COLABORADOR somente terão acesso ao presente acordo e as informações dele decorrentes os advogados signatários do presente termo ou os advogados que forem por estes substabelecidos com esta específica finalidade.

PARTE IX – HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL

Cláusula 28ª - Para ter eficácia, o presente termo de colaboração será levado ao conhecimento do Juízo competente, Supremo Tribunal Federal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste instrumento, para a apreciação dos fatos relatados em função do acordo, juntamente com as declarações do COLABORADOR e de cópia das principais peças da investigação até então existentes nos termos do art. 4ª, §7°, da Lei n° 12.850/2013, para homologação.

Cláusula 29ª - Homologado o acordo perante o juízo competente, valerá em todo foro e instância, independentemente de ratificação.

Impresso por: 410.135.907-47 Pet 6038
Em: 5/6/2016 14:07:15

31

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PARTE X - RESCISÃO

Cláusula 30ª - O acordo perderá efeito, considerando-se rescindido nas seguintes hipóteses:

a) se o colaborador descumprir, sem justificativa, qualquer das cláusulas, parágrafos, alíneas ou itens em relação aos quais se obrigou;

a) se o colaborador sonegar a verdade ou mentir em relação a fatos em apuração, em relação aos quais se obrigou a cooperar, nos termos da Cláusula 13ª deste acordo;

a) se o colaborador vier a recusar-se a prestar qualquer informação de que tenha conhecimento, nos termos da Cláusula 13ª deste acordo;

b) se o colaborador recusar-se a entregar documento ou prova que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, indicar ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido, para a adoção das providências cabíveis;

c) se ficar provado que, após a celebração do acordo, o colaborador sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade;

d) se o COLABORADOR vier a praticar qualquer outro crime doloso da mesma natureza dos fatos em apuração após a homologação judicial do presente acordo;

e) se o COLABORADOR fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça Criminal;

f) se o MPF não pleitear em favor do COLABORADOR os benefícios legais aqui acordados;

g) se o sigilo a respeito deste acordo for quebrado por parte do colaborador, da defesa ou do MPF;

h) se o COLABORADOR, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste acordo;

i) se não forem assegurados ao COLABORADOR os direitos previstos no art. 5° da Lei 12.850/2013;

Impresso por: 10735907747 Pet 6133
Em: 15/06/2016 - 14:07:45

32

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Cláusula 31ª - Em caso de rescisão do acordo por responsabilidade do COLABORADOR, ele perderá automaticamente direito aos benefícios que lhe forem concedidos em virtude da colaboração.

Parágrafo 1° - Se a rescisão for imputável ao MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL ou ao Poder Judiciário, o COLABORADOR poderá, a seu critério, fazer cessar a cooperação, assegurada a manutenção dos benefícios já concedidos e das provas já produzidas.

Parágrafo 2° - Se a rescisão for imputável ao COLABORADOR, ele perderá todos os benefícios concedidos, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que houver apresentado.

Parágrafo 3° - Independentemente da rescisão do presente acordo, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL poderá propor desde logo a respectiva ação penal em face do COLABORADOR por fato criminoso não revelado na forma da cláusula 5°, bem como por fato criminoso superveniente a este acordo, perante o juízo competente.

Parágrafo 4° - O COLABORADOR fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto da colaboração pactuada, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizado pelo crime previsto no art. 19 da Lei 12.850/2013, cuja pena é de reclusão, de 1(um) a 4(quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste acordo.

XI - DURAÇÃO:

Cláusula 32ª - O presente acordo valerá, caso não haja rescisão, até o trânsito em julgado da(s) sentença(s) condenatória(s) relacionadas com os fatos que forem revelados em decorrência dele, já investigados ou a investigar em virtude da colaboração,

Impresso por: A10.135.907.117 Port 6108
Em: 15/06/2016 16:01:01

33

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

inclusive em relação aos processos de terceiros que forem atingidos.

XII – DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO:

Cláusula 33ª - Nos termos do art. 6º, III, da Lei 12.850/2013, o COLABORADOR, assistido por seus defensores, declara a aceitação ao presente acordo de livre e espontânea vontade, e, por estarem concordes, firmam as partes o presente instrumento.

Brasília, 4 de maio de 2016

Marcello Paranhos de Oliveira Miller (MPF/MPU):

Sergio Bruno Cabral Fernandes: (MPDFT/MPU)

José Sergio de Oliveira Machado:

Fernanda Lara Tórtima:

Flavia Mortari Lotfi:

Maria Clara M. de A. de S. Martins:

Impresso por: 110.735.907-47 Em: 15/6/2016 - 14:07:15 Ext: 6138

VIA ORIGINAL
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

34

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

APENSO 1 - REGIME FECHADO DIFERENCIADO

O Ministério Público Federal propõe ao COLABORADOR, em substituição ao regime fechado de que tratam o art. 34 do Código Penal e os arts. 87 a 90 da Lei de Execuções Penais, o regime domiciliar diferenciado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª. O COLABORADOR deverá, pelo prazo pactuado no acordo, a partir de quando o órgão judicial competente autorizar o início de cumprimento da pena, permanecer recolhido em sua residência, situada na Rua Dr. Pedro Sampaio, 180, Bairro de Lourdes, CEP 60177-020, Fortaleza/CE, entendendo-se incluídas no conceito de residência todas as áreas externas do imóvel, dali não se podendo ausentar-se.

Parágrafo 2° O COLABORADOR poderá ausentar-se de sua residência, por seis horas contínuas e não fracionáveis, em oito datas no período de sua reclusão em regime fechado domiciliar, a seguir indicadas: 29/07/2016, 25/12/2016, 25/02/2017, 06/05/2017, 29/07/2017, 14/10/2017, 25/12/2017, 17/02/2018, devendo cientificar ao Juízo e ao Ministério Público Federal, com antecedência mínima de 72 horas, do horário, em cada data, em que fará uso da franquia e podendo solicitar, fundamentadamente e com antecedência mínima de cinco dias úteis, alteração de data.

Parágrafo 3°. Durante o período de recolhimento, caso sobrevenha emergência medica e/ou odontológica a si ou a seu cônjuge, não havendo quem mais possa assisti-los, o COLABORADOR deverá comunicar o fato sumariamente ao Juízo ou ao Ministério Público Federal antes de deixar a residência, salvo impossibilidade absoluta de fazê-lo, caso em que deverá proceder à comunicação tão-logo seja possível, e obter comprovação da emergência, sob pena de prorrogação do regime fechado domiciliar diferenciado por um a seis meses ou de rescisão do acordo, se demonstrada a falsidade da comunicação.

Parágrafo 4° Aplica-se, no que couber, ao COLABORADOR o art. 120 da Lei de Execuções Penais, devendo a autorização ser exarada pelo Juízo.

Cláusula 2ª. Durante o período de cumprimento de pena de que trata este apenso, o COLABORADOR será submetido a vigilância eletrônica pessoal por meio de tornozeleira.

Cláusula 3ª. O COLABORADOR, durante o recolhimento em sua residência, não poderá receber visitas, exceto de seus advogados e de profissionais de saúde para atendimento de urgência, ou para tratamento de moléstia crônica devidamente comprovada, bem como dos familiares e amigos a seguir relacionados:

Impresso por: 10.735.607.411 em 16/06/2016 14:07:15

35

Expedito Machado Filho
Padre Ed Carlos
Iury de Oliveira
Expedito Machado
Sergio Machado
Daniel Machado
Dico Carneiro Neto
Rodrigo Cesar Alves de Souza
Rodrigo Cesar Alves de Souza filho
Walter de Sá Cavalcante Junior
Augusto Kuhlen
Antonio Eugenio Porto
Eugenio Porto
Lucio Carneiro
Francisco de Assis Machado Neto
Lauro Fiuza
José Carlos de Oliveira
Claudio Pires Vaz
Clovis Rolim
Otávio Queiroz
Jorge Machado
Jaime Machado Filho
Sebastiana Hori
Melika Gomes
Bruno Calfat
Francisco Ione Pereira Lima
Waldenio leite

Impresso por: 110.735.907-47 Pet 6138
Em: 10/06/2016 - 14:07:15

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

Parágrafo único. A necessidade de autorização não se estende ao ingresso de prestadores de serviço aos imóveis nos quais o COLABORADOR cumpra a pena, nem a eventuais visitas relacionadas exclusivamente com outros moradores dos imóveis, bastando, com relação a prestadores de serviço, comunicação posterior ao Ministério Público Federal.

Cláusula 4ª. Caso sua genitora venha a sofrer males de saúde que exijam intervenção médica, o COLABORADOR deverá comunicar o Ministério Público Federal, que, demonstrada a necessidade, postulará em juízo a autorização necessária para que o COLABORADOR preste a assistência familiar que lhe incumba, inclusive quanto a providenciar cuidado médico e hospitalar.

Cláusula 5ª. O COLABORADOR adotará sistema de comunicação direta com o Juízo, o Ministério Público Federal e a autoridade policial, podendo valer-se de aplicativo de troca de mensagens instantâneas se todas as partes estiverem de acordo.

Cláusula 6ª. O Juízo e o Ministério Público Federal poderão,

36c

diretamente ou por meio do Departamento de Polícia Federal, fiscalizar *in loco* o cumprimento das condições de que trata este apenso.

Parágrafo único. A fiscalização poderá ocorrer independentemente de prévio aviso no período entre as 6h e as 18h e mediante prévio aviso, sem adentrar o recinto, entre as 18h e as 21h, não podendo ocorrer fora desses períodos.

Cláusula 7ª. Em razão da celebração do acordo de colaboração, e especialmente durante o período de cumprimento da pena, o COLABORADOR obriga-se a colaborar com as medidas preconizadas nos incisos II a VII do art. 3° da Lei 12.850/2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:

COLABORADOR:

ADVOGADO:

VIA ORIGINAL

Márcio Schieffer Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

Impresso por: 700.735.907-47 Perfil: 6 - 1
Em: 15/06/2016 - 14:07:15

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

APENSO 2 - REGIME SEMIABERTO DIFERENCIADO

O Ministério Público Federal propõe ao COLABORADOR, em substituição ao regime semiaberto de que tratam os arts. 34 e 35 do Código Penal e os arts. 91, 92 e 112, c.c. art. 146-B, III e IV, da Lei de Execuções Penais, o regime domiciliar semiaberto diferenciado, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1ª. O COLABORADOR deverá, pelo prazo pactuado no acordo, a partir de quando o órgão judicial competente autorizar o início de cumprimento da pena, permanecer recolhido à noite, em feriados e nos finais de semana em sua residência, situada na Rua Dr. Pedro Sampaio, 180, Bairro de Lourdes, CEP 60177-020, Fortaleza/CE, entendendo-se incluídas no conceito de residência todas as áreas externas do imóvel, no período das 22h às 7h, somente podendo dela se ausentar, no período remanescente, para o exercício de atividade laboral, da qual deverá apresentar comprovação exauriente ao Juízo e ao Ministério Público Federal em até dez dias contados do início do regime, sob pena de ficar adstrito à sua residência até que proceda à comprovação mencionada .

Parágrafo 1°. No período das 8h01m às 19h59m, o COLABORADOR deverá permanecer no local de sede seu exercício laboral, a ser informado com antecedência mínima de cinco dias ao Juízo e ao Ministério Público Federal, podendo efetuar deslocamentos eventuais, para fins laborais, no Município de Fortaleza e na respectiva Região Metropolitana, sem vinculação a endereço determinado.

Parágrafo 2°. O COLABORADOR poderá ausentar-se de sua residência, por seis horas contínuas e não fracionáveis, no horário de recolhimento, em três datas, no período de sua em regime semiaberto domiciliar, a serem indicadas quando iniciado o cumprimento de pena do regime indicado nesse anexo , devendo cientificar ao Juízo e ao Ministério Público Federal, com antecedência mínima de 72 horas, do horário, em cada data, em que fará uso da franquia e podendo solicitar, fundamentadamente e com antecedência mínima de cinco dias úteis, alteração de data.

Cláusula 2°. O COLABORADOR, durante o recolhimento em sua residência, não poderá receber visitas, exceto de seus advogados e de profissionais de saúde, inclusive em caráter não-emergencial, bem como dos familiares e amigos a seguir relacionados:

Parágrafo único. Durante o período de recolhimento, caso sobrevenha emergência médica e/ou odontológica a si, a seu cônjuge ou a seus filhos, não havendo quem mais possa assisti-los, o COLABORADOR deverá comunicar o fato ao Juízo ou ao

Impresso por: 115.735.903-82 em 06/10/2016 14:07:15 - PET 6138

382

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Ministério Público Federal antes de deixar a residência, salvo impossibilidade absoluta de fazê-lo, caso em que deverá proceder à comunicação tão-logo seja possível, e obter comprovação da emergência, sob pena de prorrogação do regime fechado domiciliar diferenciado por um a seis meses ou de rescisão do acordo, se demonstrada a falsidade da comunicação.

Cláusula 3ª. O COLABORADOR, durante o recolhimento em sua residência não poderá receber visitas, exceto de seus advogados, profissionais de saúde, familiares e amigos, a seguir relacionados:

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

Expedito Machado Filho
Padre Ed Carlos
Iury de Oliveira
Expedito Machado
Sergio Machado
Daniel Machado
Dico Carneiro Neto
Rodrigo Cesar Alves de Souza
Rodrigo Cesar Alves de Souza filho
Walter de Sá Cavalcante Junior
Augusto Kuhlen
Antonio Eugenio Porto
Eugenio Porto
Lucio Carneiro
Francisco de Assis Machado Neto
Lauro Fiuza
José Carlos de Oliveira
Claudio Pires Vaz
Clovis Rolim
Otávio Queiroz
Jorge Machado
Jaime Machado Filho
Sebastiana Hori
Melika Gomes
Bruno Calfat
Francisco Ione Pereira Lima
Waldenio leite

Ingresso por: 110.735.907-47 Pet 6.113
Em: 15/06/2016 - 14:07:15

Parágrafo 1°. O COLABORADOR poderá, excepcional e fundamentadamente, receber outras visitas desde que previa e devidamente autorizadas pelo Juízo, ouvido o Ministério Público Federal.

Parágrafo 2°. A necessidade de autorização não se estende ao ingresso de prestadores de serviço aos imóveis nos quais o COLABORADOR cumpra a pena, nem a eventuais visitas relacionadas exclusivamente com outros moradores do imóveis, bastando, com relação a prestadores de serviço, comunicação posterior ao Ministério Público Federal.

VIA ORIGINAL

39

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

Cláusula 4ª. Caso sua genitora venha a sofrer males de saúde que exijam intervenção médica, o COLABORADOR deverá comunicar o Ministério Público Federal, que, demonstrada a necessidade, postulará em juízo a autorização necessária para que o COLABORADOR preste a assistência que lhe incumba, inclusive quanto a providenciar cuidado médico e hospitalar, e para que lhe seja deferido, em caráter excepcional, calendário de visitação condizente com a circunstância.

Cláusula 6ª. O COLABORADOR adotará sistema de comunicação direta com o Juízo, o Ministério Público Federal e a autoridade policial, podendo valer-se de aplicativo de troca de mensagens instantâneas se todas as partes estiverem de acordo.

Cláusula 7ª. O COLABORADOR deverá, trimestralmente, relatar e comprovar atividade profissional, sob pena de ficar adstrito a sua residência

Cláusula 8ª. O Juízo e o Ministério Público Federal poderão, diretamente ou por meio do Departamento de Polícia Federal, fiscalizar *in loco* o cumprimento das condições de que trata este apenso.

Parágrafo único. A fiscalização poderá ocorrer independentemente de prévio aviso no período entre as 6h e as 18h e mediante prévio aviso, sem adentrar o recinto, entre as 18h e as 21h, não podendo ocorrer fora desses períodos.

Cláusula 9ª. Em razão da celebração do acordo de colaboração, e especialmente durante o período de cumprimento da pena, o COLABORADOR obriga-se a colaborar com as medidas preconizadas nos incisos II a VII do art. 3°, da lei 12.850/2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL:

COLABORADOR:

ADVOGADO:

Impresso por: 110.735.994-47 Ret 6138
Em: 15/06/2016 - 14:07:15

402

VIA ORIGINAL

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Auxiliar
Gab. Ministro Teori Zavascki

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

ANEXO V – FAMILIARES

Os familiares abaixo subscritos e qualificados, assistidos por suas advogadas, estão protegidos pelo parágrafo 4º da cláusula 5ª do acordo de colaboração premiada firmado por José Sergio de Oliveira Machado:

1) Daniel Firmeza Machado, brasileiro, casado, economista, portador do documento de identidade n° 8903002017879, expedido pela SSP/CE, inscrito no CPF Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 473.328.163-34, Avenida Senador Virgílio Távora, 150, 7º andar, Meireles, Fortaleza/CE, assistido neste ato pelas advogadas Flavia Mortari Lotfi, OAB/SP 246.645, e Fernanda Lara Tórtima, OAB/RJ 119.972.

Local e data: Rio, 06 de maio de 2016

Assinatura:

2) Sergio Firmeza Machado, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade n° 960024686-83, expedido pela SSP/CE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 492.485.023-34, com endereço na Rua Pequetita, 215, 8º andar, Vila Olímpia, São Paulo/S, Passistido neste ato pelas advogadas Flavia Mortari Lotfi, OAB/SP 246.645, e Fernanda Lara Tórtima, OAB/RJ 119.972

Local e data: Rio de Janeiro, 06 de maio de 2046

Assinatura:

3) Expedito Machado da Ponte Neto, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do documento de identidade n° 93002044927, expedido pela SSP/CE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 625.463.413-91, com endereço na Rua Pequetita, 215, 8º andar, Vila Olímpia, São Paulo/SP, assistido neste ato pelas advogadas Flavia Mortari Lotfi, OAB/SP 246.645, e Fernanda Lara Tórtima, OAB/RJ 119.972

Local e data: Rio de Janeiro, 06 de maio de 2016

Assinatura:

Impresso por: 110.485.907-47 em: 15/06/2016 - 14:07:13

ANEXO B – Acordo de colaboração de Alberto Youssef

Supremo Tribunal Federal

Of. n. 4.394

Brasília, 19 de dezembro de 2014

A Sua Excelência o Senhor
Sérgio Fernando Moro
Juiz Titular da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Petição nº 5244
AUTOR: Ministério Público Federal
PROCURADOR: Procurador-Geral da República

Senhor Juiz,

Encaminho-lhe cópia de decisão proferida nos autos em referência, bem como cópia do "Termo de colaboração premiada" de Alberto Youssef.

Atenciosamente,

Ministro **TEORI ZAVASCKI**
Relator

\rbb

Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

116 f

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

Supremo Tribunal Federal

Petição 5244
RELATOR: MIN. TEORI ZAVASCKI
REQTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

DECISÃO: 1. Trata-se de requerimento, formulado pelo Procurador-Geral da República, de homologação do "Termo de Colaboração Premiada" de fls. 3-19, firmado entre o Ministério Público Federal – MPF e, como colaborador, Alberto Youssef, conforme prevê o § 7º do art. 4º da Lei n. 12.850/2013. Informa o requerente que, a partir de procedimentos investigatórios no âmbito do Inquérito Policial n. 714/2009, foi possível identificar um conjunto de pessoas físicas e jurídicas envolvidas em operações ilícitas, entre as quais as "utilizadas inclusive para lavar dinheiro oriundo de crimes antecedentes praticados em detrimento da PETROBRAS". A primeira fase da investigação propiciou a deflagração da denominada "Operação Lava Jato", em março de 2014, "com a finalidade de apurar a atuação de organizações criminosas responsáveis pela operação de estruturas paralelas ao mercado de câmbio e lavagem de dinheiro, abrangendo um grupo de doleiros com âmbito de atuação nacional e transnacional". Encontram-se atualmente em curso, segundo a petição, mais de duzentos e cinquenta procedimentos investigatórios, no âmbito dos quais foram expedidos mandados de busca e apreensão, de condução coercitivas e prisão, além da decretação do afastamento do sigilo bancário de diversas pessoas físicas e jurídicas. Foram propostas, a partir dessas investigações, doze ações penais. Entre os investigados e acusados, um deles é Alberto Youssef, que, estando preso, concordou em firmar o termo de colaboração ora submetido à homologação judicial, justificando-se a competência originária do Supremo Tribunal Federal para promover a decisão a respeito em face da especial circunstância de que, entre as pessoas indicadas como envolvidas nos delitos objeto da colaboração, figuram autoridades com prerrogativa de foro perante a Suprema Corte.

Para o fim da verificação determinada pelo art. 4º, § 7º, da Lei 12.850/2013, deleguei ao Juiz Márcio Schiefler Fontes, magistrado instrutor convocado para atuar neste Gabinete (art. 3º, III, da Lei 8.038/1990), a oitiva prevista naquele dispositivo, a teor do art. 21-A, § 1º, I, do RISTF. Realizada a audiência determinada, nas dependências do Hospital Santa Cruz, Subseção Judiciária de Curitiba/PR, juntou-se o respectivo termo e mídia digital (fls. 110-

Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

117 f

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

14) em que consta a gravação audiovisual da oitiva do colaborador, na presença de seu defensor.

2. Dos documentos juntados com o pedido é possível constatar que, efetivamente, há elementos indicativos, a partir dos termos do depoimento, de possível envolvimento de várias autoridades detentoras de prerrogativa de foro perante tribunais superiores, inclusive de parlamentares federais, o que atrai a competência do Supremo Tribunal Federal, a teor do art. 102,I, *b*, da Constituição.

3. Afirmada a competência, examino o pedido de homologação. A constitucionalidade da colaboração premiada, instituída no Brasil por norma infraconstitucional na linha das Convenções de Palermo (art. 26) e Mérida (art. 37), ambas já submetidas a procedimento de internalização (Decretos 5.015/2004 e 5.687/2006, respectivamente), encontra-se reconhecida por esta Corte (HC 90688, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 12/02/2008, DJe-074 DIVULG 24-04-2008 PUBLIC 25-04-2008 EMENT VOL-02316-04 PP-00756 RTJ VOL-00205-01 PP-00263 LEXSTF v. 30, n. 358, 2008, p. 389-414) desde antes da entrada em vigor da Lei 12.850/2013, que exige como condição de validade do acordo de colaboração a sua homologação judicial, que é deferida quando atendidos os requisitos de regularidade, legalidade e voluntariedade.

A voluntariedade do acordo foi reafirmada pelo colaborador no depoimento já mencionado, prestado judicialmente na presença e com anuência de seu advogado, conforme demonstra a mídia juntada aos autos. À regularidade da documentação apresentada pelo Ministério Público se soma a legitimidade do procedimento adotado, com especial observância da Lei 12.850/2013. Quanto ao conteúdo das cláusulas acordadas, é certo que não cabe ao Judiciário outro juízo que não o da sua compatibilidade com o sistema normativo. Sob esse aspecto, os termos acordados guardam harmonia, de um modo geral, com a Constituição e as leis, com exceção do compromisso assumido pelo colaborador, constante da Cláusula 10, *k*, exclusivamente no que possa ser interpretado como renúncia, de sua parte, ao pleno exercício, no futuro, do direito fundamental de acesso à Justiça, assegurado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição.

É dizer: não há, na ressalva, nada que possa franquear ao colaborador descumprimento do acordado sem sujeitar-se à perda dos benefícios nele previstos. O contrário, porém, não será verdadeiro: as cláusulas do acordo não podem servir como renúncia, prévia e definitiva, ao pleno exercício de direitos fundamentais.

4. Ante o exposto, HOMOLOGO o "Termo de Colaboração Premiada", de fls. 3-19, com a ressalva acima indicada, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos perante qualquer juízo ou tribunal nacional, nos termos da Lei 12.850/2013. Remeta-se, desde logo, ao juízo da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR e, oportunamente, ao Superior Tribunal de Justiça, cópia da presente decisão, juntamente com cópia do termo de colaboração premiada, apondo-se em cada folha a identificação correspondente, a fim de que seja dado o devido cumprimento, no âmbito de

Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

autuação desses órgãos judiciários, devendo ser por eles observados, no que couber, o regime de sigilo imposto pelo art. 7º da referida Lei 12.850/2013.

Os demais pedidos, formulados em petição própria (v.g., cisão dos expedientes e instauração de procedimentos autônomos), serão examinados em decisão apartada.

Cumpra-se.

Intime-se.

Brasília, 19 de dezembro de 2014.

Ministro **TEORI ZAVASCKI**
Relator

Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ Vara da 13ª VF da Subseção
FORÇA TAREFA "OPERAÇÃO LAVA JATO" Judiciária de Curitiba PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

TERMO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

O **Ministério Público Federal – MPF**, por intermédio dos Procuradores Regionais da República e Procuradores da República abaixo-assinados, em atribuição própria e por delegação do Exmo. Procurador-Geral da República (Portaria PGR/MPF nº 698, de 10 de setembro de 2014), e **ALBERTO YOUSSEF** doravante denominado **COLABORADOR**, atualmente réu nas ações penais 5025687-03.2014.404.7000, 5025699-17.2014.404.7000, 5026212-82.2014.404.7000, 5047229-77.2014.404.7000, 5049898-06.2014.404.7000, 5035110-84.2014.404.7000 e 5035707-53.2014.404.7000, bem como investigado em diversos procedimentos, todos em trâmite perante a 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba, devidamente assistido por seus advogados constituídos, que assinam este instrumento, formalizam acordo de colaboração premiada nos termos:

I – Base Jurídica

Cláusula 1ª. O presente acordo funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição Federal, nos artigos 13 a 15 da Lei n. 9.807/99, no art. 1º, §5º, da Lei 9.613/98, no art. 26 da Convenção de Palermo, no art. 37 da Convenção de Mérida e nos artigos 4º a 8º da Lei 12.850/2013.

Cláusula 2ª. O interesse público é atendido com a presente proposta tendo em vista a necessidade de conferir efetividade à persecução criminal de outros suspeitos e ampliar e aprofundar, em todo o País, as investigações em torno de crimes contra a Administração, contra o Sistema Financeiro Nacional, crimes de lavagem de dinheiro, entre outros, inclusive no que diz respeito à repercussão desses ilícitos penais na esfera cível, administrativa, tributária e disciplinar.

II – Proposta do Ministério Público Federal

Cláusula 3ª. O **COLABORADOR** está sendo processado nos autos 5025687-03.2014.404.7000, 5025699-17.2014.404.7000, 5026212-

Vara da 13ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

82.2014.404.7000, 5047229-77.2014.404.7000, 5049898-06.2014.404.7000, 5035110-84.2014.404.7000 e 5035707-53.2014.404.7000, bem como investigado em diversos procedimentos, todos em trâmite perante a 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba, pela prática de crimes contra o sistema financeiro, crimes de corrupção, crimes de peculato, crimes de lavagem de dinheiro e de organização criminosa, dentre outros, de modo que o objeto do presente acordo abrange tais feitos e aqueles contemplados no acordo anterior.

Cláusula 4ª. Essas apurações estão relacionadas à atuação do **COLABORADOR**, dentre outras atividades criminosas, como instituição financeira paralela, responsável pela evasão de divisas de milhões de reais ao exterior e pela movimentação de valores provenientes de diversos crimes contra a administração pública, sobretudo fraudes em contratações e desvio de recursos em diversos âmbitos e formas, totalizando centenas de milhões de reais, sendo que as vantagens indevidas foram distribuídas entre diversos agentes, públicos e privados, em grande parte ainda não identificados e destinadas, também, à agentes políticos.

Cláusula 5ª. Considerando os antecedentes e a personalidade do **COLABORADOR**, bem como a gravidade dos fatos por ele praticados e a repercussão social do fato criminoso, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para o recebimento dos benefícios e desde que efetivamente sejam obtidos os resultados previstos nos incisos I, II, III e IV, do art. 4º, da Lei Federal nº 12.850/2013, o Ministério Público Federal (MPF) propõe ao acusado, nos feitos acima especificados e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, os seguintes benefícios legais, cumulativamente:

I. a aplicação ao COLABORADOR de penas privativas de liberdade, nos feitos acima especificados e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, as quais depois de unificadas resultem em, no mínimo, 30 (trinta) anos de reclusão;

II. logo após o trânsito em julgado das sentenças condenatórias que somem o montante mínimo de 30 (trinta) anos de prisão a que se refere a alínea anterior, a suspensão em relação exclusivamente ao COLABORADOR de todos os processos e inquéritos policiais em tramitação perante a 13ª Vara Federal Criminal da Subseção Judiciária de Curitiba, assim como daqueles que

Vara da 13ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

serão instaurados, inclusive perante outros juízos, em decorrência dos fatos revelados a partir da presente colaboração, com a respectiva suspensão de todos os prazos prescricionais, por 10 (dez) anos[1];

III. o cumprimento pelo COLABORADOR de pena privativa de liberdade em regime fechado por lapso não superior a 5 (cinco) anos e não inferior a 3 (três) anos, iniciando-se a partir da assinatura do presente acordo e detraindo-se o período já cumprido pelo COLABORADOR a título de prisão provisória após a deflagração da "Operação Lava Jato";

IV. a execução da pena privativa de liberdade em local condizente com a condição de COLABORADOR, especialmente nos termos do art. 15, §§1º e §3º, da Lei 9807/1999, observado-se o disposto no art. 5º da Lei 12.850/2013;

V. após o integral cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado nos termos do inciso III da presente cláusula, a progressão do COLABORADOR diretamente para o regime aberto, mesmo que sem o preenchimento dos requisitos legais, nos termos do art. 4°, §5º, da Lei nº 12.850/2013;

VI. a aplicação da pena de multa a que se refere o art. 58, *caput*, do Código Penal, em seu patamar mínimo, cuja cobrança será realizada pelo Ministério Público Federal nos termos da legislação vigente;

§1º. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos sem a prática de fato pelo COLABORADOR que justifique a rescisão deste acordo, voltarão a fluir os prazos prescricionais de todos os procedimentos suspensos nos termos do inciso II, até a extinção da punibilidade.

§2º. Ocorrendo quebra ou rescisão do acordo imputável ao COLABORADOR, voltarão a fluir todas as ações penais, inquéritos e procedimentos investigatórios suspensos.

§3º. A qualquer tempo, uma vez rescindido o acordo por culpa do COLABORADOR, o regime da pena será regredido para o regime fechado ou semiaberto, de acordo com os ditames do art. 33 do Código Penal, caso em que todos os benefícios concedidos nos termos dessa cláusula, assim como os demais previstos no presente acordo de colaboração, deixarão de ter efeito, sem prejuízo às provas produzidas pelo colaborador.

§4º. Os benefícios previstos na legislação penal, especialmente na Lei de Execução Penal, tais como remição de pena (seja pelo trabalho, frequência

1 Prorrogada a cada seis meses, nos termos da lei, conforme seja necessário para acompanhar a execução do acordo.

Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

escolar ou estudo), suspensão condicional da pena, livramento condicional, saída temporária, anistia e indulto terão como base a pena privativa de liberdade unificada, nos termos do inciso I da presente cláusula;

§5º. O COLABORADOR poderá pleitear ao Juízo competente, ouvido o Ministério Público Federal, a realização de tratamentos ou exames médicos em rede privada, as suas expensas, desde que não disponibilizados na rede pública de saúde e demostrada a essencialidade da medida;

§6º. O COLABORADOR cumprirá imediatamente após a assinatura do presente acordo a pena privativa de liberdade em regime fechado a que se refere o inciso III da presente cláusula.

§7º O montante da pena privativa de liberdade a ser cumprido em regime fechado conforme inciso III da presente cláusula, será determinado de acordo com os resultados advindos da presente colaboração, nos termos dos incisos I, II, III e IV, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, assim como em face dos depoimentos prestados pelo COLABORADOR, indicação de locais, identificação de pessoas físicas e jurídicas, análise de documentos que já estão apreendidos e de documentos e outras provas materiais fornecidas pelo COLABORADOR, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos deste acordo, observando-se o seguinte procedimento;

a) transcorrido no máximo 1 (um) ano da data de assinatura desse acordo, as partes signatárias se reunirão com a finalidade de analisar os resultados advindos da colaboração e, havendo concordância, assinarão relatório conjunto a ser remetido ao Juízo competente, com a indicação exata do prazo de prisão que será cumprido pelo COLABORADOR em regime fechado;

b) não havendo concordância das partes signatárias após a realização da reunião referida na alínea anterior, será realizada nova reunião para tal finalidade no prazo de até 1 (um) ano e 6 (seis) meses da assinatura deste acordo;

c) caso o Ministério Público e a Defesa, mesmo após a realização das reuniões a que se referem as alíneas anteriores, não entrem em consenso sobre o prazo de prisão a ser cumprido pelo COLABORADOR em regime fechado, apresentarão no prazo de 30 (trinta) dias, contados da reunião prevista na alínea "b", relatórios separados ao Juízo competente;

§8º. Os benefícios previstos nessa cláusula, assim como os demais previstos em outros dispositivos do presente acordo de colaboração, não abrangem fatos ilícitos posteriores a 17 de março de 2014.

§9º. Caso o COLABORADOR, por si ou por seu procurador, solicitar

28
Vara da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

medidas para garantia de sua e de sua família, a Polícia Federal, o MPF e o Juízo adotarão as providências necessárias para sua inclusão imediata no programa federal de proteção ao depoente especial, com as garantias dos artigos 8º e 15 da Lei n. 9.807/99.

§10º. Após a homologação judicial desse acordo e a pedido do COLABORADOR, o Ministério Público Federal expedirá certidão atestando a existência da presente colaboração, a qual somente poderá ser por ele utilizada para instruir processos que, não obstante já estejam em curso em seu desfavor, não estão contemplados no acordo ora celebrado.

§11º. O Ministério Público Federal iniciará as tratativas para a realização de acordo de colaboração premiada com Rafael Angulo Lopes, que será efetivado caso presentes os requisitos legais, bem como critérios de conveniência e oportunidade em prol do interesse público.

III – Condições da Proposta

Cláusula 6ª. Para que do acordo proposto pelo MPF possam derivar quaisquer dos benefícios elencados nesse acordo, a colaboração deve ser voluntária, ampla, efetiva e eficaz e conducente:

a) à identificação dos autores, coautores, partícipes das diversas organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento, notadamente aquelas sob investigação em decorrência da "Operação Lava Jato", bem como à identificação e comprovação das infrações penais por eles praticadas, que sejam ou que venham a ser do seu conhecimento, inclusive agentes políticos que tenham praticado ou participado de ilícitos;

b) à revelação da estrutura hierárquica e à divisão de tarefas das organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento;

c) à recuperação total ou parcial do produto e/ou proveito das infrações penais de que tenha ou venha a ter conhecimento, tanto no Brasil, quanto no exterior;

d) à identificação de pessoas físicas e jurídicas utilizadas pelas organizações criminosas supramencionadas para prática de ilícitos;

e) ao fornecimento de documentos e outras provas materiais, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos deste acordo.

§1º. Para tanto, o COLABORADOR se obriga, sem malícia ou reservas mentais, a esclarecer cada um dos esquemas criminosos apontados nos

Vista da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR.
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

diversos anexos deste termo de acordo, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis.

§2º. Cada anexo deste acordo, assinado pelas partes, diz respeito a um fato, ou a um grupo de fatos conexos, em relação ao qual o colaborador prestará seu depoimento pessoal, bem fornecerá provas em seu poder e indicará diligências que possam ser empregadas para sua apuração.

§3º. O sigilo estrito das declarações será mantido enquanto necessário à efetividade das investigações em curso, inclusive quanto ao teor do próprio anexo, a juízo do Ministério Público e do Poder Judiciário, nos termos da súmula vinculante n. 14.

§4º. Os depoimentos colhidos serão registrados em duas vias, das quais não terá cópia o COLABORADOR ou sua defesa técnica, resguardado o direito de receber, a cada depoimento, um termo atestando que prestou declarações em determinado dia e horário no interesse de determinada investigação.

Cláusula 7ª. O COLABORADOR confirma serem de sua propriedade e desde já renuncia em favor da Justiça, de forma irrevogável e irretratável, por se tratarem de produtos e/ou proveitos de crimes, os seguintes bens móveis e imóveis:

a) todos os bens em nome da GFD que estejam administrados pela Web Hotéis Empreendimentos Ltda.,

b) propriedade de 74 unidades autônomas integrantes do Condomínio Hotel Aparecida, bem como do empreendimento Web Hotel Aparecida nele instalado, localizado em Aparecida do Norte-SP[2],

c) 37,23% do imóvel em que se situa o empreendimento Web Hotel Salvador[3].

d) empreendimento Web Hotel Príncipe da Enseada e do respectivo imóvel, localizado em Porto Seguro-BA[4],

e) seis unidades autônomas componentes do Hotel Blue Tree Premiun, localizado em Londrina/PR[5],

f) 34,88% das ações da empresa Hotel Jahu S.A e de parcela ideal do

2 R. Isaac Ferreira Encarnação, nº 523, a 600 metros do Santuário Nacional de Aparecida, maior centro de peregrinação católica do país.
3 Localizado à Rua das Alfazemas, nº 752, Caminho das Árvores, Salvador/BA.
4 Rodovia BR 367, Praia Mutá, município de Porto Seguro/BA.
5 Unidades nº 306, 315, 319, 507, 904 e 1502 do imóvel situado à Rua Juscelino Kubitschek, nº 1356.

Vide 13ª VF/Sec Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

imóvel em que o empreendimento se encontra instalado[6],

g) 50% do terreno formado pelos Lotes 08 e 09, da Quadra F, do Loteamento Granjas Reunidas Ipitanga, situado no município de Lauro de Freitas-BA, com área de 4.800m2, avaliado em R$ 5.300.000,00, bem como do empreendimento que está sendo construído sobre ele, chamado "Dual Medical & Business – Empresarial Odonto Médico",

h) do veículo Volvo XC60, blindado, placas BBB 6244, ano 2011,

i) veículo Mercedes Benz CLS 500, placas BCT 0050, ano 2006,

j) veículo VW Tiguan 2.0 TSI, blindado, placas FLR 4044, ano 2013/2014;

k) imóvel localizado em Camaçari, com área aproximada de 3000m2, cujo contrato se encontra apreendido no bojo da Operação Lava Jato;

§1º. O COLABORADOR se compromete a não questionar judicialmente, impugnar ou de qualquer forma discutir a renúncia e ou destinação dos bens acima, seja em nome próprio ou por intermédio de outras pessoas, inclusive seus familiares.

§2º. Os bens relacionados acima serão alienados judicialmente imediatamente após a homologação do presente acordo, sendo que o COLABORADOR se compromete a se abster de impugnar ou embargar tais alienações de qualquer forma, inclusive por intermédio de seus familiares ou outras pessoas.

§3º. Os veículos mencionados nos incisos "h" e "j", blindados serão depositados judicialmente em nome de [redacted] e [redacted], filhas do COLABORADOR, para que elas possam utilizá-los como medida de segurança durante o período em que o COLABORADOR estiver preso em regime fechado, nos termos da cláusula 5ª, inciso III, do presente acordo, sendo que após a progressão de seu regime de cumprimento de pena, ou desinteresse de uso pelas filhas, tais bens serão objeto de imediata alienação judicial ou destinação para uso pelos órgãos de persecução penal.

§4º. O imóvel formado pelos prédios de sobrado nº 29, 31, 56 e 62, e pelo terreno em que se situava o prédio de nº 58, no Campo de São Cristóvão, no município do Rio de Janeiro/RJ, é destinado, de forma irretratável e irrevogável, pelo COLABORADOR ao juízo a título de multa compensatória pelas infrações penais por ele praticadas, nos seguintes termos:

a) no período em que o COLABORADOR estiver preso em regime fechado,

6 Localizado à Rua Amaral Gurgel, nº 321, município de Jaú/SP.

Vista da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR.
Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

nos termos da cláusula 5ª, inciso III, do presente acordo, tal imóvel permanecerá apreendido, sob a administração do Juízo competente, perante o qual serão depositados todos os alugueres dele decorrentes;

b) findo o período a que se refere a alínea anterior será efetuada avaliação judicial do bem imóvel mencionado, bem como se procederá ao cálculo de todos os bens e valores de origem ilícita que puderam ser recuperados única e exclusivamente em decorrência das informações prestadas pelo COLABORADOR no âmbito do presente acordo, e desde que tais informações já não estejam em poder dos órgãos de persecução penal;

c) do valor do bem, será deduzido 1/50 (um cinquenta avos) do valor consolidado de todos os bens e valores ilícitos recuperados, no Brasil ou no exterior, nos termos da alínea "b";

d) se o montante consolidado de 1/50 (um cinquenta avos) dos valores recuperados a que se refere a alínea anterior for igual ou superior ao valor do imóvel, será dispensada a multa compensatória a que se refere o parágrafo 4º desta cláusula e o COLABORADOR poderá destinar o imóvel referido no §4º às suas filhas.

e) se o montante consolidado de 1/50 (um cinquenta avos) dos valores recuperados referido nas alíneas anteriores for inferior ao valor do imóvel, este será alienado judicialmente, sendo que do valor obtido será deduzido da multa compensatória em favor do COLABORADOR o montante proporcional a recuperação já referido;

f) em caso de rescisão do presente acordo em decorrência de conduta imputada ao COLABORADOR o valor do bem referido no parágrafo 4º, caput, supramencionado, será integralmente destinado ao Juízo a título de multa compensatória, independentemente de quaisquer valores ou bens recuperados em decorrência de informações por ele prestadas.

§5º. Será liberado em favor de [redacted], ex-mulher do COLABORADOR, o imóvel situado na Rua Afonso Bras, 747, 11º Andar, Ap. 101-A, no Bairro Vila Nova, São Paulo/SP, desde que ela renuncie mediante instrumento separado, em 30 (trinta) dias, a qualquer medida impugnativa em relação ao perdimento ou alienação dos bens indicados neste acordo ou qualquer outro bem que venha a ser apreendido como de propriedade do COLABORADOR.

§6º. Será liberado em favor de [redacted], e [redacted], filhas do COLABORADOR, o imóvel situado na Rua Elias César, 155, Ap. 601, em

327
Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Daniel Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

Londrina – PR;

§7º. Os valores obtidos mediante a alienação dos bens cujo perdimento for declarado nos termos desta cláusula será depositado em conta vinculada ao Juízo competente, obedecendo-se aqui o disposto no art. 7º, §1º, da Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12;

§8º. O COLABORADOR atesta que todos os seus bens e valores, em nome próprio ou por intermédio de terceiras pessoas, foram relacionados na presente cláusula ou na última declaração de imposto de renda, de sorte que, se porventura for encontrado algum outro bem ou valor após a assinatura deste termo, o Ministério Público Federal poderá promover a rescisão do acordo por culpa do COLABORADOR, sem prejuízo ao imediato perdimento de todos os bens objeto deste acordo e, inclusive, do(s) novo(s) bem(ns) encontrado(s).

§9º. Na hipótese da existência de bens não declarados ou informados ao Ministério Público nos termos do §7º, o Ministério Público poderá, a seu critério, ao invés de suscitar a rescisão do acordo, promover as ações legais cabíveis, inclusive penais e sem a limitação da cláusula 5ª, incisos I e II, objetivando promover o perdimento dos bens identificados.

Cláusula 8ª. Como condição do acordo, o colaborador se obriga a informar e renunciar, em favor da União, a qualquer direito sobre valores mantidos em contas bancárias e investimentos no Brasil ou no exterior, que sejam identificados em seu nome ou, ainda, em nome de interpostas pessoas, físicas e jurídicas.

Parágrafo único. O COLABORADOR reconhece como sendo seus os R$ 1.893.410,00 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, quatrocentos e dez reais) e U$ 20.000,00 (vinte mil dólares americanos) apreendidos nas dependências da empresa GFD Investimentos Ltda. por ocasião do cumprimento de busca e apreensão no âmbito da "Operação Lava Jato" e os renuncia, de forma irretratável e irrevogável, em favor da Justiça para destinação nos termos do art. 7º, §1º, da Lei nº 9.613/98, com redação dada pela Lei nº 12.683/12;

Cláusula 9ª. O colaborador autorizará em anexo próprio o Ministério Público Federal ou outros órgãos, nacionais ou estrangeiros indicados pelo Ministério Público, a acessarem todos os dados de sua movimentação financeira no exterior, mesmo que as contas não estejam em seu nome (p. ex.,

331

Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

em nome de *offshores* ou interpostas pessoas, inclusive familiares), o que inclui, exemplificativamente, todos os documentos cadastrais, extratos, cartões de assinaturas, dados relativos a cartões de crédito, aplicações e identificação de depositantes e beneficiários de transações financeiras, assinando, desde logo, termo anexo nesse sentido.

Cláusula 10. Nos termos da cláusula 6ª retro, e também como parâmetro para a avaliação dos resultados deste acordo, nos termos da cláusula 5ª, § 6º, o colaborador se obriga, sem malícia ou reservas mentais, a:

a) falar a verdade, incondicionalmente e sob compromisso, em todas as investigações - inclusive nos inquéritos policiais, inquéritos civis e ações cíveis e processos administrativos disciplinares e tributários – e ações penais, em que doravante venha a ser chamado a depor na condição de testemunha ou interrogado, nos limites deste acordo;

b) indicar pessoas que possam prestar depoimento sobre os fatos em investigação, nos limites deste acordo, propiciando as informações necessárias à localização de tais depoentes;

c) cooperar sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal a qualquer das sedes do MPF, da Polícia Federal ou da Receita Federal, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial;

d) entregar todos os documentos, papéis, escritos, fotografias, bancos de dados, arquivos eletrônicos etc., de que disponha, estejam em seu poder ou sob a guarda de terceiros, e que possam contribuir, a juízo do MPF, para a elucidação dos crimes, inclusive e especialmente, os apontamentos contábeis de suas transações financeiras, de pessoas jurídicas interpostas, e de terceiros sob as suas ordens;

e) em caso de recusa do fornecimento de provas pelos terceiros referidos na alínea anterior o COLABORADOR indicará ao Ministério Público a forma de obtê-los;

f) cooperar com o MPF e com outras autoridades públicas por este apontadas para detalhar os crimes de corrupção, peculato, lavagem de capitais, sonegação fiscal, evasão de divisas e outros delitos correlatos a estes;

g) colaborar amplamente com o MPF e com outras autoridades públicas por este apontadas em tudo mais que diga respeito ao caso e aos fatos que o colaborador se compromete a elucidar, inclusive conexos;

h) não impugnar, por qualquer meio, o acordo de colaboração, em

Vara da 13ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial, em função de descumprimento do acordo pelo MPF ou pelo Juízo de homologação;

i) afastar-se de suas atividades criminosas, especificamente não vindo a contribuir, de qualquer forma, com as atividades da organização criminosa investigada;

j) comunicar imediatamente o MPF caso seja contatado por qualquer dos demais integrantes da organização criminosa, por qualquer meio; e

k) a não impugnar sob qualquer hipótese, salvo o descumprimento do acordo pelo MPF ou pelo Juízo, nenhuma das sentenças condenatórias mencionadas na cláusula 5ª, I, deste acordo;

§1º. A enumeração de casos específicos nos quais se reclama a colaboração do acusado não tem caráter exaustivo, tendo ele o dever genérico de cooperar com o MPF e com outras autoridades públicas por este apontadas, para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados ao objeto deste acordo;

§2º. Considerando a relevância da colaboração o Ministério Público Federal poderá requerer ao juiz pela concessão de benefício não presente neste acordo, nos termos do art. 4º, §2º, da Lei 11.850/2013.

Cláusula 11. A defesa desistirá de todos os *habeas corpus* e recursos decorrentes no prazo de 24 horas contados da assinatura deste acordo, encaminhando ao Ministério Público Federal 48 horas os protocolos de desistência.

IV – Validade da Prova

Cláusula 12. A prova obtida mediante a presente avença de colaboração premiada, após devidamente homologada, será utilizada validamente para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos administrativos criminais, ações penais, ações cíveis e de improbidade administrativa e inquéritos civis, podendo ser emprestada também ao Ministério Público dos Estados, à Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Banco Central do Brasil e a outros órgãos, inclusive de países e entidades estrangeiras, para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis, administrativas (inclusive disciplinares),

35

Vira da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

de responsabilidade bem como qualquer outro procedimento público de apuração dos fatos, mesmo que rescindido este acordo, salvo se essa rescisão se der por descumprimento desta avença por exclusiva responsabilidade do Ministério Público Federal.

V – Renúncia à garantia contra a autoincriminação e ao direito ao silêncio

Cláusula 13. Ao assinar o acordo de colaboração premiada, o COLABORADOR, na presença de seus advogados, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, ao qual, nos termos do art. 4º, §14, da Lei 12.850/2013, o COLABORADOR **RENUNCIA**, nos depoimentos em que prestar, ao exercício do direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.

VI – Imprescindibilidade da Defesa Técnica

Cláusula 14. Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pelo COLABORADOR, assistido por seus defensores Dr. ANTÔNIO AUGUSTO FIGUEREDO BASTO (OAB nº 16.950/PR), Dr. LUIS GUSTAVO RODRIGUES FLORES (OAB nº 27.865/PR), Dr. ADRIANO SÉRGIO NUNES BRETAS (OAB n. 38.524/PR) e Dr. TRACY REINALDET (OAB n. 56.300/PR).

Parágrafo único. Nos termos do art. 4º, §15, da Lei 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, o colaborador deverá estar assistido por defensor.

VII – Cláusula de Sigilo

Cláusula 15. Nos termos do art. 7º, §3º, da Lei 12.850/2013, as partes comprometem-se a preservar o sigilo sobre o presente acordo, seus anexos, depoimentos e provas obtidas durante a sua execução, o qual será levantado por ocasião da(s) denúncia(s) e exclusivamente em relação aos fatos nela contemplados.

§1º. O COLABORADOR e seu(s) defensor(es) se comprometem a preservar o sigilo perante qualquer autoridade distinta do Ministério Público, Poder

36

Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR.

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

Judiciário e Polícia Federal responsáveis pela administração do acordo de colaboração, enquanto o Ministério Público entender que a publicidade prejudicará a efetividade das investigações.

§2º. Após o recebimento da denúncia, eventuais acusados incriminados em virtude da cooperação de COLABORADOR poderão ter vista deste termo, mediante autorização judicial, sem prejuízo dos direitos assegurados ao COLABORADOR, nos termos do art. 5º da Lei 12.850/2013, bem como do respectivo anexo e depoimento que tenha embasado a investigação que ensejou a denúncia.

§3º. Os demais Anexos, não relacionados ao feito, serão mantidos em sigilo enquanto for necessário para a preservação do sigilo das investigações, nos termos da Súmula Vinculante 14 do STF.

§4º. Dentre os defensores do COLABORADOR somente terão acesso ao presente acordo e as informações dele decorrentes os advogados signatários ou que forem por estes substabelecidos com esta específica finalidade.

Parte VIII – Delegação do Procurador-Geral da República

Cláusula 16. O Procurador-Geral da República, no caso de haver a indicação nos anexos ou depoimentos prestados pelo COLABORADOR de pessoas com prerrogativa de foro, delegou aos signatários a possibilidade de assinar o presente acordo de colaboração.

Parte IX – Homologação Judicial

Cláusula 17. Para ter eficácia, o presente termo de colaboração será levado ao conhecimento do Juízo competente para a apreciação dos fatos relatados em função do acordo, juntamente com as declarações do colaborador e de cópia das principais peças da investigação até então existentes, nos termos do art. 4º, §7º, da Lei 12.850/2013, para homologação.

Parágrafo único. Homologado o acordo perante o Supremo Tribunal Federal ou o Superior Tribunal de Justiça, valerá em todo foro e instância que lhe seja inferior, restando desnecessária sua homologação perante tais outras instâncias.

37f
Via da 13ª VF da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

Cláusula 18. O Juízo de execução deste acordo será o Juízo de homologação, ou outro por este designado.

Parte X – Rescisão

Cláusula 19. O acordo perderá efeito, considerando-se rescindido:

a) se o colaborador descumprir, sem justificativa, qualquer das cláusulas, sub-cláusulas, alíneas ou itens em relação aos quais se obrigou;

b) se o colaborador sonegar a verdade ou mentir em relação a fatos em apuração, em relação aos quais se obrigou a cooperar;

c) se o colaborador, ressalvada a hipótese prevista na cláusula 15, vier a recusar-se a prestar qualquer informação de que tenha conhecimento;

d) se o colaborador recusar-se a entregar documento ou prova que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, sendo que, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, o COLABORADOR indicará ao Ministério Público a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido, para a adoção das providências cabíveis;

e) se ficar provado que, após a celebração do acordo, o colaborador sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade;

f) se o colaborador vier a praticar qualquer outro crime doloso, após a homologação judicial da avença;

g) se o colaborador fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça Criminal;

h) se o MPF não pleitear em favor do COLABORADOR os benefícios legais aqui acordados;

i) se o sigilo a respeito deste acordo for quebrado por parte do colaborador, da Defesa;

j) se o COLABORADOR, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste acordo ou as sentenças que forem exaradas nos limites deste acordo, inclusive para se atingir o montante de pena previsto na cláusula 5ª, inciso I;

k) se o COLABORADOR não desistir de todos os Habeas Corpus referidos na cláusula 11 deste acordo, no prazo de 24hrs de sua assinatura; e

l) se o COLABORADOR, ou qualquer outra pessoa em seu favor, impugnar ou de qualquer forma embargar a destinação dos bens e valores nos termos

38 f
Via da 13ª Vf da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

previstos na cláusula 7ª deste acordo.

§1º. Não ocasionará rescisão do presente acordo de colaboração a impossibilidade de pagamento pelo COLABORADOR da multa penal prevista na cláusula 5ª, inciso VI.

§2º. A rescisão do acordo será decidida pelo juízo competente, mediante a prévia distribuição de procedimento próprio, notificação das partes e realização de audiência de justificação.

§3º. Da decisão que rejeitar ou determinar a rescisão do acordo caberá recurso.

Cláusula 20. Em caso de rescisão do acordo por responsabilidade do colaborador, este perderá automaticamente direito aos benefícios que lhe forem concedidos em virtude da cooperação com o Ministério Público Federal.

§1º. Se a rescisão for imputável ao MPF ou ao Juízo Federal, o COLABORADOR poderá, a seu critério, cessar a cooperação, com a manutenção dos benefícios já concedidos e provas já produzidas.

§2º. Se a rescisão for imputável ao COLABORADOR, este perderá todos os benefícios concedidos, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que houver apresentado.

§3º. O COLABORADOR fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizado pelo crime previsto no art. 19 da Lei 12.850/2013, cuja pena é de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste acordo.

XI – Duração Temporal

Cláusula 21. O presente acordo valerá, caso não haja rescisão, até o trânsito em julgado da(s) sentença(s) condenatória(s) relacionadas aos fatos que forem revelados em decorrência deste acordo, já investigados ou a investigar em virtude da colaboração, inclusive em relação aos processos de terceiros que forem atingidos.

Ministério Público Federal

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

FORÇA TAREFA "OPERAÇÃO LAVA JATO"

39 Via da 13ª V.F. da Subseção Judiciária de Curitiba/PR

Márcio Schiefler Fontes
Juiz Instrutor
Gab. Ministro Teori Zavascki

XII – Declaração de Aceitação

Cláusula 23. Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei 12.850/2013, o colaborador, assistido por seu(s) defensor(es), declaram a aceitação ao presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente acordo de colaboração premiada.

Curitiba, 24 de setembro de 2014.

Alberto Youssef
Colaborador

Antônio Augusto Figueredo Basto
Advogado OAB nº 16.950/PR

Luis Gustavo Rodrigues Flores
Advogado OAB nº 27.865/PR

Adriano Sergio Nunes Bretas
Advogado OAB nº 38.524/PR

Tracy Reinaldet
Advogado OAB nº 56.300/PR

Deltan Martinazzo Dallagnol
Procurador da República

Douglas Fischer
Procurador Regional da República

Januário Paludo
Procurador da República

Carlos Fernando dos Santos Lima
Procurador Regional da República

Orlando Martello
Procurador Regional da República

Roberson Henrique Pozzobon
Procurador da República

Antônio Carlos Welter
Procurador Regional da República

APÊNDICE C – Modelo de Delação Premiada PF

Supremo Tribunal Federal STF Digital
08/09/2017 17:34 0051622

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
Ed. Sede/PF – SAS - Q. 06 – Lotes: 09/10 – Brasília/DF – CEP: 70037-900
Fones: (61) 2024-8440 – 2024-8502 – Fax: (61) 2024-8449 – E-mail: cgab@dpf.gov.br

Ofício nº 6/2017- PF

PETIÇÃO DIGITALIZADA

Brasília, 8 de setembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor
Ministro MARCO AURÉLIO DE MELLO
Supremo Tribunal Federal
Brasília/DF

Assunto: **Posicionamento da Polícia Federal - Colaboração Premiada.**

Ref.: ADI nº 5508

Anexo: Manifestação Técnica e Modelo de Termo de Colaboração Premiada

Senhor Ministro,

Em atendimento à determinação exarada por Vossa Excelência, encaminho em anexo a manifestação técnica da Polícia Federal, elaborada com a finalidade de fornecer ao juízo a posição da instituição diante da *conveniência de aparelhar o processo com dados pertinentes ao deslinde da ação.*

Como Vossa Excelência poderá observar, o posicionamento da Polícia Federal em relação ao instituto da Colaboração Premiada é lastreado em sua doutrina de tratamento da prova obtida por fontes humanas, a qual não prescinde de processo de validação para sua utilização como prova, o que se dá a partir do cumprimento de um conjunto de técnicas pré-estabelecidas.

Esse entendimento é coerente com a interpretação literal, sistemática e histórica da legislação que trata do tema, pois a Polícia, como órgão precipuamente incumbido do dever de investigar, é o primeiro destinatário das ferramentas de investigação colocadas à disposição pelo legislador. Essa interpretação é mais clara quando se verifica que as demais ferramentas previstas no mesmo capítulo II da lei (infiltração policial, ação controlada, interceptação de comunicações) são inquestionavelmente destinadas à busca da verdade real na atividade de persecução policial.

Com o respeito devido à posição do Ministério Público, a Polícia Federal vê como paradoxal o entendimento desentranhado do Capítulo II da lei, de que a colaboração premiada é

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL
Ed. Sede/PF – SAS - Q. 06 – Lotes: 09/10 – Brasília/DF – CEP: 70037-900
Fones: (61) 2024-8440 – 2024-8502 – Fax: (61) 2024-8449 – E-mail: cgab@dpf.gov.br

um instituto de transação penal. Esse contrassenso se cristaliza ao verificar que o único texto que trata do tema em nossa Constituição Federal é o artigo 98, § 1º, ao estabelecer a possibilidade transação nos crimes de menor potencial ofensivo. Repita-se: menor potencial ofensivo. De outro lado, a Lei nº 12.850/2013 trata daquilo que a sociedade entendeu como uma das condutas mais nocivas e gravosas, que são as ações de organizações criminosas. Assim, a *mens legis* de uma norma que prevê meios de enfrentamento à macrocriminalidade é a de fornecer meios de aprofundamento da investigação e não, ao contrário, criar mecanismos de despenalização, de negociação aberta ou de encerramento da apuração em relação a um ou mais investigados.

Vossa Excelência constatará que, nos acordos firmados pela Polícia Federal, não há intromissão na esfera de atribuições ou competências de qualquer instituição, pois a Polícia Federal apenas utiliza a colaboração do investigado para fomentar a obtenção de provas, no interesse da investigação em curso ou a se iniciar. Assim, cinge-se à lei e à Constituição Federal, não negocia penas, não estabelece condições não previstas na própria norma e atua de forma transparente dentro do devido processo legal, com controle do Ministério Público, do Poder Judiciário e escrutínio da defesa.

Por derradeiro, segue em anexo documento padrão adotado pela Polícia Federal (Termo de Colaboração Premiada), lastreado nos aspectos técnicos ora apresentados e inserido como modelo no Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária (E-POL).

Atenciosamente,

LEANDRO DAIELLO COIMBRA
Delegado de Polícia Federal
Diretor-Geral

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

MANIFESTAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

COLABORAÇÃO PREMIADA

ADI nº 5508

SÍNTESE

A Polícia Federal apresenta aspectos técnicos e jurídicos a respeito do meio de obtenção de prova denominado Colaboração Premiada, expondo suas razões nos pontos de divergência existentes, confrontados com o entendimento do Ministério Público Federal.

Para tanto, apresentará o posicionamento da Polícia Federal e contra-argumentos a algumas das premissas externadas pelo Ministério Público Federal ao longo de seu posicionamento, em especial: a) transmutação de um meio de obtenção de prova em transação penal; b) Mitigação da atuação do Poder Judiciário, colocando-o no papel de mero chancelador de transações penais firmadas pelo MP; c) Atribuição constitucional da Polícia Federal; d) Da busca da verdade real por parte da Polícia Judiciária: dever de apurar infrações penais e não de subsidiar a atuação do Ministério Público; e) Da aplicação do "Dilema do Prisioneiro" nos acordos de colaboração premiada firmados pelo MPF.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

QUADRO SINTÉTICO POSIÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL – COLABORAÇÃO PREMIADA	
NATUREZA	- Ferramenta de investigação (meio de obtenção de prova)
NEGOCIAÇÃO PRÉVIA	- O investigado e/ou seu defensor manifestam a intenção e os pontos de possível colaboração com a investigação em curso. - Agenda-se a data da oitiva e celebração do acordo se constatada a admissibilidade do crime, a pertinência com o devido processo legal existente (inquérito policial) e a possibilidade de atingimento de um ou mais resultados do artigo 4º.
CONDIÇÕES PROPOSTAS	- Dividem-se em condições afetas produção de prova e rotinas operacionais (art. 6, inciso II) e relativas a eventuais medidas de proteção (art. 6, inciso V): a) produção de prova e rotinas operacionais: • Comunicação de situações ou eventos • Entrega de documentos; • Detalhamento de como se dará a colaboração do investigado com o Estado (meios de comunicação; locais de encontro etc.); • Cadeia de custódia dos elementos a serem fornecidos; • Outras, de acordo com o caso concreto. b) medidas de proteção do colaborador: voltadas para garantir a segurança e integridade física do colaborador e familiares: • Programa de proteção a testemunha etc.
DA RECUSA DA COLABORAÇÃO	- Há a possibilidade de recusa: • quando não presentes os requisitos legais; • quando o investigado, na presença de sua defesa, não aceita as condições propostas (art. 6º, inciso II, da lei nº 12850/2013); • não pretende se submeter às rotinas de segurança mínimas necessárias à preservação de sua integridade (art. 6º, inciso V, da lei nº 12850/2013).
FORMALIZAÇÃO	- Baseada na instrumentalidade das formas, conforme modelo pré-definido pela instituição, respeitando estritamente o disposto na legislação vigente, evitando-se burocratização.
FATO	- Específico (relacionado ao devido processo legal); - Vinculado à competência do juízo natural.
INFORMAÇÕES FORNECIDAS	- Devem ser detalhadas, precisas e pertinentes com o devido processo legal. Indicação e/ou fornecimento de lastro; - Necessidade de validação.
BENEFÍCIOS OFERTADOS	- Investigado fica ciente de que os benefícios serão estabelecidos pelo Juiz, com base na efetividade e eficácia da informação no caso concreto, na eventual sentença condenatória.
CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS	- A concessão é baseada na efetividade e voluntariedade; - A mensuração (*quantum*) do benefício será definida pelo juízo competente, na sentença condenatória, de acordo com a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão do fato criminoso e a eficácia da colaboração.
RESULTADO	- Somente poderá ser aferida a eficácia da colaboração ao termino do processo apuratório, dentro do devido processo legal.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

ÍNDICE TEMÁTICO	Fl.
I) DA CONTEXTUALIZAÇÃO	4
II) FINALIDADE – LEI DE COMBATE A ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	4
III) POSIÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL QUANTO AO INSTRUMENTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA	5
A) NO TOCANTE AOS ASPECTOS TÉCNICOS	5
A.1) Introdução	5
A.2) Definição de Colaboração premiada	6
A.3) Origem da Colaboração: fonte humana	8
A.4) Emprego da prova oral - fragilidades	9
A.5) Colaboração Premiada como ferramenta de investigação e a necessidade de processo de validação	12
A.6) Da formalização do Acordo de Colaboração Premiada pela Polícia Federal	14
B) ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA FEDERAL	16
B.1) Introdução	16
B.2) Da origem e da destinação da ferramenta de investigação colaboração premiada	17
IV) DA PRETENDIDA INDISPENSABILIDADE DE CONCORDÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM COLABORAÇÕES ESTABELECIDAS COM A POLÍCIA	20
V) POSIÇÃO DO MPF - O PARADOXO DA TRANSAÇÃO PENAL	21
VI) PREMISSAS APRESENTADAS PELO MPF NA PRESENTE AÇÃO E EM OUTROS FEITOS	26
A) Premissas	26
B) Colaboração Premiada x Dilema do Prisioneiro	28
VII) DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS DO MPF	29
VIII) CONCLUSÃO	30

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

I) DA CONTEXTUALIZAÇÃO

O Ministério Público Federal, por sua Procuradoria-Geral da República, ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5508-DF, em face de artigos da Lei nº12850/2013, aduzindo a impossibilidade de o delegado de polícia utilizar um dos instrumentos de obtenção de prova previstos na combatida lei, a colaboração premiada.

Diante da "*conveniência de aparelhar o processo com dados pertinentes ao deslinde da ação*", determinou o Excelentíssimo Senhor Ministro Relator que a Polícia Federal prestasse informações a respeito do procedimento adotado pela instituição para formalização de colaborações premiadas.

II) FINALIDADE DO INSTRUMENTO – LEI DE COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

O Estado brasileiro identificou que a atuação de organizações criminosas é tema merecedor de tratamento distinto na repressão ao que se convencionou chamar de criminalidade comum, razão pela qual prevê mecanismos eficientes e eficazes de abordagem à macrocriminalidade.

Na linha do chamado princípio da proibição da infraproteção, o legislador elaborou, entre outros instrumentos legais, a Lei nº 12850/2013, que definiu organização criminosa e dispôs sobre "*a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal*". Observa-se que esse cabeçalho da lei, definindo sua proposição, é a razão de ser da norma editada, norteando sua interpretação sistemática, à luz da Constituição Federal.

O legislador pretende com isso afirmar que o Estado, para repressão a associações criminosas complexas, necessita de ferramentas especiais de enfrentamento. Algumas dessas ferramentas somente podem ser utilizadas com autorização, acompanhamento e controle judicial, como é o caso da colaboração premiada, da ação controlada, da infiltração policial e da interceptação de comunicações, justamente por invadirem gravemente a esfera íntima das pessoas investigadas.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

Significa, portanto, que o Estado previu que, para crimes com grande lesividade social e significativo potencial ofensivo, seria justificável utilizar o que há de mais intrusivo na vida do cidadão alcançado por uma investigação, apresentando ferramentas aptas a serem empregadas sob controle judicial, no interesse da apuração.

Desse modo, de acordo com o artigo 4º da Lei nº 12850/2013, tanto a polícia, quanto o Ministério Público podem realizar o acordo de colaboração premiada. O modelo preconizado pela Polícia Federal é estritamente lastreado no que está descrito na legislação: utilizar a Colaboração Premiada dentro do contexto previsto no Capítulo II do texto da Lei nº 12850/2013, isto é, tratá-la como uma ferramenta de investigação e um meio de obtenção de prova, observando-se, assim, o que é preconizado na Constituição Federal.

III) POSIÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL QUANTO AO INSTRUMENTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA

A) NO TOCANTE AOS ASPECTOS TÉCNICOS

A.1) Introdução

No âmbito da Polícia Federal, a Colaboração Premiada é tida como uma técnica de investigação – leia-se: meio de obtenção de prova – que segue doutrina específica, afeta ao tratamento das fontes humanas no interesse de investigações policiais, pois os dados apresentados na colaboração premiada fornecem elementos para a linha de investigação adotada, influindo no juízo de valor dos atores envolvidos no sistema de justiça criminal.

Por se tratar de prova obtida de um ser humano, agregam-se todas as naturais dificuldades, especificidades e vulnerabilidades inerentes a esse tipo de elemento probatório, tornando-se imprescindível a realização de uma etapa de autenticação das informações repassadas pela pessoa que se coloca na posição de colaborador. Tal prática é necessária para evitar que os órgãos de persecução (Polícia Judiciária, Ministério Público), em um primeiro momento, e o próprio juízo e a defesa –

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

na sequência – não sejam induzidos a erro ou desviados do curso normal da apuração, situação esta que pode ser de interesse de um investigado mal intencionado.

A.2) Definição de Colaboração premiada

Com base na doutrina da Polícia Federal de obtenção de dados por meio de Fontes Humanas e na própria lei que apresenta o instituto, pode-se sinteticamente definir que a Colaboração Premiada é, para a Polícia Federal:

> *Meio de obtenção de prova, por meio de fonte humana que cometeu ato criminoso e que, com a confissão hiperqualificada, auxiliará o Estado na desestruturação de organização criminosa e poderá, ao término do devido processo legal, receber um dos benefícios estabelecidos na lei, caso efetiva e voluntária a colaboração, com aplicação e mensuração que serão definidas pelo juízo competente, de acordo com a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão do fato criminoso e a eficácia dessa colaboração*[1].

Essa definição parte de uma regra basilar de interpretação legislativa: não há, nas normas, palavra inútil. Desse modo, observa-se que o legislador foi sábio ao empregar as palavras "efetividade[2]" e "eficácia[3]" em momentos distintos do texto.

O vernáculo "efetividade" possui significação jurídica específica, conforme define o dicionário Michaelis[4]: "*caráter ou qualidade de um ato processual que apresenta os efeitos desejados por ter sido plenamente cumprido ou executado*", ou "*capacidade de concretizar-se em efeitos reais*", ou "*qualidade do que resulta em*

[1] RIBEIRO, Denisse D. R.. **Notas de aula.** Curso de Ferramentas de Combate de Desvios de Recursos Públicos. Academia Nacional de Polícia. Polícia Federal. 2017.

[2] O artigo 4º estabelece que o "*O juiz poderá, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 (dois terços) a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo*". Grifo não original.

[3] O mesmo artigo, em seu §1º, atesta que "*em qualquer caso, a concessão do benefício levará em conta a personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração*" Grifo não original.

[4] Disponível em < http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=&t=&palavra=efetividade>. Acesso em 03 de agosto de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

algum fim utilizável". Ou seja: efetividade está ligada justamente à plausibilidade de que as informações trazidas pelo colaborador sejam verdadeiras, com possibilidade de se concretizarem.

Portanto, caso haja voluntariedade e efetividade, isto é, o juízo verifique que os dados trazidos pelo colaborador se revestiram de credibilidade e viabilizaram a busca da verdade real, poderá vir a beneficiar o investigado, na eventual sentença condenatória.

Já a medida desse benefício está ligada à mensuração da pena do colaborador, caso ele venha a ser condenado ao fim do devido processo legal, perante o juízo natural. A aplicação do benefício, portanto, será medida a partir da avaliação, pelo Estado-Juiz, da "*personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do fato criminoso e a eficácia da colaboração*".

O mesmo dicionário traz a definição de eficácia[5]: "*qualidade do que produz o resultado esperado*". Isso quer dizer que não basta o colaborador trazer informação verdadeira aos autos (efetividade), pois isso apenas significa que ele poderá ser beneficiado de alguma forma, ao final, pelo juízo. O *quantum* do benefício será definido pelo magistrado de acordo com o atingimento de ao menos um dos resultados exigidos no artigo 4º. Ou seja: essa aferição é material.

Não poderia ser diferente. Como exemplo: se um integrante de organização criminosa violenta se dispõe a colaborar com o Estado, mas relata tardiamente a identificação do local de cativeiro de uma vítima de sequestro, ele poderá ser beneficiado (efetividade e voluntariedade). Porém, se a vítima é encontrada morta, provavelmente receberá o benefício mínimo previsto na legislação, diante do não atingimento do resultado (eficácia).

[5] Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=efic%C3%A1cia>. Acesso em 3 de agosto de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

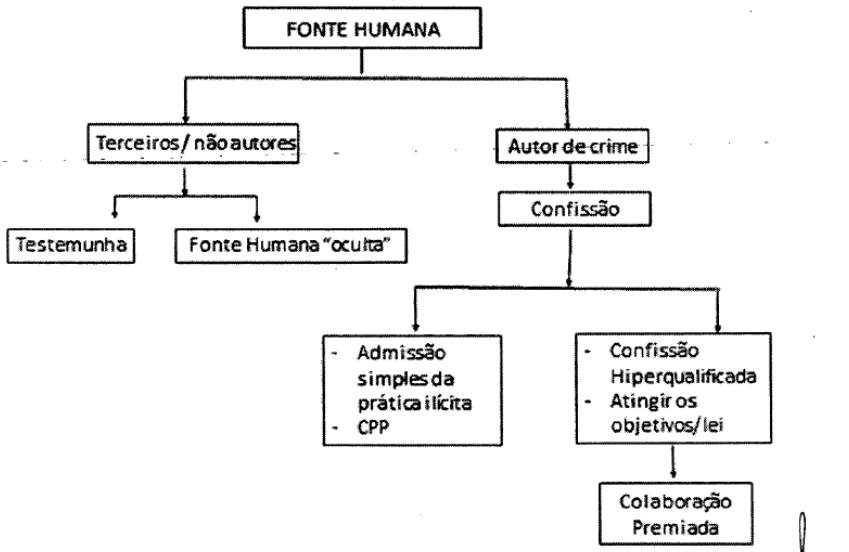
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

A.3) Origem da Colaboração: fonte humana

Para correto entendimento do posicionamento da PF quanto ao instrumento previsto na legislação, necessário que se compreenda a origem da atividade de obtenção de prova oriunda do ser humano.

Independentemente do fato de a pessoa fornecedora de dados ao Estado atuar informalmente (disque-denúncia, p.ex.) ou vir a ser trazida aos autos de uma investigação ou ação penal como testemunha, investigada ou ré, a gênese dessa contribuição é a mesma: prova originada do ser humano.

Desse modo, a separação apresentada abaixo se presta tão somente a fins didáticos, para demonstrar que as várias possibilidades de obtenção de prova emanadas de fonte humana têm origem nesse mesmo "DNA" e, por conseguinte, possuem os mesmos critérios de aferição, as mesmas vulnerabilidades e fragilidades e demandam atenção especial do Estado para que o direito de terceiros não seja prejudicado por um tratamento inadequado do material obtido ou por avaliação equivocada da competência e da motivação da pessoa que fornece o dado.



8

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

A.4) O emprego da prova oral – fragilidades

O zelo da Polícia Federal no tratamento com fontes humanas é fundamentado. Durante longo período a instituição policial se esforçou para prestigiar a prova técnica, obtida com emprego de métodos transparentes, sob fiscalização e acompanhamento de órgãos de controle internos e externos, do Poder Judiciário e da defesa.

Isso foi feito porque a falibilidade do ser humano em fornecer dados é inegável. Ao relatar um fato, a pessoa que vem aos autos (investigado, testemunha ou colaborador) traz consigo preconceitos, interesses, percepções, estados emocionais alterados ou mesmo deficiências cognitivas que deturpam não só a evocação das memórias, mas também a descrição de fatos relevantes.

> Uma das técnicas mais antigas na atividade policial é a que trata do emprego de fonte humana para extração de dados de interesse, empregados na construção de um conhecimento. Na investigação criminal há uma natural restrição no emprego dessa técnica, justificada principalmente na falibilidade do ser humano, principalmente nas ações de observar, entender, absorver e perceber um fato, bem como na capacidade de descrever, relatar, reconstruir o que viu, entendeu ou percebeu. Por esse motivo, embora não se desconsidere a importância do uso desse meio de obtenção de prova, há sobreposição de cuidados no emprego de fontes humanas na apuração de um fato delituoso, especialmente porque a fonte utiliza suas memórias para trazer um fato à apreciação de sua importância para uma apuração criminal.
>
> Ivan Izquierdo (2011:11) define memória como a "*aquisição, formação, conservação e evocação de informações*", acrescentando que cada um desses processos segue um fluxo específico no nosso cérebro. Sem ingressar aqui em questões científicas – e em resumo – pode-se afirmar que tanto o processo de absorção da realidade pela pessoa, transformando uma ocorrência ("*realidade de experiências*") em uma respectiva memória, quanto os processos de formação e, particularmente, a evocação dessa memória (a tentativa de trazer a memória à tona), podem sofrer interferências. Elas podem ser tanto físicas (decorrentes de traumas, má formação de parte do cérebro, *v.g.*), quanto de ordem diversa, que causam impacto de forma

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

temporária ou permanente nesses processos, como a idade da fonte, seu estado emocional, sua saúde, o consumo recente ou o abuso de álcool ou drogas, qualidade do sono *etc.* Agrega-se outro fator: a possibilidade de evocação de "*memórias falsas*", pois "*um advogado astuto pode introduzir mudanças no material evocado através das palavras usadas na própria interrogação*". Em síntese, há risco no aproveitamento dos dados fornecidos por uma fonte humana conhecedora de um fato criminoso, seja porque ela entendeu ou percebeu o fato de maneira equivocada e assim ela o registrou; ou porque ela o entendeu corretamente, mas o consolidou em sua memória de maneira equivocada ou trazendo suas impressões erradas ou preconceitos; ou a evocou em circunstâncias, modo ou em tempo inapropriados à correta descrição de um evento delituoso.

Por essas vulnerabilidades, historicamente a polícia tenta avançar na investigação buscando preencher a hipótese criminal com o emprego de técnicas que tragam fatos confirmadores da realidade, procurando aproximar essa pressuposição da verdade real. Embora não se possa descartar a prova oriunda de fonte humana, impõe-se a cautela na identificação de pessoas com potencial para contribuir com a investigação (recrutamento), prudência na coleta e registro dos dados dessa fonte (obtenção) e o correto emprego de técnicas na confrontação dos dados fornecidos com o conjunto probatório já amealhado (processo de validação)[6]. (Grifo não original)

Acresça-se a esse cenário o fato de que a tarefa de obtenção de dados de uma fonte humana é técnica. Um interrogador ou entrevistador habilidoso pode extrair uma afirmação não verdadeira de uma pessoa fragilizada ou amedrontada; bem como um criminoso profissional pode levar um investigador inexperiente a acreditar em sua inocência ou, da mesma forma – a partir da percepção do interesse do interrogador – um investigado ardiloso pode levar a investigação a caminhos tortuosos com o fornecimento de dados falsos, mas revestidos de camadas de verdade.

"Um criminoso profissional ou um terrorista motivado pode possuir mais treinamento e experiência do que o próprio interrogador. Assim, a cada

[6] SILVA, Élzio V.. **Operações Especiais de Polícia Judiciária** e Ruptura de Planos de Ataque Terrorista. Editora Novo Século. 2017. No prelo.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

> pergunta formulada, o criminoso adquire mais dados a respeito do nível de conhecimento que o Estado possui a respeito do grupo investigado. [...] resultado indesejado é o investigado fornecer informações falsas com camadas de fatos verdadeiros, ou simplesmente criar versões a partir dos dados apresentados pelo próprio interrogador, aqui denominado efeito *Big Data*: a cada pergunta formulada, o investigado entende o escopo da apuração, identifica as lacunas da investigação e os pontos de interesse do interrogador e adquire mais conhecimento para ludibriar o Estado ou para levá-lo a caminhos de seu interesse, no fornecimento de respostas que se mostram, na aparência apenas, coerentes e convergentes com a investigação em curso"[7]. (grifo não original)

Por esse motivo, a PF dedica parte do curso de formação de seus policiais ao conhecimento dessas técnicas, bem como promove capacitações continuadas. Essa qualificação prossegue em diversas oportunidades, na medida em que se identificam policiais com perfil e atitude para emprego isento desses instrumentos de obtenção de prova[8].

Toda essa preocupação com a prova oral tem lastro: há atualmente na PF, em andamento, aproximadamente 2200 inquéritos policiais que apuram o crime de falso testemunho, já tendo sido instaurados, desde 2009 mais de 6600 inquéritos policias para apurar esse tipo de delito. Esse dado demonstra que as testemunhas, mesmo cientes de que há determinação legal de se falar a verdade, sob as penas da lei, em diversos casos mentem, omitem ou deturpam a verdade.

Por isso que o próprio legislador foi sábio ao preconizar o benefício para o colaborador em duas análises distintas: se o que ele diz é verdade; e se a verdade que é dita atinge ao objetivo do Estado. Essa aferição, portanto, exige da Polícia o emprego de diversas outras técnicas de investigação, durante o processo de validação.

[7] Cf. SILVA, Élzio V.. Op. Cit.

[8] Como exemplos, a Academia Nacional de Polícia ministra diversos cursos afetos à área, tais como o Curso de Técnicas de Gestão de Fontes Humanas, que possui carga de 80 horas/aula; ou o Curso de Técnicas de Entrevista, que possui 32 horas/aula.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

A.5) Colaboração Premiada como ferramenta de investigação e a necessidade de validação

A PF adota um procedimento denominado validação, voltado à aferição da motivação e da competência da fonte humana (pretenso colaborador) e da confiabilidade e da acurácia do dado fornecido pela fonte. Esse processo se destina também a verificar a pertinência do dado fornecido com a investigação em curso (devido processo legal), uma vez que apenas o investigador com conhecimento da apuração – e o juízo, em um segundo momento – têm conhecimento mínimo necessário para extração dos dados de interesse.

Para a Polícia Federal, a validação é:

> *"Um processo de confronto dos dados repassados, com escopo de atribuir sentido, com base no conjunto de indícios obtidos durante a investigação. Utiliza obrigatoriamente outras técnicas como forma de demonstrar coerência e acurácia do dado, bem como corroborar a hipótese criminal estabelecida"*[9].

Assim, a Polícia Federal, ao obter dados de investigado que pretende colaborar com o Estado, realiza o chamado processo de validação dos dados repassados, com o objetivo de verificar a plausibilidade dos elementos fornecidos e sua mínima convergência com o foco da apuração.

Tal processo tem o objetivo de atribuir sentido aos dados diante do conjunto de indícios obtidos na investigação já existente, voltadas tão somente à demonstração de coerência e acurácia do dado, bem como à probabilidade de corroboração da hipótese criminal estabelecida, evitando-se, assim, tumultuar o processo que se encontra em andamento ou mesmo iniciar uma investigação com base em simples menção a pessoas ou com informações inverídicas, que não se sustentariam por meio de diligências superficiais.

Isso é feito porque a Polícia Federal trata os dados de uma colaboração como elementos ainda embrionários, que devem ser confrontados diretamente com

[9] RIBEIRO, Denisse D. R.. **Notas de aula.** Curso de Ferramentas de Combate de Desvios de Recursos Públicos. Academia Nacional de Polícia. Polícia Federal. 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

outros elementos de prova, a fim de verificar: a) a motivação da fonte para colaborar; b) a competência do colaborador para acessar os dados que diz deter; c) a acurácia e confiabilidade dos dados repassados; e d) a credibilidade.

Busca-se a presença de plausibilidade dos dados alegados por meio da análise dos seguintes tópicos:

COMPETÊNCIA E MOTIVAÇÃO	ACURÁCIA E CONFIABILIDADE	CREDIBILIDADE
O colaborador, por qualquer meio, possui acesso ao círculo de convivência das pessoas ou eventos mencionados em sua colaboração? Os vínculos noticiados pelo colaborador podem ser confirmados? Qual é a motivação do colaborador?	Os dados se referem a eventos específicos e pertinentes ao inquérito em curso? Alguma referência fornecida pelo colaborador já foi atestada por outros meios de prova? Os dados apresentados permitem, em tese, o atingimento de um ou mais resultados previstos no artigo 4º, I a V, da Lei nº 12850/2013?	Há convergência entre a competência do colaborador e a acurácia dos dados fornecidos? Há pertinência entre a confissão de fatos criminosos pelo colaborador com os dados apresentados e os demais contidos no inquérito policial?

Não se discute, no momento da homologação, o mérito dos dados fornecidos pelo pretenso colaborador e nem se o investigado, que se apresenta disposto a colaborar com a investigação, deve ou não ser beneficiado, uma vez que tal aferição será realizada pelo juízo competente em eventual sentença condenatória.

A Polícia Federal, portanto, pretende apenas que, com a devida homologação judicial, seja autorizada a agregar as informações prestadas pelo colaborador e outras que forem apresentadas e tenham pertinência com o foco inicial à investigação em curso, permitindo assim a continuidade da apuração e a busca da verdade real dos fatos.

Partindo desse raciocínio, percebe-se que o tratamento dado à ferramenta de obtenção de prova (colaboração premiada) não se dá de forma descontextualizada da investigação técnica propriamente dita. Não pode o instrumento

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

ser utilizado como mecanismo de supressão da fase de investigação, que é inerente a toda persecução penal, seja a fase policial, seja a perseguição da verdade em juízo.

Por esse motivo, como se verá adiante, a PF entende que a colaboração premiada não é um instrumento despenalizante ou de interrupção da apuração no interesse de um investigado (vide mais a respeito no tópico afeto ao paradoxo da transação penal)

A.6) Da formalização do Acordo de Colaboração Premiada pela Polícia Federal

A formalização das colaborações premiadas firmadas pela PF se baseia na instrumentalidade das formas, respeitando estritamente o disposto na legislação vigente, evitando-se, assim, uma burocratização excessiva do mencionado meio de obtenção de prova.

Para a Polícia Federal, quando um investigado traz a notícia de crime, identificando-se já preenchidas – ainda que em análise superficial pelo Estado – as condições previstas na lei (admissibilidade de cometimento de crime; existência ou instauração de devido processo legal pertinente aos fatos; e possibilidade de obtenção de um ou mais dos resultados exigidos no artigo 4º da lei nº 12850/2013, a chamada confissão hiperqualificada), torna-se necessário que tal pretensão seja levada ao conhecimento do Estado-Juiz, resguardando a transparência e a possibilidade de o investigado vir a obter benefício no futuro, em caso de sentença condenatória.

Para tanto, serão inseridos no termo de colaboração os dados exigidos pelo artigo 6º da lei, com especial preocupação quanto às condições que serão impostas ao investigado, para que labore ao lado da Polícia Federal, auxiliando o Estado para atingimento dos resultados previstos no artigo 4º, I a V, da lei. Tais condições variam de caso a caso, considerando a especificidade da organização criminosa investigada. Como exemplo, um integrante de grupo criminoso violento pode necessitar de tratamento distinto nos contatos que tiver com a polícia (comunicar tempestivamente encontro com integrante da organização; cumprimento de determinadas rotinas; definição de modo e lugar em que será realizado o contato do investigador com o colaborador; estabelecimento de mecanismos seguros de repasse de informações, rotinas operacionais

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

etc.), proporcionando a transparência e assegurando a cadeia de custódia dos elementos a serem fornecidos no transcorrer da investigação.

Apesar de repercutirem na segurança do colaborador, essas condições estabelecidas não se confundem com as medidas específicas definidas no termo, afetas à proteção do colaborador e sua família (artigo 6º, inciso V, da lei: inserção do investigado ou familiares em programa de proteção, *v.g.*), uma vez que sua integridade física se torna vulnerável a partir do momento em que externa a intenção de se colocar na posição de colaborador.

A não aderência a essas condições pode não só fulminar os objetivos da colaboração, mas também expor a integridade física e a segurança do investigado que pretende trabalhar com o Estado.

Há a possibilidade de recusa, portanto, da formalização da colaboração premiada pela Polícia Federal, tanto quando não identificados os requisitos legais, bem como quando o investigado, na presença de sua defesa, não aceita as condições propostas (art. 6º, inciso II, da lei nº 12850/2013) ou não pretende se submeter às rotinas de segurança mínimas necessárias à preservação de sua integridade (art. 6º, inciso V, da lei nº 12850/2013).

No mesmo sentido, uma vez homologado o acordo, havendo descumprimento das condições, elas serão comunicadas ao juízo com a finalidade de subsidiá-lo na aferição permanente da efetividade e voluntariedade do investigado, e na possibilidade de não atingimento de resultados previstos (eficácia). Essa abordagem é necessária, uma vez que mesmo um colaborador descumpridor das condições operacionais pode já ter contribuído eficazmente para alcançar um dos objetivos da investigação, respeitando-se o princípio da instrumentalidade das formas, sob o crivo do Poder Judiciário.

Em caso de retratação, o investigado colaborador poderá ser beneficiado a critério do juízo, em eventual sentença condenatória, na medida da eficácia dos dados repassados até o momento dessa manifestação pelo investigado e seu defensor.

Em anexo, apresenta-se documento padrão adotado pela Polícia Federal (Termo de Colaboração Premiada), lastreado nos aspectos técnicos ora expostos e

15

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

inserido como modelo no Sistema de Gestão da Atividade de Polícia Judiciária (E-POL).

B) ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DA POLÍCIA FEDERAL

B.1) Introdução

A Constituição Federal de 1988 incumbiu a diversos órgãos deveres para fortalecimento e conservação do então recém-criado Estado Democrático de Direito. Nesse cenário, a Polícia Federal recebeu diversas atribuições no artigo 144, § 1º, entre elas o dever de apurar infrações penais e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Por se tratar de uma carta democrática, promulgada após diversos anos de regime autoritário, foi decorrência natural que a CF/88 não autorizasse "poderes" aos órgãos do Estado, mas sim poderes-deveres, os quais deveriam sempre ser exercidos no âmbito das atribuições constitucionais, complementados pela legislação infraconstitucional, mas jamais exercer os seus "poderes" como opções ou conveniências.

Significa dizer que a CF/88 não atribui a qualquer órgão o poder de agir se quiser ou se julgar conveniente, mas o dever de agir nas situações contempladas nas atribuições e competências de cada órgão ali previsto.

Para cumprimento de seu dever constitucional, a Polícia Federal se baseia na imposição da Constituição Federal, nas leis existentes e em sua própria doutrina de atuação, pautada por critérios técnicos-científicos-policiais que a colocam em posição de respeitabilidade e reconhecimento entre diversas forças policiais do mundo.

Uma observação: à polícia, não cabe atuar sob orientação ou no interesse de uma das partes do processo penal (MP ou defesa). À polícia, cabe a perseguição da verdade real do fato e suas circunstâncias ("*apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais*", art. 1º, Lei nº 12830/2013), ainda que essa verdade seja a inexistência do fato, a presença de causas excludentes da culpabilidade ou tipicidade, ou a comprovação da inocência de um investigado. Assim,

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

todas as provas produzidas poderão ser utilizadas tanto pela acusação, como pela defesa, sendo essa a razão de existir da investigação policial.

Nesse cenário, e em virtude do fim recente de uma ditadura militar, a CF/88 elegeu como uma das atribuições mais nobres do MP a titularidade da ação penal e o exercício do controle externo, cunhado especialmente porque o constituinte entendia que a proximidade do Estado com o agente criminoso (tarefa eminentemente policial) possibilitava o cometimento de abusos, irregularidades *etc*. Para garantir os direitos do cidadão, dotou o Ministério Público de prerrogativas para livre exercício da espinhosa missão de controlar externamente a atividade investigativa da polícia. Veja: externamente.

B.2) Da origem e da destinação da ferramenta de investigação colaboração premiada

A divergência de entendimento e de atuação entre a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, aqui tratada sem crítica pré-concebida à correção ou à definição de qual seria o melhor entendimento, gira em torna da natureza da colaboração premiada.

Ao se fazer uma rápida análise do contexto da lei, bem como ao realizar a interpretação literal, sistêmica e etimológica do seu conteúdo, é possível verificar que a Lei 12850/2013 foi concebida com o escopo de fortalecer o Estado-investigador no combate aos crimes cometidos por organizações criminosas e não em fortalecer apenas aspectos processuais, despenalizantes, ou de economia processual no ciclo da persecução criminal.

Sendo a Polícia a única instituição que possui como função principal o dever de investigar, ela deverá ser a primeira instituição prestigiada por todas as ferramentas de investigação legais e constitucionais para combater de forma eficiente e eficaz organizações criminosas.

Nesse sentido, retirar da polícia a possiblidade de utilizar de forma oportuna e célere o meio de obtenção de prova intitulado de colaboração premiada é, na

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

verdade, enfraquecer todo o sistema de persecução criminal, violando o princípio da proibição da proteção deficiente.

A discrepância de entendimento entre a Polícia e o MP, quanto à colaboração premiada, está no fato de que o MP atua importando modelos que (ainda) não estariam amparados em nosso ordenamento jurídico (como exemplo: o americano[10], de plena negociação do órgão acusador com o investigado e sua defesa; ou o italiano, em que o MP é uma magistratura), estabelecendo antecipadamente as penas, condições de cumprimento, multas, em contrapartida à delação de fatos, pessoas e circunstâncias, entendendo que o Poder Judiciário não poderia sequer interferir profundamente nesse tipo de contrato, sob pena de ter minadas suas possibilidades de negociação da colaboração com qualquer investigado.

Trata a colaboração, portanto, como uma negociação em que há fornecimento da prova em si, abreviando garantias fundamentais em prol da obtenção mais rápida de um resultado que favoreça o sistema punitivo, realizando um atalho entre o fato e a condenação.

Na aplicação desse modelo, uma única instituição (o MP) deteria todos os papéis do sistema de persecução criminal, atuando como investigador (obtenção de material destinado a provar determinado fato), como acusador (titular da ação penal) e julgador (estabelecendo penas e multas vinculantes do juízo), desequilibrando a balança da paridade de armas[11].

A plena negociação (transação penal) parte do princípio de que o que é dito pelo colaborador é presumivelmente verdadeiro e legítimo. Um subproduto negativo dessa forma de agir é a possibilidade de o pretenso colaborador se beneficiar antecipadamente de cláusulas estabelecidas no contrato (modificação de foro; detração penal antecipada pela modificação do modo de cumprimento de sua prisão preventiva para domiciliar, p.ex.), ainda que fornecendo elementos já existentes na investigação, falsos, ou ocultando dados de relevo.

---

[10] Sobre o *plea bargain*, leia http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,delacao-premiada-e-plea-bargain-agreement,10000015508

[11] Essa posição é defendida explicitamente no corpo da manifestação da PGR, quando afirma que o MP é o titular da *persecução* criminal – e não da ação penal – e titular do *jus puniendi*.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

Nesse caso, somente ao final o magistrado poderia corrigir o equívoco, muito embora o dano já tivesse sido causado: cumprimento de parte da pena em regime inadequado (domiciliar em detrimento do fechado, p.ex.), ou mesmo modificação da competência julgadora a outro foro apenas por menção, na colaboração, a pessoa com foro por prerrogativa de função. Em síntese: pode ser interessante para determinado investigado não colaborar de fato, mas mentir ou omitir a verdade.

Um exemplo desse entendimento: um preso preventivo, ao assinar um "*contrato de colaboração*" (leia-se: transação penal) com o MP, contemplando determinados benefícios antecipados, sairia automaticamente do estabelecimento prisional para o regime domiciliar[12], sem a respectiva sentença condenatória. Caso se comprove, ao final de um prazo médio de tramitação do processo de três anos, que ele mentiu em sua colaboração e o juízo aplique uma elevada pena de 18 anos de reclusão, o investigado já teria cumprido, em casa, um sexto da pena que deveria ter se iniciado no regime fechado. Ou seja, sua condenação em regime fechado já começaria com prazo para obtenção da progressão de regime para o semi-aberto.

A PF entende que a colaboração prevista na Lei nº 12850/2013, portanto, é apenas uma técnica operacional destinada a acelerar os caminhos da investigação policial, permitindo que o Estado poupe meios e aja de forma menos intrusiva na vida dos cidadãos, utilizando com mais precisão, por exemplo, outras técnicas mais agressivas, como a interceptação de comunicações ou a infiltração de policiais na organização criminosa, primando pela aplicação do princípio da proporcionalidade.

Esse catalisador da apuração – após manifestação do MP e homologação pelo Poder Judiciário – precisa ser ratificado por outros elementos objetivos obtidos no curso da investigação. Essa ratificação recebe o nome de "validação".

Significa dizer que o juízo, ao homologar, não ingressará no mérito da colaboração (que é, ali, apenas uma intenção), pois os dados lançados nesse momento preambular deverão ser submetidos ao escrutínio da investigação e do mencionado processo de validação.

[12] Como exemplo dessa medida, vide acordo amplamente divulgado nos meios de comunicação: Caso Delcídio do Amaral. Disponível em <http://media.folha.uol.com.br/poder/2016/03/15/peca_2_pet_5952.pdf>.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

Para a PF, após a homologação do acordo e do processo de apuração da verdade (obtenção de provas), apenas o magistrado que atua no feito poderá aquilatar a real efetividade e eficácia da colaboração prestada pelo investigado/réu, bem como o atingimento dos demais requisitos previstos nos incisos I a V do artigo 4º da mesma lei e o consequente impacto dessa pretensa colaboração na pena a ser aplicada em caso de eventual condenação.

Outro aspecto não menos relevante se refere ao ambiente em que deve ser obtida a colaboração: todas as investigações policiais realizadas pela Polícia Federal são obrigatoriamente realizadas dentro do devido processo legal (no âmbito da PF, um Inquérito Policial), sob permanente acompanhamento da corregedoria da própria PF, do Poder Judiciário, do Ministério Público e da defesa.

IV) DA PRETENDIDA INDISPENSABILIDADE DE CONCORDÂNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO EM COLABORAÇÕES ESTABELECIDAS COM A POLÍCIA

Em contradição ao pedido de declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos legais que permitiriam a utilização do instrumento de colaboração premiada pela Polícia Federal, o Ministério Público Federal argumenta que, "*caso ocorra qualquer divergência entre delegado e membro do MP em relação ao acordo ou a seus termos, a posição do Ministério Público terá natureza vinculativa*".

O que está implícito nessa proposição é o que se explicita ao longo da leitura da peça inaugural: que o Poder Judiciário estaria adstrito ao papel de mero homologador dos acordos firmados pelo MP.

Diferentemente do exposto pelo MP, a Polícia Federal entende que as bases legais existentes no ordenamento jurídico brasileiro, quando interpretados harmonicamente, de forma literal, teleológica e sistemática, atestam que cabe exclusivamente ao Poder Judiciário decidir sobre a aplicação, dosimetria e condições da pena, incidindo o Direito no caso concreto – leia-se: exercendo sua jurisdição.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

A colaboração premiada é parte do devido processo legal penal e não um fim em si, de cognição não exauriente pelo Juízo. Sendo assim, não cabe a exclusão ou mitigação do papel do Poder Judiciário no transcorrer do processo de colaboração premiada.

Caso fosse possível adotar o modelo vinculativo pretendido pelo MPF, o Poder Judiciário não poderia decretar prisões preventivas, deferir buscas e apreensões ou mesmo determinar a interceptação de comunicações telefônicas quando houvesse discordância do Parquet quanto a alguma dessas medidas representadas pela Polícia Federal ao juízo.

V) POSIÇÃO DO MPF - O PARADOXO DA TRANSAÇÃO PENAL

Como já mencionado acima, a divergência de entendimento entre PF e MPF acerca do instrumento colaboração premiada está calcada na interpretação da natureza jurídica da mencionada ferramenta, bem como na tentativa de firmar jurisprudência no sentido de reconhecer um instituto ausente no ordenamento jurídico brasileiro: o ACORDO PENAL voltado para crimes de maior potencial ofensivo, em detrimento do instituto colaboração premiada, o qual já possui regulamentação legal (lei nº 12.850/2013).

Assim, é necessário realizar uma retrospectiva dos fatos para compreender a postura e os argumentos apresentados pelo MPF em relação à não concordância da autorização legal para que a Polícia Federal possa também utilizar a ferramenta colaboração premiada no interesse de investigações policiais.

Inicialmente se identificou a tentativa de inclusão do instituto ACORDO PENAL por meio do texto substitutivo do Projeto de Lei nº 4850/2016 (Medidas contra a Corrupção), de autoria do deputado federal ONYX LORENZONI, datado de 23/11/2016.

Essa proposição – chamada 12ª medida contra corrupção – foi apresentada no texto com o intuito de alterar o artigo 94 do CPP, com a inclusão do ACORDO PENAL, que viabilizaria a possibilidade de o MP e o denunciado,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

obrigatoriamente assistido por advogado constituído, celebrar a qualquer tempo, antes da sentença, acordo para aplicação imediata de pena.

Ademais, no mencionado ACORDO PENAL, a sentença que o homologasse produziria todos os efeitos legais de sentença penal condenatória e disporia sobre os efeitos previstos nos artigos 91, 91-A e 92 do Código Penal, ou seja, o Poder Judiciário passaria a exercer exclusivamente o papel de ratificador das penas acordadas entre acusação e defesa.

Ocorre que, na data de 30/11/2016, o plenário da Câmara dos Deputados se posicionou, por 220 votos a 151, pela retirada de todo o trecho sobre o ACORDO PENAL do corpo do projeto mencionado.

Diante dessa retirada, na data de 07/12/2016, o deputado federal ONYX LORENZONI apresentou a emenda modificativa nº 224/2016[13] no Projeto de Lei nº 8045/2010 (projeto esse relacionado ao novo Código de Processo Penal).

[13] Dê-se ao Capítulo III do Título II do Projeto de Lei nº 8.045, de 2010, a seguinte redação, renumerando-se adequadamente os artigos: "CAPÍTULO III DO ACORDO PENAL '
Art. 283. Recebida a acusação, nos termos do art. 274, o Ministério Público ou querelante, e o denunciado ou querelado, obrigatoriamente assistido por advogado constituído ou defensor público, no exercício da autonomia das suas vontades, poderão celebrar, a qualquer tempo antes da sentença, acordo para a aplicação imediata de pena.
§ 1º O acordo penal deverá obrigatoriamente conter a:
I – confissão em relação aos crimes imputados na denúncia ou queixa;
II – reparação do dano causado, quando houver, ou sua compensação, em valor mínimo a ser acordado entre as partes, sem prejuízo do direito da vítima ou de outro legitimado de demandar sua complementação no juízo 2 cível, se não houver participado do acordo.
III – expressa renúncia ao direito de produzir provas em juízo, com dispensa da instrução criminal e aceitação da prova produzida na investigação ou no processo, reconhecendo-a como boa, válida e suficiente;
IV – fixação da pena com observância dos limites máximos e mínimos de pena cominados aos crimes imputados na denúncia ou queixa recebida, incluídas as circunstâncias ou formas qualificadoras e privilegiadoras e as causas de aumento e diminuição;
V – declaração de consciência do réu sobre os crimes que lhe são imputados, ao seu direito ao processo, julgamento e recurso, e as consequências da celebração do acordo.
§ 2º A decisão que receber a denúncia ou queixa, nos termos do art. 274, demonstrará a existência de justa causa para cada um dos crimes imputados.
§ 3º O acordo penal poderá:
I – dispor sobre os efeitos previstos nos arts. 91 e 92 do Código Penal e o livramento condicional;
II – prever a suspensão condicional da execução de até a metade da pena acordada pelo dobro do prazo da pena suspensa, e a isenção do réu do pagamento das custas e despesas do processo.
§ 4º Havendo autuação em flagrante delito homologada pelo juiz, com ou sem a concessão de liberdade provisória ou medida cautelar alternativa à prisão, e o Ministério Público oferecer desde logo a denúncia, o acordo penal poderá ser celebrado a partir da audiência de custódia, observadas as disposições previstas neste Capítulo.'

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

Art. 284. O acordo poderá dispor sobre as seguintes condições especiais de cumprimento da pena:
I – estabelecimento do regime fechado ou semiaberto em prisão domiciliar;
II – substituição da pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos.
§ 1º O regime fechado ou semiaberto em prisão domiciliar será cumprido na residência do apenado, da qual não poderá se ausentar sem prévia autorização do juízo da execução, e observará o seguinte:
I – obrigatoriedade de monitoração eletrônica da localização do apenado em tempo integral, sem interrupção;
II – monitoração eletrônica facultativa de suas comunicações de qualquer natureza, inclusive ambiental, por meio de dispositivo eletrônico com microfone, independentemente de prévia autorização judicial;
III – proibição de receber visitas, exceto de familiares previamente cadastrados em juízo, e de seu defensor público ou advogado, devidamente habilitado nos autos;
IV – verificação in loco exercida por autoridade encarregada de fiscalizar a execução penal, independentemente de prévia autorização judicial;
V – permissão exclusiva para trabalhar ou estudar em curso oficialmente reconhecido, mediante prévia autorização do juízo da execução, para o apenado em regime semiaberto em prisão domiciliar.
§ 2º A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos somente será admissível nos crimes praticados sem violência à pessoa e desde que satisfeitos os demais requisitos previstos no Código Penal.
§ 3º O acordo poderá prever formas, requisitos e prazos de progressão e regressão entre os regimes especiais de cumprimento da pena previstos neste artigo.
§ 4º Perderá o direito à substituição da pena e ao regime especial de seu cumprimento o apenado que, durante sua execução, venha a ser preso em flagrante delito ou tenha contra si recebida, nos termos do art. 274, denúncia por crime doloso praticado após a homologação do acordo, hipótese em que será automaticamente transferido para o sistema prisional, onde cumprirá o restante da pena acordada, observado o disposto na Lei de Execução Penal.
§ 5º Salvo disposição expressa em contrário estabelecida no acordo, o regime especial de cumprimento de pena está sujeito a regressão em caso de descumprimento do acordo ou nas hipóteses e formas previstas na Lei de Execução Penal.
§ 6º O apenado em regime especial fechado em prisão domiciliar que sofrer regressão cumprirá o restante da pena em estabelecimento prisional, em regime fechado ou semiaberto, a critério do juiz das execuções.
§ 7º Ressalvada a hipótese de celebração de acordo de colaboração premiada nos termos da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, não poderá se beneficiar dos regimes especiais de cumprimento da pena quem: a) exerça ou tenha exercido posição de liderança ou chefia em organização criminosa;
b) tenha praticado o fato em uma das situações previstas no art. 62, incisos I a III, do Código Penal;
c) seja reincidente;
d) tenha cometido crime de violência doméstica ou crime considerado hediondo.
§ 8º Quando for vedado o regime especial de cumprimento de pena:
I – o acordo poderá dispor sobre:
a) o regime inicial de cumprimento da pena;
b) o livramento condicional;
c) a suspensão condicional da execução de até a metade da pena acordada pelo dobro do prazo da pena suspensa.
II – a progressão e a regressão do regime observarão o disposto na Lei de Execução Penal.' '
Art. 285. A sentença que homologar o acordo penal produzirá todos os efeitos legais de sentença penal condenatória e disporá sobre os efeitos previstos nos arts. 91 e 92 do Código Penal, se não tiverem sido objeto de negociação.
§ 1º O juiz não participará das negociações realizadas entre as partes, e deverá designar audiência para delas colher manifestação sobre a confirmação dos termos da celebração do acordo, ocasião em que verificará sua voluntariedade e a consciência do réu, devendo ouvi-lo na presença de seu advogado constituído ou do defensor público.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

A mencionada Emenda Modificativa inclui no capítulo III, do título II do Projeto de Lei nº 8045/2010, a mesma redação apresentada na 12ª medida contra corrupção (instituto apresentado no projeto de lei nº 4850/2016, rejeitado pelo Poder Legislativo), qual seja, possibilitar que o MP e um investigado/denunciado, obrigatoriamente assistido por advogado, celebrem, a qualquer tempo antes da sentença, acordo para aplicação imediata de pena. A sentença que homologasse tal acordo produziria todos os efeitos legais de uma sentença penal condenatória.

Nesse contexto, salvo melhor leitura, constata-se que o MP vem aplicando interpretações modificadoras do texto legal, importando teses jurídicas baseadas no Direito Comparado, com o objetivo de obter jurisprudência junto aos Tribunais Superiores, modificando o caráter instrumental de obtenção de prova inerente ao instituto da colaboração premiada previsto na Lei nº 12850/2013, transmutando-o em um instituto de transação penal, nos moldes dos textos apresentados nos PL nº 4850/2016 e nº 8045/2010 (ACORDO PENAL).

Deixaria de ser, portanto, um instrumento de obtenção de prova, logo uma ferramenta de auxílio à investigação, a qual não tem o viés de transacionar penas, mas sim de acelerar e auxiliar no caminho da obtenção de provas aptas a desmantelar estruturas criminosas e punir seus integrantes.

A justificativa apresentada pelo citado deputado federal em relação à necessidade de inclusão do já rejeitado instituto do ACORDO PENAL no projeto de lei mencionado foi que:

§ 2º O juiz homologará o acordo quando verificar sua voluntariedade, a consciência do réu, o exercício da defesa, a existência dos requisitos legais, a observância dos limites de pena cominados para o crime, a inocorrência de prescrição ou outra causa extintiva de punibilidade e se existe em favor do réu causa excludente de ilicitude ou de isenção de pena.
§ 3º O juiz não homologará o acordo se ausente justa causa em relação a cada um dos crimes nele reconhecidos ou se as penas acordadas forem manifestamente desproporcionais à infração penal.
§ 4º Caberá apelação contra a sentença que:
a) não homologar o acordo;
b) ao homologar o acordo, alterar suas condições;
c) homologar acordo celebrado com vício de consentimento ou quando nele o réu estiver indefeso.
§ 5º O requerimento de homologação do acordo e seu respectivo termo serão autuados em apartado.
§ 6º Se, por qualquer motivo, o acordo não for homologado, será ele desentranhado dos autos, ficando as partes proibidas de fazer qualquer referência aos termos e condições então pactuados, e igualmente o juiz em qualquer ato decisório.' '
Art. 286. Não havendo acordo penal, o processo prosseguirá na forma do rito ordinário.'"

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

"ninguém melhor que o acusado sabe se ele praticou ou não o fato que está lhe sendo imputado e ninguém mais que seu advogado constituído ou defensor público tem condições de avaliar quais provas a acusação tem contra ele e quais as chances de efetiva condenação. Portanto, ninguém melhor do que a dupla acusado/defensor para avaliar se o acordo lhe é mais vantajoso que o processo e julgamento ou vice-versa".

De outro lado, diferentemente do argumento ventilado acima, a senadora SERYS SLHESSARENKO assim justificou a inclusão da Colaboração Premiada como meio de obtenção de prova na apresentação do Projeto de Lei nº 150/2006, que culminou na publicação da Lei nº 12850/13:

"No que se refere à colaboração premiada, o projeto manteve-se fiel à ideia de que a extinção da punibilidade ou a redução da pena devem partir do Poder Judiciário. A nosso sentir, afigura-se inconstitucional a proposta de atribuir tal competência ao órgão acusador. Isso implicaria verdadeiro esvaziamento de poder, função e atividade do órgão judicial, com flagrante desrespeito à garantia de que 'a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito' (art. 5º, XXXV, da CF) e, no âmbito processual, afronta à clausula do devido processo legal (Art. 5º, LIV, da CF).". (Grifo não original).

Como verificado, portanto, a Lei nº 12850/13 foi publicada com a finalidade de fornecer ao Estado os meios mais agressivos e intrusivos de obtenção de prova, com a finalidade de coibir aquilo que entende ser uma das atividades mais nocivas ao ordenamento jurídico, que é a atuação das organizações criminosas.

Para tanto, contemplou a possibilidade de emprego de diversas técnicas de investigação, entre elas, no mesmo capítulo, a colaboração premiada, a infiltração policial, a ação controlada, a interceptação de comunicações e acessos a bancos de dados. De outro lado, pretende o Ministério Público ser o único autorizado a utilizar uma ferramenta de investigação (tarefa que é precípua e originariamente vinculada à polícia), transmutando-a como "transação penal".

Essa interpretação, com o respeito devido, é contraditória. O único local em que a Constituição Federal trata de transação penal é em seu artigo 98, § 1º, que

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

estabelece a configuração de juizados especiais com a finalidade de tratar das "*infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação*" (grifo não original).

Em síntese: pretende o Ministério Público alterar o caráter instrumental de uma ferramenta destinada a investigar aquilo que o legislador entendeu como uma das atividades mais nocivas para a sociedade, que é a atuação de organizações criminosas, para transformá-lo em um instituto previsto na Constituição Federal como destinado às infrações de menor potencial ofensivo (e que não pressupõe assunção de culpa).

VI) PREMISSAS APRESENTADAS PELO MPF NA PRESENTE AÇÃO E EM OUTROS FEITOS

A) Premissas

A Procuradoria-Geral da República tem utilizado algumas palavras, termos e expressões de forma distinta da etimologia dos vernáculos e, em diversos casos, em desacordo com a legislação ora vigente, buscando a internalização de alguns conceitos, atribuições e competências que seriam de interesse da nobre instituição Ministério Público.

De fato, a inquestionável titularidade da ação penal pelo Ministério Público não se transforma em titularidade da persecução penal ou o autorizaria a se intitular "*dirigente da persecução penal*": quem precipuamente persegue a verdade em fase preliminar é a Polícia e quem dirige a persecução em juízo é o Poder Judiciário, após início da ação penal pelo Parquet.

No mesmo sentido, não cabe ao Ministério Público "*dirigir a investigação criminal, no sentido de definir quais provas considera relevantes para promover a ação penal*", pois, como se verifica no artigo 2º, § 1º, da Lei nº 12830/13, o objetivo da investigação é a "*apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais*". Imaginar a possibilidade de o titular da ação penal filtrar elementos de prova convenientes para a tese acusatória, "*de acordo com as linhas de*

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

pensamento, de elucidação e de estratégias firmadas pelo MP" é alijar a defesa e o próprio juízo do conhecimento integral dos fatos, transformando a busca da verdade real preconizada pela legislação e pela Constituição Federal em letra morta.

Citado artigo 2º, §1º, da Lei nº 12830/2013, ao estabelecer os objetivos da investigação, concretiza que a apuração realizada pela polícia possui, sim, um fim em si mesma, uma vez que é a primeira atividade voltada à busca da verdade real, cujo resultado – e não parte do que foi apurado – é então direcionado a subsidiar todo o sistema de Justiça Criminal (leia-se: acusação, defesa e juízo).

Desconsiderar que o produto da investigação realizado pela Polícia Judiciária se destina de forma imediata ao juízo competente e de forma mediata ao órgão acusador (MP) e à defesa provocaria desequilíbrio no sistema forjado pela Constituição Federal de 1988. Com o encaminhamento do resultado da investigação realizada na sede policial, aí sim poderá o MP pedir ao Estado-Juiz a aplicação da lei ao caso concreto.

A atribuição constitucional – leia-se obrigação – de investigar imposta à Polícia Judiciária tem por escopo assegurar que essa atividade de apuração de infrações penais seja realizada por um órgão oficial e imparcial, alheio ao interesse das partes (acusação e defesa), de modo que as provas sejam produzidas com técnica e isenção, para utilização por todos os atores no processo penal.

Da análise da manifestação ministerial, extrai-se um já mencionado ensaio por parte do Ministério Público Federal em transmutar o instituto da colaboração premiada em transação penal. A PGR aduz, em diversos momentos, que a Polícia Judiciária[14] não estaria apta a realizar negociações de sanções penais, nem o Delegado de Polícia teria o poder de transacionar ou modular penas, o que nunca foi pretensão da Polícia Federal.

Com essa premissa, incorreria o MP na própria contra-argumentação, pois estaria transacionando o que também não lhe pertence, que é a tarefa de dizer o Direito no caso concreto, essência etimológica do que é Jurisdição.

[14] Polícia Judiciária (expressão negada pela PGR) e não "Polícia Criminal" é o termo constitucionalmente atribuído à função policial de apurar infrações penais no interesse do presidente do Sistema de Justiça Criminal, o Poder Judiciário. Destaca-se o art. 144, §1º, IV da Constituição Federal, em que se atribuiu à Polícia Federal a função de exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

Ocorre que, conforme já demonstrado, o instituto da Colaboração Premiada está disposto na Lei nº 12850/13 como uma ferramenta de investigação, um meio de obtenção de prova. Coerente com esse entendimento e com o histórico demonstrado, a pretensão do Ministério Público de transacionar indiscriminadamente penas não foi abarcada pelo Poder Legislativo, restando essa possibilidade apenas em crimes de menor potencial ofensivo.

Por esse motivo, não há como transformar o instrumento de obtenção de prova denominado colaboração premiada em medidas despenalizadoras como a transação penal (cabíveis somente nos crimes de menor potencial ofensivo) ou a suspensão condicional do processo. Os benefícios estabelecidos pelo art. 4º da Lei nº 12850/13 são de aplicação exclusiva pelo juízo competente, em caso de prolação de sentença condenatória e não da homologação do acordo, ocasião em que somente se aprecia a regularidade, voluntariedade e legalidade do ato.

Em obediência a tal preceito legal, a Polícia Federal não produz qualquer documento direcionado a modular ou negociar eventual pena a ser aplicada pelo magistrado.

B) Colaboração Premiada x Dilema do Prisioneiro

O Ministério Público Federal tem se manifestado em casos concretos e apresentado como mais um argumento para não atuação da Polícia Federal nas colaborações premiadas o fato de que a existência de outra instituição apta a firmar a colaboração esvaziaria a utilização do chamado "Dilema do Prisioneiro", apresentado como meio de compelir os investigados a assumirem a prática de crimes.

De forma sucinta, o chamado *dilema do prisioneiro*[15], oriundo da denominada Teoria dos Jogos, parte da presunção de que os investigados são culpados

[15] O Dilema do Prisioneiro é, na verdade, uma ilustração da Teoria dos Jogos, formulada pelo ganhador do prêmio Nobel de Economia, matemático Jonh Forbes Nash. Há severas críticas quanto a sua aplicação na área do Direito:
"O plea bargain é ilegal em muitos países devido à conclusão teórica do Dilema do Prisioneiro - uma vez que é do melhor interesse de ambas as pessoas confessar e testemunhar uma contra a outra, mesmo que ambos sejam inocentes. Possivelmente pior é se um culpado confessa contra o inocente, que,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

(autores dos crimes investigados) e que o Estado tem o objetivo de punir, embora não possua elementos suficientes para uma condenação, cabendo ao Estado empregar os meios necessários para obtenção de uma confissão ou delação, focada na ratificação da presunção inicial que subsidie uma sentença condenatória. Esse dilema, portanto, não implica em exclusão da possibilidade de ambos os prisioneiros fornecerem os dados pretendidos. Pelo contrário, o dilema estimula a admissão da culpa e do ato de delatar em ambos, atingindo ao fim citado, ou seja, a obtenção da condenação. Essa, entretanto, não é a linha apresentada pelo MPF.

Entenderia o MPF, salvo melhor leitura, ser cabível ao Estado utilizar a colaboração premiada - um meio de obtenção de provas - para instigar um ou outro investigado a fornecer informações, antes que os demais forneçam dados que possam vir a prejudicá-lo.

De outro lado, a Polícia Federal entende que apenas o avanço da investigação, realizada de forma técnica e transparente com todo o sistema de justiça criminal, cria mecanismos de convencimento suficientes para que um investigado se sinta impelido a colaborar, justamente por perceber que está prestes a ser alcançado pelo Estado. Esse mecanismo criador de "*ansiedade decorrente da investigação*", entretanto, é objetivo: ele alcança todas as pessoas que se situam em torno do fato investigado. Assim, a Polícia Federal, como Estado, toma todos os cuidados necessários para não subverter a técnica, focando-a apenas na obtenção de dados, e não direcionando o emprego do instituto especificamente a um ou outro investigado.

Portanto, a doutrina da Polícia Federal preconiza que o tecnicamente adequado para o bom andamento da investigação é que haja obtenção de dados de fontes distintas, trazendo aos autos – com zelo e competência – o maior número de informações inerentes e relevantes[16] dos fatos sob apuração. No caso específico, quando se trata de prova obtida por meio de fonte humana, torna-se necessário realizar a

obviamente, é improvável que [por sua vez] *confesse*". *Tradução livre. Disponível em* <*http://math2005uts.tripod.com/nash.html*>. Acesso em 07 de agosto de 2017.

[16] Informação inerente é aquela relacionada com o objeto da investigação, enquanto que a informação relevante é aquela relacionada às circunstâncias importantes que envolvem o fato principal então investigado.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

confrontação e a análise das diferentes percepções dos envolvidos, coerentes com todo o conjunto probatório, observadas as disposições legais.

VII) DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS DO MPF

Conforme inicial, a PGR/MPF requer, entre outros pleitos:

> "*Que, ao final, seja julgado procedente o pedido para declarar inconstitucionalidade dos trechos indicados acima do art. 4°, §§ 2° e 6°, da Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, ou, sucessivamente, para dar-lhes interpretação conforme a Constituição, a fim de considerar indispensável a presença do Ministério Público desde o início e em todas as fases de elaboração de acordos de colaboração premiada e de considerar sua manifestação como de caráter obrigatório e vinculante. Requer modulação temporal.*" (Grifo não original)

Como restou exaustivamente demonstrado, a pretensão de vincular as colaborações de investigados obtidas pela Polícia Federal à prévia concordância do MPF significa, por via reflexa, vincular o próprio juízo na apreciação da adequação, necessidade e proporcionalidade da aplicação do instrumento previsto no artigo 4º da Lei nº 12850/2013.

Há, de fato, uma questão essencial: o Ministério Público pretende ora atuar como Estado-Investigador, ora como órgão de controle externo da atividade policial e ora como magistratura, modulando penas e prevendo benefícios não contemplados em lei, cabendo ao verdadeiro Estado-Juiz apenas a tarefa de chancelar as negociações por ele entabuladas.

Por esse motivo, sendo a colaboração um instrumento de investigação, entende a Polícia Federal que a atividade de investigação e a atividade de Polícia Judiciária da União cabem à Polícia Federal; o controle externo e o exercício da ação penal cabem ao Ministério Público; e a aplicação da lei ao caso concreto cabe única e exclusivamente ao Poder Judiciário. O monopólio ou a invasão de atribuições ou competências de outros órgãos não é – e nunca foi – o fim buscado pelo constituinte.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

VIII) CONCLUSÃO

Diante de todos os argumentos lançados, a posição da Polícia Federal é a de que cumpre rigidamente todas as exigências legais, atuando dentro de suas atribuições constitucionais, empregando um meio de obtenção de prova – Colaboração Premiada – dentro do devido processo legal, em estrito respeito ao princípio do juízo natural.

Entende a Polícia Federal, da mesma forma, que o prêmio a ser entregue ao investigado deverá ser correspondente à contribuição dada para atingimento dos fins buscados, ao término do devido processo legal, dentro do contraditório e assegurada a ampla defesa, caso considerada efetiva e voluntária a colaboração, com aplicação e mensuração do benefício a serem definidas pelo juízo competente, de acordo com a "*personalidade do colaborador, a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão do fato criminoso e a eficácia dessa colaboração*".

Por último, ousa a Polícia Federal afirmar que alijar a instituição do emprego de referida técnica de investigação desregula o sistema de freios e contrapesos necessários ao Estado Democrático de Direito, concentrando em um órgão não talhado para a atividade de investigar um meio de obtenção de prova que exige técnica, preparo, procedimentos de validação e cuidados na aplicação, expondo os cidadãos investigados (colaborador ou terceiros citados) a abusos que deveriam, em tese, ser coibidos pelo Ministério Público no exercício do controle externo.

Brasília, 05 de setembro de 2017.

ÉLZIO VICENTE DA SILVA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional – SR/PF/DF

DENISSE DIAS ROSAS RIBEIRO
Delegada de Polícia Federal
Chefe do Núcleo de Inteligência – SR/PF/DF

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL

TERMO DE ACORDO DA COLABORAÇÃO - conforme Lei 12.850/2013

INQUÉRITO POLICIAL nº ___ - SR/PF/__.

Aos _____ dias do mês de _____ de 2017, nesta Superintendência Regional da Polícia Federal, em _____, na presença de _____, Delegado de Polícia Federal, matrícula nº _____, lotado e em exercício nesta SR/PF/__ e _____, compareceu, de forma voluntária e acompanhado dos advogados abaixo discriminados, _____, brasileiro, _____, _____, data de nascimento _____, portador da carteira de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o n. _____, residente e domiciliado _____.

Preliminarmente o pretenso colaborador esclarece que procurou voluntariamente a Polícia Federal, comparecendo a esta SR/PF/____ acompanhado de seus advogados, com o intuito de auxiliar as investigações relativas a OPERAÇÂO _____, fornecendo dados relacionados a fatos que detém conhecimento, que nesta SR/PF/____ estão vinculados a investigação contida no bojo do inquérito policial nº _____- SR/PF/_____.

Explica-se a _____, doravante denominado apenas COLABORADOR, na presença dos advogados abaixo especificados, que o presente acordo se funda nos artigos 4º a 7º da Lei nº 12.850/2013.

DA VOLUNTARIEDADE DO COLABORADOR

O COLABORADOR se apresenta por sua vontade nesta unidade da Polícia Federal e declara estar ciente dos direitos e deveres previstos em lei e no presente termo, bem como que compreende que a colaboração premiada é um meio de obtenção de prova, por meio da admissão de prática de ato criminoso e com fornecimento de dados que possibilitem o atingimento de um ou mais resultados previstos na Lei nº 12850/2013, podendo, ao término do devido processo legal, receber um dos benefícios estabelecidos na lei caso efetiva e voluntária essa colaboração, com

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL

aplicação e mensuração que serão definidas pelo juízo competente, de acordo com a eficácia dessa colaboração.

Nesse contexto, afirma possuir informações e provas da prática de crimes perpetrados por organizações criminosas, como _____ (ex: tráfico de drogas, lavagem de dinheiro, tráfico de pessoas etc).

DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELA COLABORADOR

O COLABORADOR se compromete a fornecer integralmente, na condição de investigado, todas as informações de que dispuser sobre os fatos apurados no inquérito policial indicado no item seguinte, de forma a conferir maior efetividade à persecução penal, ampliar e aprofundar as investigações contra organizações criminosas, visando ao atingimento de um ou mais dos seguintes resultados:

a) a identificação dos coautores e partícipes de organizações criminosas e das infrações penais por eles praticadas;
b) a revelação da estrutura hierárquica, da divisão de tarefas *e modus operandi* das organizações criminosas;
c) a prevenção de infrações penais decorrentes das atividades das organizações criminosas;
d) a recuperação total ou parcial do produto ou do proveito das infrações penais praticadas pelas organizações criminosas;
e) a localização de eventual vítima com a sua integridade física preservada;

DOS FATOS CRIMINOSOS RELATADOS

Em seguida às assinaturas do presente termo serão tomadas as declarações do COLABORADOR sobre os fatos criminosos narrados nos tópicos abaixo indicados, sem prejuízo de outros tópicos que possam surgir no transcorrer da investigação:

a) Pagamento de vantagem indevidas a _____;
b) Utilização de interpostas pessoas para _____;
c) Etc;

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL

DAS OBRIGAÇÕES DO COLABORADOR

São obrigações do COLABORADOR:

a) nos termos do artigo 4º, § 14, da Lei 12.850/2013, o COLABORADOR se submete ao compromisso legal de dizer a verdade, renunciando ao direito de permanecer ao silêncio;

b) entregar voluntariamente documentos, fotografias, bancos de dados, arquivos eletrônicos que estejam em sua posse na guarda de terceiros, ou indicar a localização de provas admitidas no direito que possam confirmar as suas declarações;

c) indicar pessoas que possam testemunhar os fatos criminosos delatados;

d) cooperar, sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal na Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiças Federal para _____;

DOS DIREITOS DO COLABORADOR

São direitos do COLABORADOR:

a) usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica;

b) ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados;

c) ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes;

d) participar das audiências sem contato visual com os outros acusados;

e) não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito; e

f) cumprir pena em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.

DAS CONDIÇÕES PROPOSTAS

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL

A Polícia Federal, no intuito de viabilizar o uso das informações fornecidas no termo de declaração relacionado ao presente termo de colaboração premiada, bem como objetivando apresentar ao investigado a forma como irá laborar ao lado da Polícia Federal - auxiliando o Estado para atingimento de um ou mais dos resultados previstos no artigo 4º, I a V, da lei 12.850/2013 - proporcionando com isso a transparência e assegurando a cadeia de custódia dos elementos a serem fornecidos no transcorrer da investigação, estabelece as seguintes condições (artigo 6º, II, lei 12.850/2013):

a) Condições de produção de prova e rotinas operacionais:

Exemplos de condições (adequar ao caso concreto):

- O colaborador se compromete a comunicar as situações ou eventos que tomar conhecimento;
- O colaborador entregará os documentos que tiver acesso, referentes a _____;
- O colaborador será contatado pelo telefone _____,
- O colaborador comparecerá aos locais e horários designados pela PF para repasse dos dados obtidos durante a investigação, sempre que acionado.
- Sempre que necessário, as oitivas do colaborador serão realizadas em sua residência, por policiais descaracterizados.
- Cadeia de custódia dos elementos a serem fornecidos;
- Outras, de acordo com o caso concreto.

DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Com base na situação apresentada no caso concreto, estabelecem-se as medidas de segurança específicas abaixo indicadas, afetas à proteção do colaborador e sua família (artigo 6º, inciso V, da lei 12.850/2013.), uma vez que sua integridade física se torna vulnerável a partir do momento em que externa a intenção de se colocar na posição de colaborador:

Exemplos:

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL

- Programa de proteção a testemunha etc.
- Designação de equipe de segurança nos atos de colaboração previamente agendados (ex.: encontro com _____, integrante da organização investigada).

DO DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES

Havendo descumprimento das condições por parte do colaborador, tal fato será comunicado ao juízo com a finalidade de subsidiá-lo na aferição permanente da efetividade e voluntariedade do investigado, e na possibilidade de não atingimento de resultados previstos (eficácia), interferindo nos benefícios em eventual sentença condenatória.

Da mesma forma, a não aderência às condições poderá caracterizar retratação em sua intenção de colaborar, situação em que *"as provas autoincriminatórias produzidas pelo colaborador não poderão ser utilizadas exclusivamente em seu desfavor"* (artigo 4º, §10, Lei nº 12850/2013).

DOS BENEFÍCIOS

O COLABORADOR está ciente que, a depender da efetividade e eficácia da colaboração, dos resultados atingidos e em caso de condenação, a critério do respectivo juízo competente, poderá se beneficiar, alternativamente, com o perdão judicial, com a redução de até 2/3 da pena privativa de liberdade ou com a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

Cidade e data

DELEGADO DE POLÍCIA_____

COLABORADOR_____

ADVOGADO_____

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - POLÍCIA FEDERAL

TERMO DE DEPOIMENTO

Após assinado o presente TERMO DE COLABORAÇÃO PREMIADA, na mesma oportunidade, o COLABORADOR _____, brasileiro, _____, _____, data de nascimento _____, portador da carteira de identidade nº _____, inscrito no CPF/MF sob o n. _____, residente e domiciliado _____, declarou QUE:

_____

DELEGADO DE POLÍCIA_____

COLABORADOR_____

ADVOGADO_____

ESCRIVÃO_____

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/autenticarDocumento.asp sob o número 13590764

APÊNDICE D – Projeto de Lei 4372/2016

PROJETO DE LEI

Altera e acrescenta dispositivo à Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013 que "Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Os arts. 3º e 4º da Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º.....

.....

§ 3º No caso do inciso I, somente será considerada para fins de homologação judicial a colaboração premiada se o acusado ou indiciado estiver respondendo em liberdade ao processo ou investigação instaurados em seu desfavor." (NR)

"Art. 4º .....

.....

§ 17. Nenhuma denúncia poderá ter como fundamento apenas as declarações de agente colaborador.

§ 18. As menções aos nomes das pessoas que não são parte ou investigadas na persecução penal deverão ser protegidas pela autoridade que colher a colaboração. " (NR)

Art. 2º A Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A:

"21-A. Constitui crime divulgar o conteúdo dos depoimentos colhidos no âmbito do acordo de colaboração premiada, pendente ou não de homologação judicial.

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa."

Art. 3º. Esta lei em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa tem o objetivo de aperfeiçoar a Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, que trata da definição de organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal e os meios de obtenção da prova entre outras questões. Especificamente, o projeto altera e acrescenta artigo para tornar o instituto da colaboração premiada mais eficaz e compatível com os direitos e garantias fundamentais previstos no texto da Constituição da república de 1988.

A primeira alteração impõe como condição para a homologação judicial da colaboração premiada a circunstância do acusado ou indiciado estar respondendo em liberdade ao processo ou investigação instaurados em seu desfavor.

A medida se justifica para preservar o caráter voluntário do instituto e para evitar que a prisão cautelar seja utilizada como instrumento psicológico de pressão sobre o acusado ou indiciado o que fere a dignidade da pessoa humana, alicerce do estado democrático de direito. Da mesma forma, a alteração protege as regras processuais que tratam da prisão preventiva e evita que prisões processuais sejam decretadas sem fundamentação idônea e para atender objetos outros, alheios ao processo ou inquérito.

É possível extrair das leis que tratam da matéria em nosso ordenamento jurídico que o instituto sempre esteve atrelado e exigiu como condição para sua validade a voluntariedade. A Lei 9.807/99, que trata da Proteção à Vítima e à Testemunha e foi uma das primeiras a disciplinar seu uso, trabalha com a seguinte descrição: *tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação*. De igual modo, o art. 4º da Lei das Organizações Criminosas repete o termo utilizado na lei anterior.

Assim, a colaboração premiada pressupõe para sua validade ausência de coação, impondo uma clara e inafastável liberdade do colaborador para querer contribuir com a justiça. A voluntariedade exigida pela legislação desde 1999 e assimilada pelo legislador de 2013 é incompatível com a situação de quem se encontra com a liberdade restringida. É uma contradição em termos.

Válido trazer aqui o ensinamento do ministro Evandro Lins e Silva

sobre a prisão: “A experiência mostrou que a prisão, ao contrário do que se sonhou e desejou, não regenera: avilta, despersonaliza, degrada, vicia, perverte, corrompe e brutaliza”.

A segunda alteração estabelece que nenhuma denúncia poderá ter como fundamento apenas as declarações de agente colaborador. A mudança é necessária para reforçar o art. 41 do Código de Processo Penal e evitar que ações penais sejam anuladas por ausência de justa causa ou pela precariedade de elementos probatórios.

A terceira inovação do projeto de lei pretende conferir mais proteção as pessoas que não são parte ou investigadas na persecução penal e que são mencionadas em colaborações premiadas. A medida é fundamental para se evitar que a honra e a dignidade das pessoas sejam ultrajadas por vazamentos seletivos, muitas vezes sem reparação possível.

Por fim, a proposta cria tipo penal para tipificar e punir a conduta de divulgar conteúdo dos depoimentos colhidos no âmbito de colaboração premiada, pendente ou não de homologação judicial. É imperioso evitar vazamentos que podem resultar e resultam em pré-julgamentos que destroem a honra e a intimidade da pessoa submetida à persecução penal. Dispositivo semelhante está previsto no art. 10 da Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996 (interceptações telefônicas) e é fundamental, inclusive, para garantir o êxito das investigações, pois ao aumentar a proteção do conteúdo da colaboração, se evita que ações e medidas sejam tomadas para encobrir ou se desfazer de provas que futuramente poderão contribuir para uma prestação jurisdicional efetiva.

Com essas medidas, o instituto da colaboração premiada se tornará mais efetivo e compatível com os direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição da República de 1988, ademais de garantir maior segurança jurídica para o sistema de justiça criminal.

Sala das Sessões, ...

Sala das Sessões, ...

WADIH DAMOUS
Deputado Federal PT/RJ

APÊNDICE E – Projeto de Lei 8613/2017

PROJETO DE LEI Nº , DE 2017

(Do Sr. EXPEDITO NETTO)

Determina impedimento do juiz que homologar a colaboração premiada para processar e julgar a ação penal respectiva.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei determina impedimento do juiz que homologar o acordo de colaboração premiada para processar e julgar a ação penal em que será utilizada.

Art. 2º O Art. 4º da Lei Nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo 17:

"Art. 4º.....

§ 17. O juiz que homologar o acordo de colaboração premiada fica impedido de processar e julgar a ação penal em que será utilizada, devendo remeter os autos ao julgador que o substitui em casos de impedimento. " (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Muito se tem discutido sobre a necessidade ou não de conter abusos que se anunciam em casos de colaboração premiada. De Ministros do STF a doutrinadores de escol, do Ministério Público aos Advogados, não se encontra verdadeiro consenso sobre a matéria.

De um lado os mais punitivistas aplaudem e querem que o peso e amplitude da medida sejam cada vez maiores. Para eles, a colaboração premiada é instrumento imprescindível para a persecução penal atual, dada a

complexidade de relações das organizações criminosas e suas facilidades em iludir o sistema punitivo. Por outro lado, os garantistas – assim chamando aqueles que defendem que o direito penal e o processual penal não podem privilegiar os acusadores, mas têm que manter sua função constitucional de proteger aquele que é, em princípio, inocente, querem até mesmo revogar as normas que autorizam a colaboração premiada ou restringi-la ao mínimo.

Adotando uma postura de equilíbrio entre essas posições extremadas, cremos que não se pode negar a eficácia e eficiência das colaborações premiadas, como tem demonstrado nossa história recente. Mas para evitar que haja certa contaminação por animosidades pessoais, ou antes, para afastar de todo jeito desse meio de produção de prova qualquer resquício de possibilidade de se considerar o juiz comprometido ideológica ou politicamente com a punição do réu, se propõe o presente projeto, a fim de que o juiz que homologa a colaboração nunca seja o mesmo juiz que julga a ação penal e impõe a pena.

Assim fazendo, a lei afastará dos magistrados qualquer acusação de parcialidade e, ao mesmo tempo, conservará o importante e utilíssimo instituto da colaboração premiada.

Por ser mudança legislativa urgente e muito necessária, pedimos aos Nobres Pares que aprovem nossa proposição.

Sala das Sessões, em de de 2017.

Deputado EXPEDITO NETTO

2017-905

APÊNDICE F – Termo de Acordo de Colaboração Premiada, Lúcio Funaro

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

TERMO DE ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, doravante designado por sua denominação completa ou simplesmente pela sigla MPF, por meio de seus membros ora signatários, designados pela Portaria PGR/MPF nº 459/2016 e 64/2017, **LÚCIO BOLONHA FUNARO**, doravante denominado **COLABORADOR**, do sexo masculino, brasileiro, casado, filho de NEIVA BOLONHA FUNARO e JOSÉ ROBERTO FUNARO, nascido em 16/01/1974, natural de São Paulo/SP, terceiro grau completo, empresário, CI n. 11.659.179-1, CPF n. 173.318.908-40, atualmente custodiado no Complexo Penitenciário da Papuda, devidamente assistido por seus advogados constituídos, que assinam este instrumento, celebram acordo de colaboração premiada nos seguintes termos:

I – Base Jurídica

Cláusula 1ª. O presente **Acordo** funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 4º a 8º da Lei nº 12.850/2013, nos artigos 13 a 15 da Lei nº 9.807/99, no art. 1º, §5º, da Lei nº 9.613/98, no art. 26 da Convenção de Palermo e no art. 37 da Convenção de Mérida.

Cláusula 2ª. O presente **Acordo** atende aos interesses do **COLABORADOR**, nos termos do art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal, dos artigos 5º e 6º, ambos da Lei nº 12.850/2013, e das cláusulas a seguir alinhavadas. Atende, de igual modo, ao interesse público, na medida em que confere efetividade à persecução criminal de outros suspeitos, além de permitir a ampliação e o aprofundamento de investigações de crimes contra a Administração Pública, a Administração da Justiça, a Fé Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Ordem Tributária e de lavagem de dinheiro, tanto no âmbito do conglomerado investigatório alcançado pelas Operações "Lava Jato", "Sépsis", "Cui Bono" e "Greenfield", quanto em outros feitos e procedimentos que com ela se relacionem. O presente **Acordo** auxilia, ainda, na apuração da repercussão desses ilícitos penais nas esferas civil, tributária, administrativa, inclusive administrativa sancionadora, e disciplinar.

II – Do Objeto

Cláusula 3ª. O presente **Acordo** tem por objeto todos os fatos ilícitos praticados pelo **COLABORADOR** até a data da assinatura deste termo, assim como todos os fatos ilícitos que sejam de seu conhecimento, os quais estão explicitados nos anexos que compõem e integram este acordo.

Parágrafo 1º. O objeto do presente **Acordo**, descrito nos anexos, será pormenorizado e complementado pelo **COLABORADOR** após a assinatura deste instrumento, por meio de depoimentos e fornecimento e indicação de meios de prova.

Parágrafo 2º. Identificado fato ilícito praticado pelo **COLABORADOR** que não tenha sido descrito nos anexos que integram este **Acordo**, o **MPF** poderá repactuar a presente avença ou rescindi-la, submetendo, em qualquer caso, ao Juízo homologatório.

Parágrafo 3º. Independentemente da rescisão do presente **Acordo**, o **MPF** poderá propor desde logo a respectiva ação penal em face do **COLABORADOR** por fato criminoso omitido nos anexos deste **Acordo**, perante o Juízo competente.

Parágrafo 4º. O **COLABORADOR** poderá apresentar, espontaneamente, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da homologação do acordo de colaboração, novos anexos e autodeclarações a respeito de fatos penalmente relevantes.

II – Da Proposta do Ministério Público Federal

Cláusula 4ª. Considerando os antecedentes e as condições pessoais do **COLABORADOR**, a quantidade, a gravidade e o período dos ilícitos por ele praticados, os benefícios por ele auferidos com tais práticas ilícitas, a repercussão social e econômica dos fatos, a utilidade da colaboração no esclarecimento dos fatos, no ressarcimento dos danos, na expansão das investigações, considerando, por fim, as provas de corroboração fornecidas pelo **COLABORADOR** em decorrência desta avença, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste **Acordo** e desde que efetivamente sejam obtidos um ou mais dos resultados previstos nos incisos I, II, III e IV do art. 4º os resultados previstos nos incisos I, II, III e IV, do art. 4º, da Lei nº 12.850/2013, o **MPF** proporá, nos feitos já objeto de investigação e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, em substituição aos regimes de que trata o art. 34 e 35 do Código Penal e arts. 87 a 95 e 112 e art. 146-B, III e IV, da Lei de Execuções penais, as seguintes condições, desde logo aceitas:

I. a condenação à **pena unificada** igual a **30 (trinta) anos** de reclusão nas ações penais, já ajuizadas ou não, desde que os fatos ilícitos nelas versados estejam contidos nos anexos.

a) A pena unificada será aquela decorrente da soma das sentenças condenatórias transitadas em julgado proferidas em face do **COLABORADOR**, observada a cláusula 6ª deste instrumento;

b) Todos os benefícios previstos na legislação penal e de execução penal, tais como, exemplificativamente, remição de pena, anistia e indulto terão como base a pena unificada;

II. a pena privativa de liberdade será cumprida de forma progressiva, sendo computado o tempo de prisão cautelar cumprido, bem como possível remição de pena, em função de decisão do Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, como tempo de reclusão em regime fechado, nos seguintes regimes:

a) 2 (dois) anos de reclusão no regime fechado, a serem cumpridos no Complexo Penitenciário da Papuda ou outro local definido pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, no Distrito Federal, preservando-se, em todo caso, a segurança do COLABORADOR;

b) 2 (dois) anos de reclusão no regime domiciliar fechado diferenciado, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência informada à 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, período no qual o **COLABORADOR** deverá observar as seguintes condições:

i) não poderá se ausentar de sua residência, exceto mediante autorização do Juízo, ressalvados casos de emergência do colaborador e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao juízo de execução e ao **MPF**;

ii) ficará submetido a vigilância eletrônica pessoal em tempo integral, mediante o uso de tornozeleira;

iii) somente poderá receber visitas de parentes até 4º grau, profissionais de saúde (para fins de tratamento médico do COLABORADOR, devidamente justificado perante o Juízo de execução), advogados constituídos, e pessoas estabelecidas em uma lista de 15 (quinze) nomes previamente fornecida ao Ministério Público e ao Juízo de execução;

iv) não poderá promover, em sua residência, festas ou quaisquer outros eventos sociais.

c) 2 (dois) anos de reclusão no regime domiciliar semiaberto diferenciado, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência informada à 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, período no qual o **COLABORADOR** deverá observar as seguintes condições:

i) deverá se recolher à residência nos sábados, domingos e feriados e, nos dias úteis, das 22 horas às 06 horas, ressalvados casos de emergência do COLABORADOR e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juízo de execução e ao MPF, com saída autorizadas nos finais de semana exclusivamente para prestar serviços à comunidade conforme disposto na alínea "v" abaixo;

ii) poderá, em cada período de 6 (seis) meses no presente regime, recolher-se por até 3 (três) dias em local diverso do previsto no caput, desde que comunique previamente ao Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana;

iii) deverá prestar relatórios trimestrais, ao Juízo de execução, de suas atividades profissionais;

iv) poderá iniciar a prestação de serviços à comunidade, previstos no item "e", à razão de 7 (sete) horas semanais, em local determinado pelo juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, facultando-se distribuir as horas de prestação de serviços comunitários, dentro de cada mês, de forma não homogênea ou concentrada, inclusive nos finais de semana e feriados quando necessário para compatibilizar com a jornada de trabalho semanal do **COLABORADOR**, em comum acordo com a entidade assistencial ou que vier a ser designada pelo Juízo de execução, vedado o cumprimento em menor tempo;

v) não poderá realizar viagens, exceto dentro do território nacional por motivo de trabalho, com a comunicação prévia, ao Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana, e desde que respeitado o período regular de recolhimento domiciliar;

d) 2 (dois) anos de reclusão no regime domiciliar aberto diferenciado, a ser cumprido mediante recolhimento à sua residência informada à 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, período no qual o **COLABORADOR** deverá observar as seguintes condições:

i) deverá se recolher à residência, independentemente do dia da semana, somente no período noturno (das 22 horas às 6 horas), cabendo ao Juízo de execução a definição da forma de fiscalização do cumprimento da pena privativa de liberdade, ressalvados casos de emergência do colaborador e de seus familiares, os quais deverão ser objeto de comunicação em até 24 (vinte e quatro) horas ao juízo de execução e ao **MPF**;

ii) deverá prestar relatórios trimestrais, ao Juízo de execução, de suas atividades profissionais;

iii) poderá iniciar a prestação de serviços à comunidade, previstos no item "e", à razão de 7 (sete) horas semanais, em local determinado pelo Juízo da execução, facultando-se distribuir as horas de prestação de serviços comunitários, dentro de cada mês, de forma não homogênea ou concentrada, inclusive nos finais de semana e feriados quando necessário para compatibilizar com a jornada de trabalho semanal do **COLABORADOR,** em comum acordo com a entidade assistencial ou que vier a ser designada pelo Juízo de execução, vedado o cumprimento em menor tempo;

iv) poderá realizar viagens dentro do território nacional, desde que respeitado o período regular de recolhimento noturno;

v) poderá realizar viagens internacionais por motivo de trabalho ou para visita de parentes de até 4º grau residentes no exterior, com a comunicação prévia ao Juízo de execução, ou por outro motivo relevante previamente autorizado pelo Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana, e desde que, em todas as hipóteses, seja respeitado o período e o local regulares de recolhimento noturno no Brasil e que as viagens não sejam para fins recreativos ou de lazer.

e) 4 (quatro) anos de prestação de serviços à comunidade, à razão de 7 (sete) horas semanais, em entidade a ser designada pelo juízo federal competente, com as devidas remições de eventuais períodos de serviços prestados quando do cumprimento de pena nos regimes semiaberto e aberto;

f) 6 (seis) anos de estudos em curso definidos, em conjunto com o Ministério Público Federal, à razão de 200 (duzentas) horas-aula por ano, totalizando 1.200 (mil e duzentas) horas-aulas de estudos, que poderão ser cumpridos, concomitantemente ou não, às demais penas previstas neste **Acordo**;

g) durante todo o período de condenação (trinta anos), o **COLABORADOR** ficará obrigado a cooperar ativamente com a produção de estudos, análises, atividades de assessoria e cooperação e outros serviços de apoio em favor do Ministério Público Federal e da Polícia Federal;

h) após o cumprimento das penas na forma dos itens antecedentes (itens "a", "b", "c", "d", "e" e "f"), durante o restante da pena definida na Cláusula 4ª, I, o **COLABORADOR** deverá, semestralmente, informar o seu endereço domiciliar, endereços eletrônicos e telefones, assim como de seus advogados, e fornecer relatório sobre suas atividades ao Juízo da 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e ao **MPF**, assim como deverá observar as demais obrigações não privativas de liberdade constantes neste **Acordo**, excluídas as obrigações constantes nesta cláusula 4ª.

III. O pagamento de **multa e ressarcimento**, que incluirá a reparação e compensação pelos danos causados em todas as ações conexas do **MPF** ao presente nas esferas cível e criminal, cuja destinação será definida pelo Juízo de homologação, no valor de **R$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais)**, dividido em dez parcelas semestrais, conforme estabelecido na tabela abaixo:

Parcela	Valor	Data
1	R$ 3.200.000,00	31/12/2017
2	R$ 1.800.000,00	30/06/2018
3	R$ 5.000.000,00	31/12/2018
4	R$ 5.000.000,00	30/06/2019
5	R$ 5.000.000,00	31/12/2019
6	R$ 5.000.000,00	30/06/2020
7	R$ 5.000.000,00	31/12/2020
8	R$ 5.000.000,00	30/06/2021
9	R$ 5.000.000,00	31/12/2021
10	R$ 5.000.000,00	30/06/2022

IV. o **perdimento**, na forma do art. 7º da Lei nº 9.613/98, dos valores repatriados do exterior, que serão imputados nas parcelas da multa prevista no item III.

V. o **afastamento** de cargos e funções de direção em empresas que negociem ou contratem com o Poder Público pelo período em que estiver cumprindo pena privativa de liberdade;

VI. a **proibição** de, no exercício de suas atividades profissionais, manter contato com agentes públicos pelo período em que estiver cumprindo pena privativa de liberdade;

VII. a **proibição** de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo período em que estiver cumprindo pena privativa de liberdade;

VIII. a **proibição** de operar no mercado financeiro e de capitais pelo período de 8 (oito) anos a partir da homologação deste **Acordo**.

Parágrafo 1º. O **COLABORADOR** deverá depositar o valor da multa previsto no item III em conta judicial vinculada ao Juízo de homologação no prazo de vencimentos das parcelas previstas no presente **Acordo**, corrigido pelo IPCA, se não houver mora do adimplemento, ou pela taxa SELIC (inclusive retroativamente), em caso de mora;

Parágrafo 2º. O atraso injustificado no pagamento da multa importará na incidência de multa de mora de 20%, na correção do débito pela taxa SELIC, e na execução das garantias oferecidas pelo **COLABORADOR**.

Parágrafo 3º. Na hipótese de inadimplemento das parcelas da multa prevista no item III, deverão ser executadas as garantias apresentadas pelo **COLABORADOR**, somente procedendo-se à rescisão do **Acordo** em caso de inadimplemento por má-fé deste.

Parágrafo 4º. O **MPF** pleiteará em favor do **COLABORADOR** os benefícios ora acordados, bem como zelará pela observância dos direitos previstos no art. 5º da Lei nº 12.850/2013.

Parágrafo 5º. O Ministério Público postulará ao Juízo competente que a multa a que se refere o art. 58 do Código Penal seja estipulada, em relação ao **COLABORADOR**, no valor mínimo legal.

Parágrafo 6º. O **COLABORADOR** apresenta, nos APENSOS deste **Acordo**, declaração de todo seu patrimônio, em nome próprio ou de terceiros (pessoas físicas, jurídicas, offshores, trustes, etc.).

Parágrafo 7º. O **COLABORADOR** renuncia aos valores de perdimento mencionados no inciso "IV", os quais encontram-se especificados nos APENSOS deste **Acordo**, mediante a assinatura em favor do **MPF** "termo de renúncia", podendo o **COLABORADOR** optar pela entrega dos bens móveis e imóveis ou pelo depósito judicial do valor atualizado do bem.

Parágrafo 8º. Em caso de pagamento de tributo sobre o valor objeto de perdimento, conforme inciso IV da presente cláusula, no âmbito do regime especial de regularização cambial e tributária (RERCT), instituído pela Lei nº 13.254/2016, o montante recolhido como tributo e multa será deduzido do valor objeto de perdimento, no momento da internalização.

Parágrafo 9º. As declarações e os cálculos apresentados pelo **COLABORADOR**, no tocante aos seus rendimentos, patrimônio e bens objeto de perdimento, para os fins dos incisos "III" e "IV" desta cláusula, poderão ser submetidos pelo **MPF** à análise a fim de confirmar a observância dos critérios ora pactuados.

Parágrafo 10. Os rendimentos e o patrimônio não declarados pelo **COLABORADOR** nos APENSOS deste **Acordo** serão objeto de perdimento, sobre eles incidindo multa adicional de 200% (duzentos por cento) no caso de omissão dolosa.

Parágrafo 11. Após a homologação deste **Acordo**, o **MPF** postulará, no âmbito de competência da 10ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Distrito Federal e do Juízo homologador, o levantamento de todos os bloqueios bancários realizados contra o **COLABORADOR,** bem como todas as demais restrições patrimoniais, decorrentes de quaisquer medidas judiciais, cautelares ou não, em especial as medidas de sequestro e arresto já decretadas em desfavor do **COLABORADOR**.

Parágrafo 12. O valor da multa e do perdimento será considerado integralizado quando comprovado o depósito em conta judicial indicada pelo Juízo de homologação do respectivo montante total.

Parágrafo 13. A integralização de bens e valores que se encontrem no exterior dependerá de iniciativa do **COLABORADOR,** bem como poderá ser realizada por meio de cooperação internacional a cargo do MPF.

Parágrafo 14. Os órgãos do Ministério Público que aderirem ao presente **Acordo** deverão observar os termos estabelecidos nesta cláusula.

Parágrafo 15. Todas as questões relacionadas à execução penal, especialmente sobre permissões de saída e saídas temporárias, serão decididas pela 10ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Parágrafo 16. Eventual inadimplemento da multa não impede a progressão de regime no cumprimento de penas previstas nesta cláusula.

Cláusula 5ª. Atingido ou superado a pena de **30 (trinta) anos**, o **MPF** proporá a suspensão de ações penais em desfavor do **COLABORADOR**, bem como, na forma do art. 4º, § 3º, da Lei nº. 12.850/13 a suspensão dos respectivos prazos prescricionais pelo lapso temporal de 10 (dez) anos.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo de 10 (dez) anos sem a prática de fato imputável ao **COLABORADOR** que justifique a rescisão deste **Acordo**, voltarão a fluir os prazos prescricionais de todos os procedimentos suspensos até a extinção da punibilidade.

Cláusula 6ª. Ocorrendo rescisão do **Acordo** por fato imputável ao **COLABORADOR**, voltarão a fluir todas as ações penais, suspenses em razão do presente **Acordo**, e as penas fixadas ao **COLABORADOR** serão cumpridas nos termos da sentença, de acordo com o art. 33 do Código Penal.

Cláusula 7ª. Caso o **COLABORADOR** desista do **Acordo** antes de sua homologação judicial ou em caso de não homologação judicial, as provas por ele produzidas não poderão ser utilizadas em seu desfavor.

Cláusula 8ª. Após a assinatura do presente **Acordo**, serão colhidos os depoimentos do **COLABORADOR** sobre o conteúdo dos anexos referidos na cláusula 3ª, por meio dos quais o **MPF** verificará a utilidade e fidedignidade dos relatos, e, presentes tais requisitos, o **MPF** submeterá o **Acordo** à homologação judicial.

Parágrafo único. O **MPF** poderá não levar à homologação o **Acordo** cujos depoimentos do **COLABORADOR** não correspondam aos anexos referidos na cláusula 3ª e, neste caso, os relatos e as provas constantes dos respectivos anexos não poderão ser utilizados.

Cláusula 9ª. O **MPF** postulará o reconhecimento apenas do efeito declaratório dos atos de improbidade administrativa objeto de Ações de Improbidade já propostas ou que venham a ser propostas em relação ao **COLABORADOR**, em todas as ações de improbidade de atribuição de signatários ou aderentes deste **Acordo**, submetendo a presente cláusula à homologação perante a 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

Cláusula 10. Caso o **COLABORADOR**, por si ou por seu procurador, solicite medidas para garantia da sua segurança ou da segurança da sua família o **MPF**, a Polícia Federal e o Juízo competente adotarão as providências necessárias para sua inclusão no programa de proteção ao depoente especial, com as garantias previstas nos artigos 8º e 15 da Lei nº 9.807/99.

Cláusula 11. As partes somente poderão recorrer das decisões judiciais vinculadas ao presente **Acordo** no que toca à fixação da pena, do regime de cumprimento e da multa, limitadamente ao que extrapolar os parâmetros do presente **Acordo**.

III – Condições da Proposta

Cláusula 12. Para que do presente **Acordo** proposto pelo **MPF** derivem os benefícios ao **COLABORADOR** nele elencados, especialmente os constantes na cláusula 4ª, a colaboração deve ser voluntária, ampla, efetiva, eficaz e conducente:

a) à identificação dos autores, coautores, partícipes das diversas organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento, bem como à identificação e comprovação das infrações por eles praticadas, que sejam ou que venham a ser do seu conhecimento, inclusive agentes públicos e políticos que tenham praticado ou participado de ilícitos;

b) à revelação da estrutura hierárquica e à divisão de tarefas das organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento;

c) à recuperação total ou parcial do produto e proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa de que tenha ou venha a ter conhecimento, tanto no Brasil, quanto no exterior;

d) à identificação de pessoas físicas e jurídicas utilizadas pelas organizações criminosas supramencionadas para a prática de ilícitos;

e) ao fornecimento de documentos e outras provas materiais, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos deste **Acordo**;

f) entrega de extratos bancários de contas, objeto das investigações, no exterior até a presente data, salvo impossibilidade material de acesso a essas informações devidamente comprovada pelo **COLABORADOR**;

g) autorização expressa, a ser assinada em documento próprio com firma reconhecida em cartório, devendo-se promover o devido apostilamento, em conformidade com a legislação vigente, para que o Ministério Público Federal e a Polícia Federal promovam a busca de todo e qualquer documento ou informação sobre contas bancárias no exterior e empresas *offshores*, bem como qualquer outro documento ou informação que possa envolver sigilo em decorrência da aplicação de lei estrangeira;

h) em razão da celebração do acordo de colaboração, e, especialmente durante o período de cumprimento de pena previsto na cláusula 5ª o **COLABORADOR** obriga-se a, no que lhe for aplicável, colaborar com as medidas preconizadas nos incisos II a VII do art. 3, da Lei nº 12.850/2013.

Cláusula 13. Para tanto, o **COLABORADOR** se obriga, sem malícia ou reservas mentais, a:

a) esclarecer espontaneamente todos crimes que praticou, participou ou tenha conhecimento, os quais são apontados pelo **COLABORADOR** no âmbito deste **Acordo**, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis;

b) falar a verdade incondicionalmente, em todos os procedimentos investigatórios e processos criminais, cíveis, administrativos, disciplinares e tributários;

c) cooperar sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal sob suas expensas a qualquer das sedes do MPF e da POLÍCIA FEDERAL, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial que sejam objeto da presente colaboração;

d) entregar todos os documentos, papeis, escritos, fotografias, gravações de sinais de áudio e vídeo, banco de dados, arquivos eletrônicos, senhas de acesso, etc., de que disponha, quer estejam em seu poder, quer sob a guarda de terceiros, e que possam contribuir, a juízo do **MPF**, para a elucidação dos crimes que são objeto da presente colaboração;

e) indicar o nome e todas as informações de contato de quaisquer pessoas de seu relacionamento que tenham a guarda de elementos de informação ou prova que se mostrem, a critério do **MPF**, relevantes ou úteis;

f) não impugnar, por qualquer meio, o presente acordo de colaboração, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial e resultante de descumprimento do **Acordo** ou da lei pelo **MPF** ou pelo Poder Judiciário;

g) afastar-se completamente de toda e qualquer atividade criminosa;

h) comunicar imediatamente o **MPF** caso seja contatado por qualquer coautor ou partícipe dos esquemas criminosos de que fez parte ou tem conhecimento, exceto por relações que decorram das atividades profissionais e pessoais desde que lícitas, vedado nestas hipóteses tratativas sobre quaisquer fatos objeto deste **Acordo**;

i) guardar decoro pessoal durante o cumprimento das penas privativas de liberdade, bem como comportamento condizente com as normas morais e sociais e a natureza penal das restrições que lhe foram impostas;

j) informar, quando requerido, senhas, logins, contas e outros dados necessários para acessar contas de correio eletrônico e dispositivos eletrônicos utilizados pelo **COLABORADOR**, nos fatos objeto do presente **Acordo**, inclusive fornecendo autorização para autoridades nacionais ou estrangeiras acessarem essas contas e dispositivos;

k) identificar em até 15 (quinze) dias após a assinatura do presente **Acordo** e entregar os respectivos extratos de contas controladas pelo **COLABORADOR**, no Brasil ou no exterior, salvo comprovada impossibilidade de fazê-lo, ainda que para tanto necessite de colaboração de terceiros, às suas expensas;

l) indicar em anexo próprio e manter atualizado números de telefone e endereços eletrônicos próprio e de seu advogado constituído, nos quais o **COLABORADOR** poderá ser notificado para atender no prazo estabelecido pelo **MPF** a qualquer finalidade visando ao pleno cumprimento do **Acordo**;

m) fornecer ao **MPF**, quando requerido, informações e documentação acerca de todas as contas bancárias e telefônicas, bem como, no último caso, autorizações necessárias para que o **MPF** as obtenha diretamente;

n) colaborar amplamente com o **MPF** e com outros Órgãos e autoridades públicas, inclusive a Receita Federal do Brasil e autoridades estrangeiras indicadas pelo **MPF** no que diga respeito aos fatos do presente **Acordo**.

Cláusula 14. O **COLABORADOR** fornecerá ao **MPF** e a outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **MPF**, quando requerido, todos os dados de sua movimentação financeira no Brasil e no exterior, o que inclui, exemplificativamente, todos os documentos cadastrais, extratos, cartões de assinaturas, dados relativos a cartões de crédito, aplicações e identificação de depositantes e beneficiários de transações financeiras, mesmo que as contas não estejam em seu nome e sim no de pessoas físicas ou jurídicas interpostas ou de estruturas patrimoniais personalizadas, tais como empresas *offshore*, *trusts*, fundações pessoais, procuradores, comissários ou agentes, ainda que informalmente constituídos, ou ainda familiares.

Parágrafo 1º. Se, no prazo de 30 (trinta) dias a contar do requerimento, não forem fornecidos ao solicitante as informações e documentos tratados no caput, o **COLABORADOR** autorizará o **MPF** ou outros órgãos nacionais ou estrangeiros indicados pelo **MPF** a acessarem e obterem diretamente tais informações e documentos.

Parágrafo 2º. O **COLABORADOR** assinará termo específico para os fins do *caput*, bem como desde logo renuncia, para a mesma finalidade, ao sigilo deste **Acordo**, limitada a exibição às instituições financeiras relevantes, desde que também se comprometam a respeitar o sigilo no que diz respeito a terceiros.

Cláusula 15. A enumeração de casos específicos nos quais se reclama a colaboração não tem caráter exaustivo, tendo o **COLABORADOR** o dever geral de cooperar com o **MPF** e com outras autoridades públicas por este apontadas, para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados com o objeto deste **Acordo**.

Cláusula 16. Os depoimentos colhidos serão registrados em duas vias, das quais não terá cópia o **COLABORADOR** ou a sua defesa técnica, resguardado o direito de receber, a cada depoimento, atestado de que prestou declarações em determinado dia e horário.

IV – Compartilhamento de Provas.

Cláusula 17. A prova obtida mediante a presente avença de colaboração premiada será utilizada validamente, após a homologação deste, para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos administrativos criminais, ações penais, ações civeis e de improbidade administrativa e inquéritos civis, podendo ser compartilhada também com o Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, a Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional, a PREVIC, os Tribunais de Contas, a Controladoria-Geral da União, a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e a outros órgãos e entes públicos, desde que tais instituições se comprometam a respeitar os termos do presente **Acordo**, para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis, administrativas (inclusive disciplinares), de responsabilidade bem como qualquer outro procedimento público de apuração dos fatos, mesmo que rescindido este **Acordo**, salvo se essa rescisão se der por descumprimento desta avença por exclusiva responsabilidade do **MPF**.

Parágrafo único. Os anexos, depoimentos e provas apresentados pelo **COLABORADOR**, no âmbito do presente **Acordo**, somente poderão ser usados, quanto aos atos de improbidade administrativa, para instruir Ações de Improbidade Administrativa já propostas ou que venham a ser propostas em relação ao **COLABORADOR**, se observado o procedimento estipulado na cláusula 9ª.

Cláusula 18. O **MPF** somente compartilhará os dados, depoimentos, informações e provas com autoridade estrangeira para uso em face do **COLABORADOR**, ou prestará cooperação jurídica internacional para tal finalidade, se a autoridade estrangeira firmar acordo de colaboração específico com o **COLABORADOR** ou lhe fizer proposta formal de acordo cujas condições e o efeito exoneratório sejam, no mínimo, equivalentes aos do presente **Acordo**.

Parágrafo 1º. Os dados, depoimentos, informações e provas decorrentes do presente **Acordo** poderão ser compartilhados com autoridade estrangeira para uso em face do **COLABORADOR** caso as penas privativas de liberdade e as penas restritivas de direito impostas no Brasil sejam computadas na eventual pena imposta pelo Estado Requerente com base nos mesmos fatos.

Parágrafo 2º. Os dados, depoimentos, informações e provas decorrentes do presente **Acordo** poderão ser compartilhados com autoridade estrangeira para utilização em face de terceiros, desde que observados os termos deste **Acordo**.

V – Renúncia à Garantia contra a Autoincriminação e ao Direito ao Silêncio.

Cláusula 19. Ao assinar o acordo de colaboração, o **COLABORADOR**, na presença de seus advogados, está ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, aos quais, nos termos do art. 4°, §14°, da Lei n° 12.850/2013, o **COLABORADOR** renuncia, em especial no que tange aos depoimentos prestados no bojo da presente colaboração, estando ele sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade e não omitir fatos sobre o que lhe for perguntado.

VI – Imprescindibilidade de defesa técnica.

Cláusula 20. Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pelo **COLABORADOR,** assistido por seus defensores.

Parágrafo único. Nos termos do art. 4°, §15°, da Lei n° 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, o **COLABORADOR** deverá estar assistido por ao menos um de seus defensores.

VII – Cláusula de Sigilo.

Cláusula 21. Nos termos do art. 7°, §3°, da Lei n° 12.850/2013, as partes comprometem-se a preservar o sigilo sobre o presente **Acordo**, seus anexos, depoimentos e provas obtidas, o qual será levantado por ocasião do recebimento da(s) denúncia(s), ou da execução de medida(s) cautelare(s) restritiva(s) de direito de terceiro(s) e exclusivamente em relação aos fatos nela(s) contemplados, ou por decisão motivada do **MPF**.

Parágrafo 1°. O sigilo estrito das declarações será mantido enquanto necessário à efetividade das investigações em curso, inclusive quanto ao teor do próprio anexo, a juízo do **MPF** e do Poder Judiciário, nos termos do enunciado sumular vinculante de n° 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Parágrafo 2°. O **MPF** poderá fazer uso perante o Juízo homologatório dos depoimentos e documentos fornecidos pelo **COLABORADOR** logo após a submissão do presente **Acordo** à homologação judicial.

Parágrafo 3°. Após o recebimento da denúncia ou execução de medida(s) cautelare(s) restritiva(s) de direito de terceiro(s), eventuais acusados/investigados incriminados ou pessoas cujo direito tenha sido restringido em virtude de medidas cautelares, desde que em virtude da cooperação do **COLABORADOR**, poderão ter vista deste documento, bem como dos respectivos anexos e depoimentos que tenham embasado a investigação que ensejou a denúncia ou medida cautelar, mediante autorização judicial.

Parágrafo 4°. Os anexos, depoimentos e provas não relacionados à denúncia ou à medida cautelar, serão mantidos em sigilo enquanto for necessário para a preservação da efetividade das investigações, nos termos do enunciado sumular vinculante de n° 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

Parágrafo 5°. O presente sigilo estende-se aos eventuais arquivos de áudio e vídeo dos depoimentos prestados no bojo do presente **Acordo**, inclusive na fase judicial.

Cláusula 22. As partes signatárias se comprometem a preservar o sigilo do presente **Acordo** e de seus anexos perante qualquer autoridade distinta do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS, PODER JUDICIÁRIO e POLÍCIA FEDERAL, enquanto o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL entender que a publicidade prejudicará a efetividade das investigações.

Cláusula 23. Dentre os defensores do **COLABORADOR** somente terão acesso ao presente **Acordo** e às informações dele decorrentes os advogados signatários deste termo ou os advogados que forem por estes substabelecidos com esta específica finalidade.

VIII – Homologação Judicial

Cláusula 24. Para ter eficácia, o presente termo de colaboração será levado à homologação do Juízo competente para a apreciação dos fatos relatados em função do **Acordo**, acompanhado das declarações do **COLABORADOR**, nos temos do art. 4°, §7°, da Lei n° 12.850/2013.

IX – Rescisão

Cláusula 25. O **Acordo** perderá efeito, respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa, considerando-se rescindido nas seguintes hipóteses:

a) se o **COLABORADOR** descumprir, dolosamente, qualquer dos dispositivos deste **Acordo**;

b) se o **COLABORADOR** mentir ou omitir, total ou parcialmente, em relação a fatos ilícitos que praticou, participou ou tem conhecimento;

c) se o **COLABORADOR** recusar-se a prestar qualquer informação relacionada ao objeto deste **Acordo** de que tenha conhecimento;

d) se o **COLABORADOR** recusar-se a entregar documento, prova ou senha que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, o **COLABORADOR** indicar ao **MPF** a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido para a adoção das providências cabíveis;

e) se ficar provado que, após a celebração do **Acordo**, o **COLABORADOR** sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade, assim como fatos ilícitos de que tivesse conhecimento;

f) se o **COLABORADOR** vier a praticar qualquer outro crime doloso da mesma natureza dos fatos em apuração após a homologação judicial desse **Acordo**;

g) se o **COLABORADOR** fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça;

h) se o sigilo a respeito deste **Acordo** for quebrado por parte do **COLABORADOR**;

i) se o **COLABORADOR**, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste **Acordo**;

j) se o **COLABORADOR**, podendo, não quitar nos prazos estabelecidos neste **Acordo** as multas nele previstas.

Parágrafo único. Eventual decisão sobre a rescisão prevista nesta cláusula respeitará o princípio da proporcionalidade e razoabilidade, levando em consideração o efetivo prejuízo gerado por eventual descumprimento dos termos do **Acordo** e a integralidade da colaboração prestada.

Cláusula 26. Rescindido o **Acordo** por responsabilidade exclusiva do **COLABORADOR**, todos os benefícios pactuados em seu favor no presente **Acordo**, deixarão de ter efeito, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que houver apresentado, bem como mantidos quaisquer valores pagos a título de multa nos termos deste **Acordo**.

Cláusula 27. Rescindido o **Acordo** por responsabilidade exclusiva do **MPF**, o **COLABORADOR** poderá, a seu critério, cessar a colaboração, assegurada a manutenção dos benefícios já concedidos e provas já produzidas.

Cláusula 28. O **COLABORADOR** fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto de colaboração, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizado pelo crime previsto no art. 19 da Lei nº 12.850/2013, cuja pena é de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste **Acordo**.

X – Declaração de aceitação.

Cláusula 30. Nos termos do art. 6º, inc. III, da Lei nº 12.850/2013, o **COLABORADOR**, assistido por seus defensores, declara a aceitação ao presente **Acordo** de livre e espontânea vontade e, por estarem concordes, firmam as partes o presente acordo de colaboração premiada.

E assim, lido e achado conforme o presente **Acordo**, vai assinado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam todos os correspondentes efeitos jurídicos.

Brasília, 21 de agosto de 2017.

Colaborador:

LÚCIO BOLONHA FUNARO
CPF 173.318.908-40

Advogados:

Antônio Augusto Figueiredo Bastos
OAB/PR 16.950

Luis Gustavo Rodrigues Flores
OAB/PR 27.865

Maria Francisca Sofia Nedeff Santos
OAB/PR 77.507

Ministério Público Federal:

Anna Carolina Resende Maia
Procuradora da República

Ronaldo Pinheiro Queiroz
Procurador Regional da República

Anselmo Henrique Cordeiro Lopes
Procurador da República

Sérgio Bruno Cabral Fernandes
Promotor de Justiça

Rodrigo Telles de Souza
Procurador da República

Maria Clara Barros Noleto
Procuradora da República

APÊNDICE G – Orientação Conjunta nº 1/2018 Acordos de Colaboração Premiada

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão – Combate à Corrupção

ORIENTAÇÃO CONJUNTA Nº 1/2018

ACORDOS DE COLABORAÇÃO PREMIADA

As 2ª e 5ª Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal,

Considerando que compete às Câmaras de Coordenação e Revisão (CCR) promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais que atuem em ofícios ligados ao setor de sua competência, encaminhando-lhes informações técnico-jurídicas, observado o princípio da independência funcional (Lei Complementar nº 75/93, artigo 62, I e III);

Considerando a necessidade de divulgar os parâmetros que vêm sendo exigidos para a homologação de acordos de colaboração premiada perante o Ministério Público Federal (MPF), assim como os aprimoramentos identificados por esta Câmara, a partir da análise de acordos de leniência submetidos à sua apreciação;

Considerando as boas práticas desenvolvidas nos acordos anteriormente firmados pelo Ministério Público Federal, que permanecem inteiramente válidos e eficazes, servindo o presente normativo como orientação para novos acordos;

Considerando os estudos realizados pela Comissão Permanente de Assessoramento para Acordos de Leniência e Colaboração Premiada, vinculada à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão;

Considerando, por fim, que a proposta apresentada pela Comissão Permanente foi aprovada pela 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, por ocasião de sua 151ª Sessão de Coordenação, realizada em 21 de maio de 2018, e pela 5ª Câmara, em sua 996ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018;

RESOLVEM expedir a seguinte ORIENTAÇÃO, a ser observada na elaboração e assinatura de acordos de colaboração premiada:

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

TÍTULO I
DAS ORIENTAÇÕES PROCEDIMENTAIS

Capítulo I
DA DEFINIÇÃO E FINALIDADE

1. O acordo de colaboração premiada é negócio jurídico processual, meio de obtenção de prova, que pressupõe utilidade e interesse públicos, os quais são atendidos desde que advenha um ou mais dos resultados previstos no art. 4º da Lei 12.850/2013 e pode ser celebrado em relação aos crimes previstos no Código Penal e na legislação extravagante.

2. A exclusividade para celebração de acordo de colaboração premiada pelo Ministério Público Federal não impede o auxílio ou a cooperação da Polícia Federal.

CAPÍTULO II
DA INSTAURAÇÃO

3. O procedimento para formalização do acordo de colaboração premiada deverá ser autuado como "Procedimento Administrativo", em caráter confidencial no Sistema Único, ainda que relacionado a outro procedimento judicial ou extrajudicial, observando-se, especialmente e no que couber, o disposto no art. 4º, §§ 7º e 13, da Lei 12.850/2013.

3.1. No caso de não haver prévia investigação ou procedimento administrativo instaurado anteriormente, ou não sendo de conhecimento do investigado sua existência, as unidades do Ministério Público Federal deverão providenciar para que o advogado ou defensor do proponente a colaborador, ou o respectivo pedido escrito, sejam encaminhados ao Procurador-distribuidor ou coordenador da área, consoante as normas internas de cada unidade, para distribuição antecipada do caso, visando identificar o Procurador natural do feito, resguardando-se sempre o caráter confidencial da matéria.

3.2. A instauração e o arquivamento do procedimento administrativo referido no item 3.1, assim como a celebração de acordo de colaboração na forma desta Orientação, deverão ser comunicadas à CCR respectiva, apenas com a indicação de numeração no sistema informatizado de tramitação do MPF, para acompanhamento e registros estatísticos, e sem a informação das partes e do objeto, para garantia do devido sigilo,

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

4. O recebimento da proposta para formalização de acordo de colaboração demarca o início das negociações e constitui também marco de confidencialidade, configurando violação de sigilo e quebra da confiança e da boa-fé a divulgação de tais tratativas iniciais ou de documento que as formalize, até o levantamento de sigilo por decisão judicial ou nos termos do art. 7º, § 3º, da Lei 12.850/2013.

4.1. A proposta de acordo de colaboração premiada poderá ser sumariamente indeferida, com a devida justificativa, cientificando-se o interessado;

4.2. Caso não haja indeferimento sumário, as partes deverão firmar *Termo de Confidencialidade* para prosseguimento das tratativas;

4.3. O recebimento de proposta de colaboração para análise ou o *Termo de Confidencialidade* não implicam, por si sós, a suspensão de medidas específicas de litigância, ressalvado o disposto no item 17;

4.4. Os T*ermos de recebimento de proposta de colaboração* e de *confidencialidade* serão elaborados pelo Membro do Ministério Público oficiante e assinados por ele, pelo colaborador e advogado, ou defensor público com poderes específicos.

CAPÍTULO III
DA INSTRUÇÃO

5. A proposta de colaboração premiada deve estar instruída com procuração do interessado com poderes específicos para iniciar o procedimento de colaboração e suas tratativas, ou firmada pessoalmente pela parte que pretende a colaboração e seu advogado ou defensor público.

5.1. O Membro deve adotar procedimentos visando assegurar a confidencialidade do acordo de colaboração premiada.

6. A proposta de colaboração é retratável por qualquer das partes até a assinatura do acordo, nos termos do art. 4º, § 10, da Lei 12.850/2013.

7. Os principais atos do procedimento e suas tratativas, incluindo a entrega de documentos e elementos de prova pelo colaborador deverão ser registrados nos autos do "Procedimento Administrativo", mediante atas minimamente descritivas, com as informações sobre data, lugar, participantes e breve sumário dos assuntos tratados, ou, se possível, ser objeto de gravação audiovisual.

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42E40150.32C24FFA.52D9ACB4

8. O Membro do MPF oficiante deve empregar todos os esforços a fim de bem esclarecer ao interessado e ao seu defensor, desde o início do procedimento, suas tratativas e antes de qualquer ato de colaboração, em que consiste o instituto da colaboração premiada, o respectivo procedimento previsto em lei e nesta Orientação Normativa, os benefícios possíveis em abstrato, a necessidade de sigilo e outras informações pertinentes, em ordem a viabilizar o consentimento livre e informado.

9. As negociações devem ser preferencialmente realizadas por mais de um Membro do Ministério Público Federal. Em caso de absoluta impossibilidade, o Membro oficiante adotará outras medidas para preservação da integridade do procedimento de colaboração premiada, especialmente contra riscos ao sigilo, aos elementos probatórios amealhados, à imagem e à pessoa do colaborador, devendo, nesta hipótese, designar servidor da unidade, sob compromisso, para acompanhar diligências e reuniões.

10. Nenhuma tratativa sobre colaboração premiada deve ser realizada sem a presença do advogado constituído ou Defensor Público.

> **10.1.** Em caso de eventual conflito de interesses, ou de colaborador hipossuficiente, o órgão do Ministério Público oficiante deverá solicitar a presença de outro advogado ou a participação de Defensor Público.

11. O acordo de colaboração premiada poderá ser precedido de instrução, quando houver necessidade de identificação ou complementação de seu objeto, dos fatos narrados, sua definição jurídica, relevância, utilidade e interesse público.

12. É possível a realização de diligências investigatórias pelo Ministério Público Federal antes da celebração do acordo de colaboração, visando corroborar as provas e informações apresentadas pelo colaborador, de modo a confirmar seu potencial antes da fixação de benefícios.

> **12.1.** Enquanto existirem fatos dependentes de apuração para a confirmação das propostas, pode-se, por cautela, promover-se o pré-acordo de colaboração, indicado para o registro dos termos negociados.

13. Incumbe à defesa instruir a proposta de colaboração e os anexos com os fatos adequadamente descritos, com todas as suas circunstâncias, indicando as provas e os elementos de corroboração.

> **13.1.** Cada fato típico descrito ou conjunto de fatos típicos intrinsecamente ligados deverá ser apresentado em termo próprio e apartado (anexo) a fim de manter o necessário sigilo sobre cada um deles e possibilitar sua investigação individualizada;
>
> **13.2.** Os anexos devem conter, no mínimo, os seguintes elementos:

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

a) descrição dos fatos delitivos;

b) duração dos fatos e locais de ocorrência;

c) identificação de todas as pessoas envolvidas;

d) meios de execução do crime;

e) eventual produto ou proveito do crime;

f) potenciais testemunhas dos fatos e outras provas de corroboração existentes em relação a cada fato e a cada pessoa;

g) estimativa dos danos causados;

13.3. Os anexos poderão consistir em termos de autodeclaração assinados pelo colaborador e seu advogado ou Defensor Público;

13.4. No momento de tomada dos depoimentos, cada anexo originará um termo de declarações;

13.5 A colheita dos depoimentos deve ser feita, sempre que possível, com gravação audiovisual e redução a termo dos depoimentos prestados pelo colaborador;

13.6. A gravação audiovisual deve ser realizada separadamente, em relação a cada termo de depoimento do colaborador, visando preservar o sigilo das demais investigações.

14. Desde o início das tratativas, o Membro do Ministério Público Federal deve se preocupar em analisar se os fatos apresentados pelo colaborador estão suficientemente corroborados por outros elementos probatórios, inclusive externos e em poder de terceiros, ou se serão passíveis de corroboração, tendo em vista as técnicas de investigação normalmente desenvolvidas, observando-se o disposto no art. 4º, § 16, da Lei 12.850/2013.

15. Se o Membro oficiante entender que os fatos não estão suficientemente descritos ou com indicação incompleta das provas de corroboração, deverá adotar atos de certificação, incluindo a realização de entrevista do proponente, podendo restituir os anexos à parte interessada para que os complemente.

CAPÍTULO IV
DOS BENEFÍCIOS E DAS CLÁUSULAS

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

16. A fase de discussão dos eventuais benefícios somente deverá ser iniciada após a definição sobre os fatos delitivos a serem narrados pelo colaborador e a suficiência dos anexos e dos elementos de corroboração.

17. Definidos os fatos que serão objeto do acordo de colaboração premiada, as partes podem estabelecer, consensualmente, a suspensão de medidas específicas de litigância, para evitar a propositura de medidas processuais penais cautelares e assecuratórias, bem como medidas processuais cíveis admitidas pela legislação processual civil em vigor, inclusive as previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Lei n° 8.429/1992).

18. Ao propor os benefícios, o Membro do Ministério Público Federal deve considerar parâmetros objetivos, dentre os quais: quantidade de fatos delitivos narrados pelo colaborador; oportunidade da colaboração (ou seja, o momento em que revelou os fatos desconhecidos à investigação); a natureza e credibilidade da descrição dos fatos narrados; a culpabilidade do agente em relação ao fato; os antecedentes criminais; a disposição do agente em cooperar com a investigação e persecução de outros fatos; os interesses da vítima; o potencial probatório da colaboração e outras consequências em caso de condenação; as provas apresentadas pelo colaborador e as linhas de investigação ampliadas.

19. O Membro do Ministério Público Federal não deve se comprometer com benefícios inexequíveis e que dependam da concordância de órgãos não envolvidos na negociação.

20. O benefício de não exercício da ação penal somente deverá ser proposto em situações extraordinárias. Além dos requisitos do art. 4º, § 4º, da Lei 12.850/2013, devem ser considerados os seguintes parâmetros:

a) a gravidade da ofensa e a importância do caso para se alcançar efetiva aplicação e observância das leis penais;

b) o valor da potencial declaração ou das provas a serem produzidas para a investigação ou para o processo;

c) a qualidade do material probatório apresentado e das declarações do colaborador;

d) a culpabilidade da pessoa em relação aos outros acusados;

e) a possibilidade de processar de maneira eficaz o acusado, sem a concessão do benefício de não exercício da ação penal;

f) reparação integral do dano, se for o caso.

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42E40150.32C24FFA.52D9ACB4

21. O acordo de colaboração premiada, em sua versão final, será firmado com a assinatura do colaborador e seu defensor.

21.1. Deve-se garantir que o colaborador tenha ciência inequívoca sobre os termos do acordo, observado, ainda, o disposto no art. 4º, §§ 14 e 15, da Lei 12.850/2013, especialmente quanto à renúncia ao direito ao silêncio e ao compromisso de dizer a verdade;

21.2. O Membro do Ministério Público Federal oficiante deve verificar pessoalmente se o colaborador compreendeu o que significa a colaboração premiada e todos os termos do acordo, zelando pelo seu consentimento informado e pela conformidade dos anexos com as informações por ele prestadas.

22. No acordo de colaboração premiada, o colaborador deve narrar todos os fatos ilícitos em relação aos quais concorreu.

22.1. É também cabível a celebração de acordo de colaboração ainda que algum dos resultados previstos no art. 4º, I, II, III, IV e V, da Lei 12.850 advenha unicamente em relação a fato(s) diverso(s) daquele(s) para o(s) qual(is) o colaborador tenha concorrido.

23. No caso de os fatos narrados envolverem a atribuição de outros Membros do Ministério Público Federal (atuações em órgãos judiciais diversos), o Membro então oficiante deverá, observada a conveniência e especificidades do caso concreto, alternativamente:

23.1. convidar o(s) Membro(s) com atribuição concorrente para participar das tratativas de formalização do acordo; ou

23.2. submeter o caso à CCR do MPF, de acordo com a temática respectiva, para os fins do art. 62, I e VI, da Lei Complementar nº 75/93; ou

23.3. firmar o acordo e submetê-lo, posteriormente à homologação, aos demais Procuradores naturais, que poderão aceitar e aderir aos respectivos termos, caso em que receberão todas as provas produzidas, ou recusá-los, com a devolução de todas as provas e informações ao colaborador, sob a perspectiva dos princípios da confiança e da boa-fé, que devem reger as tratativas, a pactuação e o compartilhamento da prova;

23.4. encaminhar os autos ao Membro que tiver atribuição concorrente, a fim de que seja analisado o interesse na celebração do acordo de forma integral, não sendo impeditiva à

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

celebração do acordo, no entanto, a recusa ou a falta de interesse, devidamente declaradas, ocasião em que o acordo não contemplará os fatos recusados.

24. O acordo de colaboração deve conter cláusulas que tratem, pelo menos, dos seguintes pontos:

24.1. BASE JURÍDICA (Artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 13 a 15 da Lei n. 9.807/99, no art. 1°, § 5°, da Lei 9.613/98, no art. 26 da Convenção de Palermo, no art. 37 da Convenção de Mérida, artigos 3º, § 2º e § 3º, do Código de Processo Civil, e nos artigos 4° a 8° da Lei 12.850/2013);

24.2. QUALIFICAÇÃO DO COLABORADOR;

24.3. DEMONSTRAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO: a) oportunidade do acordo;

b) efetividade e utilidade do acordo: relativa à capacidade real de contribuição do colaborador para a investigação, por meio do fornecimento de elementos concretos que possam servir de prova;

c) explicitação sobre quantos e quais são os fatos ilícitos e pessoas envolvidas que ainda não sejam de conhecimento do Ministério Público Federal;

d) indicação dos meios pelos quais se fará a respectiva prova.

24.4. OBJETO DO ACORDO:

a) descrição genérica dos fatos que serão revelados e por quem, visando preservar o sigilo das investigações; a descrição específica deverá ser feita nos anexos individualizados, na forma do item 13;

b) deve ser demonstrada a relevância das informações e provas; não basta que os fatos e provas sejam novos; precisam ser aptos a revelar e a desmantelar a forma de cometimento dos ilícitos;

c) deve haver previsão sobre como se procederá em caso de revelação de novos fatos, depois de celebrado o acordo (possível aditamento do acordo, com previsão das consequências do aditamento).

24.5. OBRIGAÇÕES DO COLABORADOR (mínimas):

a) relativas às informações e provas relevantes (formas, prazos, locais etc);

b) compromisso de cessar as condutas ilícitas;

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42E40150.32C24FFA.52D9ACB4

c) compromisso, durante toda a vigência do acordo de colaboração, de colaborar de forma plena, sem qualquer reserva, com as investigações, portando-se sempre com honestidade, lealdade e boa-fé;

d) falar a verdade, incondicionalmente, em todas as investigações (inclusive nos inquéritos policiais e civis, ações civis, procedimentos administrativos disciplinares e tributários), além de ações penais em que doravante venha a ser chamado a depor na condição de testemunha ou interrogado, nos termos do acordo;

e) pagamento de valor relativo à antecipação de reparação de danos, ressalvada a prerrogativa de outros órgãos, instituições, entidades ou pessoas de buscarem o ressarcimento que entenderem lhes ser devido;

f) pagamento de multa;

g) prestar garantias do cumprimento da multa e da antecipação de reparação de danos;

h) declarar que as informações prestadas são verdadeiras e precisas, sob pena de rescisão;

i) declarar todos os bens que são de sua propriedade, ainda que em nome de terceiros, sob pena de conduta contrária ao dever de boa-fé e rescisão do acordo;

j) obrigação de o COLABORADOR adotar conduta processual compatível com a vontade de colaborar (vedação ao *venire contra factum proprium).*

24.6. COMPROMISSOS DO MPF:

a) estipular benefícios penais ao colaborador;

b) estabelecer a forma de cumprimento dos benefícios;

c) defender perante terceiros a validade e eficácia de todos os termos e condições do acordo.

24.7. ADESÃO E COMPARTILHAMENTO DE PROVAS (v. item 39);

24.8. COOPERAÇÃO COM AUTORIDADES ESTRANGEIRAS (v. item39);

24.9. RENÚNCIA AO EXERCÍCIO DA GARANTIA CONTRA A AUTOINCRIMINAÇÃO E DO DIREITO AO SILÊNCIO;

24.10. PREVISÃO DE GARANTIA REAL OU FIDEJUSSÓRIA (v. item 30);

24.11. RESCISÃO: HIPÓTESES E CONSEQUÊNCIAS: inclusive com previsão de cláusula penal, correção monetária e juros;

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

24.12. PREVISÃO SOBRE O JUÍZO PERANTE O QUAL SERÁ REQUERIDA A HOMOLOGAÇÃO;

24.13. PREVISÃO DA NECESSIDADE DE SIGILO (até decisão judicial em contrário);

24.14. DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO (pelo advogado e pelo colaborador);

24.15. EFEITOS CIVIS DO ACORDO (v. item35);

25. Os acordos de colaboração deverão sempre prever cláusula de boa-fé e confiança, por meio da qual o colaborador deve declarar se procurou previamente outro órgão ou outra unidade do Ministério Público para tentativa de acordo;

26. O benefício penal previsto no acordo de colaboração premiada poderá ser definido de acordo com as seguintes técnicas:

26.1. *preferencialmente*, pelo estabelecimento de marcos punitivos máximos, a serem concretizados em apreciação judicial com os seguintes elementos sugeridos, segundo os indicativos legais:

a) patamar máximo unificado de pena decorrente do somatório das sentenças condenatórias, o qual, ao ser atingido, levará à suspensão das demais ações e investigações em curso e seus respectivos prazos prescricionais;

b) pena que será efetivamente cumprida pela parte em regimes a serem definidos no acordo;

c) suspensão do cumprimento da diferença entre o máximo unificado da pena e a pena que será efetivamente cumprida, com possibilidade de retomada do cumprimento do máximo unificado da pena em caso de rescisão ou descumprimento do acordo; ou

26.2. *alternativamente*, estabelecimento de patamares mínimos e máximos, a serem delimitados por ocasião da sentença, para cumprimento da pena.

27. O acordo pode prever, como indicativo para a resposta penal a ser concretizada em sede judicial, além da pena unificada para o montante de fatos e a pena a ser efetivamente cumprida, eventuais penas restritivas de direito, o regime inicial de cumprimento da pena, a progressão de regimes, a suspensão condicional da pena, a suspensão condicional do processo, a suspensão do prazo prescricional e a aplicação dos institutos da remissão e detração. Em caso da previsão de regimes diferenciados, suas regras devem ser detalhadas no acordo.

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42E40150.32C24FFA.52D9ACB4

27.1. O acordo de colaboração premiada pode também prever o valor da multa penal, o valor ou os bens objeto de perdimento e sua destinação, o valor mínimo da reparação do dano e sua destinação às vítimas dos delitos, quando couber.

28. Em caso de omissão na previsão dos benefícios no termo de acordo de colaboração premiada, serão observadas as disposições do Código Penal e da Lei de Execuções Penais, quanto ao regime de cumprimento da pena.

29. O acordo de colaboração premiada pressupõe que o colaborador cesse o envolvimento com qualquer conduta ilícita, sob pena de rescisão do acordo no caso de continuidade das práticas ilícitas.

30. O acordo de colaboração deve, sempre que possível, prever cláusula de garantia real ou fidejussória para o seu cumprimento, com o devido registro na matrícula, em caso de imóvel, sem prejuízo da pena de ressarcimento.

30.1. Sem prejuízo das garantias, é recomendável a previsão de cláusula penal.

31. O acordo de colaboração deve prever como efeito imediato, após sua homologação, a perda do produto ou proveito da atividade criminosa e a forma de execução dos bens dados como garantia da indenização do dano e do pagamento da multa.

32. Nos crimes perpetrados em benefício ou interesse de pessoa jurídica, o acordo de colaboração premiada poderá prever obrigações acessórias, como a interdição de direitos, adequadas ao caso concreto, a depender da situação societária ou da profissão do colaborador, vedada a imposição de restrições por prazo indeterminado e observada a proporcionalidade.

32.1. Nos casos em que o colaborador for o titular do controle societário de pessoa jurídica envolvida nos atos, é recomendável e podem ser incluídas nos acordos de colaboração, obrigações de governança corporativa e *compliance,* inclusive nas demais empresas por ele controladas direta ou indiretamente, emissão de relatórios periódicos de atividades, afastamento das atividades empresariais por período certo, assim como o monitoramento e auditorias externas aprovadas pelo Ministério Público Federal, às expensas do colaborador.

33. O acordo de colaboração deve prever a recorribilidade da sentença condenatória ou absolutória somente na parte que extrapolar os limites do acordo, como desdobramento do princípio do *nemo potest venire contra factum proprium.*

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42E40150.32C24FFA.52D9ACB4

34. O acordo pode prever a possibilidade de o Ministério Público Federal, a seu critério, conceder melhor benefício ao colaborador, considerando-se a relevância da colaboração prestada, ainda que tal benefício não tenha sido previsto na proposta inicial (art. 4º, § 2º, da Lei 12.850/2013).

35. O acordo pode prever efeitos cíveis, no âmbito de atribuição do MPF, que devem ser homologados pela competente Câmara de Coordenação e Revisão, observado o princípio do promotor natural. Os efeitos cíveis poderão consistir, dentre outros, em:

a) antecipação da reparação dos danos causados à vítima, ainda que parcial;

b) compromisso de não propor ações civis públicas de reparação, da lei anticorrupção ou qualquer outra ação com pedido condenatório;

c) compromisso de suspender o trâmite processual ou a execução das sentenças condenatórias obtidas em ações de improbidade administrativa, a partir do cumprimento e satisfação dos termos do acordo.

d) estipulação de cumprimento voluntário de penalidades previstas na lei de improbidade administrativa ou na lei anticorrupção.

CAPÍTULO V
DO ENCERRAMENTO

36. Se o Juízo deixar de homologar o acordo de colaboração ou discordar dos benefícios concedidos, o Ministério Público Federal defenderá o acordo mediante a propositura das medidas processuais cabíveis.

37. O descumprimento do acordo e a causa da sua rescisão deverão ser levados ao juízo, observado o contraditório e preservada a validade de todas as provas produzidas até a rescisão, mediante as seguintes alternativas:

a) instauração de procedimento administrativo, quando necessário coletar novas evidências sobre as causas de rescisão, que será levado ao juízo em seguida;

b) provocação direta do juízo, quando a causa de rescisão for constatada sem a necessidade de novos dados ou evidências.

38. É recomendável a inserção de cláusula com previsão de sanções ao colaborador que omitir informações pontuais, quanto a um elemento probatório ou a agentes diversos, circunstância que pode

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42E40150.32C24FFA.52D9ACB4

não ensejar, por si só, a rescisão do acordo, caso fornecida a devida complementação e esclarecimentos, independentemente da aplicação de penalidades pela omissão.

39. As provas decorrentes do acordo de colaboração premiada poderão ser compartilhadas com outros órgãos e autoridades públicas nacionais, para fins cíveis, fiscais e administrativos, e com autoridades públicas estrangeiras, inclusive para fins criminais, com a ressalva de que tais provas não poderão ser utilizadas contra os próprios colaboradores para produzir punições além daquelas pactuadas no acordo. Esta ressalva deve ser expressamente comunicada ao destinatário da prova, com a informação de que se trata de uma limitação intrínseca e subjetiva de validade do uso da prova, nos termos da Nota Técnica nº 01/2017, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.

40. Na hipótese de não ser celebrado o acordo, ressalvadas linhas de investigação absolutamente independentes, o Ministério Público não poderá se valer das informações ou provas apresentadas pelo colaborador para qualquer outra finalidade.

41. O procedimento encerrado pela frustração das tratativas deve ser arquivado na própria unidade ministerial, cuidando-se de garantir sua confidencialidade e a restituição dos elementos de convicção e prova ao interessado, com certificação formal de tais providências e cientificação à CCR respectiva para efeitos de registros, controle e coordenação.

42. O acordo de colaboração firmado deve ser submetido à homologação judicial após colhidos os depoimentos do colaborador, sem prejuízo do disposto nos itens 12 e 15 (diligências certificatórias).

43. Eventual acordo de colaboração firmado no curso do processo deve ser imediatamente juntado aos autos, em especial antes da audiência de instrução e julgamento. A depender do momento da juntada do acordo de colaboração premiada, o Membro do Ministério Público deve considerar pedir a aplicação do procedimento previsto no art. 384 do CPP, assegurando que os demais acusados possam produzir provas, nos termos do § 4º do referido artigo.

44. Os fatos praticados em concurso de agentes, entre o colaborador e eventual detentor de foro por prerrogativa de função, devem ser encaminhados ao Procurador-Geral da República ou a Procurador Regional da República com atribuição para atuar.

44.1. O órgão ministerial com atribuição para análise do fato, cuja apuração e processamento devam observar a competência do foro por prerrogativa de função, verificará o interesse e utilidade na celebração do acordo de colaboração de forma global.

44.2. Não sendo o caso ou não havendo interesse em celebrar o acordo de colaboração de forma global, relativo a fato sujeito a apuração e processamento com observância de

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

competência do foro por prerrogativa de função, a proposta poderá ser devolvida a outra instância para prosseguimento, em relação a fato(s) de sua alçada de atribuição.

44.3. A recusa ou a falta de interesse de uma instância na celebração de acordo de colaboração não constitui impedimento para outra instância fazê-lo, em relação a fato(s) de sua atribuição.

TÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

45. Caso o proponente ou o colaborador se encontrem presos, é recomendável que fiquem separados de outros colaboradores ou de outros corréus, devendo o Membro oficiante requerer tais providências ao Juízo competente.

46. O Membro do Ministério Público deve zelar pela preservação da integridade física do colaborador preso, podendo requerer que permaneça em local apropriado à condição de colaborador ou em ala segura.

47. Eventuais dúvidas poderão dirimidas pelas CCRs do MPF, de acordo com as temáticas respectivas.

Brasília, 23 de maio de 2018.

LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 2ª CCR

MÔNICA NICIDA GARCIA
Subprocuradora-Geral da República
Coordenadora da 5ª CCR

JOSÉ ADONIS CALLOU DE ARAÚJO SÁ
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular da 2ª CCR

MARIA HILDA MARSIAJ PINTO
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular da 5ª CCR

JULIANO BAIOCCHI VILLA-VERDE DE CARVALHO
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular da 2ª CCR

RENATO BRILL DE GÓES
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular da 5ª CCR

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 236189D6.42B40150.32C24FFA.52D9ACB4

JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA
Subprocurador-Geral da República
Membro Suplente da 2ª CCR

MARIA HELENA DE CARVALHO
NOGUEIRA DE PAULA
Procuradora Regional da República
Membro Suplente da 2ª CCR

Assinado digitalmente em 24/05/2018 17:45. Para verificar a autenticidade acesse http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento. Chave 23618906.42E40150.32C24FFA.52D9ACB4

APÊNDICE H – Orientação do MPF sobre Medidas Cautelares - nº 4/2014

ÚNICO PGR-_____/_____

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
7A CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO (CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL E SISTEMA PRISIONAL)

ORIENTAÇÃO Nº 4/2014

Assunto: Orienta os membros do Ministério Público Federal acerca da propositura de medidas cautelares referentes a investigações em inquéritos policiais

A 7ª Câmara de Coordenação e Revisão,

- Considerando o que foi proposto pela plenária de seu 1º Encontro Nacional, realizado em Brasília, em 2 a 4/12/2014, bem como a deliberação por ocasião de sua 6ª Sessão Ordinária de Coordenação, realizada aos 10 de dezembro de 2014;

- Considerando as representações policiais dirigidas diretamente ao Juízo, pleiteando o deferimento de medidas cautelares;

- Considerando a ausência de capacidade postulatória das autoridades policiais;

- Considerando ser o Ministério Público o titular privativo da ação penal pública,

ORIENTA os membros do Ministério Público Federal a, respeitada a independência funcional, pugnarem pelo não conhecimento de pedido de medida cautelar formulado por autoridade policial diretamente ao Juízo, sem prejuízo de pleitearem a medida cautelar, em petição própria, quando a entenderem pertinente.

Brasília, 10 de dezembro de 2014

Mario Luiz Bonsaglia
Subprocurador-Geral da República
Coordenador

Carlos Frederico Santos
Subprocurador-Geral da República
Membro Titular

Mônica Nicida Garcia
Subprocuradora-Geral da República
Membro Titular

SAF Sul, Quadra 4, Conjunto C, Bloco B, Sala 515 – CEP 70050-900 – Brasília-DF
Tel. (61) 3105-8171 – Fax: (61) 3105-8182 – http://7ccr.mpf.mp.br/ – 7ccr@mpf.mp.br

APÊNDICE I – Decisão Ricardo Lewandowski

PETIÇÃO 7.265 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Trata-se de pedido de homologação de acordo de colaboração premiada apresentado pela Procuradoria-Geral da República, nos seguintes termos:

> "O Ministério Público Federal traz ao conhecimento do Supremo Tribunal Federal conteúdo de acordo de colaboração firmado com RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA (fls. 5/21), em conformidade com o art. 129, I, da Constituição da República, os arts. 4°, 5°, 6°, 7° e 8° da Lei n. 12.850/13, os arts. 13, 14 e 15 da Lei n. 9.807/99 e o art. 1º, § 5°, da Lei n. 9.613/98.
>
> Por meio de advogados regularmente constituídos, fazendo uso de meio legalmente posto à sua defesa, RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA dispôs-se a colaborar com as investigações, confessando delitos por ele cometidos, e declinando fatos ilícitos que ainda não eram do conhecimento das autoridades, corroborando-os com provas em seu poder ou a seu alcance.
>
> O ajuste possibilita a investigação e futuras ações penais por crimes praticados contra a administração pública, a ordem tributária, lavagem e ocultação de bens, direitos ou valores e organização criminosa, além de auxiliar a apuração da repercussão desses crimes nas esferas administrativa, civil, tributária e disciplinar.
>
> Foram revelados fatos ilícitos relacionados a diversas autoridades públicas, entre elas a Senadora da República MARTA SUPLICY, autoridade detentora de prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal.
>
> Para a definição das obrigações previstas no ajuste foram considerados o fato de o colaborador ter integrado uma organização criminosa, a extrema gravidade e repercussão social dos eventos relatados, além da utilidade da colaboração prestada, inclusive em face do tempo e da dificuldade em se

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

alcançar as provas das condutas.

A situação patrimonial do colaborador foi considerada para a previsão do valor financeiro do ajuste e os impactos econômicos da atividade criminosa que ajudou a implementar, conforme declarações prestadas.

O acordo de colaboração ora submetido à homologação foi redigido de modo a garantir, simultaneamente, o interesse público e os direitos do colaborador, que, após devidamente esclarecido, assumiu compromisso voluntário de cumprir as sanções ajustadas no instrumento, a serem editadas no julgamento de ação penal pública a ser ajuizada proximamente.

As cláusulas do ajuste não constituem novidade no direito pátrio, existindo algumas dezenas de instrumentos com as mesmas disposições homologados pelo Supremo Tribunal Federal.

A homologação do acordo escrito, antes de ser prevista na Lei 12.850/2013, desenvolveu-se como prática judicial vinculada a um sistema de justiça consensual. Enquanto as cláusulas e o conteúdo do acordo são estabelecidas em perfeito ajuste de vontades entre as partes envolvidas (Ministério Público e o réu, com seus advogados), incumbe ao Poder Judiciário avaliar a legalidade dos termos fixados.

Essa prática guarda paralelismo com os institutos da transação penal e da suspensão condicional do processo, regidas pelo princípio do devido processo legal consensual.

Conforme bem reconheceu este Supremo Tribunal Federal em precedentes que resultaram na Súmula n. 696, o oferecimento desses benefícios consensuais se inserem no âmbito da análise inicial do Ministério Público. Analogicamente, o mesmo entendimento é aplicável a casos de acordo de colaboração.

Existindo voluntariedade das partes, o conteúdo das cláusulas pactuadas se insere no âmbito da discricionariedade, resguardados os limites previstos em lei. Pelo acordo, como no caso, o colaborador não renuncia aos direitos e garantias constitucionais, mas, voluntariamente, movido pelo desejo de

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

obter benefícios legais em colaboração à justiça, deixa de exercê-los.

O acordo é acompanhado dos anexos e termos de declarações correspondentes, tudo lavrado em uma única via. Segue também mídia com o registro audiovisual da colheita das declarações e provas de corroboração das declarações.

Como será possível verificar na análise das informações que o colaborador voluntariamente se compromete a prestar, grande parte dos dados sobre condutas praticadas por diversos agentes públicos e terceiros não era do conhecimento dos investigadores. Em outras situações, os esclarecimentos deram contornos mais nítidos ao que já estava sendo apurado, inclusive ampliando o espectro sobre os eventos.

Necessário registrar que o colaborador apresentou detalhes sobre sua própria conduta e de terceiros, inserindo-se na narrativa dos crimes nos quais se envolveu.

Diante de tudo o que foi exposto, o Procurador-Geral da República requer:

a) a autuação do presente requerimento, apresentado em conjunto com os autos da NF-PGR-1.00.000.016338/2017-84, contendo a via original do acordo de colaboração, com os respectivos anexos, registrando-se "em segredo de Justiça;

b) autorização para, se for o caso, compartilhar com os Juízos competentes, após eventual cisão solicitada, cópias dos documentos que o colaborador apresente, autorizando-se que a Procuradoria Geral da República diretamente as providencie;

c) que, caso entenda necessário, realize a oitiva do colaborador, nos termos do art. 4°, § 7°, da Lei 12.850/2013;

d) nos termos do disposto no art. 4°, § 7º, da Lei n. 12.850/2013, a homologação do acordo de colaboração firmado com RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA" (fls. 2-6).

O acordo em apreço contém as seguintes cláusulas e condições:

"O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Vice-Procurador-Geral da República, pelos Procuradores Regionais

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

da República, pelos Procuradores da República e Promotores de Justiça signatários, e RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, brasileiro, separado, publicitário, filho de Anny de Almeida R. Pereira, nascido em 22.11.1959, RG 08057080-7 IFP/RJ, CPF 550.022.267-87, residente e domiciliado na Rua Joaquim Nabuco, n° 190, apto 401, Bairro Ipanema, no Rio de Janeiro, devidamente assistido por seus advogados constituídos, Dr. Igor Sant'Anna Tamasauskas, OAB/SP nº 173.163, Danyelle da Silva Galvão, OAB/PR 40.508 e João Antônio Sucena Fonseca, OAB/DF 35.302, os quais assinam o presente termo, firmam este ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA, conforme cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA 1ª - O presente acordo funda-se no artigo 129, inciso I, da Constituição da República, nos artigos 4° a 8° da Lei 12.850/2013, nos artigos 13 a 15 da Lei n. 9.807/99, no art. 1°, § 5°, da Lei 9.613/98, no art. 26 da Convenção de Palermo e no art. 37 da Convenção de Mérida.

CLÁUSULA 2ª - O presente acordo atende aos interesses do COLABORADOR, nos termos do art. 5°, LIV e LV, da Constituição Federal, dos artigos 5° e 6°, ambos da Lei n° 12.850/2013, e das cláusulas a seguir alinhavadas. Atende, de igual modo, ao interesse público, na medida em que confere efetividade à persecução criminal de outros suspeitos, além de permitir a ampliação e o aprofundamento de investigações de crimes contra a Administração Pública, a Administração da Justiça, a Fé Pública, o Sistema Financeiro Nacional, a Ordem Tributária e de Lavagem de Dinheiro, relacionados nos anexos. O presente acordo auxilia, ainda, na apuração da repercussão desses ilícitos penais nas esferas civil, tributária, administrativa, inclusive administrativa sancionadora e disciplinar.

CLÁUSULA 3ª - Estão abrangidos no presente acordo os crimes que tenham sido praticados pelo COLABORADOR até a data de sua assinatura, assim como todos os fatos ilícitos que sejam de seu conhecimento, que estão tratados nos anexos e depoimentos colhidos, que compõem e integram o presente acordo.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

CLÁUSULA 4ª - São objeto dos anexos e depoimentos condutas que consubstanciam os crimes previstos na lei de licitação, formação de quadrilha, organização criminosa, corrupção ativa e passiva, evasão de divisas e lavagem ou ocultação de bens, direitos ou valores, dentre outros.

CLÁUSULA 5ª - Considerando os antecedentes e a personalidade do COLABORADOR, bem como a gravidade dos fatos por ele praticados, a repercussão social dos fatos criminosos, a utilidade da colaboração prestada, inclusive em face do tempo e da dificuldade em se alcançar as provas das condutas uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para o recebimento dos benefícios, desde que efetivamente sejam obtidos os resultados previstos nos incisos I, II, III ou IV do art. 4° da Lei Federal n° 12.850/2013, o Ministério Público Federal proporá, nos feitos já objeto de investigação criminal e naqueles que serão instaurados em decorrência dos fatos revelados por intermédio da presente colaboração, os seguintes benefícios legais, cumulativamente:

1) a premiação legal desde logo aceita pelo COLABORADOR, considerando que ele integrou uma organização criminosa, mas não possui antecedentes criminais, foi o primeiro a prestar efetiva contribuição sobre a maioria dos fatos ilícitos revelados, uma vez cumpridas integralmente as condições impostas neste acordo para recebimento dos benefícios, será, na ação penal correspondente aos fatos, o perdão judicial de todos os crimes, à exceção daqueles praticados por ocasião da campanha eleitoral para o Governo do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014, consubstanciados nos tipos penais descritos no art. 350 do Código Eleitoral, no art. 1°, § 2°, inciso I, da Lei no 9.613/98 e art. 22, parágrafo único, da Lei no 7.492/86, pelos quais a pena acordada é a condenação à pena unificada de 4 anos de reclusão, nos processos penais que vierem a ser instaurados com esteio nos fatos objetos deste acordo, em regime fechado, a ser cumprido, em estabelecimento prisional, nos termos da lei penal;

2) A pena de reclusão prevista no item 1 acima, será

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

cumprida da seguinte forma:

a) recolhimento noturno, pelo prazo de 1 ano, consubstanciado no recolhimento domiciliar de segunda-feira a domingo, a partir das 20:00 até as 06:00, reservada a possibilidade da realização de viagens nacionais e internacionais a trabalho mediante prévia autorização do juízo competente;

b) prestação de serviços à comunidade traduzida no atendimento por 20 horas semanais em entidade filantrópica pelo prazo de 03 anos, devendo, esta pena ser executada no prazo máximo de 04 anos. O cumprimento da pena será no seguinte regime:

b.1) o COLABORADOR deverá prestar relatórios trimestrais, ao Juízo de execução, de suas atividades profissionais;

b.2) o COLABORADOR deverá prestar serviços à comunidade, à razão de 20 (vinte) horas semanais, em local determinado pelo Juízo da execução, facultando-se distribuir as horas de prestação de serviços comunitários, dentro de cada mês, de forma não homogênea ou concentrada, inclusive nos finais de semana e feriados quando necessário para compatibilizar com a jornada de trabalho semanal de RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, em comum acordo com a entidade assistencial ou que vier a ser designada pelo Juízo de execução;

b.3) o COLABORADOR poderá realizar viagens internacionais por motivo de trabalho ou para visita de parentes de até 3º grau residentes no exterior, com a comunicação prévia ao Juízo de execução, ou por outro motivo relevante previamente autorizado pelo Juízo de execução, com antecedência mínima de uma semana.

3) Após o cumprimento integral da pena de prestação de serviços à comunidade indicada na cláusula acima, o tempo restante de pena a que tenha sido condenado o COLABORADOR ficará com o cumprimento suspenso, nos termos da cláusula 6ª, e considerar-se-á adimplido desde que,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

ao término do prazo referido na cláusula 6ª, não haja fato imputável ao COLABORADOR que justifique a rescisão do acordo;

4) o COLABORADOR compromete-se ao pagamento de R$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais) mediante depósito em conta judicial, cuja destinação será definida posteriormente, a título de multa penal e reparação de danos.

a) essa quantia deverá ser recolhida em até 18 meses, com correção monetária pelo IPCA e juros remuneratórios equivalentes à caderneta de poupança, ambos contados a partir do mês seguinte ao da homologação judicial do acordo, incidentes sobre o valor restante ao que tiver sido depositado.

b) o COLABORADOR poderá antecipar o pagamento de qualquer parcela, sem que isto implique novação ou automática antecipação das parcelas subsequentes, oportunidade em que o valor eventualmente antecipado será atualizado pelo índice acordado para o dia do pagamento e descontado das parcelas vincendas;

c) o não pagamento da multa acarretará na rescisão do acordo celebrado;

d) não será considerado atraso no pagamento da multa eventual divergência no cálculo do valor corrigido, oportunidade em que o COLABORADOR se obriga a saldar o montante devido no prazo de uma semana da comunicação que lhe fará o MPF ou o Juízo;

Parágrafo único. O COLABORADOR iniciará o cumprimento das penas, na forma acima estipulada, após a homologação judicial desse acordo.

CLÁUSULA 6ª - Uma vez homologado este acordo e tão logo alcançado o teto máximo de condenação previsto no item "1" da Cláusula 5ª, o Ministério Público Federal proporá a suspensão de ações penais, inquéritos policiais e procedimentos investigatórios criminais em desfavor do COLABORADOR que estejam em curso, bem como a suspensão dos respectivos prazos prescricionais pelo lapso temporal de 10 (dez) anos.

Parágrafo 1º. Transcorrido o prazo de dez anos sem a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

prática de fato imputável ao COLABORADOR que justifique a rescisão deste acordo, voltarão a fluir os prazos prescricionais de todos os procedimentos suspensos até a extinção da punibilidade.

Parágrafo 2º. Durante o transcorrer do prazo prescricional previsto no parágrafo acima, o Ministério Público Federal não proporá nenhuma ação penal contra o COLABORADOR decorrente dos fatos objeto deste acordo, salvo em caso de rescisão por responsabilidade exclusiva do COLABORADOR.

CLÁUSULA 7ª Ocorrendo rescisão do acordo por fato imputável a COLABORADOR, voltará a fluir, contra aquele que der causa ao rompimento, todas as ações penais, inquéritos policiais e procedimentos investigatórios suspensos em razão do presente acordo.

Parágrafo único. A qualquer tempo, uma vez rescindido este acordo por responsabilidade exclusiva do COLABORADOR, o regime da pena regredirá para o fixado originalmente em sentença ou decisão de unificação de penas, de acordo com o art. 33 do Código Penal.

CLÁUSULA 8ª A qualquer tempo, uma vez rescindido o acordo por responsabilidade exclusiva do COLABORADOR, todos os benefícios nele previstos, inclusive os pactuados nas cláusulas 5ª e 6ª, deixarão de ter efeito, sem prejuízo do aproveitamento integral das provas produzidas pelo COLABORADOR.

CLÁUSULA 9ª - O Ministério Público Federal compromete-se a empreender gestões junto aos entes e órgãos públicos que suportaram os prejuízos decorrentes dos atos ilícitos praticados, bem como perante qualquer outro órgão público com competência para ações de ressarcimento.

CLÁUSULA 10ª - Não obstante a proposta prevista na cláusula 5ª do presente termo, o COLABORADOR fica ciente de que, nos termos do art. 4°, § 2°, da Lei 12.850/2013, considerada a relevância da colaboração prestada, o Ministério Público Federal, a qualquer tempo, poderá, a seu exclusivo critério, requerer maior redução da pena imposta ou mesmo a concessão

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

do perdão judicial ao COLABORADOR, aplicando-se no que couber o art. 28 do Código de Processo Penal.

CLÁUSULA 11ª - Caso o COLABORADOR, por si ou por seu procurador, solicite medidas para garantia da sua segurança ou da segurança da sua família, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e o Juízo competente adotarão as providências necessárias para a sua inclusão imediata no programa federal de proteção ao depoente especial, com as garantias previstas nos artigos 8 e 15 da Lei n° 9.807/99.

CLÁUSULA 12ª - As partes poderão recorrer da sentença apenas no que toca à fixação da pena, ao regime de seu cumprimento, à pena de multa e à multa cível, limitadamente ao que extrapolar os parâmetros deste acordo.

III - Condições da Proposta

CLÁUSULA 13ª - Para que o presente acordo possa produzir os benefícios nele relacionados, especialmente os constantes na cláusula 5ª, a colaboração deve ser voluntária, ampla, efetiva, eficaz e conducente aos seguintes resultados:

a) a identificação dos autores, coautores, partícipes das diversas organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento, notadamente aquelas sob investigação em decorrência de crimes relacionados nos anexos e à organização criminosa, bem como à identificação e à comprovação das infrações penais por eles praticadas, que sejam ou que venham a ser do seu conhecimento, inclusive agentes políticos que tenham praticado ilícitos penais ou deles participado;

b) a revelação da estrutura hierárquica e a divisão de tarefas das organizações criminosas de que tenha ou venha a ter conhecimento;

c) a recuperação total ou parcial do produto e/ou do proveito das infrações penais praticadas pela organização criminosa de que tenha ou venha a ter conhecimento, tanto no Brasil quanto no exterior;

d) a identificação de pessoas físicas e jurídicas utilizadas pelas organizações criminosas supramencionadas para a prática de ilícitos penais;

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

e) ao fornecimento de documentos e outras provas materiais, notadamente em relação aos fatos referidos nos anexos deste acordo;

f) a entrega de extratos bancários de contas no exterior até a presente data, salvo impossibilidade material de acesso a essas informações devidamente comprovada pelo COLABORADOR;

g) em razão da celebração do acordo de colaboração, e, especialmente durante o período de cumprimento de pena previsto na cláusula 5ª o COLABORADOR obriga-se a, no que lhe for aplicável, colaborar com as medidas preconizadas nos incisos II a VII do art. 3 da Lei n° 12.850/2013.

CLÁUSULA 14ª - Para tanto, o COLABORADOR obriga-se, sem malícia ou reservas mentais, a:

a) esclarecer espontaneamente todos os esquemas criminosos de que tenha conhecimento, especialmente aqueles apontados nos anexos deste acordo, fornecendo todas as informações e evidências que estejam ao seu alcance, bem como indicando provas potencialmente alcançáveis;

b) falar a verdade incondicionalmente, em todas as investigações criminais, cíveis, administrativas, disciplinares e tributárias, além de ações penais em que doravante venha a ser chamado a depor na condição de testemunha ou interrogado, nos limites deste acordo;

c) cooperar sempre que solicitado, mediante comparecimento pessoal sob suas expensas a qualquer das sedes do Ministério Público Federal, do Departamento de Polícia Federal ou da Receita Federal do Brasil, para analisar documentos e provas, reconhecer pessoas, prestar depoimentos e auxiliar peritos na análise pericial que sejam objeto da presente colaboração;

d) entregar todos os documentos, papéis, escritos, fotografias, banco de dados, arquivos eletrônicos, etc., de que disponha, quer estejam em seu poder, quer sob a guarda de terceiros sob suas ordens, e que possam contribuir a juízo do Ministério Público Federal, para a elucidação dos crimes que

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

são objeto da presente colaboração;

e) indicar o nome e todas as informações de contato de quaisquer pessoas de seu relacionamento que tenham a guarda de elementos de informação ou prova que se mostrem, a critério do MPF, relevantes ou úteis;

f) não impugnar, por qualquer meio, este acordo, em qualquer dos inquéritos policiais ou ações penais nos quais esteja envolvido, no Brasil ou no exterior, salvo por fato superveniente à homologação judicial, decorrente do descumprimento do acordo ou da lei pelo Ministério Público Federal ou pelo Poder Judiciário;

g) afastarem-se completamente de atividades criminosas, especificamente não vindo mais a contribuir, de qualquer forma, com as atividades das organizações criminosas ora investigadas ou de outros partícipes ou co-autores objeto deste acordo;

h) comunicar imediatamente o Ministério Público Federal caso seja contatado por qualquer dos demais integrantes das organizações criminosas acima referidas ou por outros partícipes ou co-autores dos ilícitos objeto deste acordo;

g) guardar decoro pessoal durante o cumprimento da pena restritiva de direitos, bem como comportamento condizente com as normas morais e sociais e a natureza penal das restrições que lhe foram impostas;

h) informar, quando requerido, senhas, logins, contas e outros dados necessários para acessar contas de correio eletrônico e dispositivos eletrônicos utilizado pelo COLABORADOR, nos fatos objeto do presente acordo, inclusive fornecendo autorização para autoridades nacionais ou estrangeiras acessarem essas contas e dispositivos;

k) indicar em anexo próprio e manter atualizado números de telefone e endereços eletrônicos próprio e de seu advogado constituído, nos quais o COLABORADOR poderá ser notificado para atender no prazo estabelecido pelo MPF a qualquer finalidade visando ao pleno cumprimento do acordo;

l) fornecer ao Ministério Público Federal, quando

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

requerido, informações e documentação acerca de todas as contas bancárias e telefônicas, bem como, no último caso, autorizações necessárias para que o Ministério Público Federal as obtenha diretamente;

m) colaborar amplamente com o MPF e com outros Órgãos e autoridades públicas, inclusive a Receita Federal do Brasil e autoridades estrangeiras indicadas pelo MPF no que diga respeito aos fatos do presente acordo.

CLÁUSULA 15ª - A enumeração de casos específicos nos quais se reclama a colaboração do COLABORADOR não tem caráter exaustivo, tendo ele o dever genérico de cooperar com o Ministério Público Federal para o esclarecimento de quaisquer fatos relacionados ao objeto deste acordo.

CLÁUSULA 16ª - Cada anexo deste acordo, assinado pelas partes, diz respeito a um fato típico, ou a um grupo de fatos típicos, em relação ao qual o COLABORADOR prestará depoimento, bem como fornecerá provas em seu poder e indicarão diligências que possam ser empregadas para a sua apuração.

CLÁUSULA 17ª - O sigilo estrito das declarações será mantido enquanto necessário à efetividade das investigações em curso, inclusive quanto ao teor do próprio anexo, a juízo do Ministério Público Federal do Poder Judiciário, nos termos do enunciado sumular vinculante de n° 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

CLÁUSULA 18ª - Os depoimentos colhidos serão registrados em três vias, uma das quais será entregue à defesa técnica do COLABORADOR somente após o oferecimento da denúncia.

IV - Validade da Prova.

CLÁUSULA 19ª - A prova obtida mediante o presente acordo, após devidamente homologada, será utilizada validamente para a instrução de inquéritos policiais, procedimentos administrativos criminais, ações penais, ações cíveis e de improbidade administrativa e inquéritos civis, podendo ser emprestada também aos Ministérios Públicos dos

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

Estados, à Receita Federal, à Procuradoria da Fazenda Nacional, ao Banco Central do Brasil, à Controladoria-Geral da União, ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência - CADE e a outros órgãos, inclusive de países e entidades estrangeiras, para a instrução de procedimentos e ações fiscais, cíveis, administrativos, inclusive disciplinares, de responsabilidade bem como qualquer outro procedimento público de apuração dos fatos, mesmo que rescindido este acordo, salvo se essa rescisão se der por descumprimento desta avença por exclusiva responsabilidade do Ministério Público Federal.

Parágrafo Único - As provas produzidas em razão do presente acordo não poderão ser utilizadas contra o COLABORADOR, salvo a adesão da Autoridade competente aos termos do presente acordo, inclusive no tocante à concessão de benefícios ao COLABORADOR.

V - Renúncia à Garantia contra a Autoincriminação e ao Direito ao Silêncio.

CLÁUSULA 20ª - Ao assinar o acordo de colaboração premiada, na presença de seu advogado, ciente do direito constitucional ao silêncio e da garantia contra a autoincriminação, o COLABORADOR a eles renuncia, nos termos do art. 4°, § 14°, da Lei nº 12.850/2013, em especial no que tange aos depoimentos que vier a prestar no âmbito da colaboração ora pactuada, estando ele sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade sobre o que vier a lhe ser perguntado.

VI - Imprescindibilidade de defesa técnica.

CLÁUSULA 21ª - Este acordo de colaboração somente terá validade se aceito, integralmente, sem ressalvas, no momento da assinatura, pelo COLABORADOR, assistido por seus defensores IGOR SANT'ANNA TAMASAUKAS - OAB/SP 173.163, DANYELLE DA SILVA GALVÃO, OAB/PR 40.508 e JOÃO ANTÔNIO SUCENA FONSECA, OAB/DF 35.302.

Parágrafo único. Nos termos do art. 4°, § 15°, da Lei 12.850/2013, em todos os atos de confirmação e execução da presente colaboração, o COLABORADOR deverá estar assistido por seu defensor.

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

VII - Cláusula de Sigilo.

CLÁUSULA 22ª -Nos termos do art. 7°, § 3°, da Lei n° 12.850/2013, as partes comprometem-se a preservar o sigilo sobre o presente acordo e seus anexos, bem como sobre os depoimentos e as provas obtidos em sua execução, o qual será levantado por ocasião do recebimento ou, a critério do tribunal originariamente competente (ou juízo competente, na hipótese de superveniente desmembramento), para os fins do art. 4°, § 1°, da Lei n. 8.038, de 28 de maio de 1990, do oferecimento de denúncia que tenha respaldo no acordo, exclusivamente em relação aos fatos nela contemplados.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal poderá requerer o levantamento imediato do sigilo sobre o acordo e sobre anexo específico para reforçar, se assim recomendarem as circunstâncias, a segurança do COLABORADOR e de seus familiares ou, independentemente de motivação, com a anuência escrita do COLABORADOR, manifestada por seu defensor constituído.

CLÁUSULA 23ª - A critério do juízo competente, para os fins do art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.038/90, aqueles que forem incriminados em razão da colaboração poderão ter vista dos termos do ajuste, bem como dos respectivos anexos e depoimentos que tenham embasado investigação ou denúncia, sem prejuízo dos direitos assegurados ao COLABORADOR previstos neste acordo e no art. 5° da Lei n. 12.850/13.

Parágrafo 1º. Tal vista será concedida apenas e tão-somente às partes e seus procuradores devidamente constituídos.

Parágrafo 2°. Demais anexos, não relacionados com a denúncia, serão mantidos em sigilo enquanto for necessário para a preservação da efetividade das investigações, nos termos do enunciado sumular vinculante de no 14 do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

CLÁUSULA 24ª - As partes signatárias se comprometem a preservar o sigilo do presente acordo e de seus anexos perante qualquer autoridade distinta do Ministério Público Federal, do

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

Poder Judiciário e do Departamento de Polícia Federal, enquanto o primeiro entender que a publicidade prejudicará a efetividade das investigações.

Cláusula 25ª - Dentre os defensores do COLABORADOR, somente terão acesso ao presente acordo e às informações dele decorrentes os signatários do presente termo ou os advogados que forem por estes substabelecidos com esta específica finalidade.

VIII - Homologação Judicial

CLÁUSULA 26ª - Para ter eficácia, o presente termo de colaboração será submetido ao Supremo Tribunal Federal, competente para a apreciação dos fatos relatados em função do acordo, acompanhado das declarações do COLABORADOR e de cópia das principais peças da investigação até então existentes, nos temos do art. 4°, § 7°, da Lei nº 12.850/2013, para homologação.

IX - Rescisão

CLÁUSULA 27ª - O acordo perderá efeito, considerando-se rescindido, nas seguintes hipóteses:

a) se o COLABORADOR descumprir, sem justificativa, qualquer das cláusulas, parágrafos, alíneas ou itens em relação aos quais se obrigou;

b) se o COLABORADOR sonegar a verdade ou mentir em relação a fatos em apuração, em relação aos quais se obrigou a cooperar;

c) se o COLABORADOR vier a recusar-se a prestar qualquer informação relacionada ao objeto deste acordo de que tenha conhecimento;

d) se o COLABORADOR recusar-se a entregar documento ou prova que tenha em seu poder ou sob a guarda de pessoa de suas relações ou sujeito a sua autoridade ou influência, salvo se, diante da eventual impossibilidade de obtenção direta de tais documentos ou provas, o COLABORADOR indicar ao Ministério Público Federal a pessoa que o guarda e o local onde poderá ser obtido para a adoção das providências cabíveis;

e) se ficar provado que, após a celebração do acordo, o

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

COLABORADOR sonegou, adulterou, destruiu ou suprimiu provas que tinha em seu poder ou sob sua disponibilidade;

f) se o COLABORADOR vier a praticar qualquer outro crime doloso da mesma natureza dos fatos em apuração após a homologação judicial da avença;

g) se o COLABORADOR fugir ou tentar furtar-se à ação da Justiça Criminal;

h) se o Ministério Público Federal não pleitear em favor do COLABORADOR os benefícios legais aqui acordados;

i) se o sigilo a respeito deste acordo for quebrado por parte do COLABORADOR ou de sua defesa técnica;

j) se o COLABORADOR, direta ou indiretamente, impugnar os termos deste acordo, ressalvadas as hipóteses da cláusula 11, acima;

k) se não forem assegurados ao COLABORADOR os direitos previstos no art. 5° da Lei 12.850/2013.

Parágrafo 1°. O Ministério Público Federal somente prestará cooperação jurídica internacional de qualquer natureza que envolva acesso a qualquer informação ou elemento de prova diretamente resultante da colaboração ora pactuada, bem como ao próprio COLABORADOR, se a autoridade estrangeira celebrar com o COLABORADOR acordo ou lhe fizer proposta formal de acordo cujo efeito exoneratório seja, no mínimo, equivalente ao do presente acordo.

Parágrafo 2°. O acordo mencionado no *caput* poderá ser dispensado caso a autoridade estrangeira se comprometa, por escrito, de forma válida segundo a lei brasileira, a respeitar integralmente os termos deste acordo.

Parágrafo 3°. O COLABORADOR terá um prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir de 4/9/17 para narrativa, no âmbito desta colaboração, de detalhes não contemplados nos anexos já apresentados e depoimentos colhidos sem que isso constitua para o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL causa de rescisão do acordo ou alteração dos benefícios ajustados.

CLÁUSULA 28ª - Em caso de rescisão do acordo por sua responsabilidade exclusiva, o COLABORADOR que lhe der

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

causa perderá automaticamente direito aos benefícios que lhe forem concedidos em virtude da cooperação com o Ministério Público Federal, permanecendo hígidas e válidas todas as provas produzidas, inclusive depoimentos que houver prestado e documentos que houver apresentado, bem como válidos quaisquer valores pagos a título de multa penal e/ou multa compensatória cível.

CLÁUSULA 29ª - Se a rescisão for imputável ao Ministério Público Federal ou ao Poder Judiciário, o COLABORADOR poderá, a seu critério, fazer cessar a cooperação, preservados os benefícios já concedidos e as provas já produzidas.

CLÁUSULA 30ª - O COLABORADOR fica ciente de que, caso venha a imputar falsamente, sob pretexto de colaboração com a justiça, a prática de infração penal a pessoa que sabe inocente, ou revelar informações sobre a estrutura de organização criminosa que sabe inverídicas, poderá ser responsabilizado pelo crime previsto no art. 19 da Lei 12.850/2013, cuja pena é de reclusão, de l (um) a 4 (quatro) anos de prisão, e multa, além da rescisão deste acordo.

CLÁUSULA 31ª -Não ocasionará a rescisão do presente acordo de colaboração a comprovada impossibilidade de pagamento pelo COLABORADOR da multa penal prevista na cláusula 5ª, inciso VI, a qual se executará nos termos da lei.

X - Declaração de aceitação.

CLÁUSULA 32ª - Nos termos do art. 6°, inc. III, da Lei 12.850/2013, o COLABORADOR, assistido por seus defensores, declara a aceitação do presente acordo de livre e espontânea vontade e, por estar concorde, firmam as partes o presente acordo de colaboração premiada" (fls. 12-28).

Ato contínuo, determinei a realização da audiência prevista no art. 4°, § 7°, da Lei 12.850/2013, para aferição da voluntariedade da colaboração (fls. 3.707-3.708).

Devidamente realizados os atos delegados ao Magistrado Instrutor do meu gabinete (fls. 3.715-3.716), os autos vieram-me conclusos para a

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

apreciação dos demais pedidos.

É o relatório. Decido.

Bem examinados os autos, ressalto, na esteira do voto que proferi há quase uma década no HC 90.688/PR, que a colaboração premiada constitui um meio de obtenção de prova introduzido na legislação brasileira por inspiração do sistema anglo-saxão de justiça negociada.

No entanto, deve-se ponderar que o arcabouço processual penal brasileiro, de matriz romano-germânica, guarda profundas diferenças estruturais em comparação com seu equivalente anglo-saxão.

Relembro, inicialmente, que a estruturação dos sistemas romano-germânico e anglo-saxão remonta, historicamente, ao século XIII, quando a Inglaterra e a Europa continental desenvolveram diferentes sistemas jurídicos no lugar das práticas prevalentes no Império Romano do Ocidente (LANGER, Máximo. From legal transplants to legal translations: the globalization of plea bargaining and the Americanization thesis in criminal procedure. Cambridge: *Harvard International Law Journa*l, v. 45, 2004, p. 18).

Segundo Langer, com a evolução separada, e também sob o influxo de diferentes colonizações, esses sistemas passaram a se diferenciar não apenas quanto à distribuição de poderes e responsabilidades entre seus principais atores, o juiz ou júri, o promotor e o defensor, mas, de forma diametralmente opostas, como duas culturas legais diversas, com concepções distintas sobre como os casos criminais devem ser processados e julgados, além de apresentarem diferentes estruturas de interpretação e significado (LANGER, M., *op.cit.*, p. 10).

Uma das diferenças centrais desses sistemas consiste em que o anglo-saxão concebe o processo criminal como um instrumento para

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

reger disputas entre duas partes (a acusação e a defesa), perante um juiz, cujo papel é eminentemente passivo, ao passo que o romano-germânico entende a ação penal como uma forma de apuração oficial dos fatos, a qual tem por finalidade lograr a apuração da verdade. Neste último, tradicionalmente, o responsável pela acusação também é visto como um guardião da lei e do interesse público, e não como mero agente estatal interessado na condenação (DAMASKA, Miriam R. *The faces os justice and state authority: a comparative approach to the legal process*. New Haven: Yale University Press, 1986, p. 3).

Tal modelo estruturou-se sobre uma profunda crença no papel do juiz como responsável pela busca da verdade real. Por isso, institutos arraigados no sistema anglo-saxão, como a admissão de culpa (*guilty plea*) não encontram amparo no sistema romano-germânico, no qual a confissão do acusado é possível, porém não sua admissão de culpa, como forma de finalização do processo (DAMASKA, Miriam R., *op.cit.*, p. 2).

Em razão disso, a ampla discricionariedade do titular da ação penal mostra-se mais compatível com o sistema anglo-saxão do que com o modelo romano-germânico, porque, naquele, a acusação, como parte interessada, pode entender que determinada controvérsia não é digna de uma persecução penal.

De outro lado, na metodologia romano-germânica, o núcleo essencial do processo consiste em apurar, por meio de uma investigação oficial e imparcial, se um determinado crime ocorreu e se o acusado foi o responsável por sua prática. Nesta sistemática, não há lugar para a ampla discricionariedade por parte do órgão acusador (LANGER, Máximo, *op.cit.*, p. 21-22).

Ressalto, por conveniente, que as crenças e disposições individuais ou coletivas de determinado sistema jurídico têm papel importante quando se analisa um instituto de inspiração estrangeira, porquanto

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

existem interações de tais elementos, no interior de cada sistema, que não podem ser ignoradas, sob pena de prejuízo à sua coerência. Os fundamentos de um dado sistema equivalem, portanto, a verdadeiras lentes hermenêuticas, mediante as quais os seus institutos jurídicos devem ser interpretados.

Feita essa brevíssima digressão, relembro que é do Supremo Tribunal Federal a competência para a homologação de acordo de colaboração premiada quando envolver autoridade com foro por prerrogativa de função (art. 102, I, **b**, da CF), uma vez que se trata, como salientado no acórdão do ano de 2007 referido acima, de um meio de obtenção de prova.

No caso sob exame, o relatório supra e os documentos que instruem a presente PET indicam o envolvimento, em tese, de congressista em ilícitos penais. Reconhecida, portanto, a competência desta Corte, examino o pedido de homologação do acordo de colaboração.

Com efeito, em conformidade com o art. 4°, § 7°, da Lei 12.850/2013, realizado o acordo na forma do § 6°, o respectivo termo, acompanhado das declarações do colaborador, assim como de cópia da investigação, será remetido ao juiz para homologação, o qual deverá verificar sua regularidade, legalidade e voluntariedade, podendo, para este fim, ouvir, sigilosamente, o colaborador, na presença de seu defensor.

Pois bem, a voluntariedade do acordo originário foi devidamente atestada pelo colaborador, perante o Magistrado Instrutor que designei para a realização da audiência de que trata o art. 4°, § 7°, da Lei 12.850/2013, cumprindo registrar que aquele afirmou, com segurança, que tomou, livremente, a iniciativa de propor o acordo de colaboração, e que não sofreu qualquer coação ou ameaça para firmá-lo.

Ademais, a referida voluntariedade pode ser inferida dos

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

documentos que instruem os autos, particularmente porque o colaborador contou com a permanente assistência de defensor constituído.

Já no que se refere aos requisitos de regularidade e legalidade, e mais especificamente quanto ao conteúdo das cláusulas acordadas, vale lembrar que ao Poder Judiciário cabe apenas o juízo de compatibilidade entre a avença pactuada entre as partes com o sistema normativo vigente, conforme decidido na PET 5.952/DF, de relatoria do Ministro Teori Zavascki.

Nesse sentido, após realizar um exame perfunctório, de mera delibação, único possível nesta fase embrionária da persecução penal, identifiquei, a partir do confronto mencionado acima, que se mostra inviável homologar o presente acordo tal como entabulado, pelas razões a seguir deduzidas.

Inicialmente, observo que não é lícito às partes contratantes fixar, em substituição ao Poder Judiciário, e de forma antecipada, a pena privativa de liberdade e o perdão de crimes ao colaborador. No caso, o Ministério Público ofereceu ao colaborador os seguintes prêmios legais:

> "[…] o perdão judicial de todos os crimes, à exceção daqueles praticados por ocasião da campanha eleitoral para o Governo do Estado do Rio de Janeiro no ano de 2014, consubstanciados nos tipos penais descritos no art. 350 do Código Eleitoral, no art. 1º, § 2º, inciso I, § 2º, inciso I da Lei 9.613/98 e art. 22, parágrafo único da Lei nº 7.492/86, pelos quais a pena acordada é a condenação à pena unificada de 4 anos de reclusão, nos processos penais que vierem a ser instaurados [...]" (fl. 14).

No entanto, como é de conhecimento geral, o Poder Judiciário detém, por força de disposição constitucional, o monopólio da jurisdição,

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

sendo certo que somente por meio de sentença penal condenatória, proferida por magistrado competente, afigura-se possível fixar ou perdoar penas privativas de liberdade relativamente a qualquer jurisdicionado.

Sublinho, por oportuno, que a Lei 12.850/2013 confere ao juiz a faculdade de, a requerimento das partes, conceder o perdão judicial, reduzir em até 2/3 a pena privativa de liberdade ou substituí-la por restritiva de direitos daquele que tenha colaborado efetiva e voluntariamente com a investigação e com o processo criminal, desde que dessa colaboração advenha um ou mais dos resultados descritos nos incisos do art. 4º do diploma legal em questão.

Saliento, a propósito, que a própria Constituição Federal estabelece que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, assim como ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (art. 5°, LIV e LXI, da CF).

O mesmo se diga em relação ao regime de cumprimento da pena, o qual deve ser estabelecido pelo magistrado competente, nos termos do disposto no art. 33 e seguintes do Código Penal, como também no art. 387 do Código de Processo Penal, os quais configuram normas de caráter cogente, que não admitem estipulação em contrário por obra da vontade das partes do acordo de colaboração.

Aliás, convém ressaltar que sequer há processo judicial em andamento, não sendo possível tratar-se, desde logo, dessa matéria, de resto disciplinada no acordo de colaboração de maneira incompatível com o que dispõe a legislação aplicável. Sim, porque o regime acordado pelas partes é o fechado (cláusula 5°, item 1), mitigado, conforme pretendem estas, pelo recolhimento domiciliar noturno (cláusula 5ª, item 2, **a**), acrescido da prestação de serviços à comunidade (cláusula 5ª, item

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

2, **b**).

Ora, validar tal aspecto do acordo, corresponderia a permitir ao Ministério Público atuar como legislador. Em outras palavras, seria permitir que o órgão acusador pudesse estabelecer, antecipadamente, ao acusado, sanções criminais não previstas em nosso ordenamento jurídico, ademais de caráter híbrido.

Com efeito, no limite, cabe ao *Parquet*, tão apenas – e desde que observadas as balizas legais - deixar de oferecer denúncia contra o colaborador, na hipótese de não ser ele o líder da organização criminosa e se for o primeiro a prestar efetiva colaboração, nos termos do que estabelece o § 4° do art. 4° da Lei de regência.

Não há, portanto, qualquer autorização legal para que as partes convencionem a espécie, o patamar e o regime de cumprimento de pena. Em razão disso, concluo que não se mostra possível homologar um acordo com tais previsões, uma vez que o ato jamais poderia sobrepor-se ao que estabelecem a Constituição Federal e as leis do País, cuja interpretação e aplicação - convém sempre relembrar - configura atribuição privativa dos magistrados integrantes do Judiciário, órgão que, ao lado do Executivo e Legislativo, é um dos Poderes do Estado, conforme consigna expressamente o art. 3º do texto magno.

Simetricamente ao que ocorre com a fixação da pena e o seu regime de cumprimento, penso que também não cabe às partes contratantes estabelecer novas hipóteses de suspensão do processo criminal ou fixar prazos e marcos legais de fluência da prescrição diversos daqueles estabelecidos pelo legislador, sob pena de o negociado passar a valer mais do que o legislado na esfera penal.

Igualmente não opera nenhum efeito perante o Poder Judiciário a renúncia geral e irrestrita à garantia contra a autoincriminação e ao

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

direito ao silêncio. O mesmo se diga quanto à desistência antecipada de apresentação de recursos, uma vez que tais renúncias, à toda evidência, vulneram direitos e garantias fundamentais do colaborador.

Nessa direção, reproduzo, abaixo, o entendimento exarado pelo Ministro Teori Zavascki, na PET 5.245/DF, ao homologar o respectivo acordo de colaboração:

> "[…] com exceção do compromisso assumido pelo colaborador, constante da Cláusula 10, *k*, exclusivamente no que possa ser interpretado como renúncia, de sua parte, ao pleno exercício, no futuro, do direito fundamental de acesso à Justiça, assegurado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição.
>
> É dizer: não há, na ressalva, nada que possa franquear ao colaborador descumprimento do acordado sem sujeitar-se à perda dos benefícios nele previstos. O contrário, porém, não será verdadeiro: as cláusulas do acordo não podem servir como renúncia, prévia e definitiva, ao pleno exercício de direitos fundamentais."

No que se refere à autorização para viagens internacionais, noto que incumbe exclusivamente ao magistrado responsável pelo caso avaliar, consoante o seu prudente arbítrio, e diante da realidade dos autos, se deve ou não autorizar a saída do investigado do Brasil. Aliás, como o regime de cumprimento de pena, acordado entre as partes, corresponde ao fechado, segundo visto acima, se válida fosse a respectiva cláusula, a permissão para a saída do investigado do estabelecimento prisional somente poderia ocorrer em caso de falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão ou, ainda, de necessidade de tratamento médico, conforme estabelece o art. 120 da Lei de Execução Penal.

Quanto à fixação de multa, consigno que, às partes, apenas é lícito

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

sugerir valor que, a princípio, lhes pareça adequado para a reparação das ofensas perpetradas, competindo exclusivamente ao magistrado responsável pela condução do feito apreciar se o montante estimado é suficiente para a indenização dos danos causados pela infração, considerados os prejuízos sofridos pelo ofendido, a teor do art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

Verifico, ainda, que há outras cláusulas frontalmente conflitantes com o art. 7°, § 3°, da Lei 12.850/2013, o qual estabelece a regra aplicável para a preservação do sigilo sobre o acordo, seus anexos, depoimentos e provas obtidas durante a sua execução até o recebimento da denúncia.

Com efeito, o levantamento do sigilo dependerá, em todos os casos, de provimento judicial motivado, na esteira de diversos precedentes desta Suprema Corte, dentre os quais, destaco a PET 6.164-AgR, cuja ementa reproduzo abaixo:

> "Ementa: PENAL. PROCESSO PENAL. COLABORAÇÃO PREMIADA. PEDIDO DE ACESSO AO CONTEÚDO DE DEPOIMENTOS COLHIDOS. DECLARAÇÕES RESGUARDADAS PELO SIGILO NOS TERMOS DA LEI 12.850/2013.
>
> **1.** O conteúdo dos depoimentos prestados em regime de colaboração premiada está sujeito a regime de sigilo, nos termos da Lei 12.850/2013, que visa, segundo a lei de regência, a dois objetivos básicos: (a) preservar os direitos assegurados ao colaborador, dentre os quais o de *ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados* (art. 5º, II) e o de *não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito* (art. 5º, V, da Lei 12.850/2013); e (b) *garantir o êxito das investigações* (arts. 7º, § 2º).
>
> **2.** O sigilo perdura, em princípio, enquanto não (…) *recebida a denúncia* (art. 7º, § 3º) e especialmente no período anterior à formal instauração de inquérito. Entretanto,

:umento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O umento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

instaurado formalmente o inquérito propriamente dito, o acordo de colaboração e os correspondentes depoimentos permanecem sob sigilo, mas com a ressalva do art. 7º, § 2º da Lei 12.850/2013, a saber: *o acesso aos autos será restrito ao juiz, ao Ministério Público e ao delegado de polícia, como forma de garantir o êxito das investigações, assegurando-se ao defensor, no interesse do representado, amplo acesso aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa, devidamente precedido de autorização judicial, ressalvados os referentes às diligências em andamento* (Rcl 22009-AgR, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, DJe de 12.5.2016).

3. Assegurado o acesso do investigado aos elementos de prova carreados na fase de inquérito, o regime de sigilo consagrado na Lei 12.850/2013 guarda perfeita compatibilidade com a Súmula Vinculante 14, que garante ao defensor legalmente constituído o direito de pleno acesso ao inquérito (parlamentar, policial ou administrativo), mesmo que sujeito a regime de sigilo (sempre excepcional), desde que se trate de provas já produzidas e formalmente incorporadas ao procedimento investigatório, excluídas, consequentemente, as informações e providências investigatórias ainda em curso de execução e, por isso mesmo, não documentados no próprio inquérito ou processo judicial (HC 93.767, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, DJe de 1º.4.2014).

4. É certo, portanto, que a simples especulação jornalística a respeito da existência de acordo de colaboração premiada ou da sua homologação judicial ou de declarações que teriam sido prestadas pelo colaborador não é causa juridicamente suficiente para a quebra do regime de sigilo, sobretudo porque poderia comprometer a investigação.

5. Agravo regimental a que se nega provimento."

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

A propósito, embora o feito esteja tramitando em segredo de justiça desde o seu nascedouro, diversos "vazamentos" ocorreram no tocante ao conteúdo da presente tratativa de colaboração, como se pode constatar a partir de matérias jornalísticas que veicularam trechos substanciais dela, tendo sido a primeira publicada, diga-se de passagem, antes mesmo de o feito ter aportado nesta Suprema Corte.

Ademais, observo que o compartilhamento e a remessa de informações sigilosas decorrentes da presente colaboração somente poderão ser autorizados mediante decisão judicial (veja-se, nesse sentido, a PET 6.938/DF, de relatoria do Ministro Dias Toffoli).

Por essa razão e arrimado no referido precedente, assento que permitir ao colaborador que entregue documentos reveladores de dados sigilosos referentes a terceiros, configura, em tese, burla à necessidade de ordem judicial para tanto, razão pela qual também esse tópico do acordo não pode ser ratificado, porquanto tal desiderato é inalcançável mediante simples acordo entre as partes.

E, para que não pairem dúvidas, registro que o Ministério Público pode, a qualquer momento, requerer, fundamentadamente, ao juiz competente o levantamento do sigilo de quaisquer informações ou documentos de terceiros.

Na linha do quanto assentado acima, reproduzo trecho paradigmático da decisão do Ministro Dias Toffoli, na PET 5.897/DF:

> "O colaborador tem legitimidade para renunciar ao sigilo bancário ou de operações com cartões de crédito relativamente às contas ou aos cartões de que seja titular ou representante legal.
>
> Dito de outro modo, não pode o colaborador, validamente, abrir mão do sigilo de contas bancárias ou de cartões de titularidade de terceiros, quando não for seu

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

representante."

Isso posto, com fundamento art. 4º, § 8º, da Lei 12.850/2013, deixo de homologar, por ora, o acordo de colaboração premiada de fls. 12-28, devolvendo os autos à Procuradoria-Geral da República para que esta, em querendo, adeque o acordo de colaboração ao que dispõem a Constituição Federal e as leis que disciplinam a matéria (cf. PET. 5.879/DF e PET. 7.244,/DF, ambas de relatoria do Ministro Dias Toffoli).

Constato, por derradeiro, que, diante da ampla divulgação, pela imprensa, de considerável parte daquilo que foi encartado no presente feito, não mais se justifica a manutenção do sigilo do acordo de colaboração até o momento entabulado, sem prejuízo de tramitarem em segredo de justiça eventuais inquéritos que, no futuro, dele derivem, com o objetivo de preservar o bom êxito das investigações.

À Secretaria Judiciária para as providências cabíveis.

Intimem-se.

Comunique-se à Procuradora-Geral da República.

Brasília, 14 de novembro de 2017.

Ministro **Ricardo Lewandowski**
Relator

Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico http://www.stf.jus.br/portal/autenticacao/ sob o número 14071949.

APÊNDICE J – Parecer MPF X Prisão X Delação

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

COLENDA 8ª TURMA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO RELATOR: DES. FED. JOÃO PEDRO GEBRAN NETO

HABEAS CORPUS Nº 5029016-71.2014.4.04.0000
IMPTES: ALBERTO ZACHARIAS TORON e CARLA VANESSA TIOZZI HUYBI DE DOMENICO CAPARICA APARÍCIO
IMPTDO: JUÍZO DA 13ª VF CRIMINAL DE CURITIBA
PACTE: RICARDO RIBEIRO PESSOA

CONVERSÃO DE PRISÃO TEMPORÁRIA EM PREVENTIVA. OPERAÇÃO LAVA JATO. PACIENTE PRESIDENTE DA CONSTRUTORA UTC. EXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTOS AUTORIZATIVOS DA PRISÃO PREVENTIVA. ARTIGO 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

1. O país foi acometido por sucessão de atentados à administração e às finanças públicas, de modo que se mostra absolutamente necessário preservar a ordem pública, sendo que as medidas cautelares alternativas são imprestáveis ao propósito.
2. Além de se prestar a preservar as provas, o elemento autorizativo da prisão preventiva, consistente na conveniência da instrução criminal,

diante da série de atentados contra o país, tem importante função de convencer os infratores a colaborar com o desvendamento dos ilícitos penais, o que poderá acontecer neste caso, a exemplo de outros tantos.

3. Parecer pela denegação da ordem, porquanto o decreto de segregação encontra agasalho em dois elementos autorizativos do artigo 312, do CPP, quais sejam, a garantia da ordem e a conveniência da instrução criminal.

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **RICARDO RIBEIRO PESSOA** contra ato MM. Juízo Federal da 13ª Vara Federal de Curitiba.

A impetração volta-se contra a decretação da conversão prisão temporária em preventiva, prolatada nos autos da chamada Operação Lava Jato. Alegam os impetrantes que o decreto de prisão é ilegal, carente de fundamentação, parecendo com um prejulgamento da causa.

Sustentam os impetrantes que prisão foi decretada com base em fundamentos genéricos e meras suposições de envolvimento do paciente; que os documentos supostamente falsos não foram apresentados ao juízo pela empresa UTC; não há prova de que o paciente tenha participado da coação de testemunha, fato ainda não esclarecido; a prisão não pode se basear em conjecturas; os representantes da UTC não trazem risco à instrução, tampouco de fuga; o paciente sempre se dispôs a colaborar com as investigações.

Pleiteou tutela liminar, a fim de que seja revogada a segregação cautelar. Alternativamente, pede a fixação de fiança ou outra medida substitutiva. Ao final, a buscou a concessão da ordem.

O pedido de tutela liminar restou indeferido (evento 2).

Foi dispensada prestação de informações.

FUNDAMENTAÇÃO

Segundo matéria publicada na imprensa do dia 20/11/2014, quinta-feira, o Ministro Gilmar Mendes do Supremo Tribunal Federal, ao comparar a operação Lava Jato ao Mensalão, julgado na Ação Penal nº 470, disse que levando-se em consideração o volume de recursos envolvidos na operação Lava Jato, o Mensalão deveria ter sido julgado em juizado de pequenas causas.

Disse Sua Excelência: ***"Estamos a ver que esse dinheiro está sendo patrimonializado. Quando vemos uma figura secundária que se propõe a devolver US$ 100 milhões, já estamos em um outro universo, em outra galáxia".*** A referência era ao ex-gerente-executivo da diretoria de Serviços da Petrobras, Pedro Barusco, que fez acordo de delação premiada, comprometendo-se a devolver a referida quantia, decorrente de recebimento de propina na Petrobras.

De fato, o esquema criminoso desbaratado na referida operação, que resultou na prisão dos pacientes, é gigantesco, sem precedente na história do país, fazendo o mensalão parecer pequeno. Estima-se que a movimentação financeira no imenso esquema criminoso chegou à vultosa quantia de R$ 10 bilhões.

O paciente **RICARDO RIBEIRO PESSOA** é presidente da construtora UTC, supostamente envolvido na prática de crimes de fraude de licitações, lavagem de dinheiro, corrupção, falsidade, quadrilha e outros.

A decretação da medida restritiva de liberdade (conversão de prisão temporária em prisão preventiva está assim fundamentada:

> *(...)*
> *Na referida decisão datada de 10/11/2014 (evento 10), decretei, a pedido da autoridade policial e do MPF, examinei longamente, embora em cognição sumária, as questões jurídicas, as questões de fato, as provas existentes, inclusive a competência deste Juízo. Desnecessário transcrever aqui os argumentos então utilizados.*
> *Reportando-me aquela decisão reputei presentes, em cognição sumária,*

provas dos crimes do art. 90 da Lei n.º 8.666/1993, do art. 1.º da Lei nº 9.613/1998, do art. 333 do CP, do art. 317 do CP, do art. 304 c/c art. 299 do CP, além do crime de associação criminosa.
Reavaliando os fatos, possível também cogitar do crime do art. 4º, I, da Lei nº 8.137/1990, do art. 96, I, da Lei n.º 8.666/1993, e até mesmo do peculato, já que o preço ajustado em frustração às licitações da Petrobrás eram inflados para pagamento de propina a Diretores e agentes daquela empresa estatal.
Mais uma vez, reitero que não faz parte do objeto deste feito crimes de corrupção ativa de agentes políticos com foro privilegiado.
Em decorrência dos requerimentos da autoridade policial e do MPF de diferentes medidas em relação aos investigados, preventiva para uns, temporária para outros, houve um tratamento distinto em relação a eles.
Não obstante, difícil o tratamento distinto, pois os crimes narrados nas peças retratam uma empreitada delituosa comum, com a formação do cartel das empreiteiras, as frustrações das licitações, a lavagem de dinheiro, o pagamento de propina a agentes da Petrobrás e as fraudes documentais, todo o conjunto a merecer idênticas consequências.
Não obstante, há diferenças pontuais no que se refere ao conjunto probatório colhido em relação a cada grupo empresarial.
É certo que o depoimentos dos criminosos colaboradores a todos implicam.
Também é certo o que já consignei na decisão anterior:

'Importante inicialmente destacar que, em um esquema criminoso da magnitude como o examinado, seria bastante improvável que os dirigentes maiores das empreiteiras dele não tivessem conhecimento, já que envolveriam não só valores milionários, mas as licitações de várias das principais obras das empresas. Na esteira do decidido pelo STF em situação similar envolvendo crime financeiro, 'não se trata de pura e simples presunção, mas de compreender os fatos consoante a realidade das coisas' (HC n.º 77.444-1, Rel. Min. Néri da Silveira, 2.ª Turma, un., DJ de 23/04/99, p. 2.)'

Mas quanto às provas documentais já colacionadas, especialmente em relação às transações comprovadas documentalmente com o escritório de lavagem de Alberto Youssef, há prova mais significativa em relação a certos grupos de empresas do que em relação a outros.
A prisão preventiva é um remédio amargo no processo penal. A regra é a punição apenas após o julgamento. Embora a preventiva não tenha por função punir, mas prevenir riscos à sociedade, a outros indivíduos e ao próprio processo até o julgamento, tem efeitos deletérios sobre a liberdade, motivo pelo qual deve ser imposta a título excepcional.
Nesse contexto e embora entenda, na esteira do já argumentado na decisão anterior, que se encontram presentes, para todos, os riscos que justificam a imposição da preventiva, resolvo limitar esta modalidade de prisão cautelar ao conjunto de investigados em relação aos quais a prova me parece, nesse momento e prima facie, mais robusta.

(...)
5. É o caso igualmente dos dirigentes do Grupo UTC/Constran, em relação aos quais, além dos depoimentos dos criminosos colaboradores, existem provas decorrentes da interceptação telemática e telefônica, provas documentais colhidas nas quebras de sigilo bancário e nas buscas e apreensões, de materialidade e autoria dos crimes, conforme descrito cumpridamente na decisão do evento 10.
Embora não haja provas diretas de depósitos do Grupo UTC/Constran nas contas controladas por Alberto Youssef, há prova de que as ligações eram tão próximas que mantinham empreendimento imobiliário e milionário comum.
Além disso, foram apreendidas planilhas de contabilidade informal de Alberto Youssef, apontando fluxo financeiro robusto em espécie entre a UTC e o escritório de lavagem deste.
Agregue-se que a interceptação telemática e telefônica revelou contatos frequentes entre Alberto Youssef e agentes da UTC, inclusive em entregas de dinheiro a terceiros, além de dezenas de visitas de empregados da UTC no escritório de lavagem de dinheiro de Alberto Youssef, tudo isso a corroborar a conclusão da autoridade policial e do MPF de que as transações entre ambos, por cautela, faziam-se sempre em espécie.
O envolvimento da UTC com o cartel, com a frustração à licitação, com a lavagem de dinheiro e com o pagamento de propina a agentes da Petrobras, foram, aliás, confirmados pelos criminosos colaboradores Alberto Youssef e Paulo Roberto Costa, além ainda de Carlos Alberto Pereira da Costa.
Augusto Ribeiro de Mendonça Neto e Júlio Gerin de Almeida Camargo, relacionados à empresa Toyo Setal, e que também decidiram confessar e colaborar, confirmaram o fato e inclusive apontaram o papel central de Ricardo Ribeiro Pessoa na coordenação das empresas do cartel criminoso.
A autoridade policial, na representação originária, pleiteou a prisão preventiva de Ricardo Ribeiro Pessoa. Na ocasião, embora este Juízo entendesse presentes os pressupostos e fundamentos, deferi, em vista do parecer do Ministério Público Federal, apenas a prisão temporária.
Assim, considerando a alteração da posição do MPF e presentes suficientes provas de materialidade e de autoria também no âmbito dos crimes praticados pelo Grupo UTC/Constran em relação a Ricardo Ribeiro Pessoa, reportando-me, quanto ao restante da fundamentação, ao exposto na decisão do evento 10, defiro o requerido e decreto a prisão preventiva dele. Expeça-se o mandado de prisão."

O nível de corrupção no país chegou a índice tão elevado, que o caso do mensalão julgado na Ação Penal nº 470, pelo Supremo Tribunal Federal, que se pensou tratar-se do maior esquema de corrupção de todos os tempos, foi superado por este caso da Operação Lava Jato.

A sucessão de ocorrências delituosas indica a premente necessidade

de resguardar a ordem pública. Envolvidos como o paciente, alto executivo de grande empreiteira com grande potencial de corromper agentes públicos (e de ser corrompidos) deve ser mantido segregado, a fim de se resguardar o erário dos constantes ataques a que vem sofrendo nos últimos tempos.

Trata-se de círculo vicioso. Os agentes públicos corruptos e corrompidos se utilizam de terceiro como o paciente que recebe do poder público vultosas quantias e redistribuem com os integrantes da organização.

Assim, faz-se necessário a segregação, não só dos agentes públicos como os empresários e executivos, para se colocar a salvo a ordem pública, com proteção ao erário, dos constantes abalos provocados pela sucessão de práticas delitivas que se tornaram comuns no país.

De outra banda, vislumbro presente, além da necessidade de preservar a ordem pública, um dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, previsto no artigo 312 do Código de Processo Penal, outro requisito, qual seja, a conveniência da instrução criminal.

A conveniência da instrução criminal mostra-se presente não só na cautela de impedir que investigados destruam provas, o que é bastante provável no caso do paciente, que lida com o pagamento a vários agentes públicos, mas também na possibilidade de a segregação influenciá-lo na vontade de colaborar na apuração de responsabilidade, o que tem se mostrado bastante fértil nos últimos tempos.

Com efeito, à conveniência da instrução processual, requisito previsto artigo 312 do Código de Processo Penal, deve-se acrescer a possibilidade real de o infrator colaborar com a apuração da infração penal, como se tem observado ultimamente, diante dos inúmeros casos de atentados contra a administração e as finanças do país.

Nesse propósito, por razões óbvias, as medidas cautelares alternativas à prisão são inadequadas e impróprias aos fins previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, pugno pela denegação da ordem, porquanto o decreto de segregação encontra agasalho em dois elementos autorizativos do artigo 312, do CPP, quais sejam, a garantia da ordem e a conveniência da instrução criminal. Ademais, as medidas cautelares alternativas se mostram imprestáveis ao caso.

Porto Alegre, 21 de novembro de 2014.